UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

JORMANA MARIA PEREIRA ARAÚJO

TECENDO MEMÓRIAS:
RESISTÊNCIA E LUTA DAS OPERÁRIAS DA FÁBRICA SANTA CECÍLIA
(FORTALEZA, 1988 – 1993)

FORTALEZA – CE
2013

JORMANA MARIA PEREIRA ARAÚJO

TECENDO MEMÓRIAS:
RESISTÊNCIA E LUTA DAS OPERÁRIAS DA FÁBRICA SANTA CECÍLIA
(FORTALEZA, 1988 – 1993)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em História Social.

Orientador (a): Profa. Dra. Adelaide Maria Gonçalves Pereira.

FORTALEZA-CE

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

A689t Araújo, Jormana Maria Pereira.
Tecendo memórias : resistência e luta das operárias da fábrica Santa Cecília (Fortaleza, 1988 – 1993) / Jormana Maria Pereira Araújo. – 2013.
239 f. : il. color., enc. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2013.
Área de Concentração: Trabalho e migração.
Orientação: Profa. Dra. Adelaide Maria Gonçalves Pereira.
1. Operárias têxteis - Fortaleza(CE) – Experiência – 1988-1993. 2.Cultura Operária –Fortaleza(CE) – Indústria têxtil – 1988-1993. 3. Luta por direitos – Fortaleza(CE) – 1988-1993.
I. Título.

CDD 331.76770981310904

JORMANA MARIA PEREIRA ARAÚJO

TECENDO MEMÓRIAS:
RESISTÊNCIA E LUTA DAS OPERÁRIAS DA FÁBRICA SANTA CECÍLIA
(FORTALEZA, 1988 – 1993)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em História Social.

Aprovada em: 28 / 08 / 2013 .

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Adelaide Maria Gonçalves Pereira (orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Frederico de Castro Neves (membro)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Telma Bessa Sales (membro)
Universidade Vale do Acaraú (UEVA)

Prof. Dr. Franck Pierre Gilbert Ribard (suplente)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

À minha família querida, e meu lindo noivo, por toda dedicação e estímulo aos meus estudos.

À minha tia Lúcia, e minha colega Sol, ambas falecidas neste ano de 2013. Saudades.

AGRADECIMENTOS

Certo dia um colega falava que as pessoas mudam quando entram na vida acadêmica. Ele tinha razão. Conseguir vaga numa universidade pública, fazer graduação, e posteriormente mestrado, é um universo novo onde a crítica, o debate, os estudos, a construção de opiniões se estabelecem; existe a vontade de conhecer, ocupar salas de estudo, valorizar o espaço público, acessar revistas eletrônicas, tirar dúvidas, participar de encontros e de esportes, fazer pesquisa inédita, lutar por uma universidade pública, gratuita e de qualidade.

Em minha trajetória na Universidade Federal do Ceará vivi um pouco de tudo isto, especialmente por ter sido bolsista da CAPES durante todo o mestrado, situação que me possibilitou dedicação exclusiva ao estudo e pesquisa, resultando, num primeiro momento, nesta Dissertação. Agradeço, portanto, a CAPES pelo necessário incentivo.

Cumprindo importante papel na minha experiência enquanto mestranda, destaco o Plebeu Gabinete de Leitura, um bonito espaço que surgiu da aliança entre militância e saber, reivindicando a memória dos trabalhadores e trabalhadoras que durante uma vida inteira resistiram aos desmandos e opressão do capital. Foi ali que descobri obras raras (pesquisadores brasileiros, britânicos, alemães, franceses) bem como o aspecto da solidariedade, em especial da professora Adelaide Gonçalves, sempre compartilhando seus valorosos livros.

À ela, minha orientadora, dedico um agradecimento especial. Em primeiro lugar pelas longas horas de orientação, pela disponibilidade e acuidade nas inumeráveis (re) leituras da dissertação, lançando luz sobre novas ideias, possibilidades de análise e de escrita. Em segundo, pelo constante estímulo à descoberta de nova documentação, trabalhadores e trabalhadoras a serem entrevistados; “caderneta da bodega”, processos da Delegacia Regional do Trabalho; eis algumas das possibilidades de fontes que sempre se referia em sala de aula, instigando a turma do mestrado à descoberta de acervos pouco explorados na cidade.

Também agradeço ao Departamento e ao Programa de Pós - Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, em especial aos professores Berenice Abreu, Eurípedes Funes, Franck Ribard, Frederico de Castro Neves, Kênia Rios, Irenísia de Oliveira por todo estímulo e ensinamentos. Aos integrantes do grupo de pesquisa “Núcleo Antônio Cândido de Estudos de Literatura e Sociedade”, pelos bons encontros-debate sobre Walter Benjamin. Aos colegas da turma de mestrado, ano 2011.

À minha mãe (Maria Iraci) e meu pai (Raimundo Araújo) pela singela dedicação, paciência com as nossas travessuras, e incentivo aos estudos: pessoas extraordinárias na minha trajetória. À minha irmã Rayssa pela troca de livros, de ideias, e pelo enorme carinho; ao meu irmão Jofre, minha cunhada Wenya e minha sobrinha sapeca – Kayane, nosso "presente dos deuses". Ao meu companheiro Renan, e sua família, em especial a sua avó, dona Francisca (uma memória viva!) e sua mãe, Elisabeth Praciano (cópia idêntica da dona Iraci!).

Aos colegas da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Universidade Estadual Vale do Acaraú, professores e estudantes que muito me ensinaram: Raquel Dias, Telma Bessa, William Mello, Andreyson, Dádiva, Fernando, Guilherme, Emilu, Juliana, Lânia, Mateus, Rodrigo, Rafael "Iguatu", Rafael "Le Goff", Rafael Rabelo, Wendell. Àqueles que alegravam o dia-a-dia no estágio no Museu do Ceará, em especial: André, Bárbara, dona Leide, Flávia, Janaína, Kátia, Lucas, Marcos, Sebastiana, Vanessa, Yazid. Às boas companhias de almoço e cafezinho, durante os intervalos de estudo na biblioteca: Adelino, Daniel, Domenico, Flávia, Kleber, Marcos, Michel, Júlio, Pedro.

Aos trabalhadores e trabalhadoras entrevistados, em especial a Teresinha Alves. Sem o depoimento alegre e estimulante de vocês, a dissertação teria tomado outro rumo. Muito obrigada pela sinceridade e acolhimento. Agradeço ainda aos colegas Alexandre, Dimitri, Fatinha, Leo, Loren, Lorena, Moisiely, Neila e vários outros que não caberiam aqui. Obrigada pela força.

“O esgotamento acaba por me fazer esquecer os verdadeiros motivos de minha estada na fábrica, torna quase invencível para mim a tentação mais forte que esta vida me inclui: a de não pensar mais, o único meio de não sofrer com ela. Só no sábado de tarde e no domingo é que minhas lembranças voltam – farrapos de idéias! -, que me lembro de que sou *também* um ser pensante. Pavor que me domina quando constato a dependência em que me acho das circunstâncias exteriores: bastaria que elas me obrigassem um dia de trabalho sem repouso semanal – o que, afinal de contas, sempre é possível – e eu me transformaria numa besta de carga, dócil e resignada (pelo menos para mim). Só o sentimento da fraternidade, a indignação pelas injustiças infligidas a outros permanecem intactos – mas até que ponto tudo isso vai resistir ao correr do tempo? – Não estou longe de concluir que a salvação da alma do operário depende, em primeiro lugar, da sua constituição física. Não vejo como os que não são fortes podem evitar cair em alguma forma de desespero – embriaguez, ou vagabundagem, ou crime, ou corrupção, ou simplesmente e bem freqüentemente embrutecimento –.”

Simone Weill. Diário de Fábrica (1934-1935).

RESUMO

O ponto de partida desta investigação é a experiência das operárias têxteis da fábrica Santa Cecília na cidade de Fortaleza, entre os anos de 1988 e 1993, observando os nexos da migração, do emprego doméstico e da vida na cidade. Através de suas memórias, analiso de modo articulado, as dimensões do mundo do trabalho feminino examinando a cultura operária baseada em laços de confiança e de solidariedade em meio à segregação social vivida na cidade, no bairro e nas vilas operárias onde moravam e trabalhavam. Num contexto de elevado recrutamento de mão-de-obra feminina na indústria, e de transferência industrial têxtil para o Ceará, destaca-se na fábrica Santa Cecília as péssimas condições de trabalho, a rotina, os ritmos e as normas, o adoecimento e a mutilação dos corpos operários. Face ao duro cotidiano dessa experiência fabril, este estudo também examina os processos de resistência e luta por direitos face à conjuntura de construção de um novo vocabulário de educação sindical quando da incorporação das demandas femininas e politização do cotidiano. Metodologicamente fundamentado na História Social do Trabalho, este estudo congrega variada tipologia de fontes: entrevistas, fotografias, documentos sindicais, leis, processos, jornais, atas de assembleia do Grupo UNITÊXTIL, anuários, cadastros e recenseamento industrial, dados do IBGE, estudos monográficos, dentre outros.

Palavras-chave: Cultura Operária, Experiência de Operárias, Indústria têxtil, Luta por Direitos.

ABSTRACT

This study examines the experience of women textile workers in the Santa Cecilia factory in the city of Fortaleza (Ceara, Brazil) between 1988-1993 and how issues of migration, domestic work and urban life shaped thier experience as workers. Drawing on thier memories I explore the muliple demensions of the female world of work based on notions of trust and solidarity within a broader structure of social segregation experienced within the working class communities and the city, where they lived and worked. Their experience, shaped by high levels of employment in the textile industry spurred by the transfer of large sectors of the textile industry to Ceara. Specifically factory life at Santa Cecilia was shaped by harsh working conditions, the deadening routine and ever demanding productive process which in turn caused large scale illness and mutilation among women workers. Focusing on the harsh working condition this study explores the processes of resistence and the struggles for basic rights within the larger context of expanding trade union activity and the incorporation of specific female demands and political activity in daily life. Methodolgically, this study is based on the social history of labor and intertwines a variety of sources, such as interviews, photographs, labor union, and legal documents, proccedings from UNITEXTIL, data bases, census data from IBGE and academic studies.

Key words: Working Class Culture, Women Workers Experience, Textile industry, Struggle for Rights.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Localização das indústrias na cidade de Fortaleza, anos 1960.....43
FIGURA 2 - Distribuição da população operária em Fortaleza, anos 1960.....45
FIGURA 3 – Planta Industrial da fábrica Santa Cecília no bairro Montese, anos 1980.....48
FIGURA 4 – Fábrica Santa Cecília, fachada e lateral.....50
FIGURA 5 – Bares e Bodegas ao redor da fábrica Santa Cecília, anos 1980.....60
FIGURA 6 – Propaganda do Mercantil ABC, anos 1980.....63
FIGURA 7 – Vilas operárias da fábrica Santa Cecília.....72
FIGURA 8 - Ficha de solicitação da casa de vila operária.....76
FIGURA 9 – Fachada da casa de vila operária na Rua Dom Carloto Távora, Montese, 2013.....79
FIGURA 10 – Associação Atlética Ponte Preta, anos 1980.....86
FIGURA 11 – Associação Atlética Ponte Preta, anos 1990.....86
FIGURA 12 – Santa Cecília Futebol Clube, anos 1970.....88
FIGURA 13 – Crianças e operárias na torcida do Santa Cecília Futebol Clube, anos 1970.....90
FIGURA 14 – Operárias em baile de carnaval no Clube do Cotonifício Cotó, anos 1980.....93
FIGURA 15 – Calendário da UNITÊXTIL, 1987.....98
FIGURA 16 – Calendário da UNITÊXTIL, 1990.....98
FIGURA 17 - Confraternização entre trabalhadores (I-fábrica Santa Cecília, anos 1990).....100
FIGURA 18 - Confraternização entre trabalhadores (II-fábrica Santa Cecília, anos 1990).....100
FIGURA 19 - Piquenique operário, anos 1980.....102
FIGURA 20 – Jogo de vôlei no SESI – Montese, anos 1980.....105
FIGURA 21 – Operárias em festa de São João, anos 1990.....107
FIGURA 22 - Capoeira na sede do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, anos 1990.....108
FIGURA 23 - O primeiro ofício de Rosa Maria da Silva, anos 1970.....116
FIGURA 24 - Militância feminina na porta da fábrica Santa Cecília, anos 1990.....169
FIGURA 25 - A mulher trabalhadora na imprensa sindical.....171

FIGURA 26 - Representação da mulher em calendário para os anos de 1988 e 1989.....190

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Dados do Censo Demográfico (Montese e Parangaba).....47
TABELA 2 - Relatório Mensal do SESI, Atendimento das Atividades Sociais – Lazer.....104
TABELA 3 - Operárias Têxteis Entrevistadas.....117
TABELA 4 - Número de migrantes e não migrantes em Fortaleza, segundo o sexo.....118
TABELA 5 - Processos na Justiça do Trabalho contra a UNITÊXTIL.....198

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CGC (Cadastro Geral de Contribuintes)
CLT (Consolidação das Leis do Trabalho)
CNMT (Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora)
COELCE (Companhia Energética do Ceará)
CTP (Companhia de Tecidos Paulista)
CSN (Companhia Siderúrgica Nacional)
CUT (Central Única dos Trabalhadores)
DRT (Delegacia Regional do Trabalho)
ETENE (Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste)
FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço)
FIEC (Federação das Indústrias do Estado do Ceará)
FNL (Fábrica Nacional de Motores)
INSS (Instituto Nacional do Seguro Social)
IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)
IPC (Índice de Preços ao Consumidor)
JOC (Juventude Operária Católica)
JUCEC (Junta Comercial do Estado do Ceará)
NCz$ (Cruzado Novo)
PEA (População Economicamente Ativa)
PT (Partido dos Trabalhadores)
RVC (Rede de Viação Cearense)
SCFC (Santa Cecília Futebol Clube)
SENAI (Serviço Nacional da Indústria)
SESI (Serviço Social da Indústria)
SINDITÊXTIL (Sindicato dos Trabalhadores Têxteis)
SINE (Sistema Nacional de Empregos)
SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste)
TRT (Tribunal Regional do Trabalho)
UFC (Universidade Federal do Ceará)
UMC (União das Mulheres Cearenses)
UNITÊXTIL (União Industrial Têxtil)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....14

CAPÍTULO 1: MEMÓRIAS DA CULTURA OPERÁRIA.....38

1.1. A Indústria Têxtil em Fortaleza.....38

1.2. ***Comprava fiado, confiava nas pessoas e tal, então tudo aquilo era a vida!***.....49

1.3. ***Você conseguir uma casa daquelas, era um sonho!*** 65

1.4. Dia da folga, que lazer?.....82

CAPÍTULO 2: OPERÁRIAS TÊXTEIS E A EXPERIÊNCIA FABRIL.....109

2.1. ***Você sabe o que é trabalho em casa de família? Tem que ter brasa no seio!***.....109

2.2. ***Trabalhador (a) ou burro de Carga?***.....122

2.3. ***Luta nossa de cada dia pelo pão que vem um dia***.....137

2.4. ***Ficamos todos parados, até de respirar a gente parou***.....147

CAPÍTULO 3: LUTANDO POR DIREITOS.....159

3.1. ***Não basta mais só denunciar, temos que nos organizar!***.....159

3.2. ***Deixe pelo menos eu receber os meus direitos!***.....191

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....203

REFERÊNCIAS.....207

BIBLIOGRAFIA.....220

INTRODUÇÃO

> A dura realidade exige outras qualidades nas mulheres trabalhadoras. Precisa agora de firmeza, decisão e energia, isto é, aquelas *virtudes* que eram consideradas como propriedade exclusiva do homem. Ao passar do amparo do lar para a batalha da vida e da luta de classes, a mulher não tem outro remédio senão, armar-se, fortificar-se, rapidamente, com as forças psicológicas próprias do homem, seu companheiro. (Alexandra Kollontai)

A atividade de pesquisa não é um esforço solitário. Vários pesquisadores já o disseram. Ela envolve pessoas e sentimentos. Não se realiza pesquisa sem ouvir vários nãos e enfrentar outros senões - "venha outro dia", principalmente quando se trata de mulheres "donas de casa", com filhos, netos; mas chega um dia em que se ouve um "sim", "venha aqui novamente, em tal horário que é mais sossegado", "se eu puder ajudar em mais alguma coisa!", ou mesmo, "vamos até a casa de uma amiga minha, ela também trabalhou na fábrica".

Não se realiza pesquisa sem a sensibilidade necessária para saber o momento de dar um passo atrás e esperar. O medo é evidente no rosto e na atitude das operárias quando se trata de falar do passado ainda tão recente. A desconfiança aflora nos primeiros contatos entre pesquisadora e entrevistadas quando estas são lembradas das perdas trabalhistas, ou mesmo das pendências que tramitam na Justiça do Trabalho.

Começam as lembranças da infância e da adolescência no ambiente fabril, dos momentos de situação-limite; do rancor e indignação ao mostrar a cicatriz que ficou no corpo quando a máquina quase lhe arrancara o braço. Também encontramos sorrisos, narrativas dos tempos de namoro, de quando conheceram a eterna companhia no ambiente do trabalho; das orquestras que tocavam no Clube Cotó; da confiança ao se referirem à solidariedade dos familiares e companheiras de fábrica sempre de prontidão nos momentos difíceis; da compra da casa de vila operária, bem como da militância sindical quando da "luta das mulheres".

Esta dissertação moveu muitas pessoas, deslocou-as de seus afazeres cotidianos para o ato de lembrar, falar do passado raramente registrado, mas vivamente narrado. Foi o que percebi ao entrevistar as operárias têxteis da fábrica Santa Cecília em suas casas, quando no meio do depoimento pediam licença e iam até o quarto, donde traziam a velha caixa de retratos, os que se salvaram da traça. Lembrei-me das historiadoras Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira (1996, p. 236) quando dizem que a casa, o ambiente em que se vive, reflete uma personalidade: uma visita nestes espaços abre a possibilidade e a confiança.

Velhos papéis, cartas, diários e outros registros da vida vivida se tornam fontes no labor de nosso oficio. Em várias situações tive em mãos pedaços de histórias que se vão cerzindo.

No decorrer das entrevistas, os laços de confiança foram se estabelecendo. Trabalhadoras que há muito não se viam voltaram a se comunicar, e logo afloravam lembranças de si e dos companheiros nas bodegas do bairro quando iam em busca da merenda antes do apito da fábrica, das amizades no caminho até em casa, das operárias que ficaram sem marido quando ousaram a militância sindical. Tratava-se de práticas e valores comuns, nas *formas brechtianas*, no apoio mútuo, na dissimulação frente ao grito do supervisor, no tempo roubado para uma conversinha no banheiro, no confronto do piquete e na emoção da greve de resistência, nos signos da cultura política dos populares, ou como assevera Castro Neves[1]:

> Isso nos faz pensar que as lutas de classe não se configuram somente nos mecanismos de acesso ao Estado, ou nos confrontos abertos com as classes dominantes, mas se desdobram cotidianamente em "formas *brechtianas*" que "têm certas características comuns: elas requerem pouca ou nenhuma coordenação ou planejamento; elas sempre representam uma forma de auto-ajuda individual; elas geralmente evitam qualquer confrontação simbólica com a autoridade ou com as normas de uma elite". Entender esta "política da dissimulação" e do "confronto direto" parece ser o caminho mais rico para alcançar os sentidos da cultura política dos populares. (NEVES: 2002, p. 67)

Neste percurso, o primeiro contato com as operárias da fábrica Santa Cecília aconteceu na sede do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, localizada à Rua Agapito dos Santos, no bairro Centro, em Fortaleza. O ano era 2009 quando conheci a fiandeira Teresa Alves. Naquele momento, Teresa buscava o apoio do Sindicato para saber a quantas andava uma questão coletiva que tramitava na Justiça do Trabalho, uma vez que os antigos patrões, frente à iminente convocatória do Tribunal, iam à casa dos trabalhadores com o intuito de propor acordo (rebaixado) face aos direitos pendentes.

Quanto a mim, encontrava-me na graduação em História, na Universidade Estadual do Ceará, e buscava no Sindicato dos Trabalhadores Têxteis documentos que fizessem referência à experiência das operárias de tecidos da fábrica Santa Cecília, um tema de pesquisa à época suscitado pela professora Telma Bessa, e pelo qual me interessei prontamente: constituía-se um diálogo entre minha militância no movimento estudantil (e suas relações com o movimento de trabalhadores) e a necessidade imperiosa de fazer o estudo monográfico para conclusão do Curso.

---

[1] NEVES, Frederico de Castro Neves. As Mil Voltas do "Seu" Muriçoca: migração e paternalismo no relato de um narrador exemplar. **Revista Trajetos.** Fortaleza, v 2, n 3, p. 55-70, 2002.

Nesse dia em que conheci Teresinha, como gosta de ser chamada, expliquei-lhe que estava interessada em sua história na fábrica, e ela prontamente me convidou para uma conversa. Dias depois, eu iria até sua casa com perguntas previamente elaboradas para ouvir uma narrativa do seu trabalho na década de 1980. Na prática, a entrevista não seria tão tópica como insisti que fosse. Teresinha Alves se referia a sua história de vida, não só dentro da fábrica, mas principalmente fora dela. Em virtude disto, interrompi sua narrativa em vários momentos.

Após aquela experiência de entrevista, e meses depois, transcrevendo-a e aprofundando as leituras sobre história oral, percebi as falhas metodológicas em minha iniciação à pesquisa. A fiandeira Teresinha queria narrar sua vida, falar de sua família, do trabalho, dos dias de folga. Eu apenas me interessara em ouvir sobre seu trabalho na fábrica. Mas tudo estava relacionado. Sua experiência de lembrar se constituía no que Alessandro Portelli (2001, p. 15) denomina de "gênero do relato", ou seja, através da narrativa sobre a família e o cotidiano, ela se sentia à vontade para se referir ao trabalho fabril, donde organizava o tempo da jornada, a hora de acordar, o café que fazia cedinho, o pensamento acerca dos conflitos vividos, a solidariedade dos companheiros de seção; ou mesmo a decisão de participar ou não de uma paralisação do trabalho, de entrar na greve.

São estes aspectos que tornam peculiar a fonte oral para o estudo da história, e neste caso, das operárias têxteis da fábrica Santa Cecília. Para Ângela de Castro Gomes (1988, p. 8), os depoimentos podem oferecer ao pesquisador a contextualidade das opções tomadas pelos atores sociais dando novas "cores" ao perfil de personagens já conhecidos; fomenta a interação entre a experiência pessoal e o fio histórico dos acontecimentos, possibilitando assim, rever dados e interpretações estabelecidas.

Na construção da história oral como fonte de pesquisa, Paul Thompson (1992, p. 43) nos sugere: "um historiador que apenas se envolve com uma reminiscência casual coletará informações interessantes, mas desperdiçará a oportunidade de obter evidência crítica para a estrutura do debate e da interpretação histórica". Em 2011, voltei a entrevistar Teresinha Alves. Ora com o gravador ligado, ora desligado. Conversamos pessoalmente, por telefone; tirei dúvidas pontuais, ouvi, e pouco interferi. Embora não tenha sido um monólogo, pois como afirma Alessandro Portelli (1997a, p. 36), a entrevista em si é produto da relação entre entrevistador e entrevistado, fiz perguntas de ordem geral: "sempre morou em Fortaleza?", "e esta casa (de vila operária), como conseguiu?", "mais alguém na família trabalhou na fábrica?", "e o sindicato?".

Foram quase cinco horas de diálogo. Nessa experiência tive a oportunidade de conhecer vários aspectos de sua trajetória: o trabalho doméstico, as dificuldades da família com o falecimento do pai, o cotidiano operário na fábrica Santa Cecília, as condições de trabalho, a solidariedade operária. Em 1965, Teresinha começava a trabalhar na fiação da fábrica Santa Cecília, um dos Cotonifícios da família empresarial Leite Barbosa/Pinheiro, localizada no bairro Montese, em Fortaleza. O aprendizado acontecera na prática, vendo as operárias manusearem máquinas, substituindo as companheiras quando iam ao banheiro ou quando precisavam almoçar. Foi assim que Teresinha Alves aprendera o ofício.

A vaga no setor de fiação foi conseguida por meio de seu irmão que trabalhava na fábrica havia algum tempo. Raimundo Bezerra falaria com os supervisores de quem tinha a amizade para conseguir uma vaga para a Teresinha. Hoje, após mais de duas décadas como fiandeira, a operária aposentada narra através de sua memória, as difíceis condições de trabalho, os baixos salários que a obrigavam às horas extras, assim como a alimentação rala, os raros momentos de lazer, a merenda rápida ao pé da máquina; a moradia de aluguel na casa de vila operária, onde vive atualmente. Dentro e fora da fábrica a vida estava relacionada ao trabalho, é o que aponta seu depoimento. Teresinha se aposenta em 1990, exatamente no ano em que Vera Lúcia, sua amiga e vizinha, presente na primeira entrevista, começaria a trabalhar na fábrica Santa Cecília.[2]

A função era nova, mas a indústria era do mesmo tipo: Vera Lúcia Mendes trabalhara na fábrica Santa Teresa, no Aracati, [3] como assistente no setor de enfermaria, migrando para Fortaleza ao final da década de 1980. Inicialmente não procurou trabalho na Santa Cecília, pois achava o ambiente fabril perigoso. Posteriormente, após a experiência de vários empregos temporários no comércio, foi buscar trabalho no Cotonifício, e ali conseguiu uma vaga no setor de classificação de tecidos.

Durante nossas conversas, por volta de noventa minutos, Vera Lúcia Mendes sempre se referia a vontade de sair da casa dos pais, ter autonomia, e assim foi trabalhar. Na fábrica Santa Teresa percebeu que os primeiros sinais de falência logo levariam a demissões, e vem para a capital cearense. Vera Lúcia, assim como parte das operárias entrevistadas, tem sua trajetória marcada pelo processo de migração, aspecto que levei em consideração ao

---

[2] Em 2009 quando entrevistei Teresinha Alves, e posteriormente, Vera Lúcia Mendes, preparava-me para escrever minha monografia de conclusão de curso denominada: “Conflito e Acomodação: as operárias têxteis e a fábrica Santa Cecília em Fortaleza (1985-1990)”, defendida na Universidade Estadual do Ceará para obtenção da licenciatura em História, em 2010.

[3] Fábrica de tecidos localizada na cidade de Aracati, no Ceará, também pertencente à família de empresários Leite Barbosa/Pinheiro.

iniciar as entrevistas subsequentes, e assim perguntava: “você nasceu aqui em Fortaleza, ou veio do interior?”

Trajetórias de migração foram observadas em parcela significativa das operárias entrevistadas, situação que me estimulou a ampliar o rol de leituras da história social sobre este aspecto. Ao analisar a emigração subsidiada de cearenses ao final do século XIX como componente das políticas públicas, María Verónica Secreto (2003) observa que seca e migração compunham um binômio: a cada crise agrícola seguia-se uma onda de retirantes/migrantes em busca de melhores condições de vida, saindo dos sertões em direção ao litoral, e deste, para fora do Ceará:

> A migração de nordestinos é um fenômeno social recorrente na história do Brasil a partir da segunda metade do século XIX. Não seria errado pensar no Ceará como “provedor de trabalhadores”, cujos capítulos mais conhecidos são o fluxo rumo à bacia amazônica e aquele que se dirigiu ao sul, mais especificamente a São Paulo. (SECRETO: 2003, p. 52)

Ao longo do século XX a migração continua a ser um elemento presente na trajetória dos trabalhadores cearenses. Nos estudos sobre migração de trabalhadores nordestinos para São Miguel Paulista durante os anos de 1945 a 1966, Paulo Fontes (2008, p. 18) analisa como parte deste processo, a estratégia das redes sociais, por vezes informais, estabelecidas entre familiares, amigos, conterrâneos e membros da comunidade, seja para enfrentar a migração, as dificuldades da vida, ou mesmo os dilemas do mundo do trabalho em São Paulo. O objetivo do autor é compreender o papel do migrante como agente do processo, e não apenas como objeto das conjunturas climática, econômica ou política, desfavoráveis aos trabalhadores.

Para Frederico de Castro Neves (2000, p. 19), a seca é vista pela historiografia tradicional como um fenômeno natural, onde os trabalhadores que sofriam seus efeitos migravam, realizavam saques e partiam em busca da sobrevivência na capital cearense. O autor analisa como necessário compreender neste processo a formação de um “sujeito coletivo”, pois ainda que sejam esporádicas; sem uma organização permanente, com direção e lideranças identificáveis ao modo convencional da ação política, tais ações se repetiam a cada período de estiagem.

Ao examinar a migração de argelinos para a França, Abdelmalek Sayad (1998, p. 15-16) parte da premissa de que tal aspecto deve ser compreendido como “um fato social completo”, ou seja, devemos analisar os fatores que levam a emigração bem como as formas de inserção do imigrante no país para onde vai, uma vez que se trata de deslocamentos de

pessoas no espaço mantendo relações do ponto de vista social, econômico, político e cultural; donde imigração e emigração são seus componentes.

No nosso caso em estudo, até se tornarem operárias da fábrica Santa Cecília, e também posteriormente, observamos entre as trabalhadoras migrantes uma tessitura de conflitos e solidariedades permeando suas trajetórias de vida: é a moradia temporária na casa de parentes e de "conhecidos", a (não) concretização do sonho de frequentar a escola, o modo como vão conseguindo ou trocando de emprego, a permanência dos costumes, bem como a introjeção de novos hábitos adquiridos na vida citadina.

Desta forma, além da tentativa de localizá-las na cidade para entrevistá-las, foi preciso conhecer um pouco da vida dessas operárias nos dias de hoje. Afinal, como saber o melhor dia e horário para visitá-las? Pela manhã, quase todas se dedicam às tarefas domésticas e ao cuidado com as crianças, os netos. À noite é o marido, a televisão, as novelas que ganham a devida atenção. Em geral, as entrevistas aconteceram durante a semana, ao final da tarde.

Assim também aconteceu à tecelã Maria das Dores Sampaio. Cheguei à sua casa no início do ano de 2012 no momento em que ela assistia o jornal na televisão. Maria das Dores me foi apresentada pelo eletricista Alberto Cidade, a quem entrevistara minutos antes. A conversa fluiu. Dorinha, como é conhecida, narra o processo de migração, a passagem pela casa de familiares e colegas enquanto se estabelecia na cidade de Fortaleza, o emprego doméstico, a vaga na tecelagem com auxílio de uma colega que trabalhava na fábrica Santa Cecília. Mas quando iniciou a novela percebi que era o momento de encerrar a entrevista. Afinal, Dorinha estava na sua casa, onde a novela era parte dos novos costumes.

Algo semelhante ocorrera quando entrevistei Rosa Maria da Silva, mas no seu caso a interrupção do depoimento aconteceria com a presença do marido. Essa entrevista foi realizada em sua casa numa tarde do mês de junho de 2013. A conversa perdurou até o início da noite quando Olegário da Silva chegava do trabalho. Após perguntar as motivações da entrevista[4], Olegário passou a narrar sua experiência no Cotonifício durante os anos de 1980. Rosa Maria calou-se. Seria um indicativo das relações de poder desde o âmbito doméstico? Talvez, e assim Rosa Maria "cedeu" todo o tempo de entrevista ao marido.

Em virtude disto, voltei posteriormente à sua casa, novamente ao final da tarde, para conversarmos. Assim como Teresa Alves, sua narrativa está a todo momento relacionada

[4] Esta inicial desconfiança dos entrevistados faz parte do processo de construção dos depoimentos. Como bem analisou Ângela de Castro Gomes (1988, p. 12) essa barreira geralmente é vencida à medida que deixamos claro o objetivo da pesquisa, ganhando a confiança do entrevistado, como aconteceu ao trabalhador Olegário da Silva.

à família, referindo-se ao processo de migração, momento em que sua mãe lhe enviara à casa de uma colega, em Fortaleza, para afastá-la de um antigo namorado que não agradava a família. Na entrevista, Rosa Maria alude também à senhora que a acolheu e facilitou sua entrada na fábrica; ao casamento, a moradia na vila operária através das boas relações do marido com os chefes, às condições de trabalho, aos seguidos atestados médicos, cuja liberação do trabalho dependia do crivo do setor médico do Serviço Social da Indústria. Lembra ainda da tentativa de ser uma operária "padrão", em busca de máxima produtividade para compensar os dias em que estava doente; o crescimento dos filhos e a pressão do marido para que deixasse o emprego; seu nome no rol das demissões na falência da fábrica. Foram noventa minutos de gravação.

Como nos ensina Alessandro Portelli (1997b, p. 30), o que faz a história oral singular em relação a outras fontes é que nos conta menos sobre os eventos do que sobre os significados. Ela aponta a subjetividade única do expositor, contando não apenas o que o povo fez, mas o que gostaria de fazer. Também é característica da história oral a possibilidade de um depoimento se seguir a outro via indicação de nomes, apresentação de novas pessoas - solidariedade que encontrei entre os trabalhadores, facilitada em grande medida pelo fato de muitos deles serem vizinhos e moradores das antigas vilas operárias. Rosa Maria, por exemplo, me foi apresentada por José Ramos, seu vizinho, compadre e trabalhador da fábrica Santa Cecília; com quem já havia conversado no mesmo mês de junho de 2013.

Por intermédio das entrevistas dialoguei com operárias, operários, sindicalistas, supervisores, eletricista, trabalhadora do setor de limpeza, bodegueira – ainda que este processo denote certa "seleção" feita pelos próprios trabalhadores ao indicarem a próxima pessoa a ser entrevistada. As indicações pareciam privilegiar quem era mais "instruído", mais falante, ou que possuísse "mais tempo de empresa". Um deles dizia, por exemplo, que era pouco proveitoso entrevistar mulheres porque elas somente falariam dos namorados da época em que trabalharam na fábrica. Mesmo assim insisti, obtendo depoimentos instigantes sobre suas histórias de vida.

Ainda sobre estas indicações, em 2011, quando entrevistei José Maria Feitosa, ele me falara da sua função de supervisor do setor de classificação de tecidos da fábrica Santa Cecília, das normas e dos conflitos no trabalho com as operárias. Perguntei-lhe pela esposa, se ela havia trabalhado na fábrica. Ele disse que sim, mas logo me desanimou ao dizer que ela não estava psicologicamente bem. Indicou-me seu vizinho para eu entrevistar, chamado Alberto Cidade. Meses depois voltei à sua casa, e encontrei-a limpando a calçada, sem qualquer sinal de doença, seu nome é Lúcia Maria Feitosa. Expliquei-lhe meu objetivo de

pesquisa, e prontamente ela se dispôs a narrar suas memórias. Foram oitenta e cinco minutos de entrevista.

Vemos aqui mais uma situação na qual não havia indicação de mulheres a serem entrevistadas – José Maria Feitosa indica um vizinho! O depoimento de Lúcia Maria trata da migração, das dificuldades na cidade para encontrar e manter-se no emprego, do processo de entrada na fábrica Santa Cecília, da sensibilidade por parte de dois supervisores que viam sua constante presença na porta do Cotonifício atrás de emprego, bem como sua admissão no setor de classificação de tecidos.

Ali ela conheceria seu marido, cuja relação afetiva teria motivado perseguições de uma chefia de setor. Foi neste contexto que ela também teria seu quadro de miopia agravado. José Maria, seu marido e supervisor no Cotonifício, exigia trabalho dobrado para por fim aos comentários de que a operária estava sendo beneficiada. Durante esta entrevista, Lúcia Maria também se refere a um momento posterior, quando já casados, solicitaram moradia na vila operária.

Como já citado, também entrevistei operários e supervisores de diferentes seções da fábrica Santa Cecília. Assim, reuni diversas informações sobre as relações de trabalho na fábrica, o bairro, o lazer, a moradia, o sindicato. Tal oportunidade também me possibilitou analisar as relações de gênero e de poder que se estabeleciam naquela experiência fabril. São eles os entrevistados: Adolfo Rodrigues, Alberto Cidade, Raimundo Ferreira (Bigode), Cosmos dos Santos, José Maria Feitosa, José Ramos, Antônio Ibiapino, Ely Pereira, Francisco e Claudemir de Sousa, estes últimos, pai e filho, que entrevistei em suas casas no bairro Aeroporto, em Fortaleza, no ano de 2012.

Minha aproximação com o sindicalista Claudemir de Sousa, por exemplo, aconteceu em virtude das minhas idas e vindas ao Sindicato dos Trabalhadores Têxteis desde o ano de 2009, quando participei do projeto de organização e higienização do acervo local[5], e iniciei minha trajetória de pesquisa. Claudemir de Sousa fora mediador neste processo. Entre muito trabalho, pausa para uma merenda e tira-dúvidas, afinal se tratava de uma documentação sobre a qual tinha pouco conhecimento, descobri que este sindicalista e seus pais haviam trabalhado na fábrica Santa Cecília. Tratava-se de Francisco e Maria das Graças de Sousa, ele operário, ela, sua contramestre na tecelagem nos primeiros anos do "Cotonifício Leite Barbosa", como também se chamava anteriormente o complexo fabril. Claudemir começaria a trabalhar ali ainda criança como auxiliar na tecelagem.

[5] Este projeto foi organizado pela professora Telma Bessa Sales juntamente com estudantes da Universidade Federal do Ceará.

Em 2012 entrevistei sua família, observando nesta experiência que mais uma vez a narrativa masculina prevalecia. Rememoravam a dominação e disciplina fabril, o sindicato, as greves, a repressão à época da ditadura militar; e Maria das Graças quase não falava. Experimentei sentar ao lado dela, fazer-lhe perguntas direcionadas ao seu ponto de vista em relação aos assuntos tratados. Ela nunca fez greve. Pensava sempre nos filhos, na conjuntura em que conseguira casa, escola e asilo para a mãe com problemas mentais – tudo havia sido "facilitado" pela família Leite Barbosa/Pinheiro.[6]

Nesta entrevista com o casal, chama atenção que Chico, como gosta de ser chamado o senhor Francisco de Sousa, foi militante de partidos políticos à época da ditadura militar. Gostava de ir às reuniões do Sindicato, e não aceitava nenhum "benefício" dos patrões, pelo menos para si, diretamente. Já Maria das Graças era aquela trabalhadora que nunca faltou ao trabalho – exceto nos "dias de parir", e aceitava o que supostamente era "oferecido" pela empresa – escola, casa, hospital. Tais "benefícios" afastavam qualquer hipótese de crítica ou participação nas mobilizações sindicais.

Através de sua atitude anti-greve e do seu lugar enquanto responsável pelo sustento da família, perguntei-me: tornar-se "trabalhadora exemplar" na fábrica não seria um modo de possibilitar que Chico lutasse por melhores condições de trabalho, sem que para isto toda a família fosse afetada caso ele fosse demitido? Essa hipótese também norteia a dissertação no sentido metodológico para analisarmos a experiência das operárias da fábrica Santa Cecília através de suas memórias no período compreendido entre os anos de 1988 e 1993.

---

[6] No início do processo de industrialização no Brasil, Margareth Rago (1985, 34) examina que os patrões sempre procuravam intervir sobre os caminhos do proletariado, no seu fazer-se enquanto classe, manifestando-se cada vez mais de maneira sofisticada: oscilando ora com repressão direta, ora com "paternalismo". Assim, o empregador não poderia somente excluir e punir a força de trabalho, já que precisava garantir sua coesão e unidade no interior da produção; e por isso mesmo, a autoimagem paternalista que alguns industriais construíram, a historiografia deve questionar sua dimensão ideológica. Para E. P. Thompson (1989, p. 17), o termo 'paternalismo' é bastante impreciso: "podemos denominar una concentración de autoridad económica y cultural 'paternalismo' así lo deseamos. Pero, si admitimos el término, debemos también admitir que es demasiado amplio para un análisis discriminatorio. Nos dice muy poco sobre la naturaleza del poder y el Estado, sobre formas de propriedad, sobre la ideología y la cultura, y es incluso damasiado romo para distinguir entre modos de exploración, entre la mano de obra servil y libre.". Em diálogo com este autor, Frederico de Castro Neves (2002, p. 66-7) ao analisar práticas paternalistas na experiência de um trabalhador cearense, observa que elas devem ser compreendidas tendo em vista as "fissuras que atravessam o costume", pois mesmo que determinados valores se generalizem por toda a sociedade, seu entendimento em contextos específicos bem como sua prática, tm relação com as configurações da experiência de classe. Se para a operária Maria das Graças de Sousa, a dimensão paternalista se traduziu, em certa medida, em introjeção e silêncio quanto aos conflitos no trabalho, por outro, sua narrativa se concentra na memória da doença (é o problema de circulação, a impossibilidade de manter-se em pé durante longas horas, e em ambiente com alta temperatura), uma forte evidência do impacto do trabalho fabril em seu corpo e sua mente.

Assim passei a analisar os depoimentos observando as percepções em relação aos fatos do passado das entrevistadas bem como os sentidos conferidos na recuperação da experiência vivida e narrada à pesquisadora. Sobre tais questões de natureza metodológica, a reflexão de Antônio Torres Montenegro é esclarecedora:

> No que tange aos relatos orais de memória individual, o fato desta se apoiar na história possibilita que, ao estudá-la, se tenha também um conhecimento das formas de elaboração do passado de parcelas da população ou do grupo social em que o entrevistado se encontra inserido. (MONTENEGRO: 2006, p. 30)

Na função de operárias, donas de casa, mães, esposas, (des) providas de um teto para viverem com seus familiares, as mulheres elaboram um discurso sobre a experiência de si e do coletivo. Para Teresa Barbosa, por exemplo, a lembrança se volta aos passeios com o "pessoal da fiação". Teresa morava com a mãe, a avó e as irmãs e trabalhava de domingo a domingo, exceto quando aparecia um piquenique, uma data comemorativa, ou uma festa promovida pelos empresários no clube do Cotonifício, o Clube Cotó. Era o momento em que dançava, descansava do trabalho, paquerava.

Teresa trabalharia na fábrica Santa Cecília em dois momentos: no início de 1980, quando sairia para trabalhar noutra fábrica, e ao final da década, percebendo alguns sinais de falência do Cotonifício[7]. Em seu relato são ressaltados vários aspectos do cotidiano operário, desde as festas de confraternização na fábrica até a disciplina fabril, quando se viam na contingência de amenizar a fome durante a jornada de trabalho, comendo a merenda que traziam de casa ou compravam na bodega, às escondidas do supervisor. A fábrica não dispunha refeitório e alimentação para os trabalhadores, em flagrante descumprimento da legislação vigente e, ainda, proibia o consumo de alimentos na seção.[8]

Realizei esta entrevista com Teresa Barbosa no ano de 2012, na presença de sua mãe, Miriam Barbosa, e de Elisa Sales, dona da pequena bodega que ficava em frente ao portão de acesso dos operários e operárias à fábrica Santa Cecília. O encontro entre elas aconteceria em virtude da indicação de Rosa Maria da morada de Elisa, e chegando à sua casa, fui levada ao encontro de Miriam e Teresa Barbosa.

---

[7] Neste retorno de Teresa Barbosa ao Cotonifício, ela trabalharia com a operária Efigênia de Souza, fiandeira por mim entrevistada. Descobri isto através das fotografias que ambas possuíam de uma festa de confraternização realizada pelos membros da seção. Efigênia, como veremos a seguir, vivia sob a rigidez dos pais que pouco a deixavam sair de casa. Nasceu em Fortaleza e ainda jovem, procurou uma vaga na fábrica Santa Cecília, foi o seu primeiro e único emprego.

[8] Através das entrevistas o enfoque sobre o cotidiano operário se ampliara na dissertação, aspecto que também vem se configurando na historiografia brasileira, em virtude, seja da ampliação de temas, seja de fontes. (BATALHA, 1998). Por outro lado, aqui também ganham voz as operárias "comuns", "despolitizadas", ou como afirmam Antonio Luigi Negro e Flávio Gomes (2006, p. 222) "aqueles [sujeitos] imprescindíveis que lutaram toda uma vida, ou [aqueles] que sequer lutaram."

Miriam é uma mulher trabalhadora já idosa. Ela foi operária na fábrica Santa Cecília durante três meses na década de sessenta, tempo suficiente para ter o rosto marcado pela máquina lançadeira. O ocorrido faz com que Miriam não retorne à fábrica e, desanimada, sequer exigiu seus direitos; mas permaneceria morando há poucos quarteirões da Santa Cecília. Logo no início da entrevista vemos o confronto de percepção entre gerações distintas. Mãe e filha foram operárias na fábrica em diferentes momentos, o que amplia a nossa percepção sobre as relações de trabalho, posto que em suas memórias, se referem a diferentes fatos. Miriam Barbosa narra a morte de um gerente italiano no interior do Cotonifício por um operário indignado frente a usurpação de seus direitos trabalhistas[9] e a perseguição política da ditadura militar ao sindicalista José Ferreira, ao final dos anos de 1960[10]. A operária também tem na memória a introjeção dos valores propagados no ambiente de trabalho quando da distribuição de brindes pelos empresários nas datas comemorativas. Para sua filha, Teresa Barbosa, a percepção é de que aquela prática se manteve até os anos 1990. Contudo, não mais se tratava de distribuição, e sim, de sorteio de vários produtos, dentre eles os tecidos descartados para venda durante o processo de produção.

Já Elisa Sales se refere à época em que a bodega na qual trabalhava ficava lotada e toda a família se ocupava em preparar e dispor os alimentos à venda no balcão da pequena e modesta mercearia. Elisa também narra alguns episódios, quando se dá a perceber a "cultura do fiado" no cotidiano de baixos salários, bem como a movimentação na porta da fábrica nos dias de greve, quando ela e as operárias se reuniam para rezar temendo um conflito maior.

Noutro momento, também entrevistamos sindicalistas. Neste caso, o encontro foi por intermédio da militância da professora Adelaide Gonçalves que já as conhecia de longa data. A primeira entrevistada, Vera Mariano, perguntou-me se poderia convidar uma colega sindicalista, chamada Maria Bezerra; também perguntou se poderia ser num domingo à tarde, dia em que estava de folga. Fui à sua casa em 2011, no bairro Granja Portugal, em Fortaleza.

Inicialmente o objetivo era o depoimento de Vera Mariano, afinal, ela é que trabalhara na fábrica Santa Cecília; Maria Bezerra, na fábrica Santa Inês. Combinei então com

---

[9] Há referência da morte do gerente italiano pelo operário da fábrica Santa Cecília na dissertação de Bárbara Cacau dos Santos. Para ler mais sobre isto, ver: "**Trabalhadores Cearenses, uni-vos!"**: o Pacto de unidade Sindical em Fortaleza (1957-1964). 2009. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

[10] Em sua dissertação, Andreyson Mariano faz referência ao militante José Ferreira (operário da fábrica Santa Cecília perseguido pela ditadura militar) como um dos descontentes com a política do Partido Comunista Brasileiro (PCB), organizando-se no Partido Operário Revolucionário Trotiskista (POR-T). Para ler mais sobre isto, ver: MARIANO, Andreyson Silva. **Uma Esquerda em Silêncio**: Militantes Trotiskistas de Fortaleza no período de 1963-1970. 2011. Dissertação (Mestrado em História e Culturas), Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

as duas sindicalistas as entrevistas em separado. Primeiro Vera Mariano e depois Maria Bezerra. Esta metodologia funcionou até as narrativas se voltarem para as greves, o sindicato, a Secretaria de Mulheres. Dali em diante os depoimentos se entrecruzaram, complementando-se, divergindo. O depoimento de Maria Bezerra além de enriquecedor foi emocionante. A entrevista duraria um pouco mais de duzentos minutos.

Ao final dos anos 1980, Maria Bezerra já se encontrava militando no Sindicato dos Trabalhadores Têxteis. Em 1988, grávida, esteve presente na construção dos piquetes na porta da fábrica Santa Cecília, na greve pela redução da jornada de trabalho. Em seu depoimento, Maria Bezerra valoriza o papel das operárias na preparação e nos momentos decisivos da greve, assim como no retorno ao trabalho quando os supervisores passaram a "chamá-las" no decorrer dos dias da paralisação. Alessandro Portelli (2001, p. 23) afirma que o pesquisador deve revelar algo sobre si durante a construção da entrevista, uma vez que isto é relevante para orientar o depoimento a um monólogo ou um denso diálogo de autorreflexão – percebi que ao dizer que pesquisava a experiência das operárias, a referência aos operários é mínima na narrativa das sindicalistas.

Maria Bezerra e Vera Mariano contam que se conheceram durante a greve de 1988. Naquele momento, ambas eram operárias, mães solteiras, e acreditaram firmemente na luta. Pouco tempo depois estariam militando com outras mulheres no Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, dentre as quais, Zélia Gomes, que na atualidade continua sua militância no Partido dos Trabalhadores (PT).

A entrevista com Zélia Gomes se deu em 2013 durante cinquenta minutos. Seu depoimento trata da criação da Secretaria de Mulheres no início dos anos 1990, como parte do programa do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, e da disputa no interior do Sindicato pela inclusão da pauta das mulheres nos debates de formação política. Sua memória recupera também a peleja pelas condições objetivas de realização das atividades sindicais com as operárias, donde poderia resultar uma agenda de reivindicações especificamente feminina. Nestes casos de entrevistas com militantes, Ecléa Bosi nos ensina:

> Na memória política, os juízos de valor intervêm com mais insistência. O sujeito não se contenta em narrar como testemunha histórica "neutra". Ele quer também julgar, marcando bem o lado em que estava naquela altura da história, e reafirmando sua posição ou matizando-a. (BOSI: 1994, p. 453)

A memória das sindicalistas bem como do entrevistado Antônio Ibiapino, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis durante o final dos anos de 1980 e início de 1990, volta-se à legitimação de um novo projeto: ruptura com o modelo anterior de

sindicalismo, diálogo com partidos e organizações de esquerda e a luta dos trabalhadores como ação política. Neste sentido, a gestão sindical anterior é vista como "pelega", de colaboração com os empresários da indústria têxtil, pois privilegiava o acordo coletivo na Justiça do Trabalho em vez da "luta direta".[11] Examinaremos ao longo da dissertação como se desenvolveram essas práticas sindicais.

O percurso da pesquisa reuniu um acervo de vinte e oito entrevistas, realizadas durante os anos de 2009 e 2013 – das quais somente uma não foi autorizada para a dissertação porque a operária temia algum tipo de interferência no andamento do processo na Justiça do Trabalho. Nas entrevistas, busquei apoio na metodologia da escuta de "histórias de vida"[12] com o intuito de perceber como as operárias elaboraram suas experiências, o aprendizado, as decisões estratégicas. Tal perspectiva tornou possível abordar amplas dimensões do seu mundo, sobretudo sua representação, revelando aspectos relativos ao trabalho, à vida em família, e à experiência na cidade. Como bem afirma Verena Alberti (2005, p. 164), "a história oral é hoje um caminho interessante para se conhecer e registrar múltiplas possibilidades que se manifestam e dão sentido a formas de vida e escolhas de diferentes grupos sociais, em todas as camadas da sociedade".

No caso do estudo das mulheres através da história oral, Silvia Salvatici (2005, p. 31) analisa que desde então foi possível ampliar o repertório de pesquisas, incorporando novos tópicos, já que os procedimentos de registro dos quais a história é tributária não alcançavam ao privilegiar o aspecto público. Para Michelle Perrot (1989, p. 18), "a memória, como a existência da qual [a mulher] é o prolongamento, é profundamente sexuada."

A construção e o exame de depoimentos podem ampliar a percepção do pesquisador sobre o papel da mulher na história, e isso tem auxiliado na desconstrução de discursos que minimizam sua ação política. Num livro publicado pela Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC) sobre o histórico das indústrias têxteis locais, o tópico "Suave Toque Feminino", é bastante revelador de uma perspectiva histórica convencional acerca do trabalho das operárias nas indústrias têxteis cearenses:

---

[11] Para ler mais sobre metodologia de história oral através dos depoimentos desses militantes sindicais, ver: GOMES, Francisco Alexandre. **Um Fio da Meada**: experiência e luta dos trabalhadores têxteis em Fortaleza (1987 – 1991). 2012. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

[12] Para Verena Alberti (2005), a "história de vida" está relacionada a forma de entrevista que privilegia a vida do depoente desde a infância e o seu cotidiano, tendo por centro de interesse o próprio indivíduo na história, possuindo no seu interior diversas entrevistas temáticas. Para a autora, em ambos os casos, há relação com a biografia.

> Atendendo-se às indicações de presença exclusiva de mulheres nos trabalhos externos dos estabelecimentos de fiação e tecelagem, na capital cearense, àquele tempo, o sexo feminino possivelmente ultrapassaria da metade do operariado, pela especificidade da natureza das tarefas, para as quais os homens têm pouca inclinação, quando não rejeição. (NOBRE: 2001, p. 348)

Ao lermos este livro podemos observar que não existe nenhuma tentativa de compreender como e por que as mulheres se inseriram no trabalho de fiação e tecelagem. Contudo, se as operárias ocuparam aquelas funções, isso aconteceu não em virtude do "suave toque feminino" em lidar com trabalhos sujos e penosos, e sim, pelas razões socioeconômicas aqui analisadas: o mercado de trabalho, a posição que ocupavam na família, e pela classe social à qual pertenciam (Bruschini; Rosemberg, 1982, p. 11). Em geral, ainda segundo estas autoras, são mulheres que têm uma média de 25 anos de idade, vivendo dupla jornada de trabalho e forte segregação ocupacional.

Neste caso têm-se trabalhadoras construindo e vivendo suas experiências de modo que não se enquadram numa perspectiva de classe universal. Trabalham nos piores empregos, têm peculiaridade própria, vivem a hierarquia e o controle em diferentes espaços e momentos de sua existência social. Para Marilena Chauí (2011, p. 96), trata-se de observar que "a classe se manifesta de forma plural"; e analisando tal dimensão, Claudio Batalha (1988, p. 153) observa que desde os anos de 1980 vários pesquisadores têm dado atenção não apenas às relações de gênero, mas também à raça e etnia no exame da história dos trabalhadores.

"A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade", de Heleieth Saffioti (1979), é um dos trabalhos pioneiros no estudo do papel da mulher na reprodução da força de trabalho bem como na produção social.[13] Influenciaria trabalhos posteriores, tais como a obra-referência de Maria Valério Junho Pena (1981), "Mulheres e Trabalhadoras: a presença feminina na constituição do sistema fabril"[14]. Aqui a autora analisa a relação entre organização do trabalho na indústria, ao final do século XIX e início do XX e entre os sexos na família, a reprodução da força de trabalho, observando que as trabalhadoras experimentavam os mecanismos do sistema do patriarcado e as decorrentes opressões de gênero.

Em balanços teóricos posteriores, Albertina de Oliveira Costa e Cristina Bruschini (1989, p. 22) evidenciavam alguns problemas neste tipo de enfoque. As autoras apontam que,

---

[13] SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A Mulher na Sociedade de Classes**: mito e realidade. Petrópolis, Editora Vozes. 2ª. edição.1979.

[14] PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e Trabalhadoras**: Presença Feminina na Constituição do Sistema Fabril. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

se por um lado, havia ênfase na opressão, subordinação, discriminação, injustiças e violência, por outro, cristalizou-se um estatuto de vítimas permanentes das mulheres.

Nos estudos em sequência emergia a possibilidade de articular uma base teórica que privilegiasse a relação homem-mulher[15] bem como o cruzamento entre as diferentes esferas de poder:

> As relações entre o masculino e o feminino só se tornam reconhecíveis, em toda a sua extensão, quando associados aos muitos outros sistemas de poder e subordinação; eis sua dimensão política. Para além das relações entre os sexos – atributos diferenciados e estritamente biológicos, os gêneros masculino e feminino, associados a outras relações sociais revelam experiências de dominação e de subordinação de homens e mulheres. Diferentes graus de igualdade/ desigualdades sociais adquirem visibilidade histórica, quando se admitem estes parâmetros. Não há, pois, como descartar a historicidade dessas relações; em outras palavras, não há como ignorá-las nas condições concretas de existência dos sujeitos históricos. (COSTA: 2003, p. 196)

O objetivo analítico recusava as dicotomias – opressor-oprimido, ativo-passivo, evidenciando a relação entre os vários aspectos que permeiam a experiência das trabalhadoras. Tornavam-se sujeitos, e assim a historiografia passava a recuperar a ação e a palavra das mulheres, elementos que possibilitavam analisar suas estratégias de luta e resistência aos sistemas de exploração e opressão. Magda de Almeida Neves (1986) chama atenção sobre as formas como estes aspectos aparecem nos registros históricos:

> Muitas vezes aparecem de forma desorganizada e difusa, individual; outras vezes, na manifestação de um pequeno grupo, mas existe presente na maioria das mulheres a consciência de que estão sendo exploradas e que o cotidiano do trabalho fabril é muito pesado e desgastante. (NEVES, Magda: 1986, p. 86)

Por outro lado é válido ressaltar que conceitos como mulher, mulheres e relações de gênero à medida que foram sendo incorporados à historiografia, passaram a conviver lado a lado no século XXI.[16] Contudo, utilizo o conceito "mulheres" – nascido e reivindicado no interior do movimento feminista, pois me possibilita visualizar a "diferença" entre as próprias mulheres. Segundo Joana Maria Pedro (2005, p. 82) "a identidade de sexo não era suficiente para juntar as mulheres em torno de uma mesma luta [pois] a explicação para a subordinação não era a mesma para todas as mulheres, e nem aceita por todas".

É na década de 1990 que a categoria de gênero ganha espaço nos debates acadêmicos e políticos ampliando os estudos sobre o feminino e suas relações com o masculino, e surge à partir do conceito "mulheres". Contudo, se "gênero" é teorizado por Joan

---

[15] DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil** (apresentação). São Paulo: Contexto/UNESP, 1997.

[16] PEDRO, Joana Maria. Relações de Gênero como Categoria Transversal na Historiografia Contemporânea. **Revista TOPOI**, Rio de Janeiro, v 12, n 22, p. 270-283, jan. – jun, 2011.

Scott (1998) no sentido de por em questão a relação entre gêneros[17], em processo de desconstrução, compreendo que este último aspecto, em processo constante de relativização, em parte limita o entendimento das ações cotidianas e políticas das operárias têxteis na fábrica Santa Cecília. Utilizo o sentido das relações de gênero como processo dialético de continuidades e descontinuidades.

Em balanço sobre a história social do trabalho e história das mulheres, Maciel Henrique Carneiro da Silva (2010, p, 85) observa no Brasil uma tendência das pesquisas em enfatizar que as identidades de gênero variam conforme a classe social, além de uma série de outros fatores, assinalando múltiplas identidades, em vez de "um ser feminino universal".

Para Ana Paula Vosne Martins (1997-1998, p. 142), as possibilidades de diálogo e a crítica à aproximação entre classe e gênero acontecem à medida que percebemos classe social como processo histórico, com diferenças internas que levam a experiências igualmente diversificadas. Problematizar as diferenças de gênero, e ao mesmo tempo, compreender a luta entre interesses opostos de indivíduos que reconhecem ter experiências comuns, antecede, e dá natureza política as relações sociais de classe. Desse modo as historiadoras feministas afastavam-se de uma visão miserabilista da história das mulheres, ampliavam as possibilidades teóricas da abordagem thompsoniana, dando acento aos processos de politização do cotidiano e de resistência, bem como de suas alternativas fracassadas.

Em sequência, ressalta-se neste trabalho a contribuição e influência da produção historiográfica como visto em: "A Formação da Classe Operária Inglesa" e "Costumes em Comum", de Edward Palmer Thompson; "As Utilizações da Cultura", de Richard Hoggart; "Los Dominados y el Arte de la Resistencia", de James Scott; "Mundos do Trabalho" e "Trabalhadores", de Eric Hobsbawm; "Os Excluídos da História", de Michelle Perrot, dentre outros.

Em diálogo com esta matriz teórica de história social, a linha de pesquisa "Trabalho e Migração" do Programa de Pós Graduação da UFC vem desenvolvendo estudos que versam sobre associação, agremiação e demais experiências dos trabalhadores, suas lutas, projetos educativos, dentre outros.[18]Na dissertação, tornada livro, "Rebeldes pelos Caminhos de Ferro: os ferroviários na cartografia de Fortaleza", Nilton Melo Almeida (2012) analisa os

---

[17] SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Cadernos Pagu**, Campinas, v 11, p. 67-75, 1998.

[18] PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Levantamento da Produção Bibliográfica e de Outros Resultados de Investigação sobre a História Operária e trabalho Urbano fora do Eixo Rio-São Paulo. **Cadernos AEL**, São Paulo, v 14, n 26, p. 255-345, 2009.

trabalhadores ferroviários na cidade de Fortaleza, seu fazer-se enquanto categoria e classe; tendo por objetivo interpretar suas histórias de luta e resistência.

Examinando o desenvolvimento das instituições de classe, bem como as práticas associativas em Fortaleza através do Círculo Operário Católico São José, Ana Cristina Pereira Lima (2009), compreende no "projeto circulista" um espaço possível de construção de direitos e laços de solidariedade entre os trabalhadores durante os anos de 1915 e 1931. Em "Obreiros Pacíficos: o círculo de operários e trabalhadores católicos São José", a autora analisa a heterogeneidade das associações de trabalhadores; situação que possibilitou um efervescente campo de disputas políticas, ideológicas e partidárias naquela conjuntura.

Ao estudar condições de trabalho, formas de organização e luta dos trabalhadores da companhia inglesa Ceará Light, entre 1917 e 1932, Eduardo Oliveira Parente (2008) enfatiza os movimentos coletivos organizados pelos trabalhadores, acompanhando seus esforços gremiais, suas mobilizações e as marcas da cultura associativa. Neste sentido, o autor examina as relações dos trabalhadores com a empresa e o Estado; o diálogo com os comunistas, e posteriormente, com a Legião Cearense do Trabalho – influenciando ao longo do tempo seus métodos de protesto.[19]

Ao final do século XX, a pesquisa de Yuri Holanda Nóbrega (2006) "Operários em Construção: as experiências sindicais dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza entre as décadas de 1970 e 1990", enfatiza as disputas internas à organização sindical, a influência de partidos políticos, a produção do jornal operário assim como as condições de trabalho agravadas, com a frequente perda da vida nos canteiros de obra.

Para o caso dos trabalhadores do tradicional ramo têxtil cearense, Telma Bessa Sales (2009) analisa suas experiências e memórias, especificamente na fábrica Finobrasa, empreendimento do grupo Vicunha, no momento da greve de 1988. A autora privilegia uma abordagem das ações e resistências no mundo do trabalho, e não apenas como espectador ou vítima dos acontecimentos, expressando sua subjetividade e visão de mundo; destacando a metodologia da história oral. [20]

Nesta senda, Francisco Alexandre Gomes (2012) identifica a natureza dos conflitos de classe entre trabalhadores e empresários têxteis em Fortaleza ao final dos anos 1980. Ademais, compreende naquele contexto, as circunstâncias e desdobramentos das lutas

---

[19] PARENTE, Eduardo Oliveira. **Operários em Movimento**: a trajetória de luta dos trabalhadores da Ceará Light (Fortaleza – 1917-1932). 2008. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

[20] SALES, Telma Bessa. Tecelões de histórias: trabalhadores têxteis e a greve de 23 dias. In: **XXV Simpósio Nacional de História** – Anpuh, v 1, 2009. Fortaleza. Anais da Associação Nacional de História. Fortaleza: UFC, 2009, 1-20. 1 CD-ROM.

específicas, bem como o direito à sindicalização e a luta pelo fim do trabalho aos domingos, enquanto ações em coletivos de resistência aberta, assim como em maio de 1988, e em 1991, em Fortaleza, quando da adesão dos trabalhadores da Finobrasa à greve geral.

É neste quadro teórico-metodológico que se insere esta Dissertação, cujo objetivo é a análise da experiência das operárias têxteis da fábrica Santa Cecília na cidade de Fortaleza num período caracterizado pelo ascenso das lutas sociais. Examinamos a trajetória das operárias face ao processo de migração vivido por muitas delas, a segregação espacial que lhes confinava quase exclusivamente no bairro fabril, onde a cultura operária ganha acento, seja no cotidiano da bodega, nos raros momentos de lazer ou na moradia de vila operária.

Examinamos ainda a busca das mulheres por trabalho, ora submetidas à humilhação e aos rigores da vida como empregada doméstica, ora no insalubre trabalho como castanheiras e ainda ao pé do portão da fábrica têxtil em busca de uma vaga. Queriam melhorar de vida, ajudar a família que permanecera no interior, ter uma carteira assinada. As expectativas não se confirmam. O trabalho fabril, na prática, não gerava uma vida melhor. Na fábrica Santa Cecília as condições de trabalho eram terríveis, a "morte lenta" era um fato, eram várias as doenças adquiridas na intensa jornada. Em 1988, com a promulgação da nova Constituição Federal, a luta é pela redução do tempo de trabalho como constava na lei.

Ademais, também analiso o diálogo efetuado entre educação sindical e agenda de lutas, quando as próprias operárias tomaram a frente na elaboração de suas reivindicações, presentes em grande medida, nos dissídios coletivos impetrados na Justiça do Trabalho. Também neste âmbito judicial que as trabalhadoras – moradoras das casas de vila operária lutaram para receber o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) nunca depositado pela fábrica em falência, situação que inviabilizava a compra da casa onde moravam. Neste ponto, justifico o recorte temporal da pesquisa: 1988 é o ano em que as operárias constroem uma grande greve na fábrica Santa Cecília pela redução da jornada de trabalho e 1993 é o encerramento das atividades, por falência daquela empresa fabril, acirrando-se os conflitos com os empresários pelo pagamento dos direitos trabalhistas usurpados.

Edward Palmer Thompson (2001, p. 277) bem dizia que as classes são formações sociais e culturais não estanques, elas "se definem de acordo com o modo como sua formação acontece efetivamente".[21] Ao analisar as operárias têxteis neste processo, concordo com o autor que a consciência de classe advém da partilha de experiências[22] mediadas culturalmente,

---

[21]THOMPSON, Edward Palmer. **As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos**. Campinas: Ed. Unicamp, 2001, p. 277.
[22] *Id.,* 1981, p. 189.

em interação com relações de produção, mas não encerradas nelas. As interações sociais acontecem no cotidiano, nas relações de trabalho, entre moradores das vilas operárias, nas bodegas, nos espaços de lazer, no sindicato, nas greves.

Para James Scott (1990), outro aspecto a ser observado são as práticas de "representação", um jogo de papéis e lugares em que normas ou regras elaboradas pelos dominantes ganham significados diferentes, e por vezes contrastantes, quando colocadas em ação pelos dominados. Entram em cena as "resistências", orientadas pelas atitudes de obediência, dissimulação e diferença. Para o autor, analisar estas atitudes se configura numa tentativa de compreender os padrões culturais de dominação, subordinação e resistência.

Assim, para pensar a inserção das operárias têxteis da fábrica Santa Cecília na cidade, dialogo com Henri Lefebvre (2001, p. 15) para quem: "a vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos 'padrões' que coexistem." Em seu movimento dialético, é na cidade onde engenheiros e urbanistas têm por ofício planejar, desenhar ou mesmo calcular área de ruas e avenidas. O objetivo é racionalizar o espaço tornando ausentes os conflitos. Contudo, é também na cidade onde trabalhadores e trabalhadoras se fazem sujeitos, exigem seu espaço tensionando o Estado e os empresários em busca do "direito à cidade", o reconhecimento de pertença:

> A questão da segregação [espacial] ganha sob este ponto de vista [privatização da vida burguesa, o contraste entre território do poder e do dinheiro e o território popular] tem um conteúdo político, de conflito: a luta pelo espaço urbano. Para os membros da classe dominante, a proximidade do território popular representa um risco permanente de contaminação, de desordem. Por isso deve ser, no mínimo, evitado. Por outro lado, o próprio processo de segregação acaba por criar a possibilidade de organização de um território popular, base da luta dos trabalhadores pela apropriação do espaço da cidade. (ROLNIK: 1988, p. 51)

Numa região entrecortada pelo trabalho industrial, em especial no espaço onde estava instalada a planta industrial da fábrica Santa Cecília, operários e operárias circulam naquelas ruas não apenas para chegarem às suas casas após a longa jornada de trabalho. Conversam, merendam, vão às festas, ao futebol, dirigem-se à sede do seu sindicato, unem-se em piquetes na porta do Cotonifício.

Vivendo na cidade dos contrastes e das desigualdades: rico - pobre, patrão - empregado, proprietário – despossuído; foram à luta numa conjuntura marcada pelas greves que culminam nas seguintes fábricas: Têxtil Bezerra de Menezes (1986), Santa Inês (1987), Santa Lúcia (1987) e Santa Teresa (1987), Finobrasa (1988, 1991), Santa Cecília (1988),

Thomaz Pompeu (1992).[23] A motivação às greves vem da profunda insatisfação no trabalho, e da consciência dos direitos negados. Os motivos são vários, e estão articulados numa agenda comum de reivindicações: direito à sindicalização, tempo para o almoço, saúde do trabalhador, aumento salarial, redução da jornada, contra o trabalho aos domingos, entre outros. Tratava-se também de uma conjuntura atravessada pela reestruturação produtiva e seus efeitos mais evidentes: demissão em massa, fechamento de postos de trabalho, falência das unidades fabris mais obsoletas.

Em âmbito nacional, entre os anos de 1980 e 1990, as greves geraram mais de um milhão de braços cruzados em diferentes cidades e setores.[24] Em Fortaleza, as mobilizações aconteceram, em especial, entre bancários, rodoviários, servidores públicos municipais, estaduais e federais[25]. Chama atenção o modo como o Governo Tasso Jereissati, em 1987, posiciona-se sobre as mobilizações. No jornal O Povo é publicado: "Governador vai pedir a TRT que declare as greves ilegais":

> O Governador Tasso Jereissati informou ontem que vai pedir, no Tribunal Regional do Trabalho, a ilegalidade das várias greves que se registram hoje no âmbito da administração estadual. Disse ainda que todas as medidas necessárias para fazer a máquina retornar a normalidade serão adotadas, não descartando nem mesmo o corte do ponto dos servidores que participam dos movimentos paredistas. [...] "É preciso se dar um fim a isso e que as pessoas tenham e saibam usar adequadamente seus direitos". Referiu-se aos grevistas. [26]

O autoritarismo é a marca evidente no autoproclamado "governo das mudanças". Dessa forma, direitos não deveriam ser reivindicados, e sim "usados adequadamente" e de preferência sem o legítimo recurso à greve e à luta política. Na percepção do governador – empresário, a Justiça do Trabalho, órgão normativo que, em tese, delibera em última instância os rumos das reivindicações trabalhistas, deveria estar à sua disposição para decretar a ilegalidade das greves em curso. Na denúncia feita pelo Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, em 1988, é explícita a conotação negativa expressa pelo Governador à greve naquela

---

[23] Para ler sobre isto, ver: jornal **O Povo** (26 de junho de 1987 e 07 de janeiro de 1992); **Diário do Nordeste** (19 de maio de 1986 e 17 de julho de 1987); **Jornal do Dorian** (junho, julho de 1987). Para uma análise historiográfica, ler: GOMES, Francisco Alexandre. **Um Fio da Meada**: experiência e luta dos trabalhadores têxteis em Fortaleza (1987 – 1991). 2012. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012; OLIVEIRA, Maria Evânia. **A Greve dos Têxteis em Maio/88 e sua Repercussão no Plano da Consciência do Operariado**. 1989. Monografia de graduação. Universidade Estadual do Ceará, Curso de Serviço Social, Fortaleza, 1989; SALES, Telma Bessa. Tecelões de histórias: trabalhadores têxteis e a greve de 23 dias. In: **XXV Simpósio Nacional de História** – Anpuh, v 1, 2009. Fortaleza. Anais da Associação Nacional de História. Fortaleza: UFC, 2009, 1-20. 1 CD-ROM.

[24] SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores em Movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990. In: Jorge Ferreira; Lucília de Almeida Neves Delgado (orgs.). **O Brasil Republicano**: O tempo da ditadura, Regime Militar e Movimentos Sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro, v. 04, 2003.

[25] Ver, por exemplo, jornal **O Povo**, 09 de abril de 1986.

[26] Jornal **O Povo**, 05 de dezembro de 1987.

categoria: "Tasso Jereissati trata uma greve legítima, num período de Campanha Salarial, como caso de política"[27].

Como veremos neste trabalho, essa luta política dos operários e operárias têxteis nos anos de 1980 e 1990 acontecia dentro e fora das fábricas, nas assembleias, nas negociações com os patrões, mas também na Justiça do Trabalho. Aliás, foi através dos documentos ali preservados que localizei vários processos individuais que tinham por suscitante principal as operárias, quando requeriam o pagamento integral dos direitos trabalhistas.

Entretanto são documentos que a todo instante se encontram na iminência de destruição sob alegação vária: falta de espaço para sua guarda, por serem "repetidos"[28]; e assim os pesquisadores vêm perdendo a possibilidade de acesso a muitos destes processos. Com outras especificidades, também temos os depoimentos de pessoas comuns, operárias que se encontram segregadas na cidade, e à margem da história oficial onde o silêncio de suas experiências é uma constante:

> A memória social de suas vidas vai se perdendo antes por um esquecimento ideológico do que por efetiva ausência de documentos. É verdade que as informações se escondem, ralas e fragmentadas, nas entrelinhas dos documentos, onde pairam fora do corpus central do conteúdo explícito. Trata-se de reunir dados dispersos e de esmiuçar o implícito. (DIAS: 1995, p. 14)

Ao contrário dos documentos utilizados por Maria Odila Leite da Silva Dias para examinar trabalhadoras pobres na sociedade paulista no século XIX, as fontes orais nesta pesquisa não são encontradas, armazenadas ou disponibilizadas em arquivos públicos e centros de memória, o que se torna um grave problema para o pesquisador da disciplina histórica. Informações por si já dispersas, tornam-se ainda mais difíceis de serem reunidas quando se tratam dos depoimentos, em geral centralizados nas mãos do entrevistador e dos entrevistados.

Ainda que o recorte temporal desta Dissertação seja recente, percebo que a história dos trabalhadores e, neste caso, das operárias têxteis da fábrica Santa Cecília, também

---

[27] Jornal **Fio da Meada**. Ano II, N.º 6. 1988.

[28] Sobre o desafio da catalogação, armazenamento e construção de acervos de ampla natureza documental, ver: MARQUES, José; STAMPA, Inez Terezinha. **Arquivos do Mundo dos Trabalhadores**: coletânea do 2º. Seminário Internacional 'o mundo dos trabalhadores e seus arquivos: memória e resistência'. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2012; BIAVASCHI, Magda; LÜBBE, Anita; MIRANDA, Maria Guilhermina. **Memória e Preservação de Documentos**: direitos do cidadão. São Paulo: LTr, 2007; CAIXETA, Maria Cristina D.; DINIZ, Ana Maria M.; CAMPANTE, Rubens Goyatá (orgs.). Cidadania: o trabalho da memória. **IV Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho**. São Paulo: LTr. 2010.

passa por um esquecimento ideológico, os documentos não estão sendo preservados, dificultando o ofício da investigação para as próximas gerações de pesquisadores.

Neste estudo, face à proposta de análise, recorro a uma variada tipologia documental: história oral, fotografias disponibilizadas pelas entrevistadas e àquelas pertencentes ao acervo da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC); Calendários, Atas de assembleia da União Industrial Têxtil (UNITÊXTIL), Anuários do Estado, Cadastros e Censos industriais, Plano diretor de Fortaleza, estudos estatísticos do Serviço Nacional da Indústria (SENAI), do Sistema Nacional de Empregos (SINE); mapas e dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), legislação (CLT e Constituição de 1988), processos individuais e dissídios coletivos bem como processos da Delegacia Regional do Trabalho (DRT), jornais, atas, ofícios e panfletos do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Fortaleza, jornais de grande circulação na cidade como "O Povo" e "Diário do Nordeste", relatórios do Serviço Social da Indústria (SESI), e estudos monográficos.

Para estes últimos, ressalto que se trata de estudos baseados em vivência empírica, estágios das pesquisadoras nas fábricas Santa Cecília, Santa Inês e Santa Lúcia nos anos 1980 - enquanto cursavam Serviço Social na Universidade Estadual do Ceará. Em comum, as Monografias realizam balanço de suas atividades, caracterizando como insuficiente o número de profissionais em sua área de atuação profissional junto ao grupo UNITÊXTIL[29], onde, a exceção de uma Assistente Social, as demais eram estagiárias à época, inviabilizando um trabalho que propunham "efetivo".

Porém, há distinções entre uma pesquisa e outra. Para o caso de Jane Cristina Malaquias de Almeida (1985, p. 26), ela não apenas avalia como também propõe uma reestruturação do serviço social desenvolvido na UNITÊXTIL. Observa que precariamente sua ação desenvolve a "mediação de interesses entre empregados e chefias e entre os próprios empregados, [...] ao prevenir problemas sociais que afetam a produtividade (absenteísmo, indisciplina, desequilíbrio econômico, inadaptação ao trabalho)."

O objetivo é evidente: minimizar os conflitos desde o espaço do trabalho. Na pesquisa de Cláudia Mercedes Rodrigues Lopes (1985) observamos uma análise crítica das relações de trabalho naquele grupo empresarial, e, em específico a fábrica Santa Lúcia:

---

[29] Complexo industrial criado em 1973, que até o final da década de 1980 congregava cinco fábricas: Santa Cecília (bairro Montese), Santa Inês (bairro Henrique Jorge), Santa Lúcia (bairro Centro), Santa Rita (bairro Maraponga) e Santa Teresa (cidade de Aracati). Para ler mais sobre esta fusão e trajetória das indústrias têxteis no Ceará, ler: VIANA, Carlos Negreiros. **A Indústria Têxtil de Algodão no Ceará**: uma experiência de industrialização fora do centro-sul (1881-1973). 1980. Dissertação (Mestrado em Economia), Universidade de Brasília, Fortaleza, 1980.

> O Grupo UNITÊXTIL mantém todas as características de empresas capitalistas, afirmação esta, baseada na subordinação do trabalho humano ao equipamento industrial. A Fábrica Santa Lúcia, sendo uma de suas unidades fabris, não lhe escapa à regra de ser uma fábrica cujo fito primordial é aumentar a produção e obter maiores lucros.
>
> O único elo entre o homem e a empresa é o salário. Devido a prioridade produtiva por parte do empresário, e do fraco poder de barganha do operário, a empresa se vale indiscriminadamente de mecanismos de cooptação ideológica, sem valorizar a condição de ser homem histórico-social do operário. (LOPES, Claudia: 1985, p. 11)

Esta é uma das cinco monografias sobre a UNITÊXTIL, e destes estudos é possível encontrar um variado grau de informações, a saber: depoimentos de gerentes criticando a falta de um projeto empresarial de cooperativa; conflitos entre vizinhos das vilas operárias; quantidade de casas nas vilas e os critérios de acesso à moradia; confraternizações no espaço fabril; o lazer, entre outros dados. Tais fontes possibilitaram o cruzamento de informações com outros documentos, uma vez que não existe acervo documental relativo às fábricas daquele grupo empresarial.

A presente Dissertação se apresenta da seguinte forma: no Capítulo 1, “Memórias da Cultura Operária”, analiso a localização e o impacto da indústria têxtil em Fortaleza, a concentração da moradia operária na cidade bem como seus modos de vida num espaço socialmente segregado, destacando lugares e dimensões da cultura operária. Bares, bodegas, botecos e mercearias ganham relevo nas memórias do tempo em que era aguda a carestia de vida, onde o lazer acontecia nos lugares circunscritos à propriedade dos patrões, ou em curtas saídas do bairro; e a moradia nas casas de vila operária era insuficiente e acontecia sob critérios variados.

No Capítulo 2, “Operárias Têxteis e a Experiência Fabril”, examino a trajetória das operárias têxteis desde o processo de migração e a “sedução da cidade”, a desilusão quando da experiência negativa nos piores empregos, dentre eles, o trabalho fabril. A memória é da doença, da fome, da disciplina e dos ritmos alucinantes da maquinaria fabril. Neste cenário, ganha relevo a luta pela redução da jornada e pelo direito à alimentação no trabalho.

No Capítulo 3, “Lutando por Direitos”, analiso dois processos: a constituição de uma nova educação sindical entre as operárias bem como a elaboração e politização de reivindicações femininas no mundo do trabalho fabril têxtil; e a experiência das operárias face à Justiça do Trabalho na luta pelo recebimento integral dos direitos trabalhistas usurpados pela fábrica em falência, num momento em que almejavam a compra da casa de vila operária onde moravam.

Desse modo, a análise do mundo do trabalho das operárias têxteis da fábrica Santa Cecília visa uma abordagem relacional, à medida que articula vários aspectos da experiência feminina apreendidos nas suas histórias de vida e em ampla documentação. Como consequência, a cultura e politização do cotidiano, relações de gênero e de poder bem como os processos de resistência ao sistema fabril ganham relevo nesta Dissertação.

CAPÍTULO 1
MEMÓRIAS DA CULTURA OPERÁRIA

Sobre ruas cheias de curvas
Que contornam águas da chuva
Que deleitam mágoas sem busca
Que afetam as pessoas que as procuram
Que têm em si somente amarguras
Que traz em seus chãos versão do passado
Que vem consigo poeiras atrasadas
Que flutua em si as tristezas incontroladas
Que esconde em suas curvas a dor da infelicidade
Caminharei rumo ao infinito

E sobre essas ruas curvadas
Que se encontra a felicidade
Que aparece trovadas
Que exalta maldade
Que separa as duas partes da saudade
Que leva em seu rumo somente, e fecha em si a vinda da vontade.

Seguirei minha caminhada dura e difícil
Rumo a busca da felicidade
("Ruas Enigmáticas", Francisco Antônio Ferreira dos Santos)[30]

1.1. A Indústria Têxtil em Fortaleza

Para compreendermos a experiência das operárias têxteis da fábrica Santa Cecília entre os anos de 1988 e 1993, recuo no tempo para situar elementos da história da indústria de tecidos no Ceará. Carlos Negreiros Viana (1980, p. 75), observa que por volta de 1916, Maximiniano Leite Barbosa Filho comprava a fábrica de tecidos Santa Teresa, anteriormente denominada "Companhia Popular Aracatyense". Era o início do império das "santas". Já em 1944, em Fortaleza, seria instalada a "fábrica Santa Cecília", e nos anos setenta, através dos incentivos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) foram criadas as fábricas "Santa Inês", "Santa Lúcia" e "Santa Rita" (VIANA, 1980, 54).

Da época de instalação da fábrica Santa Cecília em Fortaleza até o encerramento de suas atividades, em 1993, muitas transformações se efetuaram. De uma pequena fábrica que funcionava apenas com o trabalho de tecelagem, o Cotonifício da família Leite Barbosa/Pinheiro se expandiu ao longo dos anos, incorporando posteriormente os setores de fiação e acabamento.

[30] Trabalhador em fábrica e participante do concurso de poesia realizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Fortaleza, ao final da década de 1980. Acervo do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis em Fortaleza.

Segundo documentos do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE)[31], a indústria têxtil no Nordeste somente passaria por certo grau de modernização, diversificação e aumento produtivo no setor ao final dos anos de 1950, quando dos incentivos da SUDENE. São transferências de dinheiro público investido no setor privado. Contudo, seria nos anos de 1980 e início de 1990, época de crise e abertura da economia, que o cenário dessa indústria no Nordeste ganharia relevância em âmbito nacional:

> Reestruturação por parte das empresas, disponibilidade de mão de obra barata no Nordeste e políticas de incentivos fiscais aplicados pelos diversos governos estaduais na região, desencadearam um significativo movimento de migração de plantas industriais das regiões Sudeste e Sul para o Nordeste, notadamente para os estados do Ceará, Rio Grande do Nordeste e Paraíba. (VIANA: 2005, p. 23)

Contabilizando indústrias mais antigas e recém-instaladas, o Censo Industrial de 1980 apontava a existência de 58 estabelecimentos têxteis, com uma média mensal de 5.437 trabalhadores, homens e mulheres.[32]Neste cenário, o Governador do Ceará, Tasso Jereissati, seria um dos promotores da política de incentivos fiscais aos empresários deste setor, e assim se justificava a concessão de terrenos, água, luz e por vezes telefone. [33] Deste modo, se ajustavam os discursos e as práticas do apregoado "desenvolvimento" e da "agenda da modernização", em plena vigência ao final dos anos de 1980. Indústria e Mercado se expandiam às expensas do Estado, explorando e descartando a mão de obra local, ainda mais prejudicada, quando da afirmação das políticas autoritárias do então governador Jereissati acerca do movimento dos trabalhadores, como vimos anteriormente.

Neste processo ainda encontramos empresários descontentes, como é o caso do superintendente das fábricas Santa Cecília, Santa Inês, Santa Lúcia e Santa Teresa, Carlos Leite Barbosa Pinheiro que em 1987 exigia do Estado a ampliação da cota energética para seus cotonifícios que estavam, segundo ele, sendo "prejudicados" por receberem menos incentivos:

> Reclama que para novos investimentos não faltam água, energia e as condições de infraestrutura, mas não existe energia para a ampliação e modernização de uma empresa quase centenária, que emprega, diretamente, quase 2.500 pessoas no Ceará.[34]

---

[31] VIANA, Fernando Luiz Emerenciano. **Documentos do ETENE** – Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste. A Indústria Têxtil e de Confecções no Nordeste: características, desafios e oportunidades. Fortaleza: Banco do Nordeste do brasil. Série Documentos do ETENE, no. 06, 2005.

[32]Censo Industrial: dados gerais. **IX Recenseamento Geral do Brasil – 1980**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro: IBGE, 1984.

[33] Para ler mais sobre a política de incentivos fiscais à indústria têxtil no Ceará, ver: ARAGÃO, Elisabeth Fiúza. **O Fiar e o Tecer:** 120 anos da indústria têxtil no Ceará. Fortaleza: Federação das Indústrias do Estado do Ceará. 2002.

[34] Jornal **O Povo**, 28/06/1987.

Naquele mês de junho de 1987 são várias as matérias do jornal O Povo com o empresário Carlos Leite Barbosa elucidando a trajetória empreendedora de sua família, os negócios, a identidade construída no Ceará, os benefícios que teria proporcionado à população da cidade do Aracati. Ao acatar o discurso empresarial, a mídia ratificava a exigência pela ampliação da cota energética, e pressionava com o argumento de que somente haveria perdas para o Estado, pois as fábricas migrariam para Minas Gerais. Em menos de uma semana a exigência é prontamente atendida:

> O secretário da Indústria e Comércio, Francisco Ariosto Holanda, cumprindo determinação do governador Tasso Jereissati, autorizou à Coelce a fornecer, a partir de hoje, mais 600 mil quilowatts/mês de energia elétrica à Unitêxtil, garantindo, assim, o funcionamento regular da empresa.
>
> Para aumentar sua linha de produção – 3 milhões de metros lineares de tecidos lisos e estampados por mês – a Unitêxtil precisa colocar em funcionamento mais 156 máquinas, já adquiridas mas não instaladas por falta de energia regular. Das 240 novas máquinas adquiridas pela Unitêxtil, um total de 84 já estão em funcionamento, garante Carlos Pinheiro.[35]

As fábricas que já funcionavam vinte e quatro horas por dia poderiam ampliar a produção, usando "equipamentos convencionais e inovadores que funcionavam em paralelo"[36] e mão de obra operária que já trabalhava em ritmo alucinante.

Neste caso convém sublinhar que a caracterização laudatória do Governo Tasso é comum para o período, inclusive disseminada por intelectuais acadêmicos – "governo mudancista", "período de revitalização política", "rompimento com os coronéis", "modernização do aparelho de estado" –, mas que tem como contrapartida o agravamento das condições de vida e trabalho no sistema fabril, o aumento do déficit da habitação popular, o baixo investimento em saúde e educação públicas, entre outras evidências de uma conjuntura amplamente marcada pelo discurso que igualizava modernização e privatização.

Analisando a competitividade nas indústrias têxteis ao final dos anos de 1980 e início de 1990, Antônio Lisboa Teles da Rosa (1994) examina que no Ceará a expansão da produção não decorria de uma política de aumento salarial e, segundo ele, explicada pela mão de obra abundante, cujo efeito é assim apresentado:

> Esta aproximação da produtividade, sem o correspondente aumento dos salários, indica que a abundância de mão de obra torna o setor têxtil mais rentável que o

[35] Jornal **O Povo,** 01 de julho de 1987.

[36] Segundo o SENAI, a tendência das fábricas têxteis era o uso de máquinas antigas e novas. Para ler mais sobre isto, ver: SENAI. **Relatório da Pesquisa sobre Inovações Técnicas na Indústria Têxtil.** Fortaleza: Departamento Regional do Ceará, 1987.

> brasileiro. Ou seja, ao melhorar a tecnologia do setor no Ceará, o seu rebatimento em um aumento de produtividade maior do que dos salários implica que o lucro cresce mais no Ceará no que no País.
> (...)
> Verifica-se, em 1985, que apenas 8,64% do produto destinava-se a remunerar os trabalhadores, contra 15,83% do Brasil. (VIANA: 1995, p. 53)

Lucro, rentabilidade e crescimento formam o vocabulário do capital. Para o operariado somente restava a superexploração de seu trabalho. No caso das operárias no setor têxtil, além dos baixos salários, realizam os piores ofícios: 25,6% são fiandeiras; 12,3% são trabalhadoras braçais; 9,3% preparadoras de tecelagem; 8,5% tecelãs; enquanto as demais desempenham tarefas de auxílio ou de operação de tecelagem. [37]

Outro argumento para a consolidação e incremento do parque industrial têxtil no Ceará bem poderia ter sido o tradicional cultivo do algodão, contudo, àqueles tempos, era a crise que prevalecia. No ano de 1994 o jornal da FIEC publicava uma matéria sobre a tentativa de revitalização do plantio, em favor de um "pacote tecnológico", o que incluiria "defensivos e assistência técnica",[38] explicado em parte devido à seca e o bicudo que continuavam a destruir a plantação do algodão arbóreo. [39]

Em 1992 o presidente da FIEC, Ivan Bezerra, pronunciava-se sobre o assunto. Afirmava que parte significativa do algodão consumido pelas indústrias têxteis, próximo dos 90%, vinha do Paraná, Santa Catarina e exterior, e em virtude disto, sugeria o incentivo a plantação do algodão, em mãos dos grandes empresários e com a desapropriação, pelo governo, das terras dos pequenos produtores.[40]

Como se pode observar é a vigência plena do velho discurso das oligarquias agroindustriais. O receituário é perverso, pois se volta ao chamado modelo de "desenvolvimento" orientado pela monocultura e concentração fundiária retirando do homem do campo sua possibilidade de sustento, seja no que trata ao uso da terra, seja quanto à plantação dos alimentos, da cultura de subsistência. Como podemos observar, aos capitalistas não bastava a exploração do operariado na indústria têxtil, a sugestão era a completa expropriação dos pobres no contexto dos inícios dos anos de 1990 em que somente o setor têxtil exportava uma média de 1 bilhão de dólares, dos quais os empresários no Ceará alcançavam 40 milhões.[41]

---

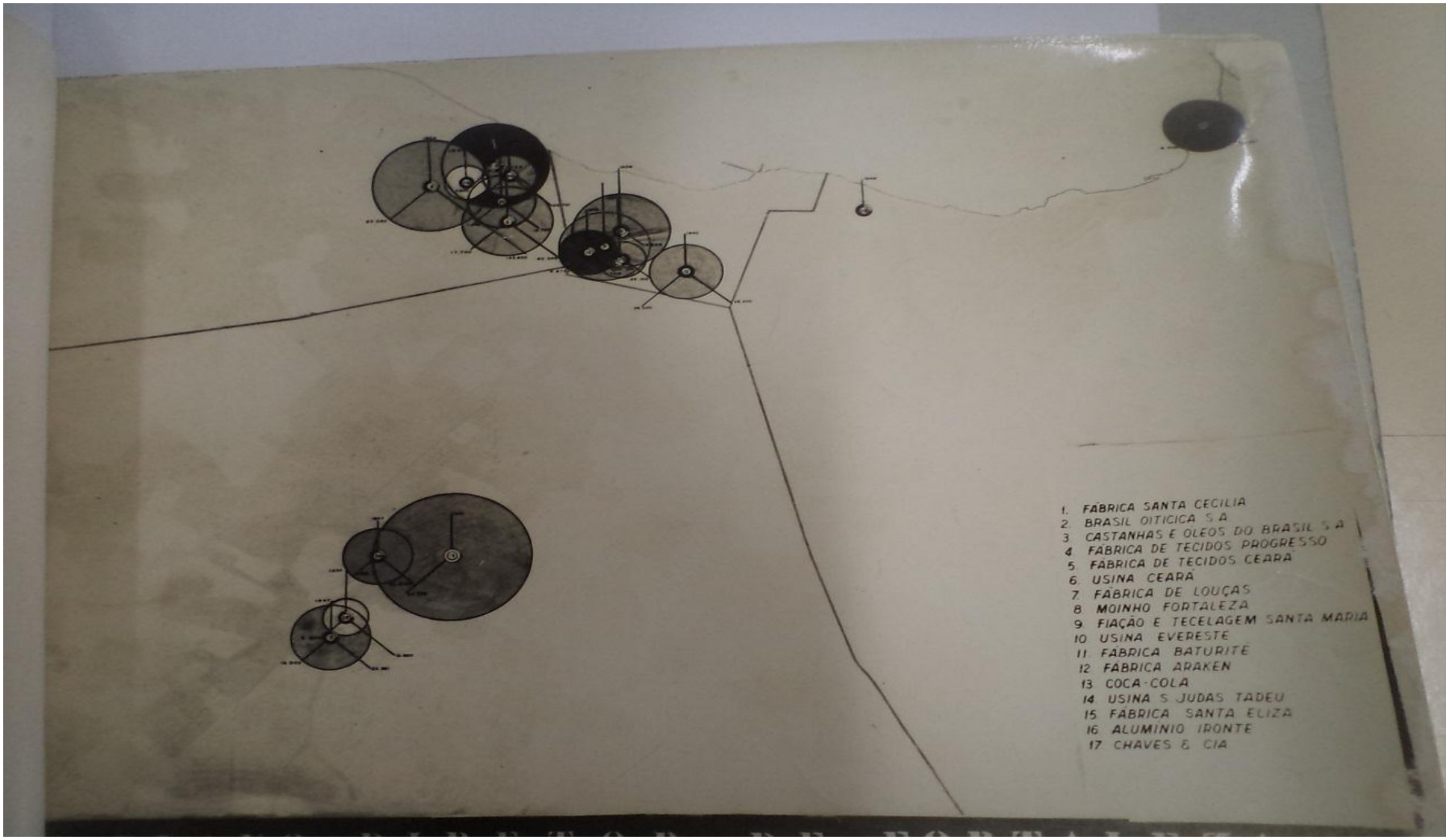
[37] SENAI. **Relatório da Pesquisa sobre Inovações Técnicas na Indústria Têxtil.** Fortaleza: Departamento Regional do Ceará, 1987. Para o levantamento destes dados pelo SENAI, oito fábricas foram analisadas, dentre elas as do grupo UNITÊXTIL.
[38] **Jornal da FIEC**, julho de 1994.
[39] **Jornal da FIEC**, julho de 1992.
[40] **Jornal da FIEC**, julho de 1990.
[41] **Jornal da FIEC**, julho de 1990.

A fábrica Santa Cecília era parte desta conjuntura da indústria têxtil. Para termos ideia do seu impacto na cidade, em 1986, mesmo sem a mesma proeminência econômica do passado, mantinha-se entre as cem maiores indústrias do Estado, apresentando-se na 13ª. colocação em vendas quando o setor têxtil cearense representava o 3º. lugar na pauta de exportação de fios, e 8º na exportação de tecidos, em âmbito nacional.[42]

Ao longo do tempo, esta fábrica que funcionou na Rua Quinze de Novembro, no bairro do Montese, passou a gerir um complexo industrial têxtil, no qual transformava desde o algodão em fio até o fio em tecido, pronto para uso. No Plano Diretor da cidade de Fortaleza do ano de 1963, a seção denominada "equipamentos industriais" aponta a localização dos principais setores de produção: tecido, óleo e castanhas, alumínio, louças. A Santa Cecília se encontrava entre as fábricas citadas.

[42] Dados retirados do Cadastro Industrial do Ceará, 1986; e do seguinte livro: ROSA, Antônio Lisboa da. et al. **A Indústria Têxtil Cearense**: um estudo sobre a competitividade. Fortaleza: FIEC, 1994.

FIGURA 1 - Localização das indústrias na cidade de Fortaleza, anos 1960.



Fonte: Plano Diretor de Fortaleza

Acervo: Biblioteca Professor Liberal de Castro (Arquitetura, UFC)

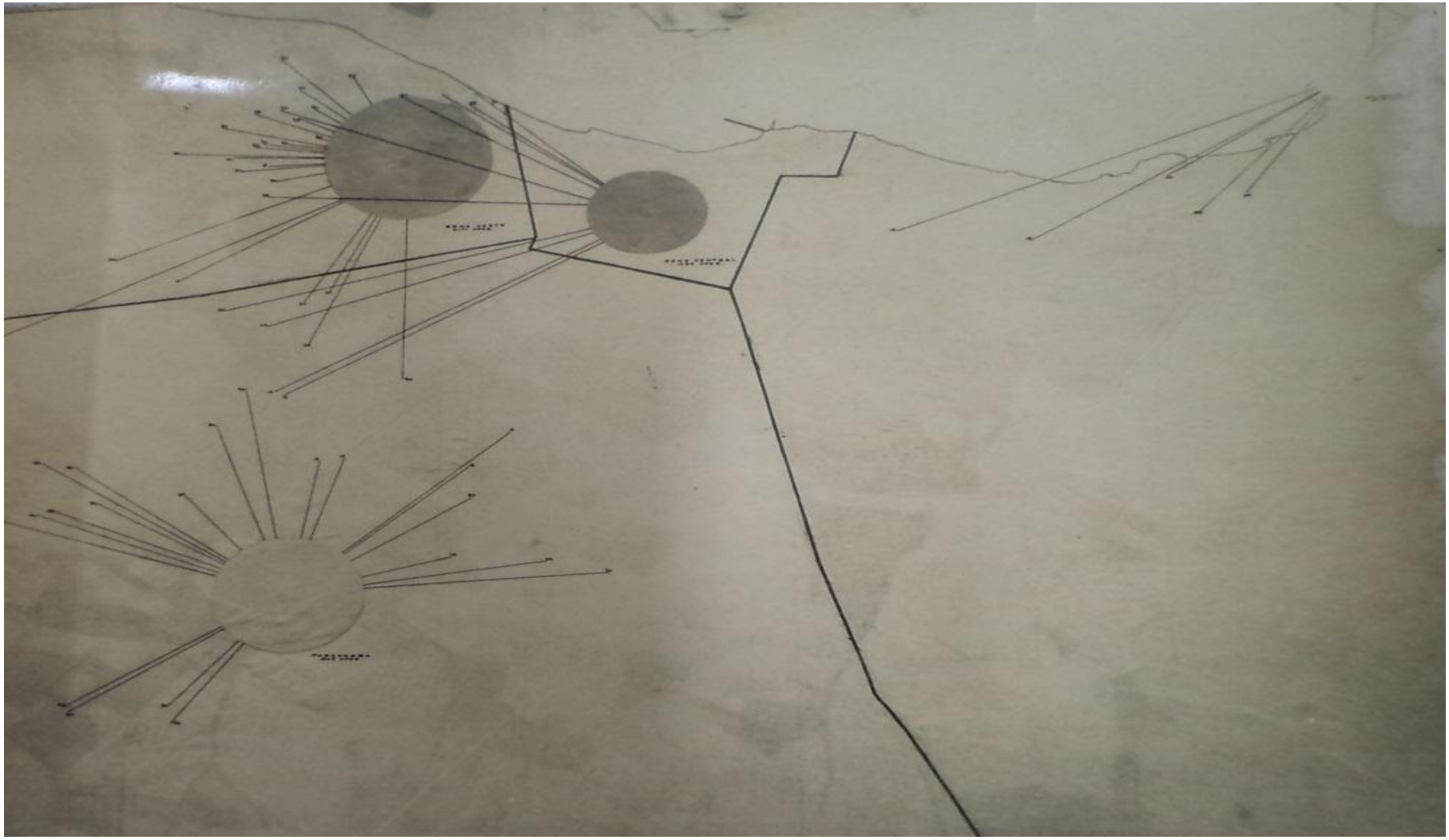
A imagem centraliza a região litorânea adentrando o interior, onde encontramos bairros como Centro, Mucuripe, Montese, Parangaba. Tratava-se do caminho "percorrido" pelas instalações industriais que permaneciam próximas ao porto. No plano diretor da cidade, a fábrica Santa Cecília aparecia em primeiro na legenda (ainda que seja pouco visível a localização no desenho). A partir desta configuração espacial, o estudo de Zenilde Baima Amóra (1978) aponta que na década de 1970 as primeiras indústrias instaladas próximas ao Centro foram se afastando deste perímetro em virtude do crescimento urbano:

> O Distrito de Parangaba ocupa o segundo lugar dentre as áreas de maior concentração [industrial], misturando-se velhos e novos estabelecimentos. As primeiras indústrias instaladas na área foram a Chaves Mineração S/A (1926), operando no ramo da lava e beneficiamento da gipsita, o Cotonifício Leite Barbosa (1945), atualmente a maior indústria têxtil da cidade, e a Usina Everest (1953), produtora de óleos vegetais. (AMÓRA: 1978, p. 74)

Além do polo industrial da Avenida Francisco Sá, o bairro Parangaba, na análise de Luiz Cruz Lima (1971, p. 20), tornou-se "zona preferencial para a instalação de indústrias" durante a década de 1970 uma vez que possuía grande densidade demográfica, concentrando 166.495 mil habitantes, considerado, portanto, o bairro mais populoso da capital cearense. Na década de 1960, parcela significativa da população deste bairro se encontrava proletarizada, trabalhando no sistema fabril.

Para José Borzacchielo da Silva (2007), a cidade de Fortaleza nos anos de 1970 exercia papel de "metrópole regional", abrangendo área superior a 400 mil quilômetros quadrados com aproximadamente sete milhões de habitantes. Despontando no crescimento populacional, devido, em grande medida, a constante migração do povo sertanejo em busca de melhores perspectivas na capital, tem-se a formação de extensa periferia urbana, donde vivem trabalhadores, homens e mulheres, absorvidos nos postos de trabalho no setor de serviços, no comércio, e na indústria (especialmente para o caso das mulheres), nos anos de 1990.

FIGURA 2 - Distribuição da população operária em Fortaleza, anos 1960.



Fonte: Plano Diretor de Fortaleza

Acervo: Biblioteca Professor Liberal de Castro (Arquitetura, UFC)

Na imagem podemos observar quatro zonas donde partem a ocupação urbana e a moradia operária: à direita, próximo do bairro Mucuripe (onde estava instalado o Moinho Fortaleza); no Centro[43]; à esquerda (em direção à Avenida Francisco Sá); e em baixo (Parangaba – Montese). Estes eram os caminhos traçados na cidade pelos pobres em busca da sobrevivência e do trabalho.

É complexa a relação entre instalação industrial e ocupação urbana. Para Henri Lefebvre (2001) é necessário compreender por que e como processos globais (econômicos, sociais, políticos, culturais) modelaram o espaço, sem perder de vista a "ação criadora" que acontece sem decorrência desses processos. Sujeitos e grupos adentram a cidade, "inventando", "esculpindo" o espaço, inovando o "modo de viver, de ter uma família, de criar e educar as crianças, de deixar um lugar mais ou menos grande às mulheres, de utilizar ou transmitir a riqueza":

> Essas transformações da vida quotidiana modificaram a realidade urbana, não sem tirar dela suas motivações. A cidade foi ao mesmo tempo o local e o meio, o teatro e a arena dessas interações complexas. (LEFEBVRE: 2001, p. 51-2).

Na nova região industrial os limites espaciais da Parangaba e do Montese são, por vezes, difíceis de serem definidos; e são nestas imediações que a fábrica Santa Cecília se encontrava localizada. Em virtude disto, utilizarei dados de ambos os bairros: o censo demográfico do ano de 1980 da Parangaba e do Montese aponta crescente contingente de habitantes, em especial de mulheres. Em pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre população residente e grupos de idade, separado por anos, selecionei na tabela a seguir aqueles que se encontravam em idade "produtiva"[44]:

---

[43] Margarida Júlia de Sales Andrade (1990, p. 174) aponta a compra de 150.000 m² de terrenos pelo grupo Filomeno Gomes para a implantação do complexo fabril, que incluía além dos galpões da fábrica, moradias operárias (vilas, apartamentos), associação recreativa, campos para esporte.

[44] Segundo dados do SENAI, a faixa etária predominante das mulheres na indústria têxtil durante a primeira metade da década de 1980, é de 25 a 30 anos de idade, sobre isto, ver: SENAI. **Relatório da Pesquisa sobre Inovações Técnicas na Indústria Têxtil.** Fortaleza: Departamento Regional do Ceará, 1987.

TABELA 1 - Dados do Censo Demográfico (Montese e Parangaba)

População Residente no Montese/Idade	20 a 24	25 a 29	30 a 34
Masculina	1158	878	664
Feminina	1547	1145	850

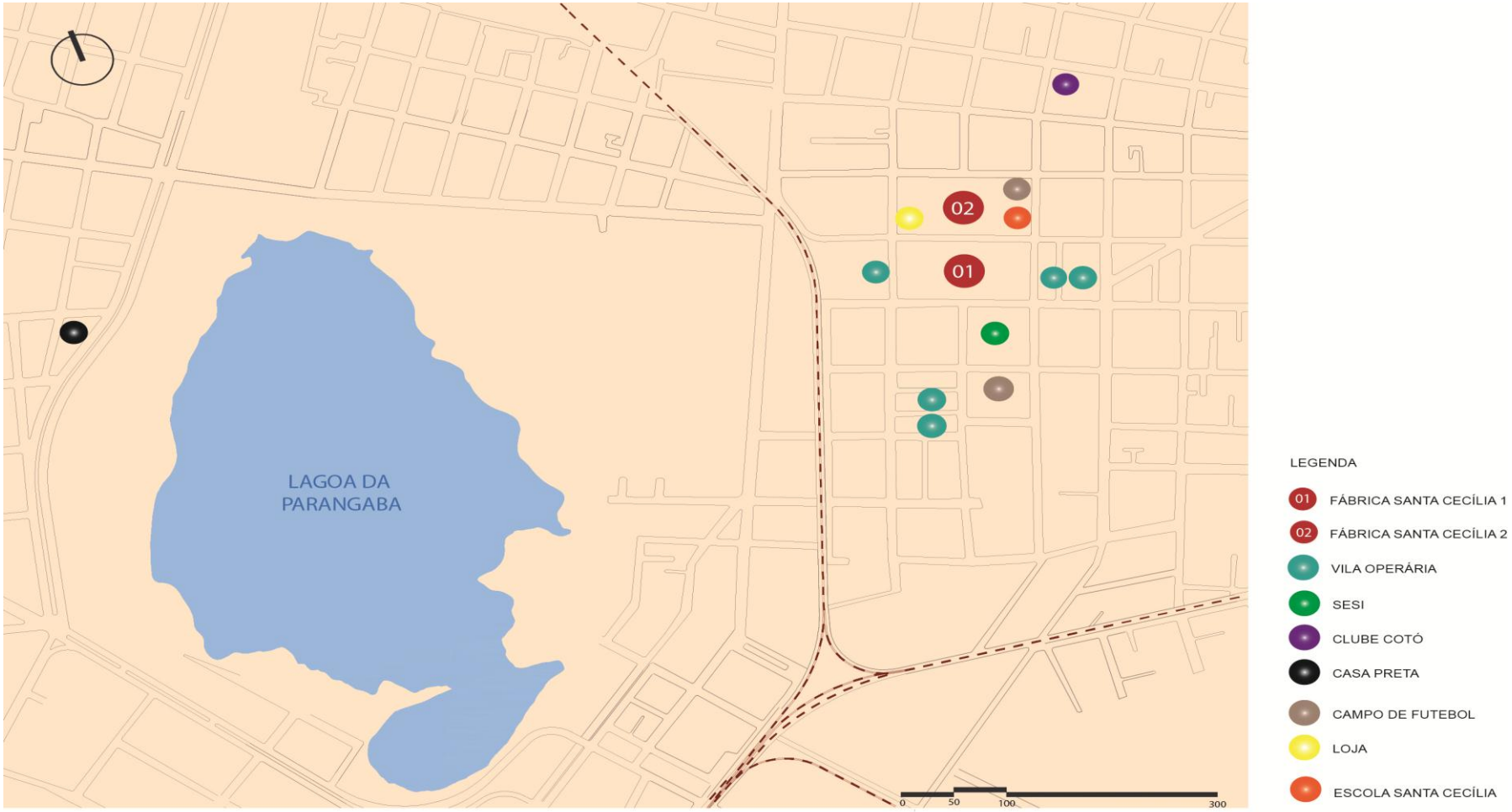
População Residente na Parangaba/Idade	20 a 24	25 a 29	30 a 34
Masculina	1120	909	762
Feminina	1438	1145	865

Fonte: IBGE-DEGE/CE – SEDODI, 1980.

Do somatório nas duas tabelas, temos uma população superior a 12.000 habitantes, entre os quais muitas centenas devem ter se empregado na fábrica Santa Cecília. Nesta relação entre instalação fabril e moradia operária no bairro, percebemos entre as operárias entrevistadas, forte elo com os bodegueiros e a vizinhança quando percorriam as ruas do bairro para trabalhar, fazer compras, e buscar alguma distração e lazer.

Em parte isto acontecia em virtude da instalação daquela grande fábrica de tecidos que não funcionava apenas como espaço de trabalho e produção. Desde a instalação da fábrica Santa Cecília no Montese houve um grande investimento em outros espaços, tais como: campos de futebol, clubes, escola, vilas operárias. No quarteirão seguinte, também havia uma sede do Serviço Social da Indústria (SESI), configurando a denominação “planta industrial da fábrica Santa Cecília”.

FIGURA 3 – Planta Industrial da fábrica Santa Cecília no bairro Montese, anos 1980.



Fonte: Dados recolhidos pela autora, 2011-13.

Acervo da autora

O mapa acima encontra sua referência no projeto de racionalidade, disciplina e dominação da força de trabalho desde a fábrica Santa Cecília: os galpões do Cotonifício (produção), as vilas Operárias (moradia próxima), a unidade do SESI (saúde e lazer), clube operário (lazer), "Casa Preta" (recrutamento, lazer), campo de Futebol (lazer), loja de fábrica (venda a varejo) e Escola Santa Cecília (alfabetização dos filhos dos operários)[45].

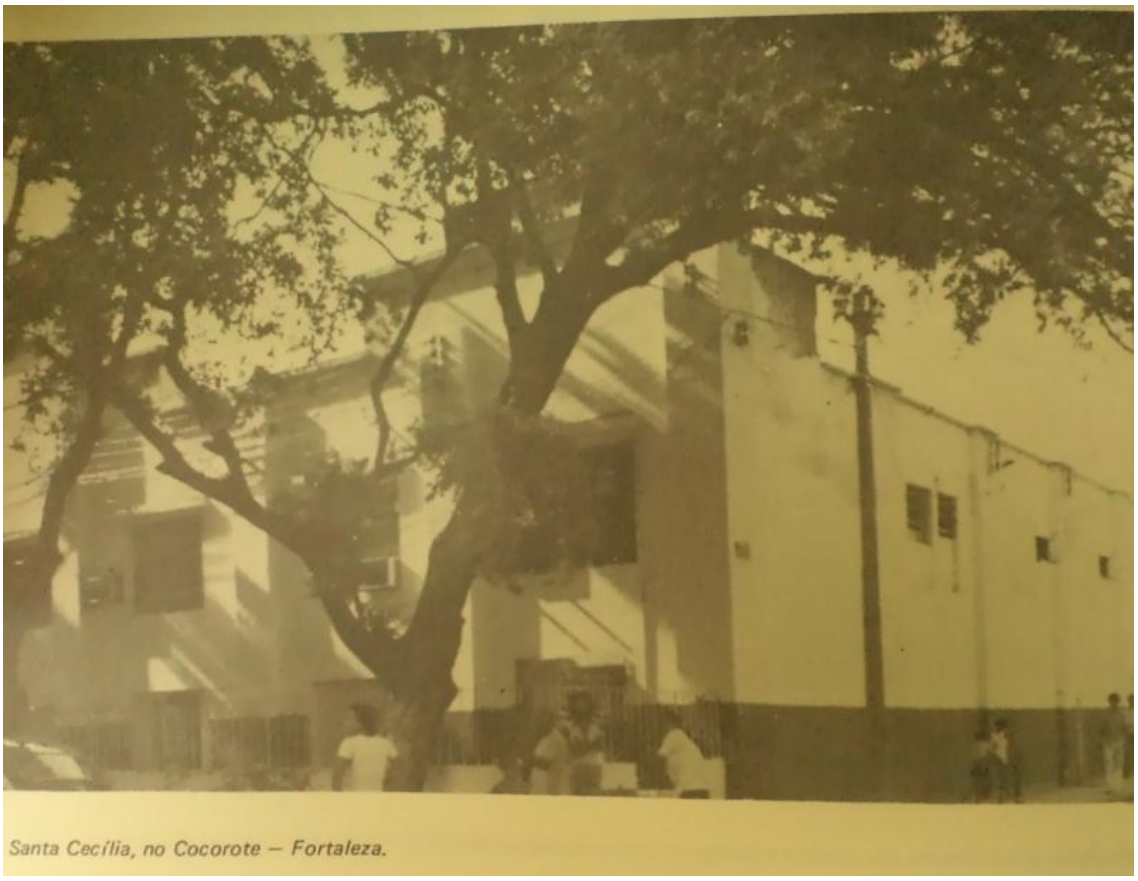
À primeira vista a imagem com os respectivos serviços oferecidos poderia lembrar um conjunto de relações harmônicas, isenta de conflitos. Contudo, ao se tornarem parte dessa planta industrial, operários e operárias se situam enquanto sujeitos de uma cultura que vive e ressignifica o projeto oficial. Neste trabalho, são as experiências nas malhas do cotidiano e nas ruas do bairro fabril que analisaremos a seguir.

1.2. *Comprava fiado, confiava nas pessoas e tal, então tudo aquilo era a vida!*

A fábrica Santa Cecília concentrava-se em dois galpões: o primeiro, entre as Ruas Quinze de Novembro e Dom Carloto Távora - com a fiação, tecelagem, sala de panos e escritórios; o segundo, entre as Ruas Quinze de Novembro e Professor Teodorico - com a Casa de Força, a loja do varejo, a Escola Santa Cecília e o campo de futebol. Em seguida, uma imagem focaliza as Ruas Zacarias Gondim e Quinze de Novembro, onde ficavam os escritórios do Cotonifício:

[45] Em 1978 funcionava na Rua Quinze de Novembro a Escolinha Santa Cecília, de ensino primário, para os filhos dos operários, onde constavam 338 matrículas: (41 alunos no jardim, 104 na alfabetização, 101 na 1ª, 57 na 2ª, 47 na 3ª, 38 na 4ª séries). Informações retiradas da monografia de: FERNANDES, Joana D´Arc Cavalcante. **O Serviço Social como Processo de Ajustamento nos Problemas Sociais da Unitêxtil S/A**. 1978. Monografia de graduação. Universidade Estadual do Ceará, Curso de Serviço Social, Fortaleza, 1978. Das entrevistas por mim realizadas, apenas Claudemir estudou nesta escolinha, contudo, não possuía nenhum registro.

FIGURA 4 – Fábrica Santa Cecília, fachada e lateral.



Fonte: Anuário do Ceará, 1976.

Acervo: Biblioteca Municipal Dolor Barreira

Na imagem é possível visualizarmos transeuntes percorrendo a calçada da fábrica Santa Cecília. No lado direito, na Rua Zacarias Gondim, crianças brincam embaixo das pequenas janelas no caminho de duas pessoas em direção à Rua Quinze de Novembro. Ali, rapazes conversavam à sombra das árvores. Como podemos observar na legenda, o antigo nome do bairro, Cocorote, aponta uma das alterações pelas quais passava o bairro face às nomenclaturas da cidade oficial.

Durante o dia se concentrava a jornada de trabalho da maior parte das operárias. Elas entravam neste prédio pelo portão ao final do quarteirão, na Rua Quinze de Novembro, cortada pela Rua Barão de Canindé. Ali batiam o cartão de ponto pela manhã ou à tarde, a depender do horário de trabalho de cada uma delas.[46] A operária Lúcia Maria Feitosa se refere a marcação do tempo. Conta que ficavam numa fila "(...) e se você chegasse atrasado você

[46] Não entrevistei nenhuma operária que tenha trabalhado no "terceiro" turno.

voltava porque era por hora. O povo naquela época era muito rigoroso, era muito exigido, era tudo na hora."[47]

Disciplina da fila, do cartão e dos horários são as lembranças. Por outro lado, era naqueles momentos de entrada na fábrica que se juntavam, operários e operárias, conversando até o último minuto antes de trabalhar; assim nos conta o eletricista do Cotonifício, Alberto Cidade:

> É, você sabe que nós, normalmente, gostamos de bater papo. Aqueles trabalhadores que moravam aqui perto, a maioria se juntava ali, a patotinha, em torno da porta da empresa. E sempre quando a empresa batia [soava o apito], já estavam por ali. Agora havia aqueles também que ficavam aguardando, ficavam na portaria da empresa e só entravam de última hora, mas sempre entravam. Essas coisas aconteciam.[48]

Diferente dos momentos de saída da fábrica quando se encontravam exaustos, ansiosos para chegarem às suas casas[49], a hora da entrada era a ocasião "para jogar conversa fora", quando, inclusive, podiam se comunicar. Assim também acontecia logo ali na frente, na bodega, quando merendavam antes da jornada de trabalho. O tecelão Claudemir de Sousa conta de suas lembranças o pequeno comércio do Sr. Juarez e do Sr. Paulo:

> Eles fazem parte dessa história, na verdade porque devido a fábrica ter um número de operário muito grande, e não tinha alimento, a gente comprava alimento lá. A gente não tinha almoço, e como tinha que passar o dia todinho lá, a gente comprava o pão e a merenda lá. Eu, meu pai, ela [a mãe]. A gente não tinha almoço, quando chegava nove horas lá, dez horas, não tinha alimento. Era uma lata de leite ninho, um pão pra comer com *Ki-suco* e pão. Na época cresceu muito [o comércio do Sr. Juarez], por causa disso.
>
> *Guaru* era um biscoito deste tamanho, bem durim, e o *Pão Recife* que hoje a gente chama *rocambole* também, o *Pão Recife* era colorido. Os operários comiam era pão, pão com garapa. E tinha um senhor que hoje mora quase em frente à Santa Cecília, que era o Seu Paulo. O Seu Paulo também era um senhor que tinha café, era bolo, tapioca. Ele veio pra TBM [Têxtil Bezerra de Menezes], tem filho que trabalhou na Santa Cecília. Hoje ele tá bem velhinho, o Seu Paulo. Mas sempre perto da fábrica, com o crescimento do comércio. [50]

O depoimento do operário faz referência ao pequeno comércio que crescia ao redor da fábrica provendo o "sustento" do operário antes, durante e depois do trabalho quando da compra da merenda. A bodega e a mercearia foram se agregando ao cotidiano do bairro, e

---

[47] FEITOSA, Lúcia Maria. Entrevista I [nov. 2011]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2011. Arquivo mp3 (85minutos).

[48] CIDADE, Alberto. Entrevista I [fev. 2012]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2012. Arquivo mp3 (95 minutos)..

[49] MARIANO, Vera. Entrevista I [nov. 2011]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2011. Arquivo mp3 (100 minutos).

[50] SOUSA, Claudemir de. Entrevista I [ago. 2012]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2012. Arquivo mp3 (90 minutos).

são parte da paisagem social daquele tempo. E assim para Claudemir de Sousa é impossível falar do trabalho na Santa Cecília sem referir aos bodegueiros da época. Antes de bater o cartão, era o jeito comprar a merenda da família, um pão com manteiga ou com doce, leite, bolacha e um "*Ki-suco*", a dieta que enganava a fome durante a jornada de trabalho.

Comia ali mesmo ao pé do balcão, ou guardava para merendar mais tarde, uma vez que somente almoçariam depois das duas horas da tarde. Não havia refeitório na fábrica. Os hábitos alimentares baseados na rapadura, no feijão com farinha e alguma mistura, cediam espaço ao pão doce e colorido, à garapa com sabor e aroma artificiais, à bolacha para comer com *ki-suco* ou com os litros d'agua para enganar o estômago e o tempo da máquina. Era o que (des) nutria o corpo operário durante a jornada de trabalho.

Em contraste com o artigo da CLT sobre a composição do salário, como "contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador", devendo ser capaz de satisfazer suas necessidades de habitação, vestuário, higiene, transporte e alimentação[51], em todos estes casos, e em especial, no que trata a alimentação, temos uma história de pouca comida, corpos frágeis e desnutridos na fábrica Santa Cecília.

Para Ely Pereira é da bodega do Sr. Paiva sua lembrança. O operário conta que merendava ali mesmo, com o pai e a mãe ainda bem cedo. Porém, diferente da família de Claudemir, em que todos entravam juntos para trabalhar, Ely apenas comia ali se dirigindo em seguida para a escola. Às duas da tarde começava sua jornada no Cotonifício, e dali trabalhava até à noite. De sua lembrança, se pode reter também nesta afirmação sobre o tempo da fábrica, que *não parava nunca, que emendava*, e um certo alívio – *Até que enfim, faliu!*

> De manhazinha a gente acordava e ia pro seu Paiva, uma mercearia que tinha ali. Hoje não existe mais a mercearia, mas existe a casa. O pessoal ia tomar café lá [pra aguentar] até às duas horas. Eu saía de manhazinha [comia lá] e ia estudar. Eu ia trabalhar lá à tarde. Dali [a fábrica] não parava não, dez da noite, e emendava. Era vinte e quatro horas. Até que enfim faliu.[52]

Ao conversar com moradores das vilas operárias, um dia trabalhadores da fábrica Santa Cecília, quase todos recordam da mercearia e do casal à frente do "negócio da família". Trata-se de Elias e Elisa Sales, que ao perceberem a falência da fábrica, quando "não havia mais movimento"[53], fecharam a bodega, e continuaram morando perto dali. Assim fui levada a conhecer e entrevistar Elisinha, como é conhecida. Sobre sua experiência, ela lembra da

---

[51] BRASIL. **CLT**: decreto-lei 5.452/1943, ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm

[52] PEREIRA, Ely. Entrevista I [ago. 2011]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2011. Arquivo mp3 (80 minutos).

[53] SALES, Elisa. Entrevista I [nov. 2012]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2012. Arquivo mp3 (95 minutos).

alegria quando foi aberto um novo acesso de entrada dos operários, bem de frente para a bodega:

> [No início] o comércio era muito fraco porque o portão era do outro lado. Eu me lembro tanto porque uma vez disseram pra minha tia: "Celeste, o portão vai mudar pra cá". A mamãe dizia: "ô coisa boa, é bom que a gente vai vender mais".
>
> Então pronto, a gente começou, compravam bolo, lembro que eu fazia umas tapiocas no forno, vendia muito; fazia suco. Tinha dia de pagamento [na fábrica], não lembro se era sexta-feira ou era sábado. A gente vendia oitenta a cem litros de refresco, vendia mesmo. Lá era eu, o papai, a mamãe, duas tias e o Totó, e a gente não dava vencimento. Eu lembro que a gente vendia muita banana, muita laranja. A gente fazia suco, vendia.
>
> Tinha caso que trabalhava a mulher e o homem. Eles gostavam de comprar uns pacotinhos de açúcar lá que eles faziam, tinham um negócio lá, faziam uns sucos, garapa de banana, fazia num sei quê lá. A gente já vendia uns pacotinhos de açúcar, tudo pesado, tudo organizadozinho. Rapadura, eles compravam uma banda de rapadura, a gente deixava tudo enrolado, tudo pronto. Pão, uns comiam pão com doce, outros era com manteiga.
>
> O papai [Sr. Juarez] dizia: "Elisinha, quatro e meia. Tá bom de se levantar pra ir pra bodega". Naquele tempo era bodega. Levantava com muita preguiça, no inverno que eu tinha mais preguiça, eu tinha que me levantar. A gente ia logo organizando aquilo, passando manteiga no pão, passando doce. E quando chegava, eu achava era animado, dava o maior valor, era muito animado. Dia de pagamento é que era animado mesmo.
>
> Então minha tia vinha era com as máquinas, tinha uma prática tão grande pra somar, era a Celeste. Quem pagava riscava, já tinha pagado mesmo, e quem comprava e não pagava mesmo, riscava e depois botava tudo fora. Então quando fechou foi, jogou fora os papéis, não ficou nada.[54]

No depoimento acima assim como naqueles que se seguem, a referência aos trabalhadores e trabalhadoras quase sempre se apresenta no masculino plural, dificultando nossa análise sobre a vivência das operárias nestes espaços. Para Michelle Perrot (2007, p. 21) esta problemática é comum às pesquisas sobre mulheres, pois o "eles" dissimula "elas", na escrita e na linguagem corrente.

Para a jovem Elisa, o trabalho na bodega começava bem cedo, e cada membro da família tinha uma tarefa: Sr. Juarez acordava primeiro e chamava Elisa que levantava com muito sono para mais um dia de trabalho. Pesava o açúcar, fazia os pequenos pacotes, quebrava a rapadura em dois pedaços; separava o pão em metades – uma parte com recheio de doce, e a outra com manteiga.

Seu depoimento também faz referência à dieta operária baseada em carboidratos e líquidos, talvez para conter o desgaste e a desidratação decorrentes do calor e extenuante

---

[54] SALES, Elisa. Entrevista I [nov. 2012]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2012. Arquivo mp3 (95 minutos).

trabalho na fábrica. Essa deficiência nutricional, quando analisada do ponto de vista da vivência dos trabalhadores industriais urbanos, é parte da história de sua pobreza, do ganho insuficiente para uma alimentação adequada:

> A fome não é um fenômeno conjuntural, e não parece ser correto reduzi-la a um resultado de padrões de acumulação, a um resultado da ordenação conflitiva e da isonomia ideologicamente posta. A fome é também – porque fator estrutural – um insumo, uma condição de reprodução de determinada ordem conflitiva e produção de novas ilusões sociais através de novos ordenamentos jurídicos. (MÜLLER: 1986, p. 18-9)

O autor constata na primeira metade dos anos 1980 uma considerável parcela da população brasileira em estado de desnutrição. Para o caso do nordeste do Brasil, segundo Geraldo Müller (1986, p. 23), tal deficiência chegava a índices próximos dos 79,5%, porcentagem na qual, sem dúvida, se encontravam os operários e operárias da fábrica Santa Cecília.

Batendo o cartão na fábrica antes das seis horas da manhã, operários e operárias chegavam cedo à bodega para adquirir sua merenda. Alguns comiam o que já estava pronto. Outros compravam porções de açúcar e algumas bananas para fazer a garapa, cuja "receita" da mistura é lembrada por José Ramos:

> Eu comprava a merenda, porque quando você chegava lá, treze e trinta, tinha um comércio que eu comprava o pão, colocava uma barrinha de doce de goiaba dentro, enrolava num papel. Quando dava seis horas, a hora de merendar, eu comia aquele pão com doce, depois bebia dois litros d´água (risos). Aguentava até dez horas.
>
> Depois, comecei amizade com a turma, tinha um rapaz lá, tinha muitos subordinados, cada um trazia uma coisa, açúcar, banana e leite. Então pegava uma perna de mesa, colocava o leite, a banana, o açúcar numa lata de *Neston*, aquela grande, amassava e comia com pão. Isso exatamente até o ano, eu não sei exatamente o ano, mas foi bem próximo a noventa, oitenta e oito, oitenta e nove mais ou menos. A vida era essa. Depois a fábrica começou a distribuir um leitinho, leite com pedaço de pão. [55]

Mais de dois mil operários nas fábricas Santa Cecília e Santa Inês[56], e faltava refeitório para os operários. *A vida era essa*! – comida rala para aguentar o tranco ao pé da máquina durante oito horas por dia. Do tempo que começou a trabalhar na fábrica até perto dos anos de 1990, José Ramos manteve o costume de chegar cedo para merendar. Comia ali mesmo, e levava o que podia para se alimentar quando a fome voltasse. A jornada era longa.

---

[55] RAMOS, José. Entrevista I [jan. 2013]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2013. Arquivo mp3 (80 minutos).

[56] Dado divulgado pelo empresário Carlos Leite Barbosa Pinheiro, em 1987, no jornal **O Povo**, 17 de junho de 1987.

Com as amizades no trabalho, compartilhava “práticas de camaradagem”, cada um trazia algum ingrediente para a garapa, todos bebiam dela. Constituíam-se “forças de economia e de cultura solidária”, como na observação de Richard Hoggart:

> Ao se pensar na resposta de inclusão que a economia solidária propicia a amplos setores da população, antes deixados à margem, ainda vale lembrar que, uma vez superados os momentos de maior premência, por que haveria de persistir a preferência por formas não individualistas da interação social? Se é verdade que, nesse momento, alguns reconsideram a opção cooperante em nome de conveniências individuais, também é necessário reconhecer que, se agora o fazem, é porque se sentem fortalecidos em sua auto-estima, graças à atuação exitosa em uma organização coletiva. Este aspecto, de grande importância, nem sempre se oferece à consciência dos sujeitos.
>
> Está claro que esta força da economia solidária repousa na idéia de que cada um precisa estar convencido de que é ali, daquele jeito, e não de outro, que cada cooperante encontra sentido para seu existir. Não se trata apenas de cuidar para que encontre individualmente uma vida de escape à exclusão, mas de pluralizar esta oportunidade a todos quantos possam desejá-la. Cria-se assim uma cultura solidária, em que as dimensões lúdicas estão presentes, ajudando as pessoas a redescobrir valores e práticas de camaradagem, da participação na vida do outro, da responsabilidade social coletivamente exercitada. (HOGGART: 1975, p. 169)

Valores e práticas de camaradagem eram características que Elisa Sales via entre os operários quando da compra fiado, eram eles quem anotavam suas compras na caderneta, acertando suas contas a cada sexta-feira quando saía o pagamento da fábrica. Era sua tia Celeste quem calculava o fiado, deixando tudo somado, e à medida que iam sendo pagos, as folhas da caderneta eram descartadas.

Com o tempo, a bodega foi se tornando um lugar onde todos da família trabalhavam. Na lembrança de Elisa, a melhor fase de vendas na bodega foi quando seu pai e sua tia estavam à frente, num momento em que havia muito trabalhador na fábrica. Como se vê, a bodega existe em razão da presença operária; se insere numa ampla rede onde o processo de industrialização provoca profunda alteração na divisão social e espacial do trabalho. Para Ana Fani Carlos (1997, p. 35), “a aglomeração da população, dos meios de produção e capitais num determinado ponto do espaço, multiplica os pontos de concentração e produz uma rede urbana articulada e hierarquizada.”

Nas memórias de Elisa, a bodega ficava lotada e era difícil dar atenção a todos ao mesmo tempo. Por conta disso, lembra de uma situação de surrupio quando um operário se aproveitou do movimento para pegar umas bananas sem pagar, exibindo seu “feito” aos colegas:

> Eu me lembro que o papai comprava muita banana. Todo mundo gostava de comprar banana lá em casa porque meu pai dizia: “não boto carbureto em banana

> porque faz muito mal!" Então todo mundo só gostava de comprar banana lá em casa. A banana vinha da Serra de Pacoti, banana boa, e ficava vendendo lá [na bodega].
>
> Tinha um rapaz lá, que quando era na hora do movimento, chegava aquele pessoal tudo de uma vez, e o papai botava [as bananas] em cima do balcão, e eu já tinha dito: "papai, essas bananas em cima do balcão não dá certo que o pessoal carrega". E ele dizia: "não, carrega não, deixa de ser maliciosa, maldosa".
> [Tia Celeste dizia:] "Paiva, tira essas bananas, tem um cabra aqui que se gaba lá dentro da firma, que come banana aqui todo dia sem pagar, e ele escolhe as mais bonitas". Então minha tia muito valente, dizia: "ah, pois nós vamos pegar ele é hoje!" Ela disse pro rapaz: "olhe, quando ele chegar você dê o sinal."
>
> A minha tia não despachou ninguém, ficou só esperando. Quando ele chegou, o rapaz fez assim [deu o sinal]. É tanto que ele separava as bananas e ficava esperando, na hora que o movimento acochava, pegava as bananinhas.
>
> Então minha tia, quando ele separou logo, a minha tia ficou logo do lado dele, quando acochou, e minha tia: "pague as bananas viu seu ladrão!". Então os outros: "oi, oi, oiiii!" (riem)[57]

Vemos na lógica do bodegueiro, "o bom produto" – bananas que vinham da serra, amadurecidas sem o uso da química, tornando-se atraentes sobre o balcão. O boato do operário que pegava bananas na bodega do Sr. Paiva sem pagar, aproveitando-se do momento mais cheio de gente, deve ter vindo da fábrica. Tendo em vista que a notícia havia se espalhado, muito mais pelo fato do homem "se gabar" no trabalho, do que por uma dificuldade financeira em casa, os operários e operárias que frequentavam a bodega parecem ter se valido de algo parecido com a "economia moral"[58] para debochar da esperteza, um sentimento coletivo de desacordo com a atitude fora do padrão de confiança e do fiado.

A narrativa de Dona Elisa sintetiza vários aspectos da cultura operária, a merenda, a compra na bodega, o fiado, o sentimento moral. Sua família participou de todos esses momentos, inclusive de quando o fiado não era pago. Neste caso, apelava-se para a "radiadora", ressoando os nomes dos devedores da bodega:

> Tinha uma radiadora no campo, não sei se tu lembra do campo [ela está falando com a operária Teresa, também presente durante a entrevista]. Lá em frente onde eles fizeram o duplex, ali tinha um campo que dia de domingo eles botavam quermesse, botava filme.

---

[57] SALES, Elisa. Entrevista I [nov. 2012]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2012. Arquivo mp3 (95 minutos).

[58] Conceito de Edward Thompson referente aos motins da fome na Inglaterra do século XVIII. Uma vez que o Estado não mais interferia sobre o mercado de cereais, normatizando os preços, a imagem de um passado ideal passou a definir o que era legítimo nas práticas comerciais. No imaginário popular, os comerciantes que desrespeitavam os costumes tradicionais eram vistos como inimigos da comunidade, tornando-se papel do povo fazer justiça com as próprias mãos. Para ler mais sobre este conceito, ver capítulos: "A economia moral da multidão inglesa no século XVIII", "Economia moral revisitada", em THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Para uma reflexão sobre o conceito ver, por exemplo: SILVA, Flávio Marcus da. **Subsistência e Poder**: a política de abastecimento alimentar nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

> Na quermesse tinha aquela radiadora, e o papai mandou avisar: "Olha, as pessoas que tão devendo na bodega do Paiva, vá pagar, senão vai sair o nome aqui." (riem).
>
> E avisava: "alô, alô, os operários da fábrica Santa Cecília. Sr. Paiva já tá cobrando porque se não pagar hoje, próxima semana vai ser divulgado o nome de vocês." Então muitos foram pagar. E quando dizia: fulano de tal deve tanto ao Paiva, não foi pagar, ladrãoo. Aquele tempo podia chamar de ladrão porque não matava não, não era como hoje. Menina, mas o pessoal mangava tanto!
>
> Agora quando via que não pagava porque não podia, uma doença, uma coisa assim, ele [Sr. Paiva] deixava. [59]

Através deste depoimento é possível fazermos associação com a sobrevivência residual dos costumes da pequena cidade: a aglutinação da comunidade em torno da música, do filme; as práticas de escape, a galhofa. Tudo isto acontecia no campo de futebol localizado na Rua Dom Carloto Távora, uma extensão da fábrica na lateral da bodega de dona Elisa. A radiadora, instrumento de difusão de avisos e alguma música, era também onde Sr. Paiva mandava um recado para que honrassem o fiado. E dava certo. Elisa conta que muitos corriam até a bodega para acertar a conta. Afinal não queriam romper seu código de honradez de trabalhador, sujeitos à censura de seus iguais.

Mas também existiam casos em que mesmo assim o fiado deixava de ser pago. Neste momento era possível que o operário em dívida deixasse de andar na bodega, e era quando apelavam para a divulgação do nome do devedor seguido de um adjetivo forte. Indo à quermesse, ou a fábrica na segunda-feira, o operário seria alvo de deboche dos colegas.

Por outro lado, a moral operária parecia ser incorporada e partilhada pelo bodegueiro, pois caso o devedor tivesse alguém doente na família, tinha o fiado perdoado. Naquela relação, a solidariedade prevalecia entre indivíduos que se percebiam socialmente como *gente da mesma igualha*, convivendo e trabalhando diariamente, diferenciando-se nas circunstancias: um vendia enquanto o outro comprava.

Na lembrança da operária Teresa Barbosa, a merenda era feita em casa, poucas vezes comia na bodega. Saía bem cedo, com o céu ainda escuro, dirigindo-se ao Sr. Paiva, dali também levaria algum pedaço de pão para quando desse uma fome no trabalho:

> Comprava no vizinho. Lá geralmente compravam era fiado, mas eu nunca gostei de fiado. Elas vendiam fiado no caderno, sabe. Merenda, eu nunca ganhei merenda de lá [da fábrica], era almoço daqui.
>
> Merendava aqui [em casa], eu gostava de sair daqui cinco horas, já deixava meu café pronto, comia meu pãozinho aqui. Quando tinha uma merendinha diferente ali [na bodega], eu comia lá no pai do, lá no Sr. Moreno. Tinha caldo, ovo cozido. Assim eu

[59] SALES, Elisa. Entrevista I [nov. 2012]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2012. Arquivo mp3 (95 minutos).

> entrava [na fábrica], nove horas a gente merendava, merendava o que levava escondido também.[60]

Não havia refeitório[61] nem folga para se alimentar, não deixavam as operárias comerem o que levavam: este era o quadro das condições de trabalho na produção da Santa Cecília. Todavia, como não aguentavam a fome durante toda a jornada, a merenda guardada no avental ou dentro do vestido, era engolida quando os supervisores não estavam por perto.

Na merenda da manhã antes da jornada, caldo e ovo cozido era a comida "diferente" comprada na bodega. Nas memórias da operária o fiado era uma prática corrente, a caderneta uma característica naquele espaço, mas ela mesma não gostava de comprar para pagar depois.

Essa relação baseada na confiança mútua não é característica exclusiva dessa experiência operária. Ao examinar o cotidiano de trabalhadores quando da criação de pequenos estabelecimentos comerciais próximos às fábricas localizadas no nordeste brasileiro, Luís Antônio Machado da Silva (1979, p. 185-7) percebe a existência de uma estratégia pessoal de sobrevivência. Ser bodegueiro resultava, portanto, viver da cultura do fiado:

> Tratando-se de estabelecimentos pequenos, localizados em "bairros populares" geralmente distantes ou "enquistados" no tecido urbano, sua clientela é, em consequência, "de vizinhança" (isto é, quem compra não é o passante ocasional mas o morador das imediações e com baixo poder aquisitivo). Devido a estas circunstâncias, "vender fiado" não é uma opção do proprietário, mas antes uma condição de funcionamento do negócio. Daí não se espantar que todo o discurso dos proprietários desses estabelecimentos esteja cheio de referências à venda fiada, referências estas permeadas pela tensão entre o reconhecimento da necessidade de vender fiado devido ao baixo poder aquisitivo da clientela e o conflito com os compradores que surge dessa necessidade. (SILVA, Luís: 1979, p. 185-7)

Aqui se percebem as permanências das relações de vizinhança, solidariedade e confiança mútua na vivência que se estabelece no bairro. É dessa cultura operária que Antônio Ibiapino lembra – do tempo do *meio pão*, do *pão passado* e do *ganho pouco* – quando trabalhou na fábrica Santa Cecília:

> Comprava fiado, confiava nas pessoas e tal. Fazia aquelas comprinhas, e o regime era assim, a gente comprava e pagava por semana. Toda semana pagava um pouquinho. Então tudo aquilo era a vida.

---

[60] BARBOSA, Teresa. Entrevista I [nov. 2012]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2012. Arquivo mp3 (95 minutos).

[61] Até o ano de 1977, o artigo 169 da CLT dizia que: "nos estabelecimentos em que trabalhem mais de trezentos operários, será obrigatório a existência de refeitório.". Revogada desde àquela data, a oferta de refeitório ficou à mercê do proprietário do estabelecimento. BRASIL. **CLT**: decreto-lei 5.452/1943, ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm

> O dinheiro era pouco, o que se ganhava era pouco, não dava pra comprar muita coisa. A cultura era ali mesmo, meio que local. As coisinhas que tinha pra vender, no caso uma rede, uma sombrinha. Ia no Centro quando precisava comprar uma coisa maior, uma televisão, uma radiola, uma bicicleta, uma roupa, então isso tinha mais no Centro. Final de ano precisava comprar um brinquedo.
>
> Mas no dia-a-dia, no corriqueiro, naquela época não tinha isso não, a gente comprava meio pão, dependendo você comprava meio, comprava um, às vezes comprava dois, comprava dois e meio. Então eu ia lá na bodega e dizia: "me dá um pão e meio". Dependendo da família, ele dava um pão, tinha uma medidazinha e media a metade e me dava.
>
> "Me dê um pão passado", não tinha muito essa cultura de você ter a manteiga em casa, era "me dê um pão passado". Ele ia, abria o pão, o comerciante, e passava a manteiga, aquilo era o pão passado. Era uma vida, quer dizer foi ontem, já tem uma diferença no modo de vida das pessoas hoje. [62]

Essa era a vida operária com seu parco salário. Compras cotidianas para a casa eram feitas nas imediações, estabelecendo relações de confiança com o bodegueiro que vendia fiado. A saída do bairro quase sempre acontecia "quando precisava comprar uma coisa maior". Neste caso, a família operária ia até o centro comercial de Fortaleza, que também não ficava muito longe do Montese, para adquirir algo que necessitava e não encontrava na redondeza. Isto também motivado pela propaganda em torno das datas grandes do Natal e Ano Bom, quando era preciso comprar um brinquedo para o filho ou uma muda de roupa nova.

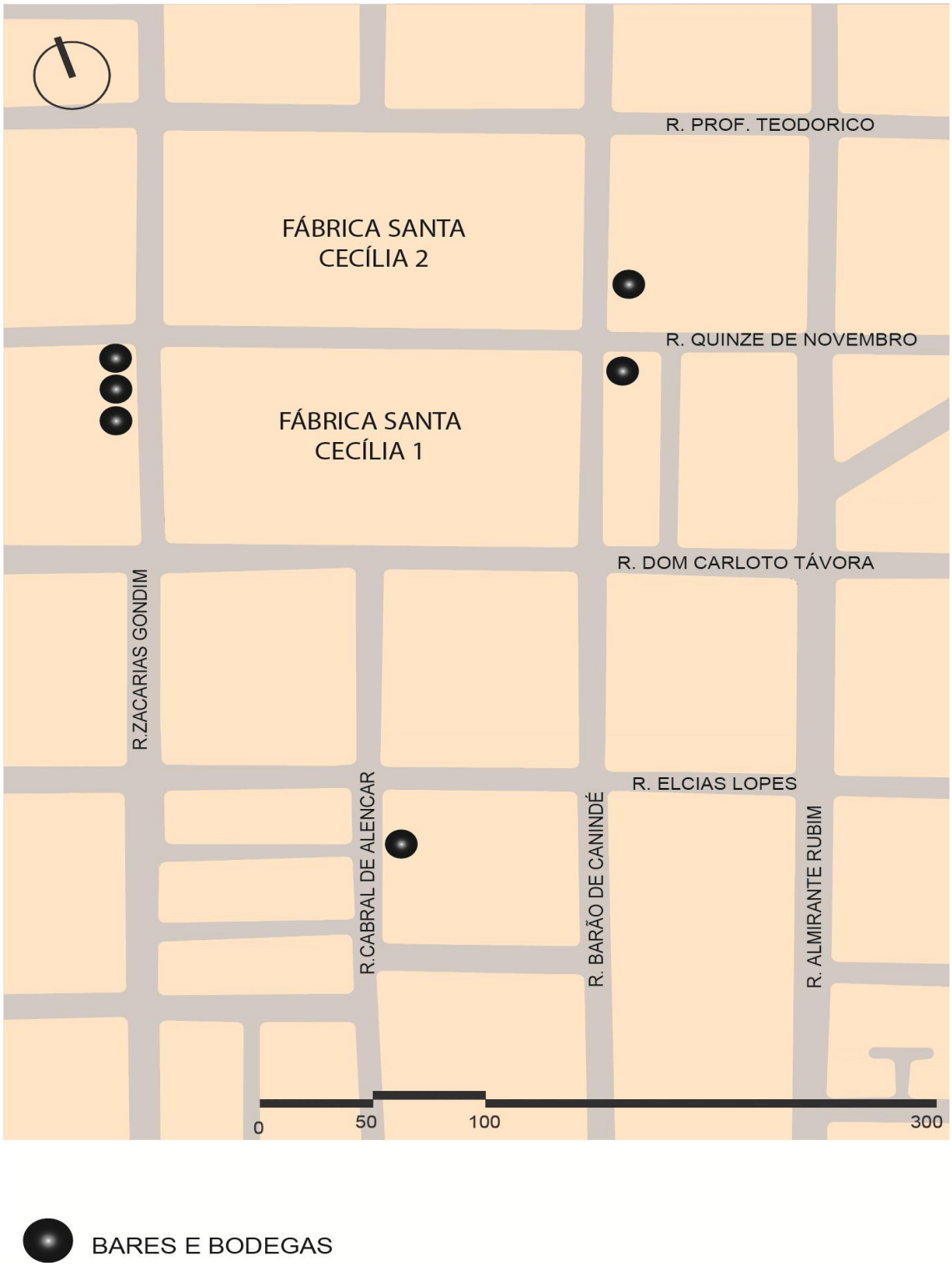
Ao identificar algumas dessas vendas no Montese, Antônio Ibiapino aponta que os botecos [63] e as bodegas tinham significado particular no cotidiano operário. E como vimos, eram estabelecimentos que cumpriam o papel da "provisão", ao sustentar operários e operárias com a merenda que matava a fome durante a longa jornada. Tais estabelecimentos também reconfiguravam o bairro fabril, ali era possível encontrar a bodega do Zé Bezerra, por exemplo, que vendia cachaça e rede na Rua Zacarias Gondim. Eram lugares da conversa ao pé do balcão, falar do futebol, das notícias da cidade, da vida fora da fábrica; lugares de significado na vida do povo, pois ali se sentiam à vontade para falar e trocar uma opinião, assuntar.

---

[62] IBIAPINO, Antônio. Entrevista I [mar. 2013]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2013. Arquivo mp3 (80 minutos).

[63] Segundo o memorialista Raimundo Ximenes (2004, p. 100), existiam ao longo do Montese inúmeros bares e botecos, dentre eles, o Bar da Neném; mas nenhum dos entrevistados fez alusão ao mesmo.

FIGURA 5 – Bares e Bodegas ao redor da fábrica Santa Cecília, anos 1980.



Fonte: dados recolhidos pela autora, 2011 – 2013

Acervo da autora

O mapa acima tenta recuperar os botecos e as bodegas que saltam da narrativa nas entrevistas. Como podemos observar, estão bastante próximos dos galpões da fábrica, exceto

àquele localizado na Rua Cabral de Alencar, já perto da vila operária Nossa Senhora de Fátima, a Vila dos Paraibanos, como é conhecida no bairro. Trata-se de lugares não registrados nos organismos oficiais do comércio, mas faziam parte da cultura e do mundo dos trabalhadores antes de serem tragados pelas grandes redes do comércio super, hiper, extra, na cidade capital.

Segundo Edigar de Alencar (1980), as bodegas, nas primeiras décadas do século XX, eram parte da vida urbana em Fortaleza, e produto das modestas atividades mercantis. Seu estoque "era um verdadeiro milagre": bananas, laranjas, remédios, sacas abertas de cereais, redes, cordas. Além de servir ao "provimento" dos moradores do bairro, tal espaço também servia de ponto de encontro para conversas, especialmente no que trata aos últimos acontecimentos na cidade:

> As bodegas de Fortaleza foram destaque da vida e da evolução da capital. Não eram apenas casas comerciais de varejo, mas pontos de referência e locais de efervescência boateira, de divulgação de notícias. Eram verdadeiros fortins da vida do povo. Centros de abastecimento, de comunicação da cidade, que não se pejava de crescer aos poucos, mas harmoniosamente, com tranquilidade, modéstia e com alegria. (ALENCAR: 1980, p. 83)

Circunscrita em pequenos espaços, em geral nas esquinas, as bodegas possuíam "desenho" interno bastante característico:

> O balcão de tábuas superpostas era pintado de duas cores, geralmente vivas: verde e encarnado, azul e amarelo, em listras verticais como que separando as tábuas em que era assentado. As prateleiras eram rústicas, também pintadas em cor viva. Algumas tinham parte envidraçada para os artigos de miudeza, outras possuíam armários para esses artigos, que eram chamados "fiteiros". (ALENCAR: 1980, p. 78)

Percebendo a peculiaridade destes estabelecimentos para as "comunidades" dos bairros Montese e Aerolândia, as assistentes sociais Edite Castro e Harleyne Sá (1977, s/p) realizaram pesquisa direta constatando 292 mercearias e 230 estabelecimentos, dentre os quais, lanchonetes, bares, restaurantes e botequins. Tais dados relativos ao Montese, ao final dos anos de 1970, apontam a existência de elevado número de vendas, situação que possibilitava o abastecimento da família operária bem como o "provimento" do seu sustento no cotidiano de trabalho.

No que trata à frequência dos operários da fábrica Santa Cecília aos botecos do bairro, a pesquisadora Luciana Barros (2011) examina para os anos de 1960, os botecos na geografia do bairro, a partir da narrativa do tecelão Raimundo Guerreiro, e de sua visão de mundo enquanto trabalhador:

> A bebida obviamente causava alguns problemas no ambiente de trabalho da fábrica Santa Cecília, já que havia uma disciplina nos horários e na produção. Alguns trabalhadores se excediam e chegavam ainda alcoolizados para trabalhar. A bebida muitas vezes "enganava" o estômago daqueles que não tinham como levar comida para a fábrica. Desta forma, muitos faziam isso quase cotidianamente. (BARROS: 2011, p. 106)

"A bebida muitas vezes 'enganava' o estômago", eis a expressão que ganha relevo no dia-a-dia daqueles que trabalham. O salário é pouco, a fome e o desgaste físico são imensos. A presença operária no bar, em especial dos operários, também denota que era naquele lugar onde podiam conversar, trocar uma ideia, espairecer, beber para "esquecer" a fadiga do dia seguinte. Nestes lugares em que os trabalhadores se encontram, proseiam, falam mal da vida dos outros, dos grandes, dos políticos ou põem em dia as conversas sobre a escalação do time e o próximo jogo no PV ou no campo da fábrica, é também quando se pode observar o tempo da vida operária contrastado ao tempo do cronômetro da fábrica, o tempo do capital. Assim analisa o historiador:

> Com o repensar a história sob o ângulo do sujeito, abandona-se uma concepção do tempo histórico, abstrato, anônimo, quantificável e caminha-se em direção a um tempo qualitativo, percebido no campo das estratégias, jogos, intenções e ações de sujeitos sociais. Nesta nova história, a sociedade deixa de ser pensada como uma *coisa*, passando a ser pensada como *consciência*. Não apenas *uma* consciência, mas, ao contrário, uma pluralidade de consciências, capaz de produzir eventos carregados de intenções, estratégias, motivações e, sobretudo, ambiguidade. Aliás, para esta nova redefinição da história, a existência de sujeitos sociais que agem e pensam segundo suas estratégias seria, justamente, o ponto de apoio de uma filosofia da consciência. (DECCA: 2011, p. 50-1)

Para a fiandeira Teresinha Alves era comum os operários se encontrarem no boteco após o trabalho, sempre os via ali quando do caminho para casa. Todavia, quando aborda este assunto, observamos certa preocupação em dizer que o trabalho no dia seguinte transcorria normalmente:

> Tinha bar, tinha quase em frente [da fábrica], e que vendia as coisas. Mas nunca ouvi falar que algum chegava lá bêbado não. Pelo menos os que entravam seis horas da manhã não. Se o pessoal que saía duas horas ia beber, no outro dia já tava.
>
> Não podia perder [o dia de trabalho], pois se perdesse era difícil, porque pra perder, tinha que perder mesmo porque se perdesse um dia, perdia dois, porque perdia o domingo e o feriado também.[64]

A ambiguidade do depoimento da fiandeira denota a existência daqueles dois tempos: o da vida operária e o da disciplina fabril. E este último é rígido, a perda de um dia de trabalho tinha por correspondente a perda em dobro no salário do mês.

---

[64] ALVES, Teresa (Teresinha). Entrevista I e II [ago. 2009; set. 2012]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2012. Arquivo mp3 (290 minutos).

Sua referência ao comércio no bairro tinha relação com as compras da casa, e neste sentido, o Mercantil ABC foi imprescindível, porque acertara com o proprietário de pagar a cada quinzena, quando recebia parte do salário. Maria de Lourdes também se refere ao Mercantil. Trabalhadora do setor de limpeza da Santa Cecília, ela conta que o "ABC" ficava próximo da casa de vila operária onde morava: "comprava lá, não comprava muito. Era até o Ricardo, o nome do rapaz, o nome do dono do mercadinho."[65]

O Mercantil ABC ficava na atual Avenida Gomes de Matos, há poucos quarteirões das vilas operárias.[66] Ele surge naquele circuito do pequeno comércio que se instala próximo ao Cotonifício, e nos anos de 1980 encontramos até uma propaganda num jornal que circulou no bairro:

FIGURA 6 – Propaganda do Mercantil ABC, anos 1980.

Fonte: Jornal Notícias do Bairro Grande Montese

Acervo da autora

Para análise da imagem recupero um pouco desta história por meio da propaganda. Como se vê, não é um texto publicitário profissional. Contudo, é perceptível a apropriação de um termo ("mercantil") propagandeado pelo mercado de alimentos sob domínio da rede Mercantil São José, em Fortaleza.

Gilmar de Carvalho (2002, p. 44) ao analisar o "mote de consumo" utilizado pela publicidade, observa que são frequentes as estratégias de valorização dos referenciais da

[65] PEREIRA, Maria de Lourdes. Entrevista I [jan. 2013]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2013. Arquivo mp3 (50 minutos).

[66] O número ao qual corresponde o imóvel na propaganda não mais existe na atualidade.

cultura local. Assim aconteceu durante a inauguração da primeira loja do Pão de Açúcar na capital cearense em 1974, quando, num primeiro instante, houve "a manutenção do nome Mercantil associado à marca Jumbo [que] escamoteava a profundidade desta incorporação e seus reflexos na economia cearense."

"Se a propaganda é um excelente indicador do que se passava na época"[67], temos para o caso do Mercantil ABC, a nomeação do comércio com um termo que se popularizava na cidade, e assim, fazer as compras no "mercantil", tornava-se um hábito urbano incorporando pelos trabalhadores de fábrica. Porém, como podemos observar nesta experiência, havia um aspecto intimamente imbricado às práticas da bodega: o uso e a confiança do fiado.

O mesmo não acontecia nas grandes redes varejistas. Ali prevaleciam os apelos e a sedução do consumo, o uso do cartão de crédito, e o endividamento. Além disto, as relações entre o proprietário do estabelecimento e o consumidor eram completamente formalizadas, impessoais. É que aponta o depoimento do eletricista da fábrica Santa Cecília, Alberto Cidade, na loja Romcy:

> Eu comprei muitas vezes ali. A feira daqui de casa era feita no Romcy Montese, ali onde hoje é o Extra. Eu tinha o cartão Romcy, eu comprava pra trinta, quarenta dias. A gente ia lá, fazia as compras, quando era no final do mês vinha a fatura.[68]

Com uma de suas sedes no Montese, o Romcy vendia desde cereais, frutas, verduras, carnes variadas até brinquedos, perfumaria, roupa; e era ali onde o eletricista fazia as compras, pagando tudo posteriormente, através da fatura que chegava à sua casa no mês seguinte. Era a ilusão do dinheiro de plástico, do pagar depois, com trinta ou quarenta dias, sem contar os juros e os altos preços. Consumia-se também a marca, incluída na fatura.

Nas malhas das grandes redes varejistas, da compra a crédito, se ficava enredado na armadilha do consumo, da promoção do dia gritada no comercial da TV, variadas e sedutoras eram as opções de compra. De quem só adquiria meio pão e não tinha manteiga em casa, agora é comprar e pagar em prestações a perder de vista. Era a promessa do cartão de crédito, criando um "limite" de consumo incompatível com o salário dos trabalhadores.

Examinando a formação do bairro Mooca no contexto das transformações urbanas e sociais na cidade de São Paulo, quando foram construídas imagens e estereótipos sobre os novos ocupantes nordestinos, Adriano Duarte (2002) suscita questões sobre a noção de bairro

---

[67] MESQUITA, Vianney; CARVALHO, Gilmar. **Estudos de Comunicação no Ceará.** Fortaleza: Edições Ágora, 1985.

[68] CIDADE, Alberto. Entrevista I [fev. 2012]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2012. Arquivo mp3 (95 minutos).

e o conceito de comunidade na cultura popular. Para o autor, é no bairro onde podemos compreender redes, laços e nexos constitutivos de ações coletivas, e sua constituição é produto do esforço humano, da unidade e solidariedade, mas também do dissenso.

Durante os anos de 1980 e 1990 a cultura operária no bairro Montese é vivida entre laços de confiança e solidariedade, onde os costumes encontram sua margem de resistência na contracorrente da disciplina e do trabalho fabril. As memórias das operárias apontam modos de vida que sobreviveram ao projeto de dominação patronal, mesmo entre àquelas que eram moradoras nas casas de vila operária.

Desse modo, observaremos a seguir as estratégias adotadas para conseguirem uma daquelas casas, burlando ou adotando os critérios estabelecidos pela direção do Cotonifício, tendo em vista que as casas eram insuficientes para todas as operárias que almejavam morar perto do trabalho e sonhavam em se livrar do aluguel.

1.3. *Você conseguir uma casa daquelas, era um sonho!*

É ampla a análise historiográfica sobre os cortiços, os núcleos fabris, as vilas operárias, a moradia popular, as favelas, bem como a função disciplinadora do Estado quanto à habitação dos pobres. O mesmo acontece quando do exame do modo como a classe operária vivia e concebia estes espaços, o uso e apropriação da moradia, os conflitos pelo direito à cidade.

Para Michelle Perrot (1988, p. 104), era comum à classe trabalhadora na França durante o século XIX, tentar "pagar o mínimo possível" pelo alojamento na cidade enquanto trabalhava, como também o costume das "mudanças na surdina da madrugada" quando chegava o dia de pagamento dos aluguéis. Quanto aos moradores das habitações construídas junto aos empreendimentos fabris, a classe reivindicava fachadas diferenciadas entre uma casa de outra, para que em nada lembrasse as vilas operárias negativamente percebidas pelos citadinos. [69]

No Brasil, a instalação de fábricas nas cidades ou no meio rural por vezes se seguiu à construção de núcleos e vilas operárias. Ao examinar a emergência de núcleos fabris locais e em outros países, as questões sociais e econômicas relacionadas com esse padrão de gestão operária e o sentido da organização do cotidiano e do espaço desses assentamentos,

[69] Para ler mais sobre o tema, ver: PERROT, Michelle. **História dos Quartos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

Telma de Barros Correia (1998) enfatiza a ação “patronal/estatal” no controle sobre o cotidiano dos trabalhadores durante o final do século XIX até os anos de 1930:

> As “vilas operárias” alcançaram um grande sucesso, multiplicando-se e gerando toda uma mística em torno da ordem urbana e social que incorporaram. No Brasil, nas últimas décadas do século passado e primeiras deste, estas vilas foram alçadas por setores das classes dominantes – sobretudo por industriais e administradores públicos - e profissionais a elas ligados – principalmente por médicos e engenheiros – à condição de elemento-chave na reorganização das cidades e da vida dos pobres. Estes conjuntos de casas de baixo custo e planta frequentemente coerente com princípios de higiene difundidos à época eram entendidos como um instrumento de saneamento da cidade e de transformação do cotidiano do pobre urbano, visto como marcado pela imoralidade e pela imundície.
>
> Em meio ao mundo tido como caótico onde vivia o pobre, as vilas surgiam nestas representações como ilhas de ordem e bem - estar. Sua difusão dentro de cidades existentes e em pequenos núcleos criados por fábricas, minas e usinas no campo era concebida como uma conquista de territórios da miséria e da barbárie pela civilização. As vilas eram tidas como o ambiente ideal para uma pobreza honesta, sadia, pacífica e ordeira. (CORREIA: 1998, p. 10)

Sobre estas moradias, José Sérgio Leite Lopes (1979) examina na fábrica Navarro, localizada no interior pernambucano, uma “situação - tipo industrialização com imobilização da mão de obra pela moradia” durante a primeira metade do século XX. Se por um lado percebia o aliciamento de famílias inteiras de camponeses e pescadores para o trabalho na indústria têxtil, sob a condição de habitar as casas de vila operária, por outro, via em tal aspecto vantagens econômicas e de dominação patronal, pois além de auferirem lucro com o aluguel, podiam interferir e controlar a vida dos trabalhadores.

Dessa forma, ao analisar as estratégias de controle e administração da força de trabalho, assim como a dependência do operário ao paternalismo, o autor identifica elementos de conflito e resistência que faziam com que os empresários buscassem camponeses em diferentes estados do Nordeste, para dar continuidade ao trabalho de produção:

> Para habitar essa cidade a força de trabalho local parece ter apresentado problemas para a fábrica detectados não somente pelas estórias de resistência à destruição dos mocambos, resistência que persiste pelo menos até a época da interventoria de Agamenon Magalhães, mas também pelo testemunho de diversos informantes salientando a dificuldade de recrutamento pela fábrica das famílias de pescadores da área, que só admitiam vender sua força de trabalho em caso de desaparecimento do chefe de família e isso conjugado com a não existência de filhos homens em idade de sustentar a família, a sobrevivência pela pesca tornando-se muito precária e as mulheres e filhos menores vindo empregar-se então na fábrica. Além disso, outro indício das dificuldades da fábrica com a força de trabalho local, seria o aliciamento da mão-de-obra no interior dos estados do Nordeste oriental, aliciamento este que recrudesce a partir dos anos 30. (LOPES, José Sérgio: 1979, p. 65)

O processo de construção das vilas operárias no Brasil se inicia ao final do século XIX perdurando até os anos de 1980, sendo amplos e diversos seus objetivos. Para Eva Blay

(1985), as vilas podem ser vistas como indicadores da politização do espaço urbano quando o poder público encaminhava certas normas de uso da moradia, e os industriais se utilizavam das vilas como instrumento de pressão da força de trabalho num período caracterizado por frequentes crises, como aconteceu no início do século XX.

Ao analisar vilas operárias como uma das formas de habitação dos trabalhadores urbanos no processo de industrialização cearense, Margarida Júlia Andrade (1990, p. 13) observa que esse padrão de construção tem forte relação com a história do algodão e das primeiras indústrias têxteis, uma vez que esta solução se tornava dominante como "lógica social de habitação em determinado período do desenvolvimento urbano e ausência de investimento imobiliário em Fortaleza, entre 1920 e 1945."

Enquanto os empresários têxteis construíam as vilas operárias, o Estado legislava através das Posturas Municipais que tinham por objetivo "estimular os poderes públicos à melhoria das condições de higiene do espaço público e buscavam segregar o espaço".[70] Referente ao ano de 1932, esse Código dispunha sobre as casas populares e vilas operárias, onde neste último caso, apontava o local de construção, a largura de sua entrada, a forma, a numeração, o tamanho, os compartimentos, dentre outras disposições.

São vários os estímulos estatais para os industriais construírem vilas operárias: em 1922, é sancionada uma lei que previa total isenção de imposto predial e municipal, além da "preparação" dos terrenos baldios e saneamento para o local. Em 1925, há isenção de pagamento da "décima urbana e de todos os impostos estaduais pelo prazo de 15 anos", em 1933, há isenção de todos os impostos estaduais e municipais, exceto de esgoto e de limpeza pública durante 15 anos. [71]

Até o ano de 1945 foram construídas, em Fortaleza, oito vilas operárias, dentre as quais a Vila Santa Cecília, da fábrica de mesmo nome, contabilizando ao todo 500 unidades habitacionais. Como examina Margarida Júlia Andrade (1990, p. 172), a vila operária possibilitou a constituição de três características no interior das relações de trabalho: fixação da mão de obra composta por mestres, contramestres e operários; mobilização para a continuidade da jornada a qualquer momento do dia ou da noite, dada a proximidade entre casa e fábrica; e controle dos conflitos entre patrão-empregado, uma vez que estes últimos se veriam sob comportamento social subordinado aos interesses da empresa para não perderem a moradia.

---

[70] ANDRADE, Margarida Júlia Farias de Salles. **Onde Moram os Operários...**: vilas operárias em Fortaleza (1920-1945). 1990. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1990.
[71] *Ibid.*, p. 50.

Do ponto de vista da relação salário *x* moradia, Eva Blay (1985, p. 79) analisa que os empresários adotaram algumas políticas, dentre as quais: manter baixos os salários, oferecendo casa com o mínimo de custos, ou manter os salários baixos elevando os aluguéis, provocando assim, uma maior redução dos salários nominais. Neste processo, outro elemento de politização, mais precisamente de luta política, acontecia quando da conexão entre os interesses dos proprietários da vila (patrão) e dos moradores (operariado):

> A relação não pode ser categorizada como de exploração de uma das partes sobre a outra, como se a indústria tivesse um poder absoluto sobre o empregado e este fosse mero agente passivo e submisso. Há, na verdade, uma barganha entre as partes, uma impondo as regras do jogo, a outra aceitando, desde que dentro de seus próprios interesses. O empregado quer a casa, precisa morar na vila, mas sabe muito bem que seu trabalho também é necessário à indústria e que ela só lhe alugará esta casa porque ele, de alguma maneira extra, também está pagando por ela.
>
> A barganha entre a casa e o trabalho pode ter uma dimensão política na relação entre as classes, ao levar o trabalhador a avaliar o valor do uso do seu trabalho para a empresa, mas pode determinar também a permanência de relações "atrasadas" do ponto de vista de uma maior racionalização do valor do trabalho enquanto tal. (BLAY: 1985, 168)

Para o caso das operárias têxteis da fábrica Santa Cecília, temos Teresinha Alves já morando no bairro Montese quando começou a trabalhar no Cotonifício. Ela dividia a casa alugada localizada na Rua Quinze de Novembro com os irmãos, mas sabia que a fábrica possuía casas de vila, e pediu ajuda ao irmão para conseguir uma delas. Bezerrinha, como era conhecido, trabalhava na fábrica havia mais tempo, mantendo amizade com chefes, supervisores e funcionários do departamento de pessoal:

> O meu irmão trabalhava lá, e tinha um chefe lá que só dava a casa a gente por boa produção, quem desse boa produção, ele dava [a casa]. Eu trabalhava num setor chamado enroladeira, e meu irmão foi falar com ele, que disse: "eu vou ver a produção dela, se for boa ela ganha a casa". Passou uma semana mais ou menos, ele disse: "a produção dela é muito boa, eu vou dar a casa pra ela".
>
> Quando ele afirmou que ia me dar a casa, ele saiu da empresa. Então meu irmão falou lá com (...), ele [o irmão] fazia tudo lá, contínuo, ele era, era tudo lá. Ele se dava muito bem com o pessoal do setor pessoal. Disseram: "Seu Esteves saiu", que era o gerente. "Ele ficou de dar a casa pra minha irmã, como é que vai ficar agora?". "Não, está tudo preparado, ela não vai perder a casa não". E fui, e ganhei a casa. Estou até hoje.[72]

Para ter morada na vila operária, Teresinha Alves sabia que seu recente emprego na fábrica inviabilizava o "direito" às casas, e por esta razão falou com o irmão que intermediasse o pedido porque ele adquiriu confiança junto aos superiores ao longo do tempo,

[72] ALVES, Teresa (Teresinha). Entrevista I e II [ago. 2009; set. 2012]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2012. Arquivo mp3 (290 minutos).

era um “faz de tudo lá”, e isto poderia facilitar os trâmites. Mesmo assim, Teresinha Alves seria avaliada pelo gerente. Os critérios para conseguir moradia na vila operária eram vários, principalmente ter boa produtividade. Em virtude disto Teresinha mostrou habilidade e rapidez com os fios, impressionou o homem e garantiu uma casa na Vila “Santa Inês”.

A possibilidade de morar numa casa de vila operária e sair do aluguel era algo vivido com muita expectativa, uma forma de minimizar os custos do minguado orçamento doméstico. Para termos uma ideia, na campanha salarial de 1993, o Sindicato dos Trabalhadores Têxteis reivindicava piso salarial de CR$ 3.840.000 para trabalhadores não profissionais, sinalizando que estes gastavam uma média de Cr$ 950.000 por mês com o aluguel, ou seja, um quarto do salário.[73]. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, relativo aos anos de 1987 e 1988, a fração era semelhante para o orçamento de um trabalhador.[74]

Além do aluguel, outra “modalidade” aqui identificada é a morada na “casa dos outros”, expressão muito comum nos depoimentos das operárias, principalmente quando chegam à Fortaleza. Vera Lúcia conta que quando saiu da cidade de Aracati para trabalhar em Fortaleza, inicialmente se estabeleceu na casa de parentes, e posteriormente foi morar com “conhecidos”. A experiência não foi boa. Morava de favor num quartinho, nada de vida pessoal. Rememorando aquele momento, Vera Lúcia diz que tinha grande peso as lembranças do tempo tranquilo na casa dos pais, mas ela pensava na perspectiva que teria trabalhando em Fortaleza.

Quando começou a trabalhar na Santa Cecília, Vera Lúcia passou a procurar semanalmente o setor de serviço social da fábrica, responsável pela seleção e distribuição das casas, para conseguir uma moradia:

> Quando cheguei aqui, eu fui morar na casa de uma prima, prima-segunda, eu comecei a trabalhar lá na Santa Cecília. Não me dei muito bem lá, mas eu botei o pensamento positivo que eu ia conseguir, porque eu tinha um filho na época, e eu pensava muito no futuro, e eu sei que meus pais tinham condição de dar tudo para ele, mas isso não é o bastante, porque depois a gente não tem eles [os pais] por toda vida.
>
> Então eu coloquei na minha cabeça: eu vim de Aracati para cá, com uma mão na frente e a outra atrás como fala o matuto. Vim para cá morar nas casas dos outros. Lá na minha casa eu tinha tudo, e eu vivia tão cansada dos outros, mas eu dizia: eu vou conseguir! Eu ergui minha cabeça, não quis nem saber, depois fui morar na casa de outra pessoa conhecida. Eu comecei do zero.

---

[73] O panfleto em questão se refere a variados pisos, dada as diferentes especializações, funções e bases salariais. Tendo em vista que as operárias trabalhavam nos setores com menor qualificação, uso como dado o piso menor, de Cr$ 3.840.000, que na prática era somente uma referência para as negociações, nunca os patrões pagavam integralmente o valor exigido. Panfleto **Fio da Meada**, s/n, ano de 1993.

[74]**Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor**: pesquisa de orçamentos familiares. IBGE, 1989.

> Assim, eu trabalhava às catorze horas e saía às vinte e duas. Pela manhã, eu me arrumava, levantava cedo e a mulher ainda falava de mim, mas isso são coisas que a gente tem que aprender a superar porque quando a gente quer vencer na vida a gente tem que ter um objetivo, uma determinação, se você não tiver essas duas coisinhas, já foi, porque as provações vêm, as dificuldades, então você lembra do passado.
>
> Porque na minha casa eu tenho isso e tenho aquilo, não sei quanto é nada, e agora eu vou ter que enfrentar isso, vou ter que enfrentar porque lá na frente eu vou sentir falta e vou ter uma vida que eu mesma construí. E você sabe que tudo as pessoas falam assim: porque Deus quis! Negativo! Deus não quer nada de ruim para a gente. A gente é que determina o nosso futuro.
>
> Quando eu cheguei aqui, [eu pensava], vou batalhar por uma casa da UNITÊXTIL, e diziam: "não, você é novata", e não sei o quê. "Aqui é só para quem tem muito tempo de serviço." E depois eu ia lá de novo, nem ligava. Um não, um mais, ou um menos; sem jeito, mas amanhã tem. E eu voltava na outra semana de novo, mas então eu consegui. Consegui uma bem menor, depois consegui essa.
>
> Eles alugavam a gente por uma taxa na época. [Era como se fosse] dez reais. Eles descontavam. Era um salário-família, eles tiravam por conta da moradia da casa. A gente ficava e tomava conta da casa, então pagava a luz e ficava na casa.[75]

Vera Lúcia viveu o que poderíamos chamar de "sedução da cidade", atraída pela possibilidade de fazer um futuro diferente na capital. Contudo, podemos observar que as dificuldades estavam presentes desde sua partida: "uma mão na frente e a outra atrás", "comecei do zero".

Sobre esta "sedução", Rosilene Alvim e José Sérgio Leite Lopes (1990) analisam que por meio da propaganda de trabalho e fartura para todos, famílias inteiras de camponeses eram recrutadas no sertão da Paraíba e de Pernambuco pela fábrica Companhia de Tecidos Paulista. Contudo, se eram seduzidos à primeira vista, logo se frustravam almejando retorno para a cidade de origem. (ALVIM: 1997, 129)

Chegando à Fortaleza, as dificuldades de Vera Lúcia Mendes pareciam aumentar: falta de recursos, a incômoda morada na casa de "conhecidos", a impertinência da dona da casa; sentia-se intrusa, humilhada com a reclamação constante que lhe impedia de dormir um pouco mais, pois chegava do trabalho mais de dez horas da noite! Lembrava-se cotidianamente do modesto e bom viver na casa dos pais, mas seguia em frente porque um dos objetivos imediatos era organizar a vida e trazer o filho para perto de si.

Dia a dia Vera Lúcia insistia por uma casa na vila operária junto ao serviço social da fábrica, mas era difícil porque não se enquadrava nos "critérios". Segundo a pesquisa de Maria Guedêlha Carneiro (1980, p. 22) no grupo UNITÊXTIL, o trâmite se dava "após o preenchimento das fichas, fazemos uma triagem com aqueles empregados mais necessitados".

---

[75] MENDES, Vera Lúcia. Entrevista I [nov. 2009]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2009. Arquivo mp3 (90 minutos).

Se “necessidade” fosse pré-requisito, todas as operárias e operários, inclusive Vera Lúcia, teriam conseguido uma casa de imediato; mas não era isto que prevalecia. Era recente seu emprego, por isto insistiu semanalmente no serviço social da fábrica Santa Cecília até conseguir: a primeira morada foi numa pequena na Vila São Carlos. [76]

Eram cinco as vilas operárias instaladas no bairro Montese. Em algumas delas era necessário apenas atravessar a rua para chegar à fábrica, o que além de evitar gastos com transporte, permitia algum descanso, não teria que acordar mais cedo. A vila mais distante, para termos ideia, ficava localizada há três quarteirões da porta de entrada do Cotonifício, como podemos ver na figura abaixo:

[76] Dentre as solicitações que ocorriam com maior frequência às assistentes sociais, estavam a troca e a restauração da casa de vila operária. Para ler mais sobre isto, ver: LOPES, Cláudia Mercedes Rodrigues. **O Serviço Social na Dinâmica Empresarial**: uma experiência como estagiária na fábrica Santa Lúcia – Grupo UNITÊXTIL. 1985. Monografia de graduação. Universidade Estadual do Ceará, Curso de Serviço Social, Fortaleza, 1985.

FIGURA 7 – Vilas operárias da fábrica Santa Cecília.

Fonte: Dados recolhidos pela autora, 2011-2013.

Acervo da autora

Aqui localizo as vilas operárias no Montese tendo por referência o galpão da fábrica Santa Cecília, entre as Ruas Quinze de Novembro e Dom Carloto Távora. Em cada uma das vilas pude observar que existem variações no número de casas, ou em seu tamanho, variam também os moradores, selecionados entre supervisores ou famílias operárias.

No que trata a arquitetura e disposição no espaço, as casas de vila operária da fábrica Santa Cecília bem poderiam ser comparadas àquelas analisadas por Eva Blay (1981) em São Paulo no início do século XX:

> As vilas operárias variam quanto ao tamanho. Há algumas pequenas, com 30,40 casas, contíguas, germinadas, todas voltadas para uma rua interna cuja passagem para a via pública se fazia por um único portão. Outras, mais numerosas, contavam com mais de 100 casas construídas num único terreno, internamente subdividido em duas ou mais ruas. Algumas tinham mais de 200 casas. O terreno em que foram construídas tinha limites físicos que as circunscreviam e tanto podiam ser muros, cerca, como um rio.
>
> Havia também casas construídas diretamente para a via pública, mas é notável que mesmo nesses casos "existe" um muro invisível que demarca os limites da vila. Por vezes esse limite é "destruído" pelos moradores como num dos casos pesquisados em que a vila típica, pela sua forma passou a ser considerada pela Prefeitura, como uma "Rua sem Saída" e seus moradores deixaram de "ver" nela uma vila. (BLAY: 1981, p. 144)

Para o nosso caso em análise, ainda que o número de imóveis fosse bastante reduzido se comparado ao estudo acima, chama atenção a disposição das casas: todas elas estão divididas em duas fileiras, uma de frente para outra, tendo ao centro uma pequena travessa. Na Vila Santa Cecília, que tem por fundo o quintal da Vila Santa Inês, é onde se concentra o maior número delas, e é ali também onde existem imóveis que tem por frente ruas abertas (Dom Carloto Távora e Quinze de Novembro). Por fim, encontramos a Vila Santa Inês cortada por uma travessa com duas saídas.

Quanto ao tamanho das casas de vila operária, segundo as entrevistas, bem como por observação direta, a Vila São Carlos dispunha dos menores imóveis, enquanto a Santa Cecília e Santa Inês eram mais espaçosas. São nestas últimas que encontramos, entre os moradores, supervisores e trabalhadores com formação técnica.

São modelos de casa de vila operária que datam do começo do século XX, baseados na legislação que ditava as normas de construção dos imóveis. Para o caso das vilas de propriedade da família Leite Barbosa/Pinheiro, observamos algumas diferenças - as casas

não eram isoladas nas laterais, havendo comunhão de quintais -, com relação ao modelo vigente das casas localizadas no bairro Jacarecanga[77], em Fortaleza:

> Pode-se verificar, a partir desta legislação [decreto de 30.12.1933], que as casas deveriam ser isoladas, com recuos laterais e frontais, com limitações de área coberta e do número mínimo de compartimentos, sendo proibida, também a comunhão de quintais. Todas essas especificações demostram o objetivo de combater a desordem através de um modelo de ordem burguesa.
> [...]
> A vila [Diogo] está dividida internamente, no sentido norte-sul, por uma rua de acesso, que corresponde a um espaço de uso comum, complementar ao espaço privado da habitação, no qual se localizava, no início, uma cacimba para abastecimento d´água aos moradores do conjunto. (ANDRADE: 1990, p. 154 - 164)

Ao examinar a moradia dos trabalhadores ferroviários em Fortaleza, Nilton Melo Almeida (2012) observa nos anos de 1930 a construção de casas pela Caixa de Aposentadoria e Pensões nos bairros Otávio Bonfim e Aldeota. Isto acontecia através do Decreto-Lei 58, que durante o Estado Novo regulamentava a venda de lotes a prestação. Desse modo, dezenas de casas foram edificadas e financiadas àqueles trabalhadores.

Em 1941, outras 60 casas foram vendidas aos operários da Rede de Viação Cearense (RVC) para morarem na Vila Operária Valdemar Falcão, construída com recursos da Caixa dos Ferroviários, e terreno doado pela União. Contudo, essa "facilidade" no processo de aquisição da moradia própria não foi generalizada. Para Nilton Melo Almeida (2012, p. 86): "depois do golpe de 1964, a casa própria continua sendo um 'grande sonho' dos funcionários da RVC."

Entre os anos de 1940 e 1960 foram construídas várias vilas para moradia dos trabalhadores em Fortaleza, dentre elas: Araken, Baturité, Demósthenes Rockert, Diogo, Gurgel, J. Pinto, Valdemar Falcão, Pompeu e Santa Cecília. Nesta última, Maria das Dores Sampaio se instalaria nos anos de 1980, em virtude do convite da colega chamada Maria, que trabalhava no Cotonifício dos Leite Barbosa/Pinheiro:

> Fui morar com uma irmã minha, depois na casa de uma colega, depois fui morar com outra colega minha que já morava na casa da fábrica, então foi o tempo que ela ficou doente e saiu. Como a casa tava no nome dela, quando ela saiu, ela pediu pra passar a casa pra mim porque eu já trabalhava lá. Então pronto, continuei trabalhando e continuei morando.[78]

---

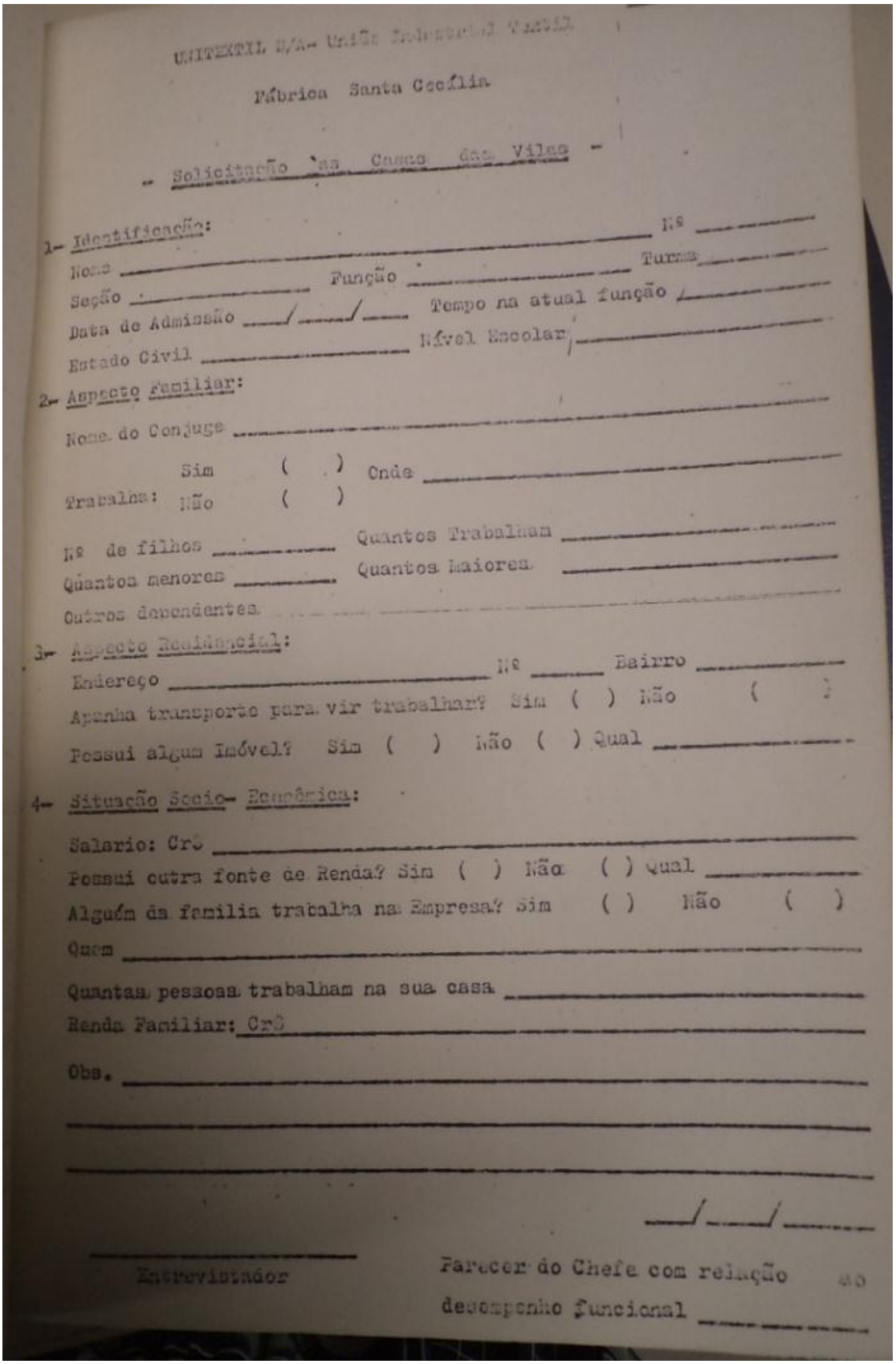
[77] Para ler mais sobre a disposição espacial das casas de vila operária, em Fortaleza, ver: ANDRADE, Margarida Júlia Farias de Salles. **Onde Moram os Operários...**: vilas operárias em Fortaleza (1920-1945). 1990. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1990.

[78] SAMPAIO, Maria das Dores (Dorinha). Entrevista I [fev. 2012]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2012. Arquivo mp3 (50 minutos).

A solidariedade era o que imperava entre as amigas. O processo de aquisição da morada e do emprego, Maria das Dores conseguiu através da colega que burla as regras da fábrica abrigando-a na casa de vila, pede uma vaga na fábrica, solicita às integrantes do serviço social a permanência da operária.

Dessa forma temos três operárias solteiras, Dorinha, Teresinha e Vera Lúcia, e com pouco tempo de trabalho (o que por si, já ia de encontro aos critérios estabelecidos pelas assistentes sociais e chefes) adquiriam uma casa pertencente à fábrica. Dizemos “adquiriam”, mas é preciso sublinhar que a moradia tinha custo, ela era paga! Quanto às fichas para a seleção vejamos um modelo:

FIGURA 8 - Ficha de solicitação da casa de vila operária.



UNITEXTIL S/A- União Industrial Textil

Fábrica Santa Cecília

- Solicitação das Casas das Vilas -

1- Identificação: Nº _____

Nome _____

Seção _____ Função _____ Turma _____

Data de Admissão ___/___/___ Tempo na atual função _____

Estado Civil _____ Nível Escolar _____

2- Aspecto familiar:

Nome do Conjuge _____

Trabalha: Sim ( ) Onde _____ Não ( )

Nº de filhos _____ Quantos Trabalham _____

Quantos menores _____ Quantos Maiores _____

Outros dependentes _____

3- Aspecto Residencial:

Endereço _____ Nº _____ Bairro _____

Apanha transporte para vir trabalhar? Sim ( ) Não ( )

Possui algum Imóvel? Sim ( ) Não ( ) Qual _____

4- Situação Socio- Econômica:

Salario: Cr$ _____

Possui outra fonte de Renda? Sim ( ) Não ( ) Qual _____

Alguém da familia trabalha na Empresa? Sim ( ) Não ( )

Quem _____

Quantas pessoas trabalham na sua casa _____

Renda Familiar: Cr$ _____

Obs. _____

___/___/___

Entrevistador

Parecer do Chefe com relação ao desempenho funcional _____

Fonte: Carneiro (1980, s/p)

Acervo: Biblioteca Professor Antônio Martins Filho (UECE)

Esta ficha se encontra entre os anexos da monografia de Núbia Carneiro, em seu estágio como assistente social na fábrica Santa Cecília. A "Solicitação às Casas das Vilas", é acompanhada de um questionário (em torno de trinta questões): identificação, aspecto familiar e residencial, situação socioeconômica, seguido de entrevista com a assistente social e o parecer do chefe de seção sobre o desempenho do requerente.

Em seu estudo, Eva Blay (1985, p. 167) observa que os trabalhadores selecionados à aquisição de uma casa da fábrica eram aqueles considerados "imprescindíveis" à produção, qualificados e com funções estratégicas, como eletricistas, por exemplo, bem como os que tivessem quatro ou mais integrantes na família trabalhando.

Situação um pouco semelhante acontecia na Fábrica Nacional de Motores (FNL) desde os anos de 1940. Segundo José Ricardo Ramalho (1989, p. 52) quando da análise da experiência dos trabalhadores com aquele modelo de fábrica estatal, a morada na casa de vila acontecia aos operários com maior conhecimento técnico, de preferência casados, e às chefias. Somavam-se ainda os "critérios morais e disciplinares".

Ainda segundo Núbia Carneiro (1980, p. 19), a fábrica Santa Cecília dispunha em 1980, de "[...] 200 casas distribuídas em cinco vilas: São Carlos, Santo Antônio, Santa Cecília, Santa Inês e Nossa Senhora de Fátima. Possui ainda uma república que aloja cerca de 12 rapazes." Além do déficit de moradia, veja-se, neste caso, a dormida em alojamento. Os números eram insuficientes para atender todos os requerentes.

Vera Mariano conta que quando foi trabalhar na Santa Cecília, no ano de 1987, logo percebeu que as casas eram ocupadas pelos mais antigos, e por esta razão nunca conseguiu uma para si:

> Na época que eu entrei, aquilo ali já era bem mais antigo, eu não me recordo aqui o ano de instalação, acho que pelos seus estudos você talvez já tenha conseguido saber quando foi que a fábrica foi fundada, eu não sei. Mas aquelas casas ali já eram todas lotadas com trabalhadores, você conseguir uma casa daquelas, era um sonho, era muito raro.
>
> E não supria porque a demanda de trabalhadores era muito grande, e quem tava ali era dos processos mais antigos, aquelas vielas. Eu lembro que quando eu tava no sindicato, anos depois muitos trabalhadores adquiriram aquelas casas, compravam aquelas casas, já moravam ali há muito anos, trabalhadores que moravam ali e iam pra fábrica. A maioria daquelas casas foram vendidas para os trabalhadores, acho que algumas foram até por conta de pagamento.
>
> Porque assim, são coisas que você não utiliza para a memória. Apesar de eu ter passado muito tempo no sindicato, de ter mexido muito com isso. Mas assim, muita

> gente que já morava ali, permaneceu. Naquela época a gente não conseguiu, já tava tudo lotado.[79]

Morando há quase sete quilômetros do Montese, no bairro Granja Portugal, o sonho de Vera Mariano era conseguir uma casa de vila operária. Tão logo começou a trabalhar na fábrica Santa Cecília descobriu que existia essa possibilidade de morada, contudo, sempre que procurou as assistentes sociais para tratar deste assunto, descobria que as casas se encontravam ocupadas.

Talvez em virtude disto as operárias tenham se amparado em outras estratégias para conseguir uma moradia da fábrica. Para Rosa Maria da Silva foi o casamento com um supervisor. Inicialmente ela e o marido alugaram um imóvel nas proximidades do Cotonifício, porém, solicitaram uma casa de vila operária. Seria o esposo quem falaria com o gerente para facilitar os trâmites:

> Nós casamos e moramos quase um ano em casa alugada ali na Vila Lobos, na vila que tem ali. Meu esposo era supervisor. Foi um tempo que eles davam muita casa pras pessoas que trabalhavam lá, os chefes, essas coisas. Meu esposo era supervisor, e foi e falou com o chefão lá, ele gostava muito dele.
>
> Aqui [na casa onde ela mora ainda hoje] morava um rapaz, mas o rapaz foi e saiu da fábrica. Pronto, eles foram e entregaram a casa, então quando ele entregou a casa, o chefão foi e deu pra gente morar. A casa tinha sido reformada, tava toda novinha, e já faz quase quarenta anos que a gente mora aqui, faz muitos anos, muitos anos mesmo.
>
> Essa casa, não tinha casa em cima, fomos nós que construímos em cima. Era só três compartimentos, era um corredorzinho ali (no lado esquerdo), e tinha uma porta aqui de entrada, aqui era a sala e aqui era o quarto. Nós entrava por ali, tinha uma janela aqui, e ainda tem uma casa que era o modelo das vila todinha, que é onde a filha dele mora, que tem um pé de planta. Do mesmo jeito, ela ainda é recuada, é o jeito que era a vilinha, a vilinha todinha.[80]

Se o marido era supervisor, e teria maiores chances de conseguir uma casa, Olegário da Silva foi falar com o "chefão" que em pouco tempo lhe cederia uma casa recém-reformada na Vila Santa Cecília. Ainda que fosse uma das maiores, essa casa onde morava a família da operária Rosa Maria, aos poucos se tornara pequena com o nascimento dos filhos.[81] São poucos compartimentos, dentre os quais um pequeno jardim, quintal, cozinha e banheiro.

---

[79] BEZERRA, Maria. Entrevista I [nov. 2011]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2011. Arquivo mp3 (100 minutos); MARIANO, Vera. Entrevista I [nov. 2011]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2011. Arquivo mp3 (100 minutos).

[80] SILVA, Rosa Maria da. Entrevista I [jan. 2013]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2013. Arquivo mp3 (90 minutos).

[81] Em geral, estes imóveis foram comprados pelos trabalhadores da fábrica Santa Cecília, onde atualmente encontramos as antigas casas de vila operária ampliadas sobre o espaço que lhes foi possível, a vertical. É comum encontrarmos um, por vezes até dois pisos sobre a antiga casa, abrigando as gerações seguintes.

Na imagem a seguir temos uma fachada da casa que persistiu ao tempo[82], permanecendo quase semelhante àquela que Rosa Maria encontrou quando passou a morar no bairro:

FIGURA 9 – Fachada da casa de vila operária na Rua Dom Carloto Távora, Montese, 2013.

Fonte e Acervo da autora

A imagem lembra as moradias interioranas com muro baixinho, portão de ferro. A porta era do "tipo porta-e-janela"[83], e quando me aproximei era possível visualizar toda a casa, inclusive o pequeno quintal.[84] Conservava semelhança com as casas de vila operária do começo do século, em Fortaleza:

[82] A casa é do operário aposentado Adolfo Rodrigues, e fica localizada na Rua Dom Carloto Távora, 333, no bairro Montese. Fotografei-a após entrevista.

[83] A expressão "tipo porta-e-janela" foi extraída desta dissertação: ANDRADE, Margarida Júlia Farias de Salles. **Onde Moram os Operários...**: vilas operárias em Fortaleza (1920-1945). 1990. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1990.

[84] Seu Adolfo Rodrigues foi operário na fábrica Santa Cecília, e sindicalista. Atualmente é proprietário da pequena casa. Ele conta em entrevista que ainda não conseguiu sua escritura porque durante a compra, os empresários prometeram que ao venderem todos os terrenos que lhes pertenciam na área, fariam e entregariam a papelada de uma só vez; mas a questão ainda está pendente. O mesmo acontece aos direitos trabalhistas, impossibilitando-lhe reformar a casa, mantendo-a semelhante há mais de trinta anos.

> Todas as casas são construídas em alvenaria de tijolo, utilizando telhas de barro, com a estrutura de duas águas na parte frontal, o que permite que uma parte das águas da chuva seja lançada diretamente na rua, e a outra, no quintal interno. As casas não são forradas, e o piso é acimentado. (ANDRADE, 1990, p. 169)

Lúcia Maria Feitosa também conseguira uma casa por intermédio da função do marido. Era o início da vida a dois. Com poucos recursos a operária ia comprando alguns objetos para casa, contudo, não tinha onde morar:

> Quando a gente se casou, nós não tínhamos nada, o dinheiro que a gente tinha só dava pra comprar um filtro, um fogão e um armário. E O Tenório que era amigo do Zé Maria foi e disse: "Zé Maria, tu quer uma casa pra vocês irem dormir lá?" E toda noite a gente ia pra essa casa. E a nossa janta, sabe o que era? Abacatada. Depois a gente arranjou essa casa aqui, comprou essa casa e graças a Deus, hoje, a gente tem essa casa aqui e outras coisinhas.
>
> Porque quando ele começou a trabalhar na UNITÊXTIL, e morava com a outra mulher, ele conseguiu a casa na Vila São Carlos. Então depois, quando ele se casou comigo, a mulher alugou uma casa na Rua Elcias Lopes. Então quando a gente soube que essa casa estava desocupada a gente trocou a casa de lá por essa daqui. Era a casa da UNITÊXTIL também. Porque quando você tinha uma casa menor você podia trocar.
>
> Quando nós casamos ele comprou uma casa lá na Serrinha, só que eu não queria morar lá na Serrinha, eu queria essa casa. Eu sei que ele pagava uma taxa.[85]

Lúcia Maria e o marido, José Maria, estavam entre aqueles que tentavam conseguir um teto para morar, e por meio de uma taxa descontada todos os meses do salário, eles morariam na pequena e modesta casa de vila operária.

No que trata a situação das operárias, a conquista da casa da fábrica obedecia a outros critérios: além do ofício, era imprescindível o tempo de trabalho na fábrica, alta produtividade e boa relação com as chefias.

Muitas operárias almejaram aquela morada próxima do trabalho, de baixo custo, livres do aluguel, mas nem todas a conseguiram. Habitariam em bairros distantes, onde tudo era mais difícil, os serviços precarizados, por vezes nem existiam, eis o depoimento de Maria Bezerra:

> Eu entrava quinze para às seis, eu morava no Jóquei Clube, era perto da fábrica [Santa Inês], e morava de aluguel, mas a situação apertou aí eu acabei comprando um terreno lá no Parque Presidente Vargas, onde eu moro hoje, próximo ao Conjunto Esperança, onde acabei construindo dois compartimentos.
>
> Quando eu cheguei no Parque Presidente Vargas a gente não tinha ônibus, o ônibus era no Conjunto Esperança, era de um bairro pro outro. Eu levantava todo dia três e meia da manhã, e ia com os motoristas e trocador porque eles iam pegar o ônibus pra poder vim e pegar a população.

---

[85] FEITOSA, Lúcia Maria. Entrevista I [nov. 2011]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2011. Arquivo mp3 (85minutos).

> Daí eu ia com dois motoristas e um trocador que moravam perto de mim. Não tinha luz, Não tinha água, não tinha asfalto, não tinha nada quando eu cheguei lá. Quando era à tarde pra voltar, eu pegava o trem e descia no Aracapé, o bairro. Descia lá e vinha a pé, uns 20 a 30 quilômetros a pé.[86]

Madrugar e percorrer muitos quilômetros a pé; sozinha ou na companhia de outros trabalhadores, apanhando ônibus para chegar pontualmente à fábrica; trabalhar oito horas consecutivas, pegar trem, andar mais, e assim voltar para casa, essa era a rotina extenuante de Maria Bezerra. Tudo piorou quando não pôde mais pagar o aluguel próximo da fábrica Santa Inês, mudando-se para uma região ainda mais longe. Assim era a vida.

Para Maura Pardini Véras e Nabil Georges Bonduki (1986, p. 41), a moradia para o trabalhador é, antes de tudo, um elemento fundamental à reposição de suas energias, é abrigo e inserção no espaço urbano, é direito. Contudo, se morar é uma necessidade para todos, a desigualdade entre as classes sociais também transparece na desigualdade de localização da habitação, configurando uma nova modalidade de conflito.

Os aluguéis são altos, e assim vemos a cidade do capital segregar ainda mais os trabalhadores, empurrando os pobres para cada vez mais longe. A solidariedade prevalece na prática dos mutirões, tão característicos neste período. Para Elza Braga (1995, p. 128), entre os anos de 1985 e 1987 foram registradas 64 áreas ocupadas em Fortaleza, 13.869 lotes e uma média de 60.000 abrigados nas terras que em geral, eram de propriedade pública.

A criação de projetos estatais como o Banco Nacional de Habitação (BNH) - para supostamente corrigir ocupações irregulares do solo urbano, erradicar as favelas através da regularização e aquisição de terrenos e infraestrutura urbana básica – e o Programa de Erradicação da Sub-Habitação (PROMORAR) para “melhorar” as condições de moradia, transferindo a população para áreas próximas, não surtiram efeito.[87]

É o que examina Carlos Lemos (1978) sobre a moradia “da gente humilde das cidades”, dos arraiais afastados, das “corruptelas” distantes, das bordas dos latifúndios, dos “retiros” pastoris nos anos de 1970, em São Paulo, quando da construção de imóveis pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) - a “casa operária” era inviável:

> Todos os raciocínios levam o projetista às habitações coletivas em grandes conjuntos onde são extremamente facilitadas as instalações de redes de água, esgoto, luz, telefone, gás, além de comércio centralizado, escolas e campos de esporte nas áreas livres graças à solução vertical compacta. Todos os raciocínios levam a plantas claras, limpas, em que as circulações e as funções são muito bem definidas. Todos os raciocínios levam a soluções econômicas em que as áreas úteis são minimizadas.

---

[86] BEZERRA, Maria. Entrevista I [nov. 2011]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2011. Arquivo mp3 (100 minutos).

[87] BRAGA, Elza Maria Franco. **Os Labirintos da Habitação Popular**: conjunturas, programas e atores. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995.

> E percebe-se, então, que tais conjuntos habitacionais são incompatíveis com as expectativas populares, aproximando-se muito mais das preferências da classe média. Inclusive o poder aquisitivo do operário, do trabalhador braçal, do trabalhador da construção civil, ficou muito aquém dos valores anunciados. E assim, o marmiteiro de salário mínimo continua morando mal porque continua fazendo sua casa sem assessoria alguma. (LEMOS: 1978, p. 198)

Para José Borzachiello da Silva (1992, p. 79), o projeto do BNH somente possibilitava o acesso a casa própria após um longo período financiando-a, até 30 anos, e isto era possível àqueles que tivessem renda suficiente, quem podia "arcar com esse compromisso".

Em meio às dificuldades da vida, a favela continuava a ser a principal morada dos trabalhadores, e para o nosso caso em questão, das operárias que não conseguiram uma casa de vila da fábrica Santa Cecília. Desse modo, é possível que elas estivessem inseridas nesta experiência solidária dos mutirões, quando vizinhos e parentes se uniam aos domingos para a construção de um teto para viverem.

A moradia na cidade é um aspecto vivido pelas operárias como segregação, mesmo para aquelas que moravam nas casas de vila da fábrica. Nos momentos "livres", esta situação não é muito diferente. Praticamente confinadas no bairro, quase não saem de casa, e quando o fazem, os passeios são vistos de forma pejorativa pelos setores dominantes. É o que analisaremos adiante.

1.4. Dia da folga, que lazer?

A abordagem historiográfica do lazer operário vem se ampliando. Vários pesquisadores, como veremos a seguir, analisaram esta prática como forma de controle e dominação patronal, disciplina e regeneração das energias para o trabalho (através do futebol, por exemplo). Entretanto, desde a década de 1980 a historiografia busca novas abordagens e perspectivas analíticas do lazer proletário como campo de conflito, de resistência permeada por "costumes em comum" e "experiências partilhadas".

Ao analisar a prática de lazer entre os trabalhadores no Brasil, a compreensão dos sentidos e significados historicamente construídos, Christianne Gomes e Leila Pinto (2009, p. 68) afirmam que o termo "lazer", no começo do século XX, estava vinculado à noção de ócio, tempo fora do trabalho. Com o tempo, seu significado foi se modificando, e a expressão passou a ter sentido amplo desde os anos de 1970: folga, descanso, tempo para entretenimento e distração; e, por outro lado, configurava uma reivindicação dos trabalhadores.

Muitas vezes considerados pela ordem do capital como “vadios”, “ociosos”, “vagabundos”, várias foram as tentativas patronais de moldagem do corpo operário, donde temperança, poupança e disciplina, por exemplo, orientaram as ações de disciplina e controle.[88]

Ao examinar núcleos fabris ao final do século XIX e início do XX, em especial o caso de Pedra, no sertão de Alagoas, Telma Correia (1998) observou uma política patronal incidindo sobre a diversão e o lazer operário:

> Nele, não há lugar para o ócio – entendido como algo que induz aos vícios e à vagabundagem – e para o prazer desregrado – que esgota as forças e compromete o orçamento do trabalhador. Promoviam-se, ao contrário, atividades de regeneração das energias para o trabalho, submetidas ao controle da fábrica. Favorecia-se a prática de esportes sadios e submetidos a regras, como o futebol, de atividades que desenvolvem habilidades manuais - como o bordado – e de espetáculos de conteúdo moralizante nos teatros e cinemas. O lazer promovido, além de ser uma atividade julgada útil, deveria ser – e isso parece o essencial – visível e coletivo. (CORREIA: 1998, p. 135-6)

A pesquisa referida analisa o lazer no mundo do trabalho sob o ângulo das estratégias patronais de disciplina e produtividade numa experiência realizada no Nordeste do Brasil. Para a autora, em tal projeto prevalecia a divulgação de modelos de “comportamento operário”, assim como noções de temperança, decência e automelhoramento da classe, projeto que visava à “regeneração moral e sanitária”[89].

A ideia de “tempo e lazer nas sociedades modernas” que passou a influenciar a historiografia se inspira, em grande medida, na obra de E. P. Thompson. Nesta perspectiva, Edgar Salvadori de Decca (2002) observa que aquele autor organiza seu pensamento sob o espectro das mudanças e permanências de uma época, onde é complexa a noção de lazer no interior do sistema de fábrica:

> O lazer, portanto, pode ser visto tanto pelo ângulo das tradições e costumes das sociedades pré-industriais, como pelo ângulo da administração do tempo de descanso que complementa o trabalho disciplinado e organizado pelo industrialismo. Nesse sentido, tanto podemos ver nas atividades de lazer a manutenção das tradições e valores de sociedades anteriores ao capitalismo, como podemos apreendê-lo em suas dimensões complementares ao trabalho disciplinado. Assim, o lazer pode ser percebido nos interstícios do sistema de fábrica, como espaços e parcelas de tempo não administrados pelo capitalismo, como pode, também, ser visto sob o ângulo da administração do tempo livre complementar ao trabalho organizado oriundo da racionalização moderna do capital. O lazer, então, pode ser entendido tanto pela

---

[88] Para ler mais sobre as estratégias do capital, e sobre resistência - organização no mundo do trabalho, ver: LINEBAUGH, Peter e REDIKER, Marcus. **A Hidra de Muitas Cabeças**: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2008; SCOTT, James C. **Los Dominados y el Arte de la Resistencia.** Tradução: Jorge Aguilar Mora. Txalaparta: Editores Independentes, 1990.

[89] CORREIA, Telma de Barros. **Pedra**: plano e cotidiano operário no sertão. Campinas, SP: Papirus, 1998.

> ótica da acomodação como pela da resistência à imposição dos modos de vida criados pelo sistema de fábrica. Nessa perspectiva é que se delineiam as estratégias dos sujeitos históricos. (DECCA: 2002, p. 61)

Na dialética passado – presente, E. P. Thompson (1998, p. 303) analisou o trabalho industrial impondo novos hábitos, a administração do tempo e uma clara demarcação entre o "trabalho" e a "vida", neste viés: "devem de algum modo combinar numa nova síntese elementos do velho e do novo, descobrindo um imaginário que não se baseie nas estações, nem no mercado, mas nas necessidades humanas."

O termo "lazer" deve ser compreendido, portanto, como um tempo onde o trabalhador, mesmo nos seus momentos de folga, é parte de uma sociedade que se organiza para um tempo de "repouso", geralmente aos domingos, mas não rompe integralmente com as regras do capital-trabalho, mesmo nessas horas "livres". Esse pensamento influenciará diversas pesquisas, principalmente no sentido de analisar o peso político, os conflitos, as apropriações dos sujeitos sobre o espaço, a cultura e o lazer. Uassyr Siqueira (2009, p. 273), por exemplo, observa nos libertários do começo do século XX, em São Paulo, a apresentação de peças de teatro social nos bairros operários mesmo sob a proibição das "Instruções Policiais", que perseguiam os anarquistas.

Ao examinar a criação do Serviço Social da Indústria (SESI) no contexto da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que dentre outros assuntos, legislava sobre a duração da jornada de trabalho e tempo livre para descanso, Bárbara Weinstein (2000, p. 21) observa na aliança entre Estado e empresários o intuito de estimular o operariado a hábitos saudáveis, incidindo na alimentação, prática de esportes, saúde, através de atendimento médico e assistência social.

A efetividade de tais ações, na prática, mantinha as hierarquias, a segregação e as distinções sociais, voltavam-se ao projeto de "paz social". A autora observa que além da continuidade das greves em cidades com sede do SESI, muitos empresários permaneciam negociando com os sindicatos de trabalhadores durante as campanhas salariais.

Para Gisafran Nazareno Mota Jucá (2006, p. 129), atividades de lazer devem ser compreendidas como manifestações da cultura dominante e da cultura popular, por mais rigorosas que sejam as normas que procuram separar os espaços sociais:

> Mesmo reconhecendo a relação entre o poder social e o usufruto das atividades recreativas, o controle sobre os menos favorecidos não conseguia impedir que, em relação ao lazer, desfrutassem apenas do que lhes era imposto pelas normas estabelecidas. Por mais limitadas as possibilidades e os recursos disponíveis, a oportunidade de satisfação de necessidade básica, algo além das normas coercitivas do trabalho e da competição, sempre presentes no cotidiano, e a busca do lazer se

> infiltram nos diferentes segmentos e nas trilhas e caminhos que envolvem a vida urbana. (JUCÁ: 2006, p. 128)

Visando um projeto de ocupação do tempo livre para o operariado, os empresários da fábrica Santa Cecília ampliaram o espaço identificado à empresa, em direção aos campos de futebol, um localizado na Rua Barão de Canindé e outro na Rua Livino de Carvalho; um clube social[90] e um clube operário, o Clube Cotó, na Rua Elvira Pinho[91]. À primeira vista uma ação paternalista, também podemos perceber através dos depoimentos dos entrevistados, a inserção dos operários no planejamento de torneios e festas no clube aos domingos.

Através de visitas ao bairro, e com ajuda do fiandeiro Ely Pereira, fui observando os espaços frequentados pelas operárias e operários no passado. Desde então existiram várias mudanças, e em alguns casos, os lugares se tornaram irreconhecíveis.[92] Naquele percurso, Ely Pereira ainda me apresentaria ao Sr. Leonardo - treinador do time de futebol da fábrica Santa Cecília, que no avançar na idade, se encontrava sem condições físicas de falar sobre suas experiências. Contudo, manteve-se presente na sala de sua casa todo o tempo em que lá estive conversando com sua esposa, animando-se a cada relato e fotografia daquele tempo.

Próximo dos anos de 1980 o time mudava de nome, de "Santa Cecília Futebol Clube" (SCFC) passava a se chamar "Associação Atlética Ponte Preta". Nas imagens abaixo temos duas fotografias cedidas pela família do operário-treinador Leonardo, e outra, do acervo do memorial da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC).

---

[90] O clube construído para supervisores e gerentes ficava localizado na Rua Elcias Lopes, 596.

[91] Segundo a assistente social Núbia Guedêlha Carneiro (1980, p. 20-21), existiam dois clubes sociais agregados à fábrica Santa Cecília, "um destinado aos operários com realização de festas dançantes aos domingos, o outro para a administração e funcionários que funciona aos domingos durante o dia oferecendo quadra de esporte, sala de jogos e piscina." Situação que denota a manutenção da hierarquia e da segregação mesmo nos momentos de lazer, restando aos operários e operárias um grande salão com piso de cimento para dançarem durante as folgas.

[92] Na atualidade, os antigos campos de futebol da fábrica Santa Cecília cederam lugar a condomínios residenciais e pequenas fábricas com produção de vidro; a sede social se tornou moradia particular; o clube operário foi destruído, tornando-se hospital para crianças.

FIGURA 10 – Associação Atlética Ponte Preta, anos 1980.

Fonte e Acervo da autora

FIGURA 11 – Associação Atlética Ponte Preta, anos 1990.

Fonte e Acervo da autora

Na primeira imagem, em preto e branco, o campo de futebol era coberto pelo mato baixinho, e delimitado por várias árvores, como podemos ver no seu lado esquerdo. Trata-se de uma fotografia que ficou guardada entre os objetos de lembrança da família do Sr. Leonardo:

> Ao se tornarem públicas [as fotografias de pessoas comuns], ou seja, quando esses instantâneos são arrancados de redes de relações conhecidas e significativas, como quando estão conservadas em álbuns ou coleções de família, para enfrentar esquemas interpretativos os mais variados, ao serem inseridas em coleções ou arquivos públicos, sofrem alterações em suas informações/desinformações primitivas. Quando o fotógrafo, os fotografados, os conservadores das fotografias ou seus utilizadores ocasionais não compartilham o mesmo código simbólico, a leitura pode ser bastante diversificada, atestando que o realismo da fotografia tem entraves que precisam ser compreendidos para não comprometê-la. (LEITE: 2002, P. 31)

Para tentar interpretar essas imagens, ressalto a participação do operário Ely Pereira, do treinador Leonardo e da sua esposa numa conversa informal na qual eu estava presente, onde as fotografias foram sendo apresentadas sempre em associação ao tempo (anos de 1980 quando o time mudava de nome), e espaço, onde foram tiradas (no campo em frente a casa do casal).

Assim, na Rua Livino de Carvalho, perto das vilas operárias Santo Antônio e Nossa Senhora de Fátima, aconteciam os torneios e treinos no campo de várzea, onde os componentes do time de futebol “Associação Atlética Ponte Preta” eram todos jovens trabalhadores da fábrica Santa Cecília. Aos fins de semana enfrentavam outras equipes, tais como o “Peñarol” e o “Atlético Cearense”, citados pelo memorialista do bairro Montese, Raimundo Ximenes (2004, p. 110-1).

Quanto à segunda fotografia, o colorido torna nítido o uniforme dos jogadores, preto e branco, e a faixa presente na camisa se apresenta de forma diferente, de horizontal vai para a diagonal. Por outro lado, diferente da imagem anterior, o terreno já se encontrava descampado, os imóveis começavam a surgir, e o campo de várzea foi perdendo espaço, seja no bairro Montese, seja na cidade.

FIGURA 12 – Santa Cecília Futebol Clube, anos 1970.

Fonte e Acervo: CEDIP – FIEC

Esta terceira imagem também é dos operários-jogadores do Cotonifício. A fotografia é do ano de 1971, e nela podemos ver, ainda que pouco nitidamente, o escudo e o primeiro nome do time do Cotonifício, Santa Cecília Futebol Clube, estampado na camisa dos rapazes posando uniformizados antes de iniciar a partida, na quadra do segundo núcleo do Serviço Social da Indústria (Montese).

A presença de operários em times de futebol de fábrica vem de longa data no Brasil. Quando da análise das contradições sociais desde a prática inicial do futebol no Brasil, dominantemente aristocrática, José Sérgio Leite Lopes (2004) observou que a introdução do futebol no país aconteceu através dos ingleses, no começo do século XX.

Inicialmente eram universitários, comerciantes e chefias das fábricas de São Paulo e Rio de Janeiro que praticavam o jogo, uma vez que seus instrumentos (bola, chuteira) eram caros, e tinham de ser importados. Com o tempo, junto à considerável difusão do futebol pelo subúrbio através da criação de clubes pela classe média, empregados de fábricas e moradores de bairros populares, foram formando seus times.

Numa dessas experiências, como aconteceu ao The Bangu Athletic Club, por exemplo, o isolamento geográfico da fábrica de mesmo nome obrigou chefes e empregados ingleses a incorporarem operários brasileiros na prática do futebol:

> Os dirigentes da fábrica de Bangu logo descobriram aquilo que a seguir provocaria uma das vertentes da difusão do futebol entre as diferentes classes sociais no Brasil, como já vinha provocando em outros lugares da Europa e da América do Sul: a adoção do futebol como técnica pedagógica e disciplinar de "instituição total". (LOPES, José Sério: 2004, p. 131)

A prática do futebol se manteve durante algum tempo como esporte para ricos, e no Brasil, predominantemente masculina. Segundo Mirtes Freitas (2005, p. 110), seria um grupo de rapazes que estudavam na Europa e no Rio de Janeiro, filhos de grandes comerciantes locais, que iniciaram esta prática de esporte no Passeio Público, em Fortaleza.

No início do século XX, o futebol fomentou a criação de times operários dentre os quais, o Ferroviário, tornando-se o mais conhecido e com maior tempo de existência na cidade. Ao analisar como o futebol se inseriu na organização social do trabalho, a diferença entre os times oriundos do espaço do trabalho e a importância dos times para os trabalhadores, Rodrigo Márcio Souza Pinto observa:

> O time operário é parte do espaço de trabalho, parte de uma tática de resistência do trabalhador à exploração da produção. Assim, o dito degredado, feio, também se sentiu no direito de participar e é por isso que "lutou" pela sua inserção nos mesmos espaços dos que detinham os meios. O caso do futebol é tão comum como os demais, também ocorrem conflitos sociais e, simbolicamente, a bola é o objeto de desejo e vislumbre de todos. Os donos da bola não concebiam a idéia de deixar qualquer um tocar no seu desejo material. Nas horas de folga, encontravam os operários uma forma de se sociabilizar nos subúrbios e nos embates entre a burguesia e populares, já anunciados nas entrelinhas das primeiras partidas ocorridas no terceiro plano do Passeio Público, que passou a fazer parte corrente da vida operária. (PINTO: 2007, p. 8-9)

Ferroviário, Usina Ceará, Santa Cecília Futebol Clube foram alguns times operários na cidade. No caso deste último, encontramos uma fotografia cedida pela fiandeira Teresinha Alves que localiza sua irmã, a terceira moça da esquerda para direita, entre operárias e crianças na torcida do time que disputava a primeira divisão de um campeonato local.

FIGURA 13 – Crianças e operárias na torcida do Santa Cecília Futebol Clube, anos 1970.

Fonte e Acervo da autora

Teresinha Alves conta que neste dia todos foram ao estádio com a família vestidos nas tonalidades do time, em azul e branco, tratava-se de um momento de grande expectativa uma vez que o time vinha jogando bem, chegando à final do campeonato. Torcendo pelos operários do time, meninas e mulheres erguiam bandeira, troféu, tocavam instrumentos musicais.

Ainda que os papéis fossem bem delimitados, somente homens jogavam, enquanto mulheres torciam junto com os demais pelo time; podemos observar tal situação como um momento de socialização da família operária, de diversão no estádio. Jogar ou torcer pelo time da fábrica não configurava, somente, dominação e disciplina, e sim, uma presença na cidade, no estádio Presidente Vargas, num dia da folga.

Noutro cotonifício do grupo UNITÊXTIL, na fábrica Santa Lúcia, observamos dentre as atividades realizadas pela assistente social Cláudia Mercedes Rodrigues Lopes durante o ano de 1983, reuniões com os times de futebol, masculino e feminino, que solicitavam uniformes para os jogos, (LOPES, Cláudia: 1984, p. 79-80), situação que evidencia a inserção das operárias naquele esporte, provavelmente estimuladas pelas chefias.

Ao analisar o modo como as operárias da fábrica Santa Cecília viveram e perceberam suas experiências de lazer, concordamos com Raquel de Barros Miguel e Carmen

Rial (2012, p. 149) que "mais do que com relação aos homens, estabelece-se, no caso delas, uma ligação estreita entre lazer, ocupações domésticas e família". Para o exame do lazer feminino as autoras também levam em consideração a camada social e as relações de gênero.

Indagadas sobre o quê costumavam fazer durante as folgas, as operárias da fábrica Santa Cecília afirmaram que iam ao culto ou à missa aos domingos, limpavam a casa, cuidavam da família, descansavam, visitavam parentes. Em busca de respostas sobre o uso do clube, da presença nos jogos de futebol, no SESI, e de outros espaços de sociabilização na cidade, passei a fazer as seguintes perguntas: "e ao Clube Cotó, você ia?" As respostas se seguiam em meio a sorrisos e timidez, às vezes em negativas.

Construído entre os anos de 1950 e 1960, o clube do Cotonifício Leite Barbosa, o Clube Cotó era "dirigido" por trabalhadores[93], e surgiu no contexto da criação dos inúmeros clubes na cidade. Para a compreensão dos clubes como espaço de lazer na cidade de Fortaleza, Mirtes Freitas (2005, p. 141) analisa-os como sendo de duas naturezas: "clubes classistas" e clubes "ditos suburbanos".

Para o caso dos primeiros, "clubes dos ricos", ela observa que se tratavam de espaços fechados, cujo ingresso era vedado aos não sócios, era tudo bastante rigoroso. Em virtude do clima de intimidade ali existente entre seus frequentadores, aos poucos foram se integrando através da indicação dos mais antigos, de comprovada distinção social:

> Nos clubes as pessoas conviviam, viam e eram vistas, divertiam-se e se sentiam fazendo parte de uma comunidade diferenciada (ou do seu simulacro). No caso dos clubes elegantes, seria essa, privilegiada, onde se primava pelo cultivo de uma aparência saudável, bonita, distinta, características bem diversas das que eram associadas à "outra Fortaleza". Uma simulação de cidade dentro da outra, antagônicas e distintas em suas realidades. (FREITAS: 2005, p. 120)

"Círculo Militar", "Ideal Clube", "Iracema", "Náutico Atlético Cearense", eram alguns dos espaços de lazer frequentados pelos ricos onde socializavam modos de vida amplamente divulgados no colunismo social da imprensa local.

Na "outra cidade", se encontravam as agremiações e os clubes "suburbanos". A autora observa que estes possuíam caráter comunitário e fortes laços com a comunidade do bairro, como aconteceu a Sociedade Esportiva Arco-Íris (SECAI, no Pirambu), Vila União (bairro de mesmo nome), Tiro e Linha (Jardim América), Terra e Mar (Mucuripe), Romeu Martins (Itaoca, pejorativamente conhecido como "clube das empregadinhas"), o Clube Cotó (Montese), dentre outros. Sobre este último, integrado à fábrica Santa Cecília, o memorialista

[93] Durante as entrevistas foram citados nomes de trabalhadores que foram presidentes no clube Cotó, tais como: Daniel, Raimundo Bezerra, Olegário. Em toda a trajetória da pesquisa não foram encontrados outros documentos relativos ao clube.

Raimundo Ximenes (2004) afirma que se tratava de um ponto de encontro dos boêmios - moradores do bairro:

> Marcou presença, também, no bairro, o Clube Recreativo dos Funcionários da Fábrica Santa Cecília, conhecido como "O Cotó", que animou muitos fins de semana dos moradores e muitos carnavais, recinto freqüentado por Narcílio Andrade e companheiros de boemia. Localizava-se na Rua Elvira Pinho, 383. Foi desativado com o fechamento da Fábrica e em seu lugar está sediado o Hospital da Criança. (XIMENES: 2004, p. 111)

"Cotó" é um termo comum aos trabalhadores da Santa Cecília, um diminutivo carinhoso do clube operário. Apresentava uma programação festiva durante o carnaval, aos sábados e principalmente aos domingos; onde a presença de Narcílio Andrade confirma a análise de Mirtes Freitas (2005, p. 142), para quem "muitos vereadores utilizavam os clubes como trampolim para se eleger".

Durante a entrevista com a operária Teresa Barbosa, sua lembrança recupera as festas das quais participou no Cotó a partir das fotografias guardadas em sua "caixinha de lembranças": carnaval, festa junina, confraternização de natal. É o que vemos na imagem abaixo guardada num monóculo[94]. Vestida com roupa vistosa, Teresa, no lado direito da imagem, e à esquerda, uma colega da tecelagem. Eram meados de 1980, e como podemos observar, outras tantas pessoas também participavam do baile de carnaval.

[94] Instrumento que possibilita ampliação de pequenas fotografias.

FIGURA 14 – Operárias em baile de carnaval no Clube do Cotonifício Cotó, anos 1980.

Fonte e Acervo da autora

Com roupas curtinhas e alegres, as operárias dançavam ao som das marchinhas de carnaval. Também paqueravam. Teresa Barbosa conta que nesses dias um funcionário que trabalhava no escritório da fábrica mandava refrigerante pelo garçom, mas ela não investia na paquera: "o Eudásio gostava de mim, mas eu tinha vergonha. Escritório, é pesado! Então o Pereirinha, não tinha um domingo, sábado ou carnaval que eu tivesse lá, e ele não mandasse um refrigerante pelo Pereirinha." [95]

Pereirinha era um dos operários da fábrica que nos dias de festa também era garçom no clube. Ele sempre levava para Teresa Barbosa o refrigerante oferecido por Eudásio, também trabalhador na Santa Cecília. Ainda que aceitasse a bebida, Teresa Barbosa ficava tímida frente à hierarquia: "escritório, é pesado!", e dessa forma, mesmo nas festas promovidas pelo Cotó durante o carnaval, a vida da operária não se desvinculava da sua função no trabalho. Ela, uma tecelã que durante muito tempo sentiu-se humilhada por sair da

[95] BARBOSA, Teresa. Entrevista I [nov. 2012]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2012. Arquivo mp3 (95 minutos).

fábrica suada, repleta de pelos, após oito horas em pé na produção[96]. Ele, um homem que trabalhava no ar-condicionado, numa sala de escritório, próximo dos chefes. Teresa preferia aceitar somente o refrigerante.

A fiandeira Teresinha Alves também costumava ir ao clube da fábrica. Em entrevista perguntei-lhe das festas, músicas, bebidas e paqueras - uma vez que nos dias de festa havia a possibilidade de conhecer novos rapazes do bairro. Assim ela descreve as festas no Cotó:

> Tinha o clube também, o clube de dança. [Ali] dava uma festa, chamava "O Cotó", que era Cotonifício Leite Barbosa, chamava "O Cotó".
>
> Na época eram aquelas orquestras. Hoje não, só tem esses forrós. Mas lá não, era umas orquestras mesmo. Tinha aqueles cantores que cantaram as músicas da época.
>
> Na época as bebidas eram Bacardi e Rum Montilla. Rum Montilla, ia, fazia coquetel. Eles compravam a bebida pra vender no clube. Cerveja só tinha a Antártica e aquela outra, que é muito antiga também. Agora não, tem cerveja de todo nome. O clube era da fábrica, o terreno era da fábrica. O meu irmão que trabalhava lá era o presidente. Ele era da diretoria do clube.
> Sei que era bom as festas lá.
>
> O namorado, a gente arranja um, dava certo, arranja outro, deixava. Quando não dava certo, não dava. Dava certo, não deu, não deu. Na época a gente namorava, não era pecado a gente namorar, ainda hoje não é, porque onde é que é pecado você amar uma pessoa não é?
>
> Às vezes o amor é proibido, não cedendo, não tem nada o que temer. Amor proibido é você namorar com homens casados, que faz até eles deixarem a mulher. Então diziam: "você só pode amar fulano, sicrano não". Não pode acontecer isso. Às vezes a pessoa ama uma pessoa que nem presta, muitas mulheres sofrem amando esses marginais. Difícil era terminar, a gente ia levando, até enquanto dava certo.[97]

Durante as festas de domingo no clube da fábrica eram vendidos refrigerantes, cervejas, e coquetéis animando os presentes que dançavam, conversavam e paqueravam ao som das orquestras e da voz de Paulo Ney, Black Banda, Genival Santos, Waldick Soriano[98]. Nestes momentos, o clube recebia trabalhadores de toda sorte: adolescentes, adultos, solteiros, casados. Com os últimos as operárias tinham receio de envolvimento, talvez por isto que, num primeiro momento, Rosa Maria da Silva negou ter estado naquele espaço:

---

[96] Ao perguntar a Teresa Barbosa sobre sua percepção de ter como primeiro emprego uma fábrica de tecidos, ela diz: "impacto era porque você se sentia tão humilhada sabe, vergonha. Isso antigamente, depois tinha mais não, vai se acostumando com a zuada, muita poeira, barulho com as canelas caindo no chão, antigamente era no chão".

[97] ALVES, Teresa (Teresinha). Entrevista I e II [ago. 2009; set. 2012]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2012. Arquivo mp3 (290 minutos).

[98] RAMOS, José. Entrevista I [jan. 2013]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2013. Arquivo mp3 (80 minutos); FERREIRA, Raimundo (Bigode). Entrevista I [jan. 2013]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2013. Arquivo mp3 (80 minutos).

> Ia nada [ao Cotó]. Eu era evangélica, nascida e criada, eu não gostava de ir pra isso não. Então pronto, a mulher que me trouxe, me trouxe porque sabia que, que não é todo mundo que gostava de trazer moças pra sua casa, não era de festa sabe, não era de namorar, entendeu!
>
> Eu era bonitona, os rapazes viviam. Eu tinha o maior medo de ser casado, entendeu. Pra eu namorar com esse aqui [o marido], foi toda uma volta medonha. Fui conhecer as tias dele, a família dele pra saber se era casado, solteiro. Eu paquerava com um e com outro, mas na hora de namorar eu não queria não porque eu tinha medo, medo de que fosse casado, morria de medo.[99]

Algo chama atenção em seu depoimento: se Rosa Maria é categórica em afirmar que não frequentava o Clube Cotó, no decorrer da entrevista, confirmaria sua presença naquele espaço: "no clube a gente ia, era mais ele [seu esposo Olegário da Silva], mas eu também ia nas confraternizações da fábrica. Começo da vida."[100]

No depoimento de Maria de Lourdes, trabalhadora no setor de limpeza da fábrica, percebemos situação idêntica. Somente descobri que ela frequentava o Cotó quando passou a falar sobre os brindes que ganhava durante as confraternizações: "ah, eles davam tecido pras crianças, pra mandar fazer aqueles calção. Tinha pipoca pros meninos, bombom, refrigerante. A gente tudo ia pra lá, e lá eu ganhei esse pano aqui, pano de prato que era também calendário".[101]

Nas lembranças de Maria de Lourdes não havia tempo para festas no clube, perseverava dia-a-dia no cuidado dos filhos pequenos desde que foi "abandonada" pelo marido. Próximo de completar quarenta anos é que começara a trabalhar na fábrica Santa Cecília, e enquanto cumpria a jornada, a filha mais velha cuidava dos irmãos.

No decorrer do depoimento descobri através de um calendário – brinde da fábrica, presente na mesa da cozinha de Maria de Lourdes, que ela participava das festas de final de ano no Cotó. Ao contrário dos eventos aos domingos, como vimos acima, às vésperas do Natal, a festa tinha significado particular: era a encenação do "confraternizar-se" entre patrões e trabalhadores.

Tais festas aconteciam com a presença da família operária que concorria a brindes; as crianças recebiam pipoca, doce, brinquedos. Mas as hierarquias se mantinham. Vejamos a marcação da presença do "homem", ou seja, do patrão no evento:

---

[99] SILVA, Rosa Maria da. Entrevista I [jan. 2013]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2013. Arquivo mp3 (90 minutos).

[100] SILVA, Rosa Maria da. Entrevista I [jan. 2013]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2013. Arquivo mp3 (90 minutos).

[101] PEREIRA, Maria de Lourdes. Entrevista I [jan. 2013]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2013. Arquivo mp3 (50 minutos).

> Eu só ia lá [ao Cotó] naqueles dias de festa da firma, a gente ia. A gente ia também lá naquele perto da praia, na Barra [do Ceará]. Eram dois, três dias de festa. Nessa época que o homem [o empresários Carlos Leite Barbos] era vivo, ainda era bom. Tinha sorteio. Nós nunca ganhamos não. Era rede, era ferro de engomar, tecido. Era muita gente, eram todas as fábricas da UNITÊXTIL. Mas a Santa Cecília que era a mãe de todas. Se reunia todo mundo de todas as fábricas lá. Nessa época eu não tinha filho não.[102]

Como se observa do depoimento, aquelas datas-chave eram percebidas pelos trabalhadores como uma marcação social do calendário da fábrica, era a "festa da firma". Ali ocorria a possiblidade de ser sorteado, ganhar algum brinde, ou mesmo de conhecer um clube novo, como aconteceu quando foram até a Barra do Ceará, no Clube de Regatas[103]), tais aspectos são indicativos da exclusão vivida pelos operários e operárias na cidade e no lugar social que ocupavam.

Neste sentido, se os objetos sorteados não atendiam a quantidade de presentes no evento, e se quase sempre eram artigos de uso doméstico, esta impessoalidade na "festa da firma" fazia com que muitos dos seus frequentadores, segundo o supervisor José Ramos, saíssem dali reclamando: "a fábrica dava a festa, dava o presente, mas o pessoal não gostava não, não dava valor, preferia que fosse dinheiro".

O discurso do representante do patrão reafirma a exclusão, contudo, possibilita traçar um quadro das contradições estabelecidas também fora da fábrica: a festa mantinha as hierarquias, insatisfações, relações de poder e de gênero; se o ritual do calendário fabril tinha por objetivo "confraternizar", pouco êxito conseguia entre os desiguais:

> Esses presentes de fim de ano era porque ela [a fábrica] tinha que dar mesmo. Às vezes vinha até pedaço [de tecido] feio, aquele marrom velho; ave maria, era uns presentizim insignificante.
>
> As festas que ela organizava era como eu tô te dizendo, era um café com leite, aquelas bolacha, umas coisa assim, e parece que era na Páscoa. E isso ela fazia poucas vezes, não foi muitas vezes não. Na festa de natal, olha, eu ganhei um liquidificador. "[104]

---

[102] FEITOSA, Lúcia Maria. Entrevista I [nov. 2011]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2011. Arquivo mp3 (85minutos).

[103] Sobre o Clube de Regatas, Albertina Mirtes Freitas (2005, p. 145) analisa que suas atividades se iniciaram em meados dos anos de 1960, prevendo na sua instalação salão nobre, estruturas de apoio (cozinha e serviços), vestiário, campo de tênis e garagem para barco. Para sua inauguração teriam sido utilizadas várias estratégias de marketing, contudo, o clube "não teve uma repercussão social a altura de suas pretensões, resultando numa vida curta". Dentre outros motivos, a autora aponta que o Regatas teria sido um "empreendimento alienígena" no contexto e no espaço em que foi construído, a população vizinha era pobre demais para utilizar seus equipamentos, seu acesso era difícil, ficando isolado dos clubes da elite. Desse modo: "não teria laços nem com as elites e nem com a pobreza".

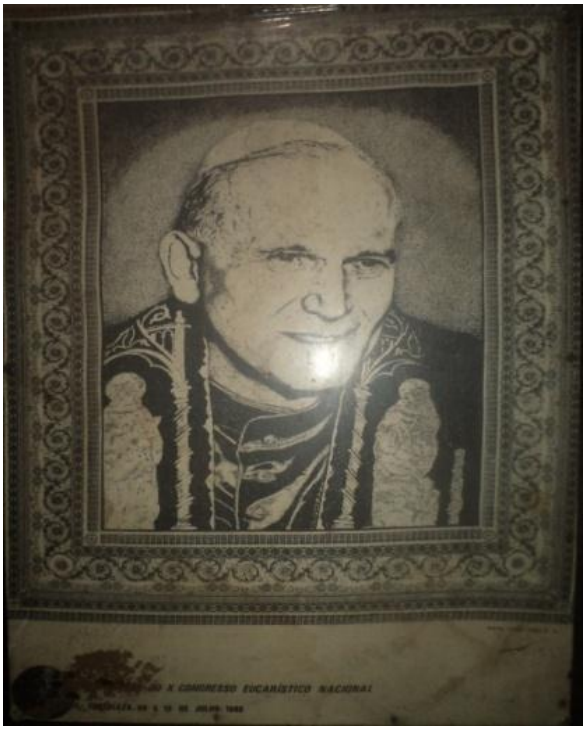
[104] BARBOSA, Teresa. Entrevista I [nov. 2012]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2012. Arquivo mp3 (95 minutos).

Teresa Barbosa faz menção ao calendário religioso vivido na fábrica Santa Cecília, mas para ela não tinha muito o que “festejar”. Dentre os brindes citados nas entrevistas, alguns calendários dos anos de 1980 confeccionados em tecido de algodão, são guardados com apreço por José Ramos.

FIGURA 15 – Calendário da UNITÊXTIL, 1987.

Fonte e Acervo da autora

FIGURA 16 – Calendário da UNITÊXTIL, 1990.



Fonte e Acervo da autora

A primeira imagem, um calendário de 1987, é sorteado em confraternização de Natal. A estampa do artista plástico Nogueira enfatiza festejos juninos. A segunda é do ano de 1990. Embora fosse um calendário (ou pano de prato), José Ramos achou a estampa tão bonita que resolveu transformá-la em quadro, em reverência ao Papa João Paulo II.

Trata-se de objetos que reproduzem o imaginário cristão buscando na tradição a nomeação das fábricas (Santa Cecília, Santa Inês, Santa Lúcia, Santa Rita, Santa Teresa) e das vilas operárias (Nossa Senhora de Fátima, Santa Cecília, Santa Inês, Santo Antônio, São Carlos), como já havia acontecido no passado. Nas datas de Natal e Páscoa a fábrica confraterniza, situação que também denota a marcação simbólica do Cotonifício em sua propaganda institucional, garantia a presença da marca no correr do ano.

Naqueles dias de comemoração também foi possível encontrar pequenas reuniões entre trabalhadores. José Ramos conta que às vésperas do Natal esperava o gerente ir embora para avisar aos colegas que começassem os festejos.[105] Foi o que também descobri entrevistando operárias:

[105] RAMOS, José. Entrevista I [jan. 2013]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2013. Arquivo mp3 (80 minutos).

FIGURA 17 - Confraternização entre trabalhadores (I-fábrica Santa Cecília, anos 1990)

Fonte e Acervo da autora

FIGURA 18 - Confraternização entre trabalhadores (II-fábrica Santa Cecília, anos 1990)

Fonte e Acervo da autora

A primeira fotografia foi cedida por Teresa Barbosa (a única mulher que aparece agachada na imagem) e a segunda, por Efigênia de Souza (ao lado direito do rapaz). Ambas as imagens se referem ao mesmo acontecimento: uma pequena reunião espontânea, com laços de camaradagem e vizinhança, vivida num espaço minúsculo da seção de fiação como aparece no registro fotográfico.

Era véspera de Natal quando supervisores, operários e operárias combinaram de levar bolo, refrigerantes e sucos para a fábrica. Teresa Barbosa conta que mesmo o contramestre que não largava de suas "rédeas" [106] o ano todo, também fora convidado, do contrário, seria pouco provável que o evento acontecesse.

Durante as folgas do trabalho na fábrica Santa Cecília, as operárias também costumavam organizar piqueniques. Vera Mariano conta que certa vez, num domingo, foi a um destes passeios coletivos levando consigo a filha ainda bebê, onde se reuniria com as colegas do Cotonifício:

> Só tive de passeio coletivo da fábrica, foi de uma vez que a gente foi fazer um piquenique. Eu lembro que em dezembro a Elisa tinha uns onze meses, a gente foi pra um lugar que hoje eu não sei nem se ainda existe, era a Bica das Andreias. Então a turma gostava de ir.
>
> Eu lembro que em dezembro de oitenta e sete, principalmente a turma lá da classificação de tecido, e muitos outros companheiros, a gente foi pra esse passeio coletivo lá da fábrica, final de ano, então desse eu participei. Como eu passei muito pouco tempo na fábrica, você acaba não usufruindo de outros espaços.[107]

O ano era 1987, e fazia poucos meses que Vera Mariano havia começado a trabalhar. O piquenique acontecera num balneário em Pacatuba, próximo de Fortaleza; contando com a presença de operárias e supervisores, as hierarquias pareciam se diluir cedendo espaço ao compartilhamento do lazer e da camaradagem, como uma grande família.

Teresa Barbosa também foi aos piqueniques. Nas suas memórias a lembrança de quando nova, era sempre trabalhando aos domingos a pedido do contramestre. Contudo, se surgisse um convite das colegas para um passeio, a jornada extra era prontamente recusada.

---

[106] BARBOSA, Teresa. Entrevista I [nov. 2012]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2012. Arquivo mp3 (95 minutos).

[107] MARIANO, Vera. Entrevista I [nov. 2011]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2011. Arquivo mp3 (100 minutos).

FIGURA 19 - Piquenique operário, anos 1980.

Fonte e Acervo da autora

Esta fotografia se refere a um piquenique que ocorreu na Prainha, em Aquiraz, por volta dos anos de 1980, quando Teresa Barbosa (primeira mulher da esquerda para direita em pé) começou a trabalhar na Santa Cecília. Rápido fez amizade com os integrantes do setor de fiação, presentes na imagem.

A peculiaridade destes passeios é o sentido de camaradagem e de fruição coletiva: todos preparavam alimentos e bebidas, se cotizavam para o aluguel do ônibus, e assim estava garantido o entretenimento do domingo na praia. É bem verdade que tais costumes são tratados de modo pejorativo pela indústria do lazer e do turismo. Os pobres ganhavam a alcunha pejorativa de “farofeiros” quando ousavam se divertir fora do bairro onde moravam, e por vezes trabalhavam.

No entanto, os minguados ganhos e o escasso “tempo livre” não permitiam que as domingueiras na praia fossem habituais. O que se observa é o bairro e a fábrica concentrando também o escasso lazer das operárias. Como vimos anteriormente, elas compareciam ao clube da fábrica e noutros espaços, o SESI, por exemplo. A operária Efigênia lembra que numa festa de São João conheceria o esposo.

Ela conta que certo dia soube que iria haver festa junina no SESI e pediu a seu irmão para levá-la, uma vez que seus pais proibiam-na de sair sozinha ou desacompanhada de algum "responsável". Lá chegando, encontrou as companheiras de trabalho que apresentaram-na um jovem rapaz trabalhador da fábrica de confecção Mundica Paula. Dali começaria uma amizade que teria por desfecho, o casamento:

> Eu encontrei meu marido no SESI. Eu fui lá com meu irmão, porque minha mãe não deixava eu ir só, só com ele. Lá eu fiquei sentada com minhas amigas, mas elas foram dançar. Eu então fiquei lá, e o meu marido também ficou sentado conversando comigo. Ele me chamou pra dançar, mas eu era envergonhada, não sabia dançar.
>
> Na época a gente ficou um tempão conversando, e depois ele veio me deixar aqui em casa. Na época tinha outra entrada, ali pelo outro lado, meus pais não viam não, ele me deixava lá e ficava conversando comigo, eu nem dava trela pra ele não, eu não gostava dele, no começo. Mas todo dia ele vinha, a gente ficou amigo, depois começou a namorar daquele jeito, segurando na mão. Depois casamos e tamo aqui até hoje. Graças a Deus ele é um marido muito bom, eu tive sorte. [108]

A operária se refere a cultura do recato, o senso de moral dos pais controlando os passos da filha nos momentos do lazer: em virtude disto vemos que, se por um lado ela seguia a regra estabelecida, por outro, não se ausentava dos espaços disponíveis de sociabilidade.

Essa sede do SESI se localizava na Rua Dom Carloto Távora, no Montese, e ficava próxima de fábricas, tais como: Mundica Paula, Everest e Gesso Chaves. Na tentativa de estimular a força de trabalho ao projeto ordeiro e disciplinar do capital, o SESI cumpria a função de aglutinar operários e operárias em torno da educação e do lazer, por exemplo.

Para termos ideia de como funciona a relação SESI – empresários, mesmo na atualidade, Maria do Carmo Aguiar da Silva (2002, p. 26) aponta que 1,5% do valor total da folha de pagamento dos trabalhadores de uma empresa é revertido, todos os meses, para aquela entidade. Ou seja, todo serviço que ali é disponibilizado ao trabalhador tem nele, os recursos do próprio contribuinte. Num relatório mensal do SESI Parangaba relativo a outubro de 1997[109], são várias as atividades e modalidades de lazer.

---

[108] SOUZA, Efigênia de. Entrevista I [abr. 2012]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2012. Arquivo mp3 (95 minutos).

[109] Faço referência ao ano de 1997 porque a documentação relativa aos anos de 1980 inexiste. Um incêndio na sede do SESI Parangaba nos anos 2000, e mais ainda, a ação dos bombeiros para conter o fogo danificou vários destes registros. Para ler mais sobre a documentação acima citada, ver: **Relatório Mensal de Atendimento das Atividades Sociais – Lazer.** Serviço Social da Indústria – DR/ Ceará. Sistema de Controle Estatístico – DITEC – S.O.C. Campo de Atuação – Cooperação e Assistência, mês: outubro. Data: 10/11/97.

TABELA 2 - Relatório Mensal do SESI, Atendimento das Atividades Sociais – Lazer.

ESPECIFICAÇÕES	NO. DE EVENTOS	TOTAL DE PARTICIPANTES
Festivais	01	650
Exibição de Filmes	12	960
Roda de Samba	05	3.800
Torneio Jogos de Salão	02	97
Domingo de Lazer	02	22.200
Rua de Lazer	03	500
Colônia de Férias	01	180
Festas Dançantes	03	3.120
Comemorações	01	60
Outros	05	1.100
Total	56	32.667

Fonte: Relatório SESI Parangaba, 1997.

Nestes dados encontramos participantes trabalhadores e convidados, de modo que eram variados os eventos oferecidos ao lazer operário. A ausência de informações especificando horários, locais, filmes, ou mesmo o que estava sendo comemorado, leva-nos a conjecturar sobre a existência de ampla seleção do que deveria ser ou não apresentado ao trabalhador; "domingo" ou "rua de lazer" provavelmente se voltava ao estímulo da prática esportiva; "comemorações", às datas do calendário patronal.

Outro aspecto em destaque é a tentativa de disciplinarização e adestramento do corpo operário. Ainda no ano de 1997, um relatório do SESI aponta 11 modalidades esportivas (natação, judô, futebol de campo e de salão, basquete, handebol, hidroginástica, ginástica aeróbica, ginástica, karatê e voleibol) existentes na sede da Parangaba, dentre os quais, 897 trabalhadores eram seus integrantes, de um total de 4.484 participantes.[110]

[110] **Relatório Mensal de Atendimento, Prática Esportiva – Lazer** (SESI Parangaba). Serviço Social da Indústria – DR/ Ceará. Sistema de Controle Estatístico – DITEC – S.O.C. Campo de Atuação – Cooperação e Assistência, mês: junho. Data: 30/06/97.

FIGURA 20 – Jogo de vôlei no SESI – Montese, anos 1980.

Fonte e Acervo: CEDIP - FIEC

Dentre os dados cedidos pela Federação das Indústrias do Estado do Ceará não constam referências sobre a função e o local de trabalho dessas jogadoras, sabe-se apenas a década e o local de onde provinha tal imagem: do segundo núcleo do SESI, localizado no Montese.

A imagem lembra uma partida de vôlei "oficial". Em ambos os times encontramos trabalhadoras uniformizadas num jogo que contava com a presença de árbitro e da torcida. O ginásio, por outro lado, está impecável: tem arquibancada, ventilação, piso industrial, rede e bola novinhas; eis a presença do "Sistema S", que como bem afirma Bárbara Weinstein (2000, p. 94), tinha "plena sintonia com o ponto de vista dos que defendiam a racionalização", a eliminação dos conflitos sociais ao propor um projeto que afastava o trabalhador da arena política e da luta de classes.

Desprovidos de alternativas de lazer na cidade, o SESI se configurou um espaço possível para o lazer operário. Porém, seus usos, apropriações e ressignificações pelos

trabalhadores no Ceará requerem estudos específicos, afinal, qual a correlação entre o projeto ordeiro, de "paz social" do "Sistema S" e a experiência da classe operária?[111]

Ao entrevistar Ely Pereira tomei nota do caso de um operário da fábrica Santa Cecília, também esportista no SESI, que continuou a fazer greve mesmo após o golpe militar. No dia em que participou da tentativa de paralisar o Cotonifício, foi alvo de perseguição policial no bairro conseguindo escapar:

> Teve uma vez que teve greve, tinha o regime. Uma vez a polícia correu atrás dos caras que eram grevistas, e tinha o Regino que era corredor em salto de vara, sabe. A polícia correu atrás dele, aí quando chegou assim no muro, a polícia não pulou de jeito nenhum. Ele deu um pulo, caiu lá do outro lado, que a polícia ficou só vendo. Ele era corredor.[112]

No que trata ao lazer das operárias têxteis da fábrica Santa Cecília nos anos de 1988 e 1993, o registro fotográfico a seguir se refere a outro lugar por elas frequentado, na proximidade do bairro Montese: trata-se da "Casa Preta". Localizada às margens da Lagoa da Parangaba, essa "Casa" era um imóvel de propriedade dos empresários Leite Barbosa/Pinheiro, pintada de cor preta, que abrigava o setor de recursos humanos do grupo UNITÊXTIL. Ao seu redor também havia um grande terreno gramado que por vezes servia como campo de futebol, ou espaço para a realização de festas, como aconteceu num festejo junino. Cedida por Teresa Barbosa, esta imagem retrata os festejos da tradição popular no espaço do Cotonifício.

---

[111] Para ler um bom estudo sobre o impacto do "Sistema S" no cotidiano dos trabalhadores, ver: WEINSTEIN, Bárbara. **(Re) Formação da Classe Trabalhadora no Brasil (1920-1964).** Tradução: Luciano Vieira Machado – São Paulo: Cortez: CDAPH – IFAN – Universidade São Francisco, 2000.

[112] PEREIRA, Ely. Entrevista I [ago. 2011]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2011. Arquivo mp3 (80 minutos). "Salto de vara" era uma modalidade esportiva na sede do SESI Montese, existindo inclusive registro fotográfico no acervo da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC).

FIGURA 21 – Operárias em festa de São João, anos 1990.

Fonte e Acervo da autora

Desse modo, se vimos que os patrões da fábrica Santa Cecília possuíam um projeto de lazer "útil" para os operários e operárias, recorrendo ao imaginário das datas católicas e de outros festejos, por outro, também encontramos no Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, algumas tentativas de aproximar os trabalhadores ao espaço sindical, também pela via do lazer.

É o que podemos observar no convite para a festa de confraternização natalina a ser realizada no dia 24 de dezembro de 1989, na Rua Agapito dos Santos, 734, no bairro Centro. O convite menciona a distribuição de calendários, sorteio de brindes e forró.[113] Num primeiro momento poderíamos até nos interrogar: mas o que há de diferente entre esta festa e

[113]Jornal **Fio da Meada**, ano II, no. 12.

aquela dos patrões? É o caso de observarmos o projeto político, a disputa da memória, o reconhecimento dos laços, a fraternidade, a agenda de luta.

Também houve por parte do Sindicato o incentivo à prática de esporte. Vera Mariano conta que era comum acontecerem rodas de capoeira na sede do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis à noite, com a participação de operários e operárias das várias fábricas instaladas em Fortaleza[114].

FIGURA 22 - Capoeira na sede do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, anos 1990.

Fonte e Acervo da autora

Neste grande salão a juventude fabril podia tocar berimbaus, lutar a capoeira tradicionalmente associada a rebeldia, pondo em questão as relações de poder e de gênero. Como podemos ver, as operárias também se integravam ao grupo, à direita na fotografia, não como meras espectadoras, mas como sujeitos ativos, marcando o acento da diferença com o modelo vigente.

[114] MARIANO, Vera. Entrevista I [nov. 2011]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2011. Arquivo mp3 (100 minutos).

CAPÍTULO 2
OPERÁRIAS TÊXTEIS E A EXPERIÊNCIA FABRIL

Sobre ruas desertas
Meus passos apresso
Caminho longo e deserto
Segui sem rumo

Caminhos estreitos ao infinito
Passando por imenso mistério
Longe de tudo me apresso

Pensei apenas tristeza e ermo
Nesta ilusão deserta
Fugindo da fome e da miséria
Antes de tudo
A morte minha espera
("Solidão de um Caminho",
Francisco Antônio Ferreira dos Santos)[115]

2.1. *Você sabe o que é trabalho em casa de família? Tem que ter brasa no seio!*

> Meu estudo foi antes de eu trabalhar. Eu só fiz até a quinta série, parece mentira. Vim do interior e naquela época não é como agora. A aula era da prefeitura, era escolinha mesmo de prefeitura. Colégio mesmo, só para os ricos. Lá em Pacatuba, agora tem colégio de todo jeito. Lá só tinha um grupo [escolar] porque chamava grupo.
>
> A vida no interior era a vida de sacrifício. Eu estudava, chegava em casa, fazia as minhas obrigações de casa, ajudar a minha mãe, e trabalhava em bordado, aquele bordado ponto de cruz. De manhã pra meio - dia eu ajudava minha mãe. Eu ficava em casa pra ajudar, e ia pra escola de meio - dia pra tarde, quando eu chegava em casa eu ia trabalhar. Eu ficava trabalhando com luz de lamparina até dez horas da noite. Hoje em dia tem tudo. Exatamente onde a gente morava hoje tem água, tem luz.
>
> Eu, toda vida gostei de trabalhar, toda vida eu gostei de ter minhas coisas, esse negócio de "mãe eu quero isso", "mãe me dá aquilo". Trabalhava, recebia meu dinheiro, toda vida eu gostei de ser uma pessoa independente.
>
> Nas casas de família que eu trabalhava me prometeram que eu ia estudar. Mas na casa do pessoal, estudar? Eu fui foi trabalhar. O tempo foi passando, fui trabalhar, trabalhar, e pronto. Hoje eu fico pensando, eu deveria ter estudado mais, ter tirado uma brechinha pra
> estudar.[116]

O depoimento de Maria das Dores Sampaio aponta vários matizes da vida de uma trabalhadora que nasceu na cidade de Pacatuba, tão próxima de Fortaleza. Faltava escola, água encanada, energia elétrica. Ainda menina, Dorinha, como gosta de ser chamada, vivia as

[115] Trabalhador em fábrica têxtil e participante do concurso de poesia realizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Fortaleza, ao final da década de 1980. Acervo do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis em Fortaleza.
[116] SAMPAIO, Maria das Dores (Dorinha). Entrevista I [fev. 2012]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2012. Arquivo mp3 (50 minutos).

dificuldades da vida em uma família de poucas posses, com as tarefas domésticas e de costura costumeiramente assumidas pelas mulheres da casa. Dorinha já acordava ajudando a mãe, depois é que ia ao grupo escolar. À luz de lamparina ia até dez da noite bordando para ganhar o sustento.

Com o tempo passou a almejar um emprego, e nos anos de 1980 vem para Fortaleza. O primeiro trabalho na cidade foi de empregada doméstica. Teria patrão, patroa, mas nenhum direito trabalhista. No começo, a promessa de um tempo sobrando para ir à escola. Contudo, a infindável labuta de uma casa de família foi minando suas expectativas. Essa trajetória de Maria das Dores não é algo particular, episódico. É comum a maioria das operárias da fábrica Santa Cecília que entrevistei. A mudança para a cidade capital é acompanhada da esperança de um futuro melhor, mas a mudança quase sempre não significava melhoria de vida.

Muito semelhante é a história de Teresinha Alves. Nascida em Fortaleza, no bairro Montese, ainda menina começou a trabalhar como empregada doméstica. Isto porque com o falecimento do pai, a família (de cinco pessoas) passou a viver apenas com o salário de um irmão que trabalhava na fábrica Santa Cecília; ganho salarial insuficiente para o sustento de todos. À pedido da mãe, Teresinha, a filha mais velha, teve que começar *a se virar para viver*:

> Fui criada sem pai e sem mãe, meu pai morreu eu tinha seis anos, minha mãe morreu eu tinha dezessete anos. A gente tinha que se virar pra viver. Eu fui pra casa de família, depois não deu certo. Você sabe o que é casa de família, tem que ter brasa no seio. E a gente tem que procurar o melhor. Eu entrei na fábrica em sessenta e cinco e trabalhei até noventa; noventa eu me aposentei. Quer dizer, [trabalhei] vinte e seis anos e meio.[117]

Foi no emprego doméstico onde Teresinha iniciou sua trajetória de trabalho. Mas ela não gostava, daí o desabafo ressentido: *tem que ter brasa no seio!* O dito é impactante. Ainda mocinha, aquele ambiente se tornou insuportável a tal ponto, que ficava aos prantos toda vez que sua mãe insistia que fosse trabalhar. Teresinha rememora que certo dia seu irmão, diante de sua angústia, diria que "naquela casa havia um homem, e ele é que sustentaria a família". Pouco tempo depois, Raimundo, como se chamava seu irmão, falou com um supervisor da fábrica para uma vaga como estagiária auxiliar de fiação para Teresinha.

---

[117] ALVES, Teresa (Teresinha). Entrevista I e II [ago. 2009; set. 2012]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2012. Arquivo mp3 (290 minutos).

Trabalhando desde pequena, Maria Bezerra se lembra do tempo em que acordava de madrugada para a labuta na roça, *puxando enxada*, lá no interior de Aracoiaba. Ao final dos anos de 1970, migraria para a capital em busca de melhores condições após o nascimento da filha:

> Eu sou Maria Bezerra Paulo. Nasci e me criei em Aracoiaba, cheguei em Fortaleza no começo de 74, eu tinha 19 anos. Eu vim pra Fortaleza, não para estudar, na verdade, nem meu nome eu sabia fazer quando eu cheguei em Fortaleza.
>
> Eu me criei na fazenda trabalhando mesmo, puxando enxada, aquela coisa toda, acordando quatro horas da manhã, tudo mais ou menos assim. E por conta de eu ter engravidado muito cedo, com 19 anos na fazenda onde eu morava, ou você casava, ou então não ficava, entendeu.
>
> Então na época meu pai e toda a minha família trabalhava numa fazenda. E quando aconteceu, o rapaz foi embora, e depois ele voltou. Mas quando ele voltou, eu não queria mais casar com ele por conta de que eu entrava por uma porta e ele saía por outra. Isso não era casamento, pra uma menina de 19 anos.
>
> Eu pra ficar lá, você sabe que nos anos 70 a coisa era bem crítica em relação à mulher. Hoje não, a mulher deita e rola. Então eu resolvi ir embora. Meu pai ficou com a minha filha lá, e eu vim embora. Pra meu pai não sair da terra, o meu pai ficou, ele tinha família, filho.
>
> Quando eu cheguei aqui, eu fui pra casa de família mesmo, e fui trabalhar. Então, eu trabalhando em casa de família, comecei a estudar, e acabei aprendendo a fazer o nome. Depois fui tentar outra coisa, uma coisa melhor. Tirei documento, fui pra fábrica, fui pra fábrica de castanha lá no Antônio Bezerra. Fui lá, fiz o teste, passei, mas a situação lá era mais ruim do que os têxteis. A vida pra mulher lá era difícil, o cheiro era muito forte, o cheiro do óleo. O tempo que você passa ali você fica sentindo aquele cheiro, sabe, aquela gastura, aquela coisa enjoenta.
>
> Eu acabei ainda passando um ano. Vim pra casa, arranjei outro companheiro, engravidei de novo, e tive meu segundo filho. Quando meu filho tava com um ano e meio, fui para a UNITÊXTIL.[118]

Na ocasião deste depoimento os filhos já se encontravam ao lado da operária. O passado, contudo, traz lembranças de uma longa e difícil trajetória: o penoso trabalho no campo, a exclusão social em virtude do rompimento dos costumes, a migração forçada e solitária, a preocupação com a família que tirava o sustento da terra. De propriedade do patrão, uma fazenda onde certamente os ganhos eram poucos, e o trabalho penoso.

Em Fortaleza, o caminho conhecido: trabalhar na casa dos outros, em casa de família, como elas dizem, referindo a lembrança do emprego doméstico. A ida à escola, com o intuito de aprender a fazer o nome, e com os olhos postos *numa coisa melhor*. Isto significava tirar documentos e bater à porta de uma fábrica. No caso de Maria Bezerra, o primeiro emprego na indústria aconteceu ao lado de centenas de mulheres, operárias numa fábrica de

---

[118] BEZERRA, Maria. Entrevista I [nov. 2011]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2011. Arquivo mp3 (100 minutos).

castanhas. As terríveis condições de trabalho das mulheres "castanheiras", a precarização de seu trabalho pode ser aquilatada nesta notícia publicada no jornal O Povo quando da morte de mulheres na Usina Lindoya:

> Nada menos de 600 mulheres que trabalhavam na Usina Lindoya Ltda, cuja caldeira explodiu no dia 5 último matando dez pessoas, foram demitidas, e durante a tarde de ontem muitas delas se postaram defronte ao portão da fábrica para receberem suas indenizações. [119]

Falta de manutenção da caldeira, exposição das operárias ao perigo, à morte, e a usurpação dos direitos dão o retrato da vida difícil das operárias nas fábricas de castanha em Fortaleza. Um cotidiano fabril "empestado" pelo cheiro insuportável de óleo que "dava gastura" e mal-estar constante eram algumas características da indústria de castanhas que empregava centenas de trabalhadoras na produção. A expectativa de "coisa melhor" se traduzia em sofrimento cotidiano.

Como podemos observar, são histórias de trabalhadoras que viveram uma vida de muitas agruras – a "gente tinha que se virar pra viver", parecia uma sina. Vindas de Aracoiaba, Pacatuba, e vários outros lugares do interior do Ceará. Muito jovens, quase meninas, saíam de casa sonhando com uma vida melhor, quiçá chegar à escola. "Nem meu nome eu sabia fazer quando cheguei em Fortaleza", é a lembrança comum a estas experiências de migração forçada pelas circunstancias aqui demonstradas. Na cidade grande, o lugar onde se vislumbrava uma vida melhor, o que quase sempre lhes reservava na travessia, era um minúsculo quartinho de empregada, um cantinho num bairro ao longe, e com alguma sorte podiam até aprender a fazer o nome.

Para Liana Casimiro (1987, p. 29), a segunda metade do século XX no Ceará pode ser caracterizada por um duplo processo na história dos pobres: expulsão dos trabalhadores das áreas rurais, e intensificação da urbanização nas capitais. Em Fortaleza, a oferta de postos de trabalho não cresceria na proporção da crescente demanda. O quadro ocupacional era débil, a rotatividade nas ocupações predominava, e continuavam muito baixos os salários, principalmente nos setores industriais têxtil, de vestuário e alimentos – os que mais absorviam trabalhadores na produção.

No que se refere às ocupações predominantemente femininas, ao analisar trabalho e emprego doméstico durante o ano de 1979 em Fortaleza, as diferenciações sociais, a

[119] Jornal **O Povo**, 19 de março de 1985.

desvalorização das empregadas, a relação patroa-empregada bem como o emprego doméstico como função típica das mulheres nordestinas pobres, Zaira Ary Farias observa:

> No discurso das empregadas domésticas, apareceu bem evidente o incômodo, quase estigma, que sentem por terem que trabalhar na casa dos outros. Há como que, marcadamente, uma dupla estranheza que decorre de sua função ocupacional. É como se dissessem: isto é um trabalho, mas não é um emprego, pois emprego é um trabalho que se executa a troco de remuneração, na esfera pública e não nas casas de família – lugar de consumo, de uso, de quotidiano privado de pessoas integradas por vínculos de parentesco ou vínculos econômicos (receitas e despesas postas em comum). A "empregada", atualmente, mantém um vínculo especial – assalariamento – trabalhando nas casas (!), dos outros (!). E, no entanto, conforme depoimento de muitos de nossos entrevistados (empregadas e patroas), as empregadas domésticas repudiam esta condição e mesmo o nome de "domésticas". Elas se sentem estigmatizadas socialmente. (FARIAS: 1980, p. 135)

As funções da empregada doméstica numa casa são várias: cozinheira, babá, copeira, arrumadeira, faxineira, entre outras. O serviço estabelecido pode ser ampliado a cada momento, a depender das demandas domésticas que vão surgindo e das alterações de rotina no cotidiano. Face aos abusos e completa ausência de direitos e mínimas garantias trabalhistas, também não há fiscalização. Na atualidade, estes aspectos são alvo de debates, em razão da votação da Emenda Constitucional 66/2012, que garante àquelas empregadas os direitos de qualquer outro trabalhador.

O estudo de Clóvis Cavalcanti e Renato Duarte (1979) caracteriza o emprego doméstico no enquadramento de trabalho informal, vista a ausência de quaisquer vínculos e direitos no âmbito trabalhista:

> Atividade especial pela importância que detém e pela forma peculiar e ainda tão primitiva que assume, entre os serviços de que uma unidade domiciliar necessita para sua boa administração, é o caso dos serviços prestados por empregados domésticos. Serviços que são informais por excelência – em Fortaleza, como, de resto, em quase todo o Brasil -, na medida em que envolve relações de trabalho soltas, imprecisas, sujeitas a arbitrariedades e fundeadas ao largo do esquema que governa a contratação de mão-de-obra, por exemplo, numa fábrica, num banco ou numa repartição pública. (CAVALCANTI; DUARTE: 1979, p. 144-5)

Na pesquisa realizada ao longo da década de 1970, os autores constataram ainda a existência de uma média de 10 empregadas domésticas para cada 28 famílias (acreditando, porém, que esses números fossem bem maiores em virtude da prática de agregação do "filho de criação", ou "afilhada" nestas formas não contratuais de trabalho).

Quanto ao pagamento de salário em dinheiro, são obscuras as informações quanto ao dispêndio em valores mensais à medida que a burla dos direitos pelos patrões "incluía" no pagamento mensal, gastos relativos à moradia, alimentação e outros "benefícios". Importa ressaltar que os descontos em função dos ditos "benefícios", na maior das vezes, diziam

respeito aos descontos efetuados das peças de roupa do guarda-roupa da patroa, dos produtos de higiene pessoal e outras compras ordinárias trazidas do supermercado. Nada que representasse dispêndio significativo, ou que implicasse em alteração nas relações interpessoais. A empregada é quase sempre vítima de humilhações, exposta às mudanças de humor do patrão e dos seus filhos, tendo que aturar expressões do tipo: "conheça seu lugar!", a frase mais recorrente na fixação dos papéis e do lugar subalterno da doméstica.

Cavalcanti e Duarte (1979, p. 145) também constatam que 95% dos empregados domésticos não possuem contrato jurídico de trabalho, e em sua maioria, é um trabalho realizado por mulheres em Fortaleza. O que se observa é uma alta precarização do trabalho, atravessada pela exigência de comportamentos de aberta submissão e dependência das trabalhadoras. Além da ausência de direitos para o trabalho doméstico.

Para os anos de 1980, podemos observar nos dados estatísticos do Sistema Nacional de Emprego (SINE) que as trabalhadoras se mantinham no subsetor serviços, em especial no segmento informal da economia: 28,6% da população feminina estava ocupada como empregada doméstica.[120]

Abandonar a vida de empregada doméstica e conseguir uma vaga na fábrica passa a ser uma aspiração nas trajetórias aqui examinadas. Para essas mulheres pobres a esperança era o que prevalecia quando almejavam a carteira assinada, a conquista dos direitos, as leis trabalhistas como promessa de inclusão no trabalho formal.

Lúcia Maria Feitosa quando veio para Fortaleza em busca de trabalho, tinha como objetivo imediato ajudar materialmente no tratamento de saúde da mãe, na compra de remédios. Começaria sua vida na cidade grande como empregada nas "casas de família" e, em seguida, como terceirizada de uma empresa do ramo de limpeza domiciliar em telefones residenciais. É de se imaginar seu sofrimento num trabalho de atendimento a domicílio sem conhecer a cidade. Quantas vezes terá se perdido em ruas estranhas, indo de um lado a outro para tentar achar a casa do próximo cliente da lista. Logo iria em busca de outro trabalho. Aos poucos, Lúcia Maria foi descobrindo a localização das fábricas, indo até à Mundica Paula e à Santa Cecília em busca de vaga. Na primeira preencheria ficha; na segunda, aguardaria na porta do Cotonifício, dia após dia uma chance:

> Eu morava em Quixadá. Eu vim pra cá com dezesseis anos porque eu precisava ajudar a minha mãe e o meu pai. Naquela época a gente não sabia o que era pressão alta, e tive que trabalhar para ajudar ela e o meu pai, porque naquela época as coisas eram muito difíceis no interior. Eu precisava trabalhar pra comprar os remédios dela.

---

[120] **Força de Trabalho Feminina no Município de Fortaleza**: caracterização geral. Fortaleza. SINE/CE, 1985.

> Comecei a trabalhar em casa de família, o nome da mulher era até Erismar, lá no [bairro] Jardim América. Eu estava trabalhando em casa de família, o meu irmão veio embora pra cá. Nisso eu trouxe minha mãe pra fazer tratamento, quando era no fim de semana que eu recebia dinheiro, eu ia deixar no interior pra ajudar meu pai e minha mãe.
>
> Depois eu fui trabalhar na Teleceará, mas eu não conhecia a cidade. Era pra limpar os telefones nos apartamentos, e eu não sabia andar aqui [na cidade], eu era do interior, não conhecia as ruas. Trabalhei ainda um ano na Teleceará, fiz a inscrição na Mundica Paula só que não me chamaram.
>
> Depois eu fui lá na UNITÊXTIL, e todo dia eu ia lá pra vê se tinha vaga, e não tinha vaga. Lá tinha uma supervisora que teve um momento que ela teve tanta pena de mim, acho que não tinha mais nem calçado de tanto eu ir pra fábrica, ela disse: "mulher, todo dia você vem aqui. Surgiu uma vaga na sala de pano cru e o supervisor lá é Zé Maria", que é meu marido, "eu vou te colocar lá". "Tá bom [disse Lúcia]". Eu fiquei morta de feliz.[121]

A dura vida de trabalho começa muito cedo para os pobres. Falta alimento em casa, remédio para aliviar as doenças dos mais velhos; sobram necessidades e falta perspectiva. Tudo isto faz com que busquem na cidade grande algum ganho muitas vezes incerto nas "casas de família", quando a "esperança" se volta ao horizonte de um emprego que lhes retire da sujeição do trabalho doméstico. Como aquilo não era vida, a fábrica aparecia a elas como uma "salvação".

Assim aconteceu a Lúcia Maria que, cotidianamente, se postava no portão da fábrica em busca da notícia de uma vaga. "Tinha mais nem calçado", tamanha era a necessidade. Com o surgimento de uma vaga na classificação de tecidos, uma supervisora parecia ter se reconhecido na companheira, empregando-a após tanta humilhação.

No final dos anos 1970, Rosa Maria da Silva vem para Fortaleza onde ficaria na casa de "conhecidos" que já trabalhavam na fábrica Santa Cecília. Em curto tempo na cidade, logo lhe indicariam para uma vaga no Cotonifício, conseguindo seu primeiro emprego:

> Morava no interior, vim pra casa de uma amiga lá do interior que morava comigo, por causa de um namoro lá com um rapaz que minha mãe não queria, ela me botou pra cá. Eu era de Barreiras, município de Redenção, e essa senhora era de lá, era pastora, tinha até uma casa ali na Vila Lobos. Ela já faleceu, a filha dela mora, nessa primeira casa da vila, essa casa bonita [ela aponta para a casa em frente a sua], e minha mãe me botou pra lá, pra estudar.
>
> Com uma semana que eu tava aqui, eles trabalhavam tudo na Santa Cecília, esse tempo tinha lojinha, tinha tecido, era muito bom, fevereiro de 77. Na semana que eu vim, segunda-feira, na sexta-feira a mulher que me trouxe, que trabalhava na Santa Cecília, arranjou uma vaga pra mim, na sala de pano cru. Eu fui trabalhar até com o Zé Maria, trabalhei com ele, ele foi meu chefe. Depois dele foi o Ubiratan.[122]

---

[121] FEITOSA, Lúcia Maria. Entrevista I [nov. 2011]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2011. Arquivo mp3 (85minutos).

[122] FEITOSA, Lúcia Maria. Entrevista I [nov. 2011]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2011. Arquivo mp3 (85minutos).

A memória da operária se refere a um tempo quando eram comuns os pedidos de emprego aos chefes de seção para parentes e amigos, como aconteceu para Rosa Maria ao ocupar uma vaga no setor de panos crus. Ao contrário das demais operárias que tiveram por primeiro emprego o serviço doméstico, Rosa Maria começou a trabalhar em fábrica de tecidos; certamente lembrando-se do aprendizado em casa nos afazeres de cozer, cerzir e bordar.

FIGURA 23 - O primeiro ofício de Rosa Maria da Silva, anos 1970.

Fonte e Acervo da autora

A máquina de costura tem lugar central na sala da casa pequena e simples em que Rosa Maria foi morar em Fortaleza. Na imagem, a operária faz o trabalho de embainhados enquanto conversa com a dona da casa. Aquele era o primeiro aprendizado: desde jovens manejavam panos e costuras simples, ajudando a mãe a fazer as roupas da família ou alguma costura sob encomenda, em ambos os casos, um modo de “esticar” o parco orçamento doméstico, assim como adquirir determinadas habilidades de “mulheres” em direção às prendas do lar e ao casamento.

Para algumas operárias que se encontravam trabalhando na fábrica, a costura tinha sentido complementar no provimento e sustento da família, como acontecia a Benedita Silveira. Ela mantinha a máquina de costura logo na entrada da casa, e a cada momento de folga, dava atenção às encomendas feitas pela vizinhança. [123]

TABELA 3 - Operárias Têxteis Entrevistadas.

Nome	Cidade de Origem	Profissão Anterior ao Trabalho Fabril
Mª. das Dores Sampaio	Pacatuba	Artesã/Empregada Doméstica
Mª. das Graças de Sousa	Fortaleza	Ambulante/ Operária: fábrica de cigarro e de óleo
Efigênia de Souza	Fortaleza	-
Lúcia Maria Feitosa	Quixadá	Empregada Doméstica/ Serviço de Limpeza
Maria Bezerra	Aracoiaba	Empregada Doméstica/ Fábrica de Óleo
Miriam Barbosa	Fortaleza	Artesã de Bordado
Teresa Alves	Fortaleza	Empregada Doméstica
Teresa Barbosa	Fortaleza	-
Rosa Maria da Silva	Redenção	-
Vera Lúcia Mendes	Aracati	Atendente Hospitalar/Atendente de Padaria
Vera Mariano	Madalena	Empregada Doméstica/ Vendedora de jornal
Zélia Gomes	Sobral	-

Fonte: Dados recolhidos pela autora, 2009-2013.

A tabela faz referência a duas características presentes na história dos trabalhadores do Ceará, em especial das trabalhadoras pobres: o serviço informal e a migração para a cidade grande. Como podemos observar, por vezes nem são lugares muito distantes de Fortaleza, mas a ausência de perspectivas fazia-nas partir desde muito jovens.

Nesta pesquisa, examino um estudo sobre as favelas da cidade de Fortaleza, encomendado pelo Governo do Estado do Ceará ao Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, nos anos de 1960, observando o tópico sobre “As Migrações para Fortaleza”. No

[123] A operária não permitiu o uso da entrevista na dissertação.

estudo referido, encontramos um levantamento de dados sobre o lugar de origem, o trabalho anterior e as motivações que levaram essas pessoas a morarem na capital. Dessa forma, numa amostra de mil habitantes foi constatado 827 migrantes contra 173, que se afirmavam naturais de Fortaleza. Dentre os entrevistados, também foram contabilizadas porcentagens relativas ao sexo:

TABELA 4 - Número de migrantes e não migrantes em Fortaleza, segundo o sexo.

Especificação	Número		
	Masc.	Fem.	Total
Migrantes	322	505	827
Não-migrantes	65	108	173
Total	387	613	1.000

Fonte: Governo do Estado do Ceará, anos 1960.

Como podemos observar as mulheres formam maioria dentre os migrantes (61%) e os não migrantes (62%), dos quais "os motivos familiares são preferencialmente referidos"[124]. Neste estudo também se encontram referências dos ramos de atividade da indústria, comércio e serviços em que se empregaram em Fortaleza, não havendo dados sobre a divisão dos papéis nos postos de trabalho. É possível deduzir que "os motivos familiares" bem poderiam ser o acompanhamento do marido ou de familiares em busca de perspectivas de trabalho.

Para o caso das operárias têxteis, ao apresentarem sua origem e ocupações anteriores, pude analisar na trajetória de suas vidas a percepção sobre as tarefas executadas, e observar que as imposições da sobrevivência muitas vezes empurravam-nas para atividades mais precarizadas e pior remuneradas na cidade grande. Estes aspectos são imprescindíveis à compreensão de suas experiências no mundo do trabalho fabril, o modo como se comportaram perante as chefias e companheiros de seção, as formas de se moveram num espectro de possibilidades tão reduzidos, mas passíveis de algumas escolhas.

Se muitos dos trabalhos pelos quais passaram as operárias têxteis em estudo foram temporários, o mesmo aconteceu a vida escolar, em geral, restrito ao tempo da infância. Em

[124] **As Migrações para Fortaleza**. Governo do Estado do Ceará. Publicação do Departamento de Imprensa Oficial, da Secretaria de Administração de Fortaleza, Ceará. Pesquisa encomendada ao Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1967.

Fortaleza, os dados relativos ao ano de 1985, as operárias têxteis, entre 25 e 30 anos de idade, possuíam escolaridade média reduzida ao primário.[125]

Na década seguinte (anos 1991 e 1995), segundo estudo realizado pelo SINE em variadas categorias, dentre elas, a têxtil, não havia grandes mudanças: 34,76% era o percentual de mulheres com idade entre 20-29 anos com apenas o ensino fundamental incompleto; para o caso das trabalhadoras entre os 30-39 anos, a porcentagem era de 20,72%.[126]

Segundo Inácio José Bessa Pires (1995, p. 29), as trabalhadoras entrevistadas nesta pesquisa alegavam que a baixa escolaridade se devia principalmente aos "problemas domésticos e/ou familiares". Contudo, a prematura entrada de mulheres no mercado de trabalho não se enquadraria nesta categoria? Certamente, e é o que vimos entre as operárias têxteis da fábrica Santa Cecília em estudo.

Assim percebo que mesmo com formação escolar mínima, as mulheres eram as mais requisitadas pela indústria durante este período: elas ocuparam 20,98% das vagas contra 17,21% de homens em 1991. Mantiveram-se maioria em 1995, quando a estatística apontava 13,53% para mulheres e 12,86% para homens. Tal situação confirmava a hipótese do Serviço Nacional da Indústria (SENAI) de que entre os cinco primeiros anos da década de 1990 havia uma maior participação da mulher no mercado de trabalho em Fortaleza. [127]

Contudo, o estudo não especifica os setores da indústria, dificultando uma observação geral das funções ocupadas pelas mulheres. Todavia, devemos levar em consideração que as operárias que se empregaram na Santa Cecília durante as décadas de 1980 e 1990, de um modo geral, eram parte daquela estatística.

Aqui, passo a analisar o processo de seleção das operárias para o ingresso na fábrica Santa Cecília. Tal seleção requeria uma série de exames médicos, de gravidez, além da aplicação de testes que "mediam" habilidade, agilidade; os requisitos próprios da racionalização do trabalho fabril:

> Foi lá na Casa Preta que lá você tinha todo esse atendimento, psicotécnico, pra você testar as habilidades. Lá a gente fazia esses testes e fazia exames médicos, de admissão. Lá era pra todo o Grupo UNITÊXTIL. Lá dentro tinha uma casa, que a gente chamava de Casa Preta porque ela era pintada de preto mesmo, sabe. Os trabalhadores apelidaram de Casa Preta. De lá é que você ia, depois de passar por

---

[125] SENAI. **Relatório da Pesquisa sobre Inovações Técnicas na Indústria Têxtil.** Fortaleza: Departamento Regional do Ceará, 1987, p. 26.
[126] PIRES, Inácio José Bessa. **A Mulher no Mercado de Trabalho**: perfil socioeconômico. Fortaleza – Ceará: SINE/CE, 1995.
[127] SENAI, *op. cit.*, p. 27.

> aquele processo, pronto e aprovado, é que você ia lá preencher as fichas, e passar pelos três meses de estágio lá. [128]

Ao pesquisar a forma como aconteciam as contratações em estabelecimentos têxteis em Fortaleza, Elizabeth Fiúza Aragão (1983, p. 135) observou a existência de práticas que privilegiavam candidatos com parentes empregados nas fábricas; não havendo por parte dos empresários, preocupação em formalizar as relações de trabalho. Na fábrica Santa Cecília, o emprego do operariado acontecia de ambos os modos.

Para as operárias tudo aquilo era novo. Durante o depoimento de Vera Mariano houve até confusão acerca da nomenclatura dada aos testes, terminando por afirmar que na época foi considerada apta para trabalhar na seleção de tecidos. Para Maria de Lourdes, quando da seleção para trabalhar na limpeza dos escritórios da fábrica Santa Cecília, aos quarenta e cinco anos, a surpresa aconteceu quando lhe foi exigido teste de gravidez! [129]

Segundo o SENAI, vários eram os requisitos adotados pela indústria têxtil cearense no processo de recrutamento: "o caráter físico e mental da mulher, descartando quaisquer características sociais – como capacidade de liderança, flexibilidade e poder de decisão"; adequação física baseada na estatura, resistência física e habilidade manual; coordenação motora, concentração, paciência, calma,[130]e não estar grávida. Com estas características o Serviço Nacional da Indústria considerava-as aptas ao trabalho fabril têxtil. Experiência e conhecimentos anteriores são descartados.

A apreciação de tais requisitos também foi observada quando da seleção de Vera Lúcia. Ela lembra que, ao buscar emprego na Santa Cecília, mesmo com a indicação de um antigo chefe da fábrica Santa Teresa, não foi liberada dos testes: "quando eu quis ir, liguei para o Seu Jarbas, ele me chamou, eu fiz os exames e entrei. [Eram] exames médicos, de ouvido, de audição para saber se você tem problema no ouvido, dentário. E teste de gravidez."[131]

Após alguns anos de trabalho numa fábrica têxtil, era importante para os chefes da Santa Cecília, a confirmação de boas condições de saúde, notadamente relativos aos sentidos da visão e audição, e ao estado geral dos pulmões, pois sabiam os patrões do grau de insalubridade no ambiente fabril e do quão rapidamente os trabalhadores eram acometidos

---

[128] MARIANO, Vera. Entrevista I [nov. 2011]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2011. Arquivo mp3 (100 minutos).

[129] PEREIRA, Maria de Lourdes. Entrevista I [jan. 2013]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2013. Arquivo mp3 (50 minutos).

[130] SENAI. **Relatório da Pesquisa sobre Inovações Técnicas na Indústria Têxtil.** Fortaleza: Departamento Regional do Ceará, 1987.

[131] MENDES, Vera Lúcia. Entrevista I [nov. 2009]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2009. Arquivo mp3 (90 minutos).

pelas doenças do trabalho: surdez, problemas de vista, doenças respiratórias, tuberculose, entre outras.

Oficialmente, muitas mulheres passaram pelo trâmite da seleção[132]. Contudo, havia casos em que relações pessoais e de amizade com chefes e supervisores, também facilitavam o ingresso de novas operárias:

> [Lá] uma mulher já entrou pra trabalhar com quatro meses de gravidez. Porque ela, ela tinha uma amiga que trabalhava no setor pessoal e essa criatura era muito benquista pelo pessoal da cúpula. Então ela resolveu, por conta dela, colocar essa pessoa lá na minha sala, grávida.
>
> Quando a gente tomou conhecimento, a mulher já tava com bem uns cinco, seis meses de gravidez. Foi então que ela abriu o jogo e o pior de tudo é que ela se sentia apoiada pela outra [pela colega que trabalhava no setor pessoal], achava que ninguém botava ela pra fora, ela dizia: "ninguém me bota pra fora daqui! Eu entrei grávida e vou ficar grávida e ninguém bota pra fora". Ela ficou lá trabalhando algum tempo, teve mesmo o neném [ainda trabalhando na Santa Cecília].[133]

A contragosto do supervisor José Maria Feitosa e das regras da fábrica, a operária se utilizou da tática, do apoio da amiga "benquista pelo pessoal da cúpula" para se manter no trabalho, e assim aconteceu até o nascimento da criança. Caso tivesse passado pelos exames admissionais, e com a gravidez detectada, não teria conseguido a vaga no setor de classificação de tecidos.

Para Teresinha Alves, o ingresso no Cotonifício aconteceu através dos critérios da eficiência e produtividade: desempenho na máquina de fiação, na presença atenta do gerente do setor. A vaga foi garantida no ano de 1965. Através de "exames admissionais" ou de testes práticos, podemos observar que as operárias são sempre esquadrinhadas durante o ingresso na fábrica. Os critérios são muito difusos, ao contrário da Finobrasa que visa atender aos aspectos da ordem do capital, como a exigência da altura para o trabalhador se ajustar à engenharia da máquina. [134]

Através da trajetória das operárias pôde-se observar que se trata de experiências de mulheres que ao almejarem melhores condições de vida na cidade, encontraram nos empregos doméstico e fabril meios de sobrevivência. Trabalhos que num caso ou noutro eram precarizados, pouco valorizados socialmente, mas imprescindíveis à reprodução do capital.

---

[132] Não encontrei esta documentação.

[133] FEITOSA, José Maria. Entrevista I [jul. 2011]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2011. Arquivo mp3 (55 minutos).

[134] Sobre este e outros critérios para o ingresso na Fiação Finobrasa, ver: GOMES, Francisco Alexandre. **Um Fio da Meada**: experiência e luta dos trabalhadores têxteis em Fortaleza (1987 – 1991). 2012. Dissertação de Mestrado em História Social da Universidade Federal do Ceará, 2012.

2.2. *Trabalhador (a) ou burro de Carga?*

A memória da doença é constante nos relatos das operárias têxteis da fábrica Santa Cecília. Trabalhando no galpão localizado entre as ruas Quinze de Novembro e Dom Carloto Távora, elas se revezaram a cada turno de oito horas. Entravam por um portão logo na esquina, "batiam o cartão" dirigindo-se às máquinas, iniciando um intenso movimento de braços e pernas. No ritmo do maquinário o olhar atento selecionava, emendava, observava a produção. Tudo ocorria sob o tempo do cronômetro, não havia tempo para pensar.

A operária Vera Lúcia lembra do trabalho no setor de fiação como um lugar de uma quentura de dar agonia, o corpo de tão entranhado de pó do algodão parecia formar uma segunda pele. Calor e poeira eram insuportáveis:

> A temperatura, a quentura era tão horrível, porque era tudo ligado a energia naquelas máquina velha. Era uma quentura de você correr. Além da temperatura alta, o pelo penetrando na tua pele, no teu nariz, era insuportável. Inalar aquele pó não era fácil.
>
> E quem fica lá era horrível de poeira, por causa do algodão, era muito quente porque o fio só trabalha na temperatura em alto grau, se fosse frio ele começava a quebrar.[135]

Vera Lúcia trabalhava na seção de classificação de tecidos, mas por vezes teve de entrar na fiação para falar com uma colega. Para Teresinha Alves que trabalhou ali durante vários anos, as lembranças são de máquinas imensas, o cenário mais parecia a do automatismo engolindo trabalhadoras naquelas oito horas diárias na fábrica:

> [Bem], as máquinas eram grande, elas davam quase meio quarteirão de grande. Precisavam de três pessoas numa máquina de um lado, e três pessoas de outro. Eram seis pessoas que trabalhavam numa máquina. Era umas maquina grande, automática.
>
> Eles tinham duas paradas das máquinas lá, às dez horas da manhã e uma hora da tarde pra fazer a limpeza porque tinha muito pelo sabe, muito pelo mesmo, as máquinas chega ficava com aqueles cabeludim, eles paravam dez horas. Eles aproveitavam quando paravam para limpar, ligavam lá as mangueiras de ar, eles ficavam com aquelas mangueiras de ar, é como se fosse uma mangueira derramando água, mas derramando o ar, era de ar limpando as máquina.
>
> Duas horas antes de eu sair, se tu me visse, tu não me conhecia toda coberta de pelo nos cabelos. Era preciso se limpar pra poder sair, limpava assim, ligeiramente.[136]

A memória do trabalho se traduz em movimentos repetitivos, calor, doença e poeira. O corpo ficava irreconhecível - aspecto que contrasta à sucção da camada de pelos do

---

[135] MENDES, Vera Lúcia. Entrevista I [nov. 2009]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2009. Arquivo mp3 (90 minutos).

[136] ALVES, Teresa (Teresinha). Entrevista I e II [ago. 2009; set. 2012]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2012. Arquivo mp3 (290 minutos).

maquinário imenso. Teresinha Alves conta que usava máscara para proteger-se da pelugem, e diz: “a maioria desse povo que trabalhava nas máquina manual tinha problema de pulmão, foi por isso que eles inventaram as máscaras”.

A temporalidade a qual se refere Teresinha Alves é a da manutenção de máquinas antigas e a chegada de novas máquinas, pois a “mangueira de ar”, também chamada de “jato de ar”, somente a UNITÊXTIL possuía em todo Estado do Ceará ao final dos anos oitenta.[137] Tal equipamento servia para limpar as máquinas, mas a poeira estava espalhada por todos os lados, impregnando o corpo, o nariz e o cabelo das operárias. Por outro lado, a quentura infernizava dando vontade de correr, sair daquele lugar. Sobre este aspecto, Francisco Alexandre Gomes (2012) observa na justificativa patronal da fábrica Finobrasa, que o constante calor na fiação (em torno de 45º C) tornava os fios de “padrão internacional para vendas”, situação que gerava danos irreversíveis à saúde dos trabalhadores:

> As temperaturas permanentemente elevadas no ambiente de trabalho causavam uma série de problemas, principalmente para os recém-contratados, que ainda não haviam se adaptado ao clima fabril. Entre demais lesões e sintomas, citem-se as câimbras, palpitações, febres, desidratação. Isso não significa que os mais experientes ficassem isentos de sofrer com as constantes náuseas, dores de cabeça, doenças de pele, palpitações e envelhecimento precoce. (GOMES, Francisco: 2012, p. 127)

Este ambiente da produção na indústria têxtil, somado às longas jornadas e intenso trabalho traziam consequências graves aos trabalhadores, homens e mulheres, por vezes irreversíveis. Nos documentos sindicais são várias as denúncias. No “Fio da Meada”, informativo do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, uma questão é sugestiva: “Trabalhador ou Burro de Carga?”, referindo-se ao impacto do ambiente fabril na saúde dos trabalhadores:

> Visitamos a casa de D. Neide [...] de 58 anos de idade que mora na Avenida [...], Henrique Jorge. Lá podemos ver a triste situação de sua filha de 34 anos que começou a trabalhar com 18 anos. Na época era completamente sadia, estudava, terminou o 1º. Grau e fez curso de datilografia.
>
> A jovem trabalhou 4 anos na fábrica de castanha CIONE e 2 anos na fábrica de tecidos Santa Inês. Foi na fábrica Santa Inês que a jovem Erivalda [...] começou a doença e na época o médico da firma dr. Genésio não aceitou o atestado médico; em seguida a jovem foi demitida mesmo estando de licença do INPS.
>
> Hoje a jovem é completamente inválida, não sabe o que faz e nem o que diz, sobrevive de uma aposentadoria de Ncz$ 362,46. Esta pensão não dá nem para comprar os medicamentos. E onde está a CIONE mais a Santa Inês que nem se quer vai fazer uma visita aos seus ex-fiéis servidores.[138]

---

[137] Esta máquina fora colocada como garantia hipotecária ao Banco Francês e Brasileiro S.A, conforme ata de reunião do Conselho de Administração da UNITÊXTIL, realizada no dia primeiro de janeiro de 1993, na sede social da fábrica Santa Inês. Documento disponibilizado pela Junta Comercial do Estado do Ceará.

[138] Jornal **Fio da Meada**. Ano II. No. 12. Nov. - dez. de 1989. Optamos por usar colchetes ([ ]) para preservar nomes e endereços das vítimas.

Esta grave denúncia diz respeito a experiência de uma jovem que em pouco tempo de trabalho na Santa Inês seria vítima de problemas psicológicos. No jornal do sindicato não há referência sobre sua função na fábrica, embora indique que Erivalda teve formação escolar de ensino básico e curso técnico de datilografia, aspectos que, em tese, especializavam-na para outras atividades que não fossem na produção.

Muito jovem, Erivalda começou a trabalhar na Santa Inês, mas logo, segundo o regime de fábrica, seria imprestável para o trabalho. Compulsoriamente aposentada, deixava para a família, mais precisamente para a mãe, duas responsabilidades: os cuidados com sua saúde e as questões trabalhistas que enfrentaria contra os empresários da fábrica Santa Inês. A perspectiva de futuro melhor se encerrava ali.

O Sindicato dos Trabalhadores denunciava a invalidez de Erivalda após visita à sua casa - mais uma jovem cearense saía da fábrica eternamente doente – "não sabe o que faz e nem o que diz". O caso de Erivalda não mais apareceria nas edições seguintes dos jornais, que tinham na denúncia uma estratégia sindical de trazer à discussão, ao menos para os trabalhadores e trabalhadoras, os graves problemas vividos nas fábricas têxteis em Fortaleza.

Naquela mesma edição do jornal Fio da Meada se seguia mais uma denúncia. Desta vez, acompanhada não só de uma caracterização do fato, mas também de como se deveria proceder em tais casos: buscar apoio do Sindicato. O caso acontecera na fábrica Santa Cecília:

> O jovem ADEMAR [...], 31 anos, 10 de UNITÊXTIL, acidentou-se na fábrica Santa Cecília perdendo o braço, foi demitido e está vivendo com uma pensão igual a 40 por cento do salário mínimo.
>
> Se encontra passando fome, fez uma carta para a Ministra do Trabalho que foi levada pelo Presidente do Sindicato dos Têxteis, e a Srª. Ministra respondeu a carta dizendo que não podia fazer nada porque não estava a seu alcance e que ele procurasse a Justiça Federal.[139]

Demitido após mutilação de um dos braços Ademar procura o Sindicato, e pelo conteúdo do jornal, o modo como se apresenta a denúncia, o operário não apenas procurou o setor de homologação (como era comum), pois uma carta foi escrita e entregue por Antônio Ibiapino, presidente do Sindicato, à então Ministra do Trabalho. Ainda que não haja vestígios da carta, é possível supor que seu conteúdo visava dizer o modo como Ademar enxergava as condições de trabalho na fábrica Santa Cecília, sua mutilação e o descaso dos patrões frente a seu drama pessoal.

---

[139] Jornal **Fio da Meada**. Ano II. No. 12. Nov. - dez de 1989.

A denúncia na imprensa sindical destaca o grave drama da mutilação do corpo operário, o que no jargão e na estatística oficiais, aparece no registro dos "acidentes de trabalho"! Ao historiador social, cabe também a denúncia e o vigor da crítica quando homens e mulheres são vistos como objetos descartáveis; e nessa condição, são rapidamente substituídos por outros trabalhadores.

Para José Carlos Lopes (2000), na emergência do "novo sindicalismo" e da organização da CUT – Central Única dos Trabalhadores, o enfoque da "saúde do trabalhador" foi ganhando visibilidade, congregando profissionais da saúde, militantes sociais e outros agentes:

> A década de 1980 foi rica em experiências pela pluralidade das correntes ideológicas e políticas que procuraram construir e consolidar projetos em defesa da saúde dos trabalhadores. Debates organizados nas universidades, intercâmbios entre sindicalistas e profissionais de saúde brasileiros com o movimento operário e instituições italianas; criações de departamentos e assessorias nos sindicatos; implantação de Programas e Centros de Referência; publicação de textos, edições de livros e traduções referentes ao assunto; semanas de saúde do trabalhador (Semsats) crescimento de matérias na imprensa sindical denunciando as precárias condições de trabalho, os acidentes e a "morte lenta" nas fábricas são algumas das manifestações que fizeram desse período a "época de ouro" da consolidação da Saúde do Trabalhador como proposta alternativa à Medicina Ocupacional. (LOPES, José Carlos: 2000, p. 411)

Se a Constituição de 1988 consagrava avanços no campo da saúde e das políticas sociais descentralizando, democratizando, municipalizando a saúde no Brasil (Vilela: 2002, p. 195), isto acontecia, em grande medida, devido às pressões sociais dos trabalhadores e suas organizações. Entre os têxteis, em Fortaleza, o jornal Fio da Meada também cumpriria a função da crítica às péssimas condições de trabalho.

Investigando nos jornais de grande circulação na cidade alguma referência sobre os casos de Erivalda, Ademar, e outros trabalhadores acometidos pelas doenças do trabalho ou pela mutilação no cotidiano fabril têxtil, percebi a completa ausência de tais assuntos na imprensa local.

Rodolfo Vilela (2002) observa, para os anos de 1970-1980, altos índices de "acidentes de trabalho" no Brasil, considerado desde então, o "campeão mundial" neste terrível drama. Os governos militares, com apoio de empresas e sindicatos patronais, passaram a realizar campanhas de suposto esclarecimento aos trabalhadores apregoando, contudo, que os acidentes aconteciam por descuido e negligência deles próprios.[140] Enfim, a

[140] O autor também chama atenção para uma teoria denominada "ato inseguro", do engenheiro norte-americano Heinrich, que por volta dos anos 1930, com base em levantamentos oriundos das suas empresas, tentou demonstrar que os acidentes ocorriam por falha e culpa das próprias vítimas. Para ler mais sobre este assunto,

mutilação seria tratada como uma inadequação ao uso dos equipamentos de proteção ou mesmo da imperícia, descuido e inabilidade frente à maquinaria.

O que se observa, para o período em questão, é também a adoção de uma estratégia sindical, em desfavor da luta por melhores condições de trabalho, requerendo os adicionais de insalubridade e periculosidade. Este aspecto foi comum no setor têxtil em Fortaleza. Em documento enviado à Delegacia Regional do Trabalho (DRT), seção Ceará, o mecânico de manutenção das instalações de vapor da fábrica Santa Cecília, José Nonato de Abreu, solicita inspeção no local de trabalho para requerer aposentadoria especial junto a Previdência. Comprovada a insalubridade, José Nonato teria direito a receber 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo oficial:

> Suas tarefas vão da manutenção preventiva a corretiva, fazendo reparos na rede de vapor quando apresenta algum defeito, na execução desses serviços ele utiliza alguns produtos tóxicos e corrosivos entre eles: soda cáustica, ácido sulfúrico, etc. Esses produtos são empregados na limpeza e desincrustação das tubulações e das caldeiras.
>
> O ambiente de trabalho é bastante úmido e muito quente, pela própria característica desse tipo de indústria. Há também no local um permanente odor forte proveniente dos vapores de tintas utilizadas na tinturaria e estamparia. Para realizar suas funções o Sr. Abreu é obrigado a percorrer quase todos os setores de produção da fábrica, aonde vão as linhas de vapores.
>
> O tempo de exposição a estas condições insalubres é de 8 (oito) horas diárias. Há também serviços que devidos as suas complexidades e o seu grau de risco só podem ser executados com máquinas pesadas, o que obriga o empregado citado muitas vezes a trabalhar nos domingos e feriados (...) Com base na perícia realizada no local onde o segurado exerce suas atividades e de acordo com a Norma Reguladora no. 15, anexo no. 13 [ilegível] Químicos), aprovada pela Portaria Ministerial no. 3214, de 08.06.78, o Secretário de Segurança e Medicina do Trabalho, classifica as atividades em que há o manuseio de agentes químicos, entre eles ácidos sulfúricos, a soda cáustica, como insalubre de grau médio. Portanto, a atividade do segurado conforme a citada Norma, é insalubre de grau médio. [141]

Os corrosivos para o bom funcionamento da máquina a vapor e para as tubulações da caldeira eram os mesmos que deterioravam cotidianamente o corpo do mecânico, envelhecendo precocemente sua pele, seus órgãos. O ambiente de trabalho mais lembrava uma sala de tortura, nem metal suportaria tamanha exposição à química.

Frente a este quadro, é tímida a conclusão do laudo pericial que não faz mais do que enquadrar o caso como insalubridade de nível médio, possibilitando alguns trocados

---

ver: VILELA, Rodolfo Andrade Gouveia. Negociação Coletiva e Saúde do Trabalhador: o acordo das prensas injetoras. In: Paulo Fontes (org.). **A Química da Cidadania**: sindicato dos químicos e plásticos de São Paulo: 20 anos de luta, democracia e conquistas. Editora Viramundo, São Paulo, 2002.

[141] CEARÁ. Delegacia Regional do Trabalho no Estado do Ceará. **Laudo Pericial no. 098/86, processo no. 24.170.006452/86**. Solicitante: Instituto Nacional de Previdência Social. Empresa Periciada: União Industrial Têxtil S/A. Endereço: Rua XV de Novembro, no. 202, Parangaba. Data: 19.06.86, hora: 09:30. Perito: Gilberto Gomes Norberto. Delegado: Francisco José Costa de Oliveira.

adicionados à aposentadoria do mecânico; não havia nenhuma recomendação com vistas à melhoria do ambiente e das condições de trabalho.

Por outro lado, temos neste caso um trabalhador utilizando um mecanismo da lei para requerer adicional de ganho sobre o salário. Tal situação também foi encontrada noutro setor da fábrica Santa Cecília, na "sala de desenhos". A inspeção dos peritos da Delegacia Regional do Trabalho aconteceria após denúncia das trabalhadoras e solicitação do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis:

> A referida sala é ampla, conservada, bem iluminada, dois aparelhos de ar condicionado que propiciam bem estar térmico. Verifica-se a existência de três pranchetas onde trabalham três desenhistas usando o seguinte material: tinta NANKIN, tinta opaca ABDECK, pincel e caneta. As três funcionárias reclamam dos odores que penetram na sala através do teto de gesso, à direita, proveniente do setor de gravação de cilindros, os quais são lavados com a substância Metazil. Da esquerda emanam odores do depósito de drogas e do depósito de cilindros e estamparia que ficam na frente da sala de desenhos e também emite cheiro de gás (querosene). Referem elas a queixa de cefaleia e vômitos durante a jornada de 8 (oito) horas de trabalho, de segunda a sexta-feira. [142]

Neste caso temos uma sala de atividade técnica localizada entre dois setores que utilizavam fortes produtos tóxicos. Contudo, mais uma vez os peritos da DRT ratificavam a insalubridade de grau médio, incidindo a porcentagem de 20% sobre o salário das desenhistas que continuariam a trabalhar nas mesmas condições. Desse modo o laudo sequer sugere mudança da sala, ou qualquer alteração na arquitetura fabril. À medida que continuavam a trabalhar de segunda a sexta, oito horas diárias à exposição dos tóxicos; dores de cabeça e vômitos se apresentavam como os primeiros sinais de prejuízo à saúde, de "morte lenta" desde cedo entre as jovens.

Para Christophe Dejours (1998) a análise do trabalho deve ser compreendida tendo em vista o componente psicopatológico, pois se a sociedade industrial convivia com alta morbidade e longevidade reduzida, era parte da batalha do trabalhador a luta pela sobrevivência. O autor examina também que a primeira vítima do capital não é o aparelho psíquico, e sim, o corpo dócil e disciplinado, entregue às dificuldades inerentes à atividade laboral, projetando-se um corpo sem defesa, explorado, fragilizado.

O estudo compreende ainda que um dos mais cruéis golpes vividos pelo homem pobre quando vai trabalhar, é a frustração de suas perspectivas iniciais, situação que desencadeia "sofrimento insuspeito" à medida que se insere no ambiente físico, químico,

---

[142] CEARÁ. Delegacia Regional do Trabalho no Estado do Ceará. **Laudo Pericial no. 090/90, processo no. 24170.009309/90**. Solicitante: Sindicato dos Trabalhadores Têxteis. Empresa Periciada: União Industrial Têxtil S/A. Endereço: Rua XV de Novembro, no. 202, Parangaba. Data: 19.10.90, hora: 09:00. Analista: Elpídio de Sousa. Delegado: Francisco Valentim de Amorim Neto.

biológico; quando entra em contato com as péssimas condições de higiene e segurança na fábrica.

"Trabalhador, Burro de Carga" era o que prevalecia no cotidiano do espaço fabril da Santa Cecília. Cosmos dos Santos nos conta em entrevista que trabalhava no prédio em frente à produção, seu setor era o de acabamento. Algum tempo depois, seu irmão chamado Damião dos Santos também conseguiria ali uma vaga, mas em pouco tempo de trabalho, é alcançado pelo grave drama da mutilação:

> O meu irmão, o pessoal diz que ele perdeu o braço achando que era dormindo, mas não era não. Tava ele e o supervisor, e ele fazia um tal de rústico para fazer *jeans*, que era o fio o mais ruim que tem, mas ficava bonito o pano. Era cheio de irregularidade no tecido, mas depois de tingido e acabado ficava bem. O produto que tinha nele era uma liga, ele ficava meio preguento, onde a costura, e sempre a auréola dobrava, então foi tirar. Na entrada de um felpo que ia amaciar o tecido, ele passou a mão uma vez, passou outra vez, na terceira ficou enganchado, e essa parte aqui no braço nele estourou, foi a pior noite que eu passei lá dentro [da fábrica].
>
> Eles foram chamar um mecânico pra desmontar [a máquina], eu não tive paciência, peguei um ferro pra pegar e quebrar a máquina. Batendo, batendo, batendo, mas muito aperreado, se eu tivesse batido no cilindro, na primeira vez teria quebrado. Mas eu ia batendo por cima, ia saindo o parafuso, mas então, meus colegas pegaram outro ferro, nisso torou que arreou, foi e tirou o braço.
> Nessa época a única pessoa que tinha um carro era um supervisor da tecelagem que não tinha vindo neste dia, ninguém lá tinha carro à noite. Quando tirou o braço, ele saiu sozinho, eu não pude acompanhar porque a máquina se ficasse parada, queimava, era muito quente. Só um enfermeiro, lá no Bar Avião ali, na João Pessoa. Ele pegou um táxi, foi pra Aguanambi que tinha assistência lá, mas quando chegou lá só tinha [médico] acadêmico, médico novim.
>
> Disseram que não tinha condições de cuidar dele. Mandaram ele pro [hospital] José Frota, Frotão, mesma coisa. Eu só pude chegar lá de manhã porque isso foi duas horas da manhã. Até que de manhã chegou a médica e ela disse: "meu filho, você não morreu até agora, você não morre mais não".
> Ele pegou o elevador, subiu.
>
> Quando eu terminei meu horário, seis horas, eu fui direto pro hospital. Quando eu cheguei lá ele não tinha feito ficha, foi direto. Passei até onze horas procurando ele lá dentro e eu não encontrava. Enfaixaram o braço dele todim, três dias, quando tiraram aquela faixa, tava tudo seco, tostado. As unhas caíram assim tudim assim, tostada. Cortaram o braço dele.
>
> Nisso, ficaram três opções pra ele: ou ele aprendia uma profissão que usasse só uma mão, que o INSS dava o material; ou ele ficava aposentado, ou ele ficava trabalhando na firma ganhando 40% do salário do INSS. Ele optou por esse, ficar ganhando o salário dele normal mais quarenta por cento do INSS.
>
> Ficou um ano de INSS, quando ele voltou, ele ficou aqui numas bombas que tinha aqui na [Avenida] Carneiro de Mendonça, lá tinha uns cacimbão grande que tinha uns motor que puxava água lá pra firma. Teve uma greve, não lembro qual foi o ano, ele ficou na greve, e ele era um ponto essencial pra fábrica porque ele mandava água lá pra firma, fechou lá e foi pra greve. Ele foi colocado pra fora. Mas não podia colocar ele pra fora, mas mesmo assim botaram. Eu fiquei até quando fechou.
>
> Botaram ele pra fora, ele ficou trabalhando em posto de gasolina, então ele faleceu de repente, do coração. E ele botou na Justiça ainda. De primeiro um colega perdeu

> só o dedinho midim e recebeu indenização. Ele perdeu o braço, e não recebeu indenização nenhuma, só o emprego mesmo. Ele entrou na Justiça, teve umas audiências ainda. Ele morreu. [Cosmos fica em silêncio].[143]

Para atender as demandas do mercado de tecidos, a produção do *jeans* acontecia durante vinte e quatro horas por dia na fábrica Santa Cecília, mantendo uma equipe à noite lidando com produtos como o "rústico" - "preguento", deslizante, "cheio de falhas". Damião trabalhava ali quando ficou preso na engrenagem, os companheiros de seção logo foram à procura de Cosmos, seu irmão. O supervisor chamaria o mecânico. Vendo o irmão com o braço comido pela máquina, Cosmos tentava desesperadamente golpear a máquina com uma barra de ferro, batia e batia, até quebra-la. Uma cena de desespero a nos lembrar de velhas imagens de trabalhadores, os luditas, quebrando as máquinas, fonte de seu suplício e do progresso industrial.[144]

Com o braço mutilado, "estourado", Damião teve de ir sozinho buscar socorro médico naquela madrugada. Seu irmão Cosmos, mesmo com o drama vivido, sucumbe à disciplina fabril, à regra de que a máquina que não podia parar, e assim vemos que o tempo do capital é de tal ordem que Cosmos passaria a pior noite de sua vida trabalhando, onde depois de quebrar a máquina, o único anseio era ver o irmão, ter notícias.

A história dos irmãos Cosmos e Damião não é individualizada, vários eram os operários e operárias trucidados no ambiente fabril. A busca pela sobrevivência cotidiana de um lado, e a exploração do capital de outro, traduziam-se em doença, mutilação. Pobre, agricultor, migrante e com baixa escolaridade[145], Damião dos Santos foi mais uma vítima.

Várias eram as notícias que chegavam ao Sindicato dos Trabalhadores Têxteis sobre as condições vividas no ambiente fabril. Num relatório da entidade, datado de 26 de junho de 1991, há uma listagem contendo os quatro maiores problemas denunciados pelos operários e operárias:

> S.T.I. de Fiação e Tecelagem de Fortaleza, apresenta este relatório para maior entendimento da verdadeira situação dos trabalhadores da categoria e/ou para mostrar com vem se comportando o patronato a este respeito.
>
> 1. Investida contra a organização dos trabalhadores:

---

[143] SANTOS, Cosmos dos. Entrevista I [mar. 2012]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2012. Arquivo mp3 (50 minutos).

[144] Para ler sobre o tema, ver o trabalho de SALE, Kirkpatrick. **Inimigos do futuro**: a guerra dos luditas contra a revolução industrial e o desemprego: lições para o presente. Tradução Valéria Rodrigues. Rio de Janeiro: Record, 1999.

[145] A trajetória de Damião dos Santos muito se assemelha ao quadro vivido pelos operários acidentados nas indústrias de São Paulo, estudado por Maria Regina da Costa (1981). Para ler esta pesquisa ver: **As Vítimas do Capital**: os acidentados do trabalho. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

Foram demitidos vários diretores do sindicato, numa tentativa de barrar a luta e desmotivar a categoria.
a) Thomaz Pompeu Fiação e Tecelagem S/A: foram demitidos 09 (nove) diretores: Raimundo Coelho da Silva, Maria Zélia Gomes, Francisca Eneuza da Costa, Edilson Pinto Ferreira, José Everardo Alves de Sousa, Francisco Adauto de Oliveira Ferreira, Maria das Graças da Costa, Joaquim Casemiro Guedes e Airton de Oliveira de Sousa.

*Obs: estes companheiros estão sem nenhuma fonte de renda, estão passando por grandes necessidades financeiras.

b) União Industrial Têxtil S/A – Unitêxtil (Santa Cecília). As demissões nesta empresa atingiram o número de 3 diretores (empregados): Roberto Faustino de Sousa, Francisco Eudes Ribeiro e José Silva de Castro.

*Obs: neste caso a empresa alega falta grave, (não provado em inquérito), para demitir os diretores (empregados).

Como se não bastasse a Unitêxtil ainda abriu um processo criminal por seqüestro contra quatro companheiros diretores: Antônio Ibiapino da Silva, Maria Besenira Paulo, Francisco Antônio Mendonça da Cunha e Raimundo Nonato da Silva.

*Este processo rola até o dia de hoje.

c) Fiação Nordeste do Brasil S/A – Finobrasa: Também demitiu quatro diretores do sindicato, sendo que três destes já foram reintegrados via Justiça do Trabalho, um está brigando até hoje mesmo, já tendo perdido em primeira instância. São eles: Expedito Alves Pereira, Waldemir Catanho de Sena Junior, Damião Matos Coelho e Maria Nireuda Mesquita.

*Nesta empresa ainda está sendo armado um grande golpe contra o sindicato, pois os sindicalizados estão sendo obrigados a retirarem seu nome do quadro de associados do sindicato sob ameaça de perderem alguns benefícios dados pela empresa.

2. Arbitrariedade contra a gestante:

a) Thomaz Pompeu: demitiu duas gestantes: Tânia Maria Maia da Silva e Eliane Meneses da Silva.

b) Unitêxtil (Santa Cecília): demitiu uma, mas através de acordo aceito está de volta no seu quadro de funcionários.

3. A saúde do trabalhador:
É muito comum os casos de doenças profissionais no setor, de certa forma a mais comum é a tuberculose como os dois casos que se seguem:
a) Unitêxtil (Santa Cecília): Francisco Correia do Nascimento (tuberculose), Roberto Faustino de Sousa (surdez).

b) Finobrasa: Antônio Mauro de Sousa (tuberculose).

4. Acidentes de trabalho:
O setor é uma grande indústria de mutilação de trabalhadores, o número de trabalhadores que perderam algum membro é bastante elevado, dentre estes casos citamos dois:
a) Thomaz Pompeu: Francisco Adauto de Oliveira Ferreira.
***** Foi demitido logo após o seu retorno, sendo reintegrado mais tarde através de acordo.

b) Unitêxtil (Santa Cecília): Francisco Cesar de Freitas.

***** Logo após o acidente em que perdeu a mão direita foi aposentado.[146]

Em um período em florescem as tentativas de reorganização sindical, a negociação e a resistência operária eram duramente reprimidas pelos patrões, as leis não eram obedecidas – grávidas e sindicalistas eram demitidos sem direito algum, diretores sindicais criminalizados, e trabalhadores, impedidos de se filiarem. Como se pode observar, a Justiça do Trabalho é a todo o momento acionada para dirimir os graves e constantes conflitos no mundo do trabalho.

No âmbito da luta sindical, a Grande Indústria de Mutilação [147], era a escrita de denúncia expressa pelo Sindicado dos Trabalhadores Têxteis frente ao cenário fabril em Fortaleza. A denúncia neste caso apresenta as doenças contraídas no trabalho, a exposição durante longas horas inalando o pó do algodão junto às máquinas, o intenso calor e ruído ensurdecedor. Era o trabalho que adoecia, amputava pedaços do corpo, arruinava a saúde dos trabalhadores e trabalhadoras.

Quando passou a trabalhar no setor de homologação do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Vera Mariano lembra que era comum a presença de jovens operários amputados em busca dos direitos e das rescisões de contrato. Na tarefa de secretária, e lidando diretamente com esses trabalhadores, ela teve uma visão ampla das condições de trabalho das fábricas têxteis em Fortaleza, e diz que se emocionava com o infortúnio que acometia vários jovens nas fábricas:

> Nós tínhamos muitos problemas de trabalhadores com problemas de audição, trabalhadores com membros amputados nas máquinas. Então assim, isso era um problema muito sério. Naquela época tinha muitos que perdiam os membros nas máquinas das fábricas, e pronto, ficava por isso mesmo. Tinha deles que se aposentavam, que recebiam indenização, mas e então, eram homens jovens.
>
> A incidência de acidentes era mais com homens, porque algumas funções, nos teares, eram mais homens, e poucas mulheres na época que exerciam a função nos teares. Os teares eram danados pra complicar a vida de muitos trabalhadores. Eu lembro do Seu Silva, do Augusto, que foram trabalhadores que tiveram seus membros amputados, o braço, até aqui a região do cotovelo. Pra mim isso marcou muito, foi uma época de aprendizagem.
>
> Eu vivi a realidade na fábrica e depois eu vi a realidade do sindicato, onde eu vi a realidade das outras fábricas. Porque quando você está na fábrica ali é o seu gueto, você fica ali porque você acaba não tendo tempo de ver o outro porque você mora longe, e a realidade era uma fábrica bem distante da outra.

---

[146] **Relatório Sindical**. Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Fortaleza, 26 de junho de 1991, p. 2-3.

[147] No jornal Fio da Meada há uma denúncia que aponta mais de 1.000.000 acidentes de trabalho em apenas um ano durante o Governo Collor, dos quais 4.500 trabalhadores morreram e 30.000 ficaram incapacitados permanentemente. Para ler mais sobre isto, ver: jornal **Fio da Meada**, s/d.

> Havia outras fábricas, tipo, a Tebasa, a Jangadeiro, Finobrasa. A gente tinha as fábricas de rede, e em muitas fábricas de rede, a maioria era em fundos de quintal, que tem a ver com o trabalho escravizado mesmo. Tinha fábrica em que toda família trabalhava, e tinha que dar conta daqueles teares de madeira. Então assim, era uma realidade muito difícil.[148]

A experiência de Vera Mariano na militância sindical possibilitou uma visão ampliada em torno da saúde do trabalhador e da estrutura das fábricas de tecidos. Fábricas modernas ou não, a mão de obra era rapidamente descartada, a saúde e as perspectivas de futuro daqueles jovens eram trocadas por irrisórias indenizações previstas pela legislação trabalhista. São pessoas que no depoimento de Vera Mariano têm nome próprio, é o Sr. Silva, Sr. Augusto, que deixavam para trás o vigor da mocidade, a plenitude do corpo, presos à engrenagem da máquina.

Participando do cotidiano da entidade sindical, Vera Mariano também tomava contato com fábricas de "fundo de quintal" onde famílias inteiras trabalhavam nos teares em condições ainda mais precarizadas.

Para termos ideia do cotidiano de trabalho nas fábricas têxteis, Maria Bezerra nos fala quão difícil foi se "acostumar" com o trabalho de fiação na Santa Inês, Cotonifício onde ela passou a trabalhar no início dos anos de 1980. Sua lembrança recupera os sons infernais e a agonia do "pafe-zum":

> O barulho era cento e dez decibéis de barulho, não tinha pra onde no seu ouvido. Não tinha esse negócio de botar *epi* [equipamento de proteção individual], isso não existia não. Isso veio a existir de oitenta e oito pra cá, mas até pra trás você não tinha nada disso não. Eu costumava fazer o seguinte, acho que eu não perdi a audição porque quando eu entrei, eu me agoniava tanto com aquele barulho, que isso aqui meu [ela aponta para uma região logo abaixo da sua orelha] endurecia sabe assim, por que ficava aquele barulho tão forte. Porque o barulho da tecelagem é forte, mas se você ficar na fiação o barulho é muito pior. Hoje não, claro. Mas na época é muito pior.
>
> Pense no barulho, porque a tecelagem tem aquela pancada, pafe, pafe; a fiação é o contrário, é aquele coisa assim, é aquele zumbido fino, zum, e a pancada. Vem o zumbido e a pancada. Então aquilo dava aquela agonia na sua cabeça quando você é novo, que você entra, que você não tem costume. Quando você tá acostumado, pronto. Então eu pegava o algodão, enrolava e botava no ouvido.[149]

Era impossível àquelas jovens trabalhadoras da indústria têxtil saírem daquele ambiente sem qualquer lesão. Maria Bezerra relata que trabalhou na Santa Inês sem equipamentos de proteção. Pegava um pedaço de pano na seção e botava no ouvido para escapar da agonia na cabeça, do zumbido e da pancada renitente. A minúcia do depoimento de

---

[148] MARIANO, Vera. Entrevista I [nov. 2011]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2011. Arquivo mp3 (100 minutos).

[149] BEZERRA, Maria. Entrevista I [nov. 2011]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2011. Arquivo mp3 (100 minutos).

Maria Bezerra sobre o ambiente fabril, quando das respostas do corpo contraindo os músculos frente ao forte ruído das máquinas, faz emergir um quadro das condições de trabalho vividas pelas operárias na fiação e tecelagem, em pleno século vinte, quando os informativos da federação patronal tecem loas à automação, à modernização do parque fabril e à competitividade de seus produtos no mercado internacional.

Uma inspeção realizada a 29 de outubro de 1984 pela Delegacia Regional do Trabalho em várias fábricas têxteis em Fortaleza, dentre elas a Santa Cecília, detectava que os graus de ruído extrapolavam os níveis estabelecidos pela CLT nos vários subsetores da fiação, e também na tecelagem:

> O limite de tolerância para ruído contínuo por oito (8) horas de trabalho é de 85 dB (A), considerando-se atividades ou operações insalubres as que se desenvolvem acima desse limite, conforme artigo 189 da CLT, combinado com o anexo -1 da NR – 15 da Portaria 3214/73 do Ministério do Trabalho.
> (...)
> Passador: 90,5 dB (A)
> Filatório: 92,0 dB (A)
> Conicaleiro: 91,3 dB (A)
> Espuladeira: 91,0 dB (A)
> Tecelagem: 95,5 dB (A) [150]

Os mecanismos de aferição utilizados pelos peritos da DRT, neste caso, foram: “instrumento de nível de pressão sonora operando nos circuitos de compensação “A” e de resposta lenta (SLOW), com leitura realizada próxima ao ouvido do trabalhador”; sendo que ao final se detecta que os 85 decibéis de tolerância máxima eram extrapolados em todos os setores. O laudo pericial, de sua parte, mais uma vez apontaria a “insalubridade”.

As terríveis condições de trabalho no sistema fabril foram objeto de reflexão em vários estudos, dentre eles, o de José de Souza Martins (1993). Para o autor, disciplina, intensificação do trabalho e introdução de novas tecnologias promoveram distúrbios no processo produtivo da fábrica de Cerâmicas São Caetano, em São Paulo, durante a década de 1950. Desse modo, ao examinar aspectos como “risco” e “experimentação” enquanto componentes rotineiros da produção moderna, situação inversamente proporcional à assimilação pelos operários e mestres da fábrica, é observada a invocação do imaginário arcaico de "aparição do demônio" pelas operárias:

> O problema todo estava no fato de que os maçaricos que alimentavam as bocas de fogo, com óleo diesel, às vezes entupiam, diminuindo o jato de combustível. Com isso, a temperatura se tornava desigual em bocas paralelas, situadas na mesma

[150] Dados relativos à fábrica Santa Cecília. CEARÁ. Delegacia Regional do Trabalho no Estado do Ceará. **Laudo de Perícia Técnica, processo no. 24170.005535/84**. Solicitante: Sindicato dos Trabalhadores Têxteis. Data: 29.10.84. Médico do Trabalho: Raimundo Wilson Chaves Martins.

> longitude ao longo do túnel, o que produzia queima desigual dos ladrilhos, provocando rachaduras.
>
> As operárias da seção de escolha interpretaram a seu modo os desajustes da produção e o aparecimento de grandes quantidades de ladrilhos defeituosos. Elas os atribuíram à presença do demônio na fábrica e por isso se sentiam pessoalmente ameaçadas. Ele era visto meio sorridente, bem vestido, como os engenheiros, num canto da seção. As operárias alegavam, também, que nos momentos em que ele aparecia, sentiam cheiro de enxofre, um cheiro que a cultura popular associa à figura de satanás. A contramestre da seção era uma senhora muito católica, moradora no bairro vizinho à fábrica em que também moravam as operárias. E muito católico era o próprio mestre da seção de escolha, cujo irmão, também mestre de outra seção, era o organista da matriz da Sagrada Família, em São Caetano. Aparentemente, foi na conversa deles com as operárias que surgiu a idéia de chamar o padre da paróquia da Vila São José para celebrar uma missa e benzer as novas instalações da fábrica. Alegavam as operárias que o demônio estava ali presente porque a fábrica começara a funcionar antes de receber a bênção do padre. (MARTINS: 1993, p. 18-9)

Ao final dos anos de 1980, como ainda hoje, na construção civil, em Fortaleza, as condições de trabalho são terríveis: longas e intensas jornadas, ausência de equipamentos de proteção, superexploração legalizada da "hora-extra". O canteiro de obras é palco de lesões e ferimentos, muitas vezes fatais. [151]

No período compreendido entre as décadas de 1950 e 1980, Neli Paixão (2006, p. 71) observa, na indústria têxtil baiana, um ambiente fabril conspirando contra a saúde do trabalhador: insalubridade, poeira do algodão, superaquecimentos das seções, má ventilação, barulho intenso, pouca "liberdade" para o corpo movimentar-se; as operárias trabalhavam toda a jornada somente em pé ou sentadas, ocasionando lesões.

Para Aquino, Menezes, Marinho (1995) qualquer estudo científico que se volte ao estudo da saúde no trabalho deve ser desnaturalizado, principalmente com relação ao gênero (masculino/feminino) dos envolvidos. As autoras afirmam que não se pode restringir a análise do desgaste físico da mulher apenas ao trabalho profissional, mas articulá-la ao serviço realizado em âmbito doméstico. Para o caso das trabalhadoras, os danos à saúde não são apenas de caráter motor, mas também psicológico, uma vez que enfrentam no cotidiano o assédio sexual, o exame admissional com teste de gravidez, a vistoria de absorventes comprovando a menstruação, entre outros.

Segundo Eleonora Menicucci (2000, p. 247), dos anos de 1990 em diante, as novas tecnologias e o toyotismo na indústria brasileira, "o adoecer em consequência do trabalho deixa de ser fato "esporádico", passando a fazer parte do dia-a-dia de centenas de trabalhadores e trabalhadoras." O estudo observa que até o ano de 1997 não havia

---

[151] Para ler mais sobre as condições de trabalho na construção civil, em Fortaleza, ver: NÓBREGA, Yuri Holanda. **Operários em Construção**: as experiências sindicais dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza entre as décadas de 1970 e 1980. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

especificações nas estatísticas do INSS sobre tipos de acidente e sexo do trabalhador, apenas as doenças eram subnotificadas como acidente, porém anota que os danos à saúde eram mais comuns entre trabalhadoras que desempenhavam atividades que requeriam:

> Alta repetitividade, monotonia, ritmo intenso, esforço físico, falta de criatividade associada à exigência de produtividade e pressão da chefia, ou seja, em tarefas consideradas para mulher. (OLIVEIRA: 2000, p. 247)

O funcionamento do sistema de fábrica na vida de Teresinha Alves é lembrado com as marcas no próprio corpo. Durante as entrevistas, Teresinha sempre mostrava a cicatriz no braço deixada pela máquina enroladeira, quando num dia foi "salva" de ser "mastigada" pela máquina:

> Houve uma vez que a máquina me puxou assim sabe. Ela puxou aqui pela minha blusa. Se não tivesse rasgado a blusa teria me mastigado todinha. Feriu aqui, esta mancha aqui, aqui tudim. Foi minha salvação porque quando a máquina puxou, puxou pra cima, puxou a blusa e rasgou, e então me soltei, foi a minha salvação, foi a blusa.
>
> Eles [os supervisores] disseram assim: "bom pra você ir pro seguro vai demorar muito, e talvez até sare o braço, e você não receba nem o seguro. Então vamos fazer assim: vamos deixar outra na sua máquina pra fazer o trabalho, você passa um mês em casa, e com um mês você volta".
>
> Eu saí para o posto [de saúde], tomei aquela vacina, a antitetânica que a gente toma por causa da ferrugem lá das máquinas. Eu tomei, e passei um mês em casa. Quando eu voltei eu ainda não tava sarada. Mesmo assim eu continuei trabalhando.[152]

Teresinha manuseava uma máquina de extrema periculosidade em um dos subsetores da fiação, onde além de máxima atenção, eram exigidas das operárias certos cuidados: deviam prender bem o cabelo, para não correr o risco de terem-no subitamente arrancado pela máquina.[153] Teresinha trabalhava como fazia sempre, ao ritmo da máquina, quando de repente sentiu ser puxada pela enroladeira.

Ainda assustada, em vez de ir para casa cuidar dos ferimentos procurou o posto médico. Ademais do ferimento, temia o tétano. O sofrimento da operária, as muitas injeções para evitar um problema ainda mais grave, o braço ferido e ainda não totalmente recuperado.

---

[152] ALVES, Teresa (Teresinha). Entrevista I e II [ago. 2009; set. 2012]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2012. Arquivo mp3 (290 minutos).

[153] Na Santa Inês, Maria Bezerra conta que o ritual se iniciava quando a operária se dirigia à máquina. Ela costumava colocar um pedaço de pano no ouvido, "punha o chapéu na cabeça, amarrava o cabelo porque se você não amarrasse a máquina pegava o seu cabelo e arrancava." Era perigoso não seguir esses passos. Maria diz ainda que: "uma senhora que trabalhava vizinho a mim, ela [a máquina] puxou, e arrancou. Puxou que arrancou o couro cabeludo dela todim. Uma mulher nova, jovem, jovem, jovem, uns 23 anos. Então você amarrava o cabelo, que era obrigado amarrar o pano na cabeça pro cabelo não ser comido pela máquina, então amarrava porque era obrigado." BEZERRA, Maria. Entrevista I [nov. 2011]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2011. Arquivo mp3 (100 minutos).

Em um mês Teresinha retornava ao trabalho. A operária mudaria de função, agora a jornada seria cumprida na seção de sutiãs e calcinhas[154], onde ficaria até se aposentar, em 1990.

No setor de classificação de tecidos também era majoritária a presença feminina. Lúcia Maria Feitosa trabalhava na rotineira avaliação de tecidos vindos do acabamento, quanto às possíveis falhas no processo de produção:

> O trabalho era numa máquina com uma luz, tipo quando você abre a geladeira. Era uma máquina grande, que você ia puxando o tecido com uma luz forte em baixo, que era uma luz bem forte.
>
> Eu tinha problema de visão, tinha hora que passava o defeito, e a gente levava advertência, era suspensa. A gente puxava o tecido, ia puxando. Quando a máquina era grande, eram duas [operárias que trabalhavam ali], uma ia puxando de um lado e a outra ia puxando do outro, a gente ficava limpando. Agora quando era tecido estampado, você também revisava pra ver se tinha fiapo, se tinha uma falha, se passava ou não, pra poder sair.
>
> Eu já era quase cega, eu já tinha problema de visão, precisava de seis em seis meses trocar o óculos porque eu tinha problema de visão desde criança, então prejudicou mais aquela luz porque precisava a gente olhar. Era miopia, astigmatismo. Na época eu tinha vinte e quatro anos.[155]

A descrição da máquina e do processo de trabalho confirma um cotidiano de adoecimento e sofrimento. Aqui a operária narra seu problema de miopia se transformando em cegueira, ela praticamente coloca os olhos sobre o pano para ver o felpo sob uma forte luz. Nas lembranças deste tempo, Lúcia Maria percebia que a disciplina fabril exigia grande acuidade no controle da qualidade dos tecidos, do contrário, era penalizada perdendo as taxas de produtividade, parte do salário, ou mesmo o emprego.

Chama atenção no seu depoimento o impacto do casamento - além da miopia agravada passou a sofrer perseguição, revisava vários outros milhares de metros de tecidos por dia para não ser taxada de “favorecida” pelo supervisor, seu marido:

> [No] setor que eu trabalhava tinha que dar produção, quatro mil metros, cinco mil metros. Era na revisão de tecidos. Você tinha que limpar as peças que vinham com fiapo, você tinha que limpar. Você vai e fica puxando o tecido, cortando os fiapos, limpando e revisando.
>
> Trabalhei quatro anos de duas às dez. Depois a gente começou a namorar, chegou até o casamento, e então trabalhei mais três anos. Ele era um chefe muito durão, com funcionária ele não dava moleza não. Eu tinha que dar mais produção do que as meninas porque eu era mulher dele. Eu tinha que dar mais produção lá, seis mil de produção.

---

[154] De acordo com a entrevistada, a mudança de setor ocorreu devido a crise que a fábrica vinha enfrentando, o que inviabilizava o total funcionamento da fiação onde trabalhava, sendo um dos primeiros espaços a serem fechados no Cotonifício. ALVES, Teresa (Teresinha). Entrevista I e II [ago. 2009; set. 2012]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2012. Arquivo mp3 (290 minutos).

[155] FEITOSA, Lúcia Maria. Entrevista I [nov. 2011]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2011. Arquivo mp3 (85minutos).

> Foi o gerente chamado Moacir que foi lá e disse: "Zé Maria, você vai ter que tirar a sua mulher e botar ela lá pra estamparia porque não dá certo você trabalhando com ela". O Zé Maria me transferiu, mandou eu trabalhar lá no setor do Tenório que era amigo dele. Trabalhei lá por mais três anos.[156]

O tempo de vida da operária é o tempo de trabalho, está tudo contado. A tarefa monótona desempenhada por mulheres exigia grande esforço, onde a supervisão era masculina. Coincidentemente a chefia do setor era o esposo de Lúcia Maria, e num espaço onde poderia ser protegida, a cobrança foi muito maior sobre ela.

Assim observamos o contraste entre saúde e produção, a vida revertida em alguns trocados, e somente quando detectada a "insalubridade". Para o caso das operárias em estudo, examinar suas experiências em um dos setores mais precarizados da fábrica têxtil, como acontecia no setor da produção, significa compreender a intensa exploração do capital.

2.3. *Luta nossa de cada dia pelo pão que vem um dia.*

Como vimos no capítulo anterior, pão, leite e garapa faziam parte da dieta operária. Trazendo de casa ou da bodega, seu consumo acontecia ao pé da máquina em virtude da ausência de tempo e de refeitório na fábrica Santa Cecília. Ao final dos anos de 1980 até o total fechamento do Cotonifício, em 1993, tais aspectos se tornariam parte da agenda de reivindicações entre os têxteis.

Em 1990, o Sindicato dos Trabalhadores distribuiu um panfleto - questionário com vinte e três itens. O objetivo da entidade era conhecer o modo como os operários e as operárias das dezesseis fábricas têxteis em Fortaleza, percebiam os problemas no ambiente de trabalho a fim de se organizarem para a próxima campanha salarial.[157] Uma pergunta chama nossa atenção: "Tem refeição digna na sua fábrica?"

Havia diferenças entre uma fábrica e outra. Para o caso da Santa Cecília, nem refeição havia durante a jornada de trabalho, tudo era trazido de casa pelas operárias ou pelos familiares:

> Na época a gente não tinha comida lá não, nem merenda. Tinha que levar de casa. A gente levava merenda, levava uma garrafa de café. Quando era sete horas tomava o café, dava um sono. Tinha um rapaz me ajudava sabe, a gente não podia perder nada [perder tempo], eu trabalhava na produção. Eu ia tomar café e o rapaz ficava trabalhando no meu lugar enquanto eu tomava café. Quando eu terminava, dava café pra ele, pão.

---

[156] FEITOSA, Lúcia Maria. Entrevista I [nov. 2011]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2011. Arquivo mp3 (85minutos).
[157] Pesquisa realizada pelo Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Fortaleza, em 1990.

> Na hora do almoço eu ia almoçar e ele ficava trabalhando por mim. A minha irmã ia deixar o almoço, onze horas, e a gente comia ali em cima, trabalhando porque eles num dava nem um minuto pra gente comer.
>
> [Já] a água também não era muito boa. A gente tinha que colocar uma garrafa d´água no congelador pra encher de gelo, e ficava bebendo dela na fábrica, enquanto o gelo descongelava.[158]

A memória de Teresinha Alves se refere a um tempo de grandes dificuldades na Santa Cecília: não havia distribuição de alimentos, a água era "de pote" e tinha gosto ruim. Em virtude disto, Teresinha trazia a água de beber e o café de casa, e sua irmã lhe levava o almoço.

O café era feito cedinho, quando acordava às cinco da manhã. Ao primeiro apitar da fábrica, botava a água para ferver enquanto fazia suas rezas antes de começar mais um dia de trabalho. O café tirava o sono que teimava em voltar, quando o sol nem havia aparecido ainda, deixando-a atenta ao trabalho repetitivo e monótono da fiação.

Ao longo da jornada, Teresinha Alves tinha a solidariedade dos companheiros de seção. A operária conta que havia um rapaz cuja função era abastecer a "enroladeira" com algodão; quando ele terminava, revezava na máquina com ela para que pudesse tomar um gole de café, de água, ou mesmo comer do almoço ali mesmo - a regra básica no Cotonifício era nunca deixar a máquina sem ninguém.

Quando do final de 1980 é que os empresários mandaram distribuir pão e leite antes de iniciar a jornada de trabalho. Teresinha Alves ainda trabalhava naquele momento na fábrica. Sua lembrança faz associação à falta de comida e desnutrição, em sua situação familiar:

> Eu lembro que na época aqui em casa, era uma época difícil. Meu irmão tava doente e eles [cunhada, sobrinho além do irmão] tavam tudo morando aqui em casa. Eu aproveitava para merendar na fábrica aquele leite com pão, mas tinha gente lá que não comia não. Então eu pedia. Pedia e trazia aquele leite pro meu sobrinho. Ele era pequeno, ele gostava. Quando eu entrei de férias, ele é que achou ruim, todo dia ele perguntava: Teresinha, amanhã você vai trabalhar? Ele adorou quando eu voltei [à fábrica] porque eu vinha e trazia aquele leite com pão pra ele.
>
> Teve um dia que aqui em casa não tinha mistura. Eu fui na mercearia e comprei, sabe, aquelas carne de lata. Eu fui e tirei um pedacinho pra mim, deste [tamanhinho] assim, e deixei o resto da lata aqui em casa pra eles. Na hora do almoço eu comi essa carne com arroz, mas logo depois parecia que eu não tinha comido nada, era uma fome. Então eu fui fazer extra na fábrica. Ia de manhã, entrava seis horas, saía duas horas, vinha pra casa, dormia, quando era dez horas [da noite] eu voltava pra lá e passava a noite trabalhando. Eu precisava ajudar meu irmão.[159]

---

[158] ALVES, Teresa (Teresinha). Entrevista I e II [ago. 2009; set. 2012]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2012. Arquivo mp3 (290 minutos).

[159] ALVES, Teresa (Teresinha). Entrevista I e II [ago. 2009; set. 2012]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2012. Arquivo mp3 (290 minutos).

Em seu depoimento podemos observar que seu salário não era um complemento à remuneração familiar[160], ela sustentava toda a família. Num estudo sobre tecelãs no início do século vinte, em São Paulo, Jessita M. Rodrigues (1979, p. 90) desconstrói a definição de trabalho feminino assalariado como subsidiário e secundário ao do homem, pois, em muitos casos, não condizia com a realidade das famílias operárias, já que o salário da mulher era tão importante quanto o do homem para o orçamento doméstico. [161]

Teresinha Alves também faz referência ao tempo sem refeitório na fábrica, do salário tão pequeno que mal dava para as compras da casa. Arroz com carne de lata era o almoço. A comida era ruim, rala, e no intuito de dividi-la com toda a família, Teresinha Alves tirava a menor parte para si; prática que remonta a experiência de mulheres pobres francesas no século XIX, que frente aos momentos de miséria, passavam por privações pessoais para alimentar filhos e maridos: "administrar a miséria é, antes de tudo, sacrificar-se" (PERROT: 1988, p. 192).

Os conflitos vividos por Teresinha bem como a tentativa de resolvê-los acontecia quase sempre individualmente: pedia a um colega que trabalhasse em "sua" máquina enquanto almoçava, tirava do orçamento doméstico água, café e almoço que necessitava para aguentar a jornada; para o sobrinho que a aguardava em casa, trazia pão e leite não consumidos na fábrica, comia pouco, e por fim, passou a fazer horas extras.

José Maria Feitosa também conta sua experiência da época em que não havia refeitório, tampouco bebedouro na fábrica Santa Cecília. Para almoçar, procurava um local perto do trabalho que vendesse comida, e por vezes ia até a casa do irmão:

> A gente tinha o horário do almoço, eu saía que era pertinho. Almoçava lá. [Às vezes] o almoço vinha da casa dele [do irmão], a janta eu me virava. Depois é que criaram o refeitório na fábrica e nós passamos a almoçar na fábrica, [ela] é que dava o almoço. Isso depois. Quando a gente entrou não tinha nada não, só tinha água de pote, ainda foi na época do pote! Depois passou pra filtro e depois para bebedouro. E então foi, criaram um refeitório. [162]

Ao contrário das operárias, José Maria tinha intervalo de uma hora para almoço, podia sair para comer noutro lugar, ou fazer a refeição ali mesmo, no Cotonifício – neste caso

---

[160] Para ler mais sobre a remuneração feminina e seu impacto na renda familiar, ver também: SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A Classe Operária Têm Dois Sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Editora Braziliense, 1991.

[161] RODRIGUES, Jessita. **A Mulher Operária**: um estudo sobre as tecelãs. São Paulo, Editora HUCITEC, 1978.

[162] FEITOSA, José Maria. Entrevista I [jul. 2011]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2011. Arquivo mp3 (55 minutos).

ficava à espera dos parentes que traziam a marmita. Ele também se refere às péssimas condições de trabalho, nem água limpa a fábrica dispunha para os trabalhadores.

Já em 1990, quando Vera Lúcia entrou na fábrica, os patrões mandavam distribuir pão e leite antes da jornada; posteriormente seria almoço, que desde então, passara a ser consumido em espaço próprio recentemente construído:

> No início era pão e leite. Depois fizeram um refeitório e tinha até sobremesa. Era fruta: melancia, abacaxi ou melão. E foi melhorando. [Era oferecido] comida normal. Tinha gente que enchia o prato que eu dizia: "valha meu pai, tu vai comer tudo isso?" Tinha gente que repetia, e podia. O pessoal levava banana [para casa], eu não gostava disso não. Eu estava bem em casa.[163]

O tempo é de mudança. Frutas variadas, "comida normal" servida no refeitório eram indicativos da conquista e repercussão das lutas. Na ausência do costume de mesa farta, era comum aos trabalhadores levarem umas bananas para casa, encherem o prato. Um prato de trabalhador.

Ao analisar as negociações coletivas anuais entre os sindicatos patronais e o dos trabalhadores têxteis, ao final de 1980 e início de 1990, observei que o "direito" à alimentação e a reposição das energias para o trabalho e para a vida, tornaram-se exigências entre os trabalhadores têxteis, somando a estes aspectos, qualidade, gratuidade e prazo na distribuição dos alimentos:

> (...)
>
> Cláusula Décima Primeira:
> As empresas concederão aos seus empregados uma cesta básica mensal inteiramente grátis.
>
> Cláusula Décima Terceira:
> As empresas que não fornecem refeição passarão a fornecer a partir de 1º. de maio de 1990.
> a) As refeições serão grátis e de boa qualidade. [164]
> (...)

O fragmento é extraído de um documento de dissídio coletivo do ano de 1990. Sua existência se deve a ausência de acordo entre patrões e trabalhadores quando da convenção anual da categoria, momento em que eram debatidas as condições e funcionamento

---

[163] MENDES, Vera Lúcia. Entrevista I [nov. 2009]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2009. Arquivo mp3 (90 minutos).

[164] CEARÁ. Tribunal Regional do Trabalho 7ª. Região. **Processo TRT de Dissídio Coletivo, nº. 826/90.** Espécie: Dissídio Coletivo de natureza econômica. Suscitante: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem em Fortaleza. Suscitado: Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem em Geral no Estado do Ceará. Arquivado em 06/03/1991. Relator: José Ronald Cavalcante Soares. Revisor: Euclides Martins de Lima.

da jornada no ambiente fabril têxtil. A Justiça do Trabalho, enquanto órgão normativo, daria a sentença final sobre a convenção. [165]

Para Elaine D´Ávila Coelho e Marilena Teixeira (2002, p. 175), dissídios coletivos geravam certo desânimo entre os trabalhadores porque o patrão não se via obrigado a negociar na convenção; que a sentença da Justiça, em raras exceções, iria além dos artigos da lei, e mesmo quando os acordos eram favoráveis aos trabalhadores, não havia nenhum instrumento que os prorrogasse para o ano seguinte, dificultando a manutenção das conquistas anteriores.

Mesmo compreendendo todos estes problemas, o Sindicato dos Trabalhadores Têxteis durante quase toda a segunda metade da década de 1980 e início de 1990, não descartou o instrumento do dissídio coletivo. Pelo contrário, a cada ano foram elaborando longos e complexos documentos, recorrendo à Justiça do Trabalho em busca de mediação dos conflitos.

Para Fernando Teixeira da Silva (2008, p. 167), "o que está fora de dúvida é a crescente judicialização das relações de trabalho no Brasil, paradoxalmente, no contexto de políticas de corte neoliberal". Para o nosso caso em estudo é preciso compreender o significado de tornar a alimentação um direito. Tratava-se de uma época de elevada inflação em todo o país, quando o Sindicato dos Trabalhadores Têxteis expressa sua denúncia:

> Companheiros o nosso aumento de salário deveria ter sido em maio, mas como os companheiros sabem, o inimigo do povo, COLLOR DE MELO, decretou uma lei proibindo todo e qualquer aumento de salário. Isto segundo ele para evitar a INFLAÇÃO, que mentiroso! Salário não gera inflação, tanto é verdade que nenhum salário subiu e a inflação está nas nuvens. Vejamos:
>
> 5 dias antes de Collor Hoje
> Salário 3674,00 ..... 3.857,00
> Ônibus 3,50 10,00
> Gás 95,00.....234,00
> Carne 93,00.....260,00
> Feijão 32,00..... 80,00 a 100,00
>
> Você viu que absurdo? Temos que lutar e exigir que os 166% de perda salarial seja reposto. O dissídio está no tribunal aguardando julgamento, mas só isto não basta. Temos que fazer fortes pressões. Eis o Lema. [166]

---

[165] Para Marcelo Badaró Mattos (2009, p. 126), a manutenção da Justiça normatizando as relações de trabalho faz parte da herança do corporativismo sindical, ou seja, segundo a Constituição de 1988, o Estado continua a definir o futuro das negociações entre patrões e trabalhadores. Para ler mais sobre corporativismo sindical, ver também: VIANNA, **Luiz Werneck. Liberalismo e Sindicato no Brasil**. 3ª. edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

[166] Panfleto **Fio da Meada**, do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis. S/d, 1990.

É discrepante o preço dos artigos de primeira necessidade da família operária com relação aos salários. Para aqueles que trabalhavam longe de casa, o ônibus era indispensável, assim também acontecia ao gás para cozinhar os alimentos, ao feijão e carne, que sustentavam o corpo. O Sindicato dos trabalhadores Têxteis visualizava na luta a solução para a reposição salarial. Segundo dados do IBGE acerca dos "Índices de Preços ao Consumidor" (IPC), somados os gastos com gás, carne e feijão, entre os anos de 1987 e 1988, contabilizaríamos uma média de 6% gasto somente nestes produtos. [167]

No panfleto do sindicato podemos observar que há referência a um dissídio coletivo, o de 1990, apontando que se tratava de mais uma ferramenta dos trabalhadores contra os patrões e pelos direitos, contudo, sinalizava também a luta direta como instrumento de "fortes pressões", como apregoava a trajetória política dos militantes sindicais.

No ano de 1989, a fábrica Santa Cecília e a Santa Inês, do grupo UNITÊXTIL, não forneciam alimentação aos operários e operárias. Entretanto, naquele mesmo ano a Justiça do Trabalho definia como sentença o pagamento de auxílio alimentação de quarenta centavos por dia a cada trabalhador que tivesse por jornada o primeiro e segundo turnos, ou seja, de 06:00 às 14:00, de 14:00 às 22:00. Valor que também podia ser utilizado para compra dos "artigos de alimentação em estabelecimento comercial, escolhido de comum acordo entre a empresa e trabalhadores."[168]

Como podemos deduzir, tal aspecto não se encontrava na lei. Assim, segundo Fernando Teixeira da Silva (2008), se por um lado a Justiça do Trabalho aparece ao pesquisador como espaço de conflitos, a negociação, por outro lado, é parte deste processo. Entre os dissídios coletivos têxteis em Fortaleza, há muito existia a demanda pela alimentação. Assim podemos perceber que ações trabalhistas podem configurar um conjunto de práticas e relações sociais mais amplas:

> Experiências cotidianas nos locais de trabalho, nos sindicatos, nas mobilizações coletivas, na esfera privada e nas relações de gênero, possibilitam a análise de como costumes e práticas compartilhadas formaram bases sólidas para a luta por direitos. Ao lado das demandas específicas, podem ser igualmente inventariados os diferentes resultados e repercussões dos processos, por meio dos quais se podem compreender não apenas o funcionamento da Justiça do Trabalho, mas também as diferentes visões sobre sua eficácia e legitimidade e os sentimentos de recompensa, gratidão e frustração diante das decisões ou das reparações judiciais. (SILVA, Fernando: 2008, p. 171).

---

[167] **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor**: pesquisa de orçamentos familiares. IBGE, 1989.

[168] CEARÁ. Tribunal Regional do trabalho 7ª. Região. **Processo TRT de Dissídio Coletivo, nº. 419/89**. Espécie: Dissídio Coletivo de natureza econômica. Suscitante: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem em Fortaleza. Suscitado: Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem em Geral no Estado do Ceará. Arquivado em 19/02/1990. Relator: Manoel Arízio Eduardo de Castro. Revisor: Antônio Ferreira Lopes.

Por outro lado, num momento em que transcorria o dissídio coletivo de 1990, arquivado somente no ano seguinte, as negociações em torno da alimentação continuavam a ocorrer entre patrões e trabalhadores. É o que podemos notar num ofício expedido pelo grupo empresarial UNITÊXTL ao SESI para o fornecimento de cestas básicas para o operariado das fábricas Santa Cecília e Santa Inês:

> Prezados Senhores,
>
> Tendo em vista essa entidade fornecer cestas básicas, com preço compatível com o nível de salário dos trabalhadores, viemos por meio desta solicitar de V. Sas., fornecimento das referidas cestas para os funcionários da nossa empresa, em média 2.000 unidades mensais, com pagamento a esse SESI até o 7º. dia útil de cada mês. Na certeza do seu pronto atendimento, subscrevem-nos, atenciosamente.[169]

Durante este processo, a imprensa sindical denunciava seguidamente os baixos salários e a carestia de vida dos trabalhadores no setor têxtil, onde uma delas bem poderia ser associada a uma aula de economia política - "Consciência de Classe" é o seu título:

> 30 de janeiro. No seu contracheque cada hora de trabalho equivale mais ou menos NCz$ 8,00. 1 quilo de carne custa NCz$ 80,00. Se você quiser comprar 2 quilos de carne por semana para sua família terá que trabalhar pelo menos 80 horas este mês. Serão 10 dias de trabalho apenas para sua família comer carne todo dia. Faça as contas.
>
> Mas você não vai comer só carne. Tem que ter dinheiro também para remédios, roupas e habitação. Como o dinheiro não dá para tudo, sua mulher vai trabalhar e às vezes seu filho também. Vão enriquecer um patrão da mesma forma que você enriquece o seu.
>
> O patrão não perde nada com a inflação e o desemprego. Ele ganha com a nossa miséria. O lucro do BRADESCO ano passado, por exemplo, foi o maior dos últimos 4 anos. Ano passado foi o ano de maior carestia na história do país.
> (...)
> Você sabe que pode mudar isso. Basta ter vontade política. Discuta com seu companheiro de trabalho porque a vida está difícil para nós e para os patrões tão fácil. Falta o peão se unir e se organizar também.[170]

Em tempos de inflação, banqueiros e patrões da indústria alcançavam grandes lucros, enquanto o trabalhador mal tinha o que pôr à mesa na sua casa. "Carne" havia se tornado artigo de luxo, e apenas proletarizando toda a família poderia comer uns pedações de bife de carne de terceira, aqui e acolá.

A chamada do panfleto remete, à experiência partilhada[171] de trabalho e de pobreza, era a miséria do trabalhador em contraste com a riqueza do patrão; onde o caminho

---

[169] 2ª. via do ofício expedido pela UNITÊXTIL para o SESI, recebido em 20/06/1990. Acervo do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis.

[170] Panfleto **Fio da Meada**. Órgão de Informação e Divulgação do Sindicato dos Têxteis. Ano I, No. 3. Janeiro de 1990.

apontado pelo Sindicato dos Trabalhadores Têxteis era o da união e luta na próxima campanha salarial.

Mas isso não era fácil. Na prática observamos o quão era complexo o modo como as operárias enxergavam os problemas cotidianos e a luta de classes. Teresinha Alves, por exemplo, conta que não participava das mobilizações contra os patrões, das greves que aconteciam na Santa Cecília. Ia trabalhar, e por esta razão, sempre ouvia xingamentos das companheiras de trabalho, que na sua percepção, "eram fogo":

> [Elas] chamavam a gente de babão, puxa saco. E diziam assim: "tu tá puxando o saco pra ir trabalhar, quando terminar a greve vocês são os primeiros que sai, os primeiros que vão ser botados pra fora, [os patrões] não vão não reconhecer o que vocês tão fazendo!" Mas nunca aconteceu isso.[172]

Mulheres vociferantes de um lado, e Teresinha de outro, até então sem participar "daquelas coisas". A memória da operária faz alusão às expressões sempre no masculino, ouvidas quando tentava entrar na fábrica em época de greve: "babão", "os primeiros", "botados". Se cada greve tem característica peculiar, o mesmo acontece à percepção de quem (não) participou dela.

Coletivamente, vários eram os trabalhadores que faziam piquete na porta do Cotonifício acreditando que era o momento não só de parar a fábrica, mas principalmente de convencer os companheiros. Por outro lado, temos no mesmo depoimento de Teresinha a seguinte expressão referindo-se a conjuntura de fechamento do Cotonifício: "se a gente não fizesse uma greve lá dentro mesmo, juntava uma quinzena [salarial] com a outra." Em seguida ela conta que certo dia, ao chegar para trabalhar pela manhã como fazia todos os dias, as máquinas da fiação estavam desligadas, a turma da noite havia parado as máquinas:

> Um dia eu cheguei [para trabalhar], já tava perto de completar outra quinzena e a gente não recebia. Faltava uns sete dias pra completar outra quinzena, e a gente num tinha recebido a primeira. Quando eu cheguei as máquinas tavam tudo parada, então eu também não voltei pro trabalho não, fiquei parada também. Fui, me encostei lá no caixão, tinha uns caixão que botavam aquele trabalho que a gente fazia, aquelas espula, tudo ali, no caixão. E eu fiquei encostada ali. O Eudes, que era supervisor me disse assim:
>
> "Dona Teresa, a senhora não vai trabalhar?"
>
> [Teresinha]: Não vou não.
>
> [Supervisor Eudes]: "Por que que a senhora não vai?"

---

[171] THOMPSON, Edward P**. A Miséria da Teoria. Ri**o de Janeiro: Zahar, 1981.

[172] ALVES, Teresa (Teresinha). Entrevista I e II [ago. 2009; set. 2012]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2012. Arquivo mp3 (290 minutos).

> [Teresinha]: Eu, porque eu num vou. Se eu tivesse chegado, a máquina tivesse rodando eu ia, mas parada eu num vou trabalhar não. Elas [as demais operárias] ficavam tudo parada ali perto de mim. Ele dizia assim:
>
> [Supervisor Eudes]: "Se a senhora for trabalhar elas vão também".
>
> [Teresinha]: Bom, se elas quiserem ir vão, eu é que não vou. Se elas quiserem.
>
> [As demais operárias diziam]: "Ah, se a senhora não for eu também não vou."
>
> Então eles ficavam tudo ali. Quando era na hora. O gerente só chegava oito horas, e lá se vem o gerente. Ele chegou e disse assim:
>
> [Gerente]: "Dona Teresa a senhora não vai trabalhar?"[173]

É difícil saber em que medida teria repercutido em Teresinha a presença e a coragem dos militantes na porta da fábrica conclamando pela adesão à greve. Uma leitura de superfície parece claro que sua adesão é acionada desde sua necessidade, sua experiência vivida na prática. No seu modo de resistência, o argumento se volta para as máquinas: se elas estavam paradas, como poderia trabalhar!

Neste processo de autoconsciência podemos observar que as condições de sobrevivência não eram boas, não tinha almoço na fábrica, não tinha dinheiro para comer. O limite por ela estabelecido para o pagamento do fiado (o recebimento da quinzena) na venda próximo de casa há muito se vencera:

> Tinha um mercantilzinho ali, na Quinze de Novembro, que se chamava "O ABC", eu fazia as compras lá. Ainda bem que [havia] esse mercantil. Muita gente comprava lá [mesmo quando], a gente não tinha dinheiro. Eles deixavam [o dono do mercantil vendia]. Quando a gente recebia a quinzena, a gente ia lá, pagava, e comprava mais.
>
> Porque quando a quinzena vinha, a gente tava devendo a quinzena todinha. Porque tinha que comer, e não tinha dinheiro, tinha que almoçar, jantar, merendar. Só perto de eu me aposentar, foi que eles começaram a dar almoço lá pra gente, no refeitório. Quando foi um dia já tava bem pertinho de completar a outra quinzena, eu nunca fiz greve lá dentro não, nunca fiz isso não. [174]

O atraso do salário desestruturava o orçamento doméstico, pois, quando recebia a quinzena, esta já se encontrava toda comprometida com o pagamento do fiado. Sem recursos para comer, Teresinha Alves argumentava com o gerente do Cotonifício:

> Dona Teresa vá trabalhar! [Dizia o gerente]
>
> [Teresinha] "Vou não, seu Orlando. Não vou não porque faltam poucos dias pra completar a segunda quinzena, e o senhor sabe que a gente almoça, janta, merenda. E o que que vai ser da gente, se a gente tá devendo já quase duas quinzenas, e

[173] ALVES, Teresa (Teresinha). Entrevista I e II [ago. 2009; set. 2012]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2012. Arquivo mp3 (290 minutos).

[174] ALVES, Teresa (Teresinha). Entrevista I e II [ago. 2009; set. 2012]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2012. Arquivo mp3 (290 minutos).

> quando receber é só pra pagar, e ficar sem nada." Ele foi e disse: "vá trabalhar que eu garanto pra senhora que quando for amanhã, nove horas, eu mando deixar o dinheiro lá, na sua máquina."
>
> "O senhor vai fazer isso?" [Pergunta Teresinha]
>
> [Gerente] "Vou."
>
> [Teresinha] Então eu disse: "bora negrada, bó trabalhar." Foi todo mundo trabalhar. O gerente cumpriu o que ele disse. Quando foi no outro dia, nove horas, o supervisor chegou com um caixãozinho trazendo o dinheiro, e veio me entregar. Eu fui e disse assim: é só a mim e as outras não? Pois eu só quero se der a tudim aqui.
>
> [Supervisor] Tá certo, eu vou dizer pra ele [para o gerente].
>
> [Teresinha] Nisso foi, nós tudim recebemos [o salário] ali na máquina. Mas assim, todo os meses atrasava, até que fechou. [175]

No estranho diálogo com o gerente a operária retoma as dificuldades vividas no âmbito doméstico: as dívidas que se acumulavam, a ausência de qualquer sobra na quinzena para a compra de outro artigo que não fosse alimentação. A relação trabalho – salário, vivida e percebida por ela quando da venda de sua força de trabalho para a fábrica em troca do salário, à medida que rompida, conferia legitimidade à paralisação.

Acerca deste aspecto, podemos observar alguns estudos que enfatizam as ações dos pobres quando da quebra dos costumes. Para Michelle Perrot (1988), analisando os motins das donas de casa na França do século XIX, o aumento excessivo no preço dos alimentos levava as donas de casa às ruas em busca do valor "justo". Para Edward Thompson (1998), são os motins da fome na Inglaterra do século XVIII, que ganham relevo:

> (...) tinha como fundamento uma visão consistente tradicional das normas e obrigações sociais, das funções econômicas peculiares a vários grupos da comunidade, as quais, consideradas em conjunto, podemos dizer que constituíam a economia moral dos pobres. (THOMPSON: 1998, p. 152)

Nos anos de 1980 e 1990, caracterizados pela inflação às alturas, era gritante a comparação entre o preço dos artigos de primeira necessidade e o salário do trabalhador, ganhando acento as reivindicações contra a carestia de vida e dos produtos da dita "cesta básica", outro eufemismo do vocabulário do capital, para falar da minguada ração operária. Na Santa Cecília a situação piorava a cada quinzena atrasada. Foi quando as operárias da seção de fiação viram na paralisação do trabalho o caminho da resistência e do enfrentamento ao despotismo fabril. Como podemos perceber a quebra do costume – neste caso, de uma

[175] ALVES, Teresa (Teresinha). Entrevista I e II [ago. 2009; set. 2012]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2012. Arquivo mp3 (290 minutos).

norma presente no contrato de trabalho, legitimava a ação das operárias pelo menos até a regularização do pagamento da quinzena.

2.4. *Ficamos todos parados, até de respirar a gente parou...*

No contexto dos debates até a aprovação da Constituição de 1988, as organizações dos trabalhadores participam ativamente, propondo sua agenda de reivindicações e lutas gerais. É o que se pode perceber das resoluções do Terceiro Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores, realizado entre os dias 07 e 11 de setembro de 1988, que além do balanço das conquistas e derrotas dos trabalhadores no processo Constituinte, aponta algumas diretrizes sobre a continuidade do processo de luta:

> Calendário de lutas: *5 de outubro* – Dia nacional de denúncia do caráter globalmente antipopular da nova Constituição e de defesa das reivindicações conquistadas pelos trabalhadores.
> [...]
> A partir da Plataforma de Lutas aprovada neste 3º Concut e das emendas populares apoiadas pelo movimento sindical e popular durante o processo constitucional, a CUT deve conclamar as entidades sindicais, populares e partidos políticos à elaboração de uma plataforma unitária de defesa das reivindicações rejeitadas pelo Congresso Constituinte, transformando-a em referência para as próximas lutas e em instrumento de garantia das conquistas obtidas.
>
> Estas foram o resultado do inteligente e firme trabalho desenvolvido pelos parlamentares identificados com a causa da classe trabalhadora, respaldados pelo amplo processo de mobilização (destacando-se os cartazes de denúncia dos "traidores do povo") que a CUT e demais entidades populares levaram a cabo, embora nem sempre com a homogeneidade, a clareza e o empenho necessários.
>
> Foi a partir dos abaixo-assinados pelas emendas populares, da pressão exercida através das passeatas, dos protestos, das greves e das caravanas ao Congresso Constituinte, que alguns direitos sociais dos trabalhadores foram aprovados na nova Constituição. O mais importante de todos é o direito de greve, antiga reivindicação da classe trabalhadora brasileira. Outros são a redução da jornada de trabalho, salário-férias de um terço, extensão para cinco anos do prazo para prescrição de ações trabalhistas, licença-paternidade, aumento da licença-maternidade, máximo de seis horas para turnos ininterruptos, verbas vinculadas para o seguro-desemprego, aposentadoria com salário integral, direitos trabalhistas iguais para trabalhadores rurais e urbanos. Também houve avanços políticos: voto aos maiores de 16 anos, maior liberdade de organização partidária, reforço dos poderes do Legislativo, redução do poder arbitrário do Executivo, mandado de injunção, iniciativas legislativas populares.
>
> Em que pesem estas conquistas, o 3º Concut entende que devemos denunciar o caráter global profundamente antipopular da nova Constituição e não reconhecer no projeto global nenhuma legitimidade para cercear a democracia, as reivindicações e as lutas do povo. A luta continua! [176]

[176] **Resoluções do 3º. Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores** – CUT. Belo Horizonte/ MG. 7 a 11 de setembro de 1988.

Enquanto resolução congressual, o documento é construído por várias forças políticas internas ao processo de luta pela democratização do país, mas com divergências entre si. O chamado a unidade se dava, por exemplo, em relação ao fortalecimento das reivindicações dos trabalhadores do campo e da cidade, a permanência das lutas que já aconteciam no parlamento e nas ruas. Vários foram os instrumentos de pressão social para as conquistas.

Para Marcelo Badaró Mattos (2009, p. 123), a promulgação da "Carta" encerrava o controle do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos, a proibição de sindicalização do funcionalismo público, o "estatuto padrão". Por outro lado, mantinha a unicidade e o imposto sindical, o monopólio da representação e o poder normativo da Justiça do Trabalho, ou seja, na ausência de acordo entre patrões e empregados, o Estado continuava a decidir sobre as questões trabalhistas.

Dito isto é válido ressaltar que o Sindicato dos Trabalhadores Têxteis em Fortaleza passou a publicar nas páginas de seus jornais e panfletos várias notícias relativas a nova legislação: as injustiças sociais legitimadas pela Constituição, os ricos detendo os meios de produção restando aos pobres, muito trabalho. Quase nada mudava. Também interpretavam os novos artigos relativos à duração da jornada de trabalho, se trinta e seis, ou quarenta e quatro horas semanais. Na edição do jornal Fio da Meada, as negociações com os patrões já se iniciavam tensas:

> Aprovada a Constituição, os trabalhadores brasileiros assistem perplexos todas as suas reivindicações de estabilidade no emprego, reforma agrária, liberdade e autonomia sindical, etc. serem derrotadas, e em seu lugar ser aprovada uma constituição conservadora que não atende a nossos anseios e aspirações.
>
> Mesmo capenga, a atual constituição aprovou algumas medidas que fragilmente favorecem os trabalhadores, qual seja:
> - Redução da jornada de trabalho para quarenta e quatro horas semanais;
> -Redução da jornada de trabalho para trinta e seis horas para o trabalho ininterrupto e de revezamento;
> (...)
> No entanto, as poucas migalhas que conquistamos estão sendo negadas pelo patronato sob várias alegativas. Uma hora é a argumentação de que a lei precisa ser complementada, outra hora eles querem ilegalmente descontar o repouso, diminuir a hora trabalhada mantendo o turno ininterrupto e de revezamento, e obrigando o trabalhador a permanecer na empresa mantendo o lucro e a exploração em cima de nossas costas. [177]

Em muitas das fábricas têxteis instaladas em Fortaleza, os artigos da nova Constituição relativos à jornada de trabalho não foram aplicados, e os patrões se negavam a negociar. A imprensa sindical denunciava as fábricas Finobrasa, Jangadeiro e Ceará Têxtil,

[177] Jornal **Fio da Meada**. Ano I, no. 4. Outubro de 1988.

onde já ocorria "o turno ininterrupto e de revezamento", mas a jornada continuava em quarenta horas semanais quando deveria ser de trinta e seis horas, com quinze minutos de intervalo diariamente. Na Master, Santa Inês e Santa Cecília prevaleciam as quarenta e oito horas.

Antônio Ibiapino, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, afirma que os militantes tiveram dificuldades ao interpretar os artigos da Constituição referentes à jornada de trabalho: "nós cometemos até alguns equívocos"[178]. O rumo das lutas lhes ensinaria o caminho, e logo é convocada a primeira Assembleia com operários e operárias das fábricas Santa Cecília e Santa Inês:

> Ao abrir os trabalhos o presidente da entidade Sr. Antônio Ibiapino da Silva esclareceu que a Constituição iria ser assinada em cinco de outubro, mesmo assim já havia entrado em contato com os patrões da UNITÊXTIL a fim de tratar da redução da jornada de trabalho que seria de 44 horas semanais, mas os patrões mostraram-se intransigentes e talvez fosse necessário a realização de uma greve para garantir reduzir a jornada de trabalho.
>
> Com relação às outras fábricas, aquelas que trabalham aos domingos em sistema de 5 x 1, a jornada já era menos que 44 horas semanais e todas as demais fábricas que tivessem jornada maior que 44 horas semanais teriam que reduzir para 44 horas.
>
> Em seguida, a palavra foi passada ao Sr. José Daniel, presidente do Sindicato dos Mestres e Contramestres, que mais uma vez reafirmou a aliança com o Sindicato dos Trabalhadores dizendo ainda que já foi marcada outra negociação com os patrões e se os mesmos não atendessem as nossas reivindicações, a última saída seria a luta, ou seja, a greve.
>
> Em seguida, a palavra foi facultada ao plenário que manifestou total apoio a seus líderes. Tendo um operário vindo a mesa em nome dos demais, pediu a diretoria do Sindicato para não abandoná-los naquele momento tão difícil.
>
> Naquele momento o presidente do Sindicato retomou a palavra, garantiu que o que dependesse da diretoria do Sindicato seria feito, que a luta iria continuar e que a vitória seria nossa. Agradeceu aos presentes, pediu união ainda mais e encerrou os trabalhos. [179]

O processo de negociação começara antes da aprovação da Constituição. Naquele dia 30 de setembro de 1988, o Sindicato de Mestres e Contramestres Têxteis também se fazia presente, afirmando que apoiaria a decisão da maioria. Sindicatos e trabalhadores unidos se fortaleciam, e em poucos dias a possibilidade de greve na categoria repercutia na cidade. Eis a matéria do jornal O Povo com o título: "Patrões e operários têxteis buscam entendimento a respeito da jornada":

---

[178] IBIAPINO, Antônio. Entrevista I [mar. 2013]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2013. Arquivo mp3 (80 minutos).

[179] SINDICATO DOS TRABALHADORES TÊXTEIS. **Livro de Ata das Assembleias Ordinárias e Extraordinárias**. Ata de Assembleia Geral ordinária realizada em 30 de setembro de 1988.

> A promulgação da nova Constituição, na próxima quarta-feira, ao invés de ser festejada pelos sete mil trabalhadores das indústrias têxteis, está gerando expectativa na categoria no que diz respeito ao cumprimento da jornada de 44 horas semanais. É que os empregadores lançaram como proposta o turno de revezamento com expediente aos domingos e um espaço de 45 minutos para refeição. Ontem pela manhã os operários realizaram assembleia geral para discutir o assunto e decidiram que vão lutar pela efetivação da Lei com direito a tempo para almoço.
>
> Até o dia "D", a categoria espera uma decisão para o caso. Amanhã, representantes do sindicato tentarão negociar com os industriais do setor um plano de distribuição da carga horária. Atualmente, eles trabalham em três turnos de seis horas. Conforme explicou o Presidente da entidade, Antônio Ibiapina da Silva, a Constituição deixa facultativa uma jornada maior, desde que seja mediante o entendimento das partes. No caso, seriam cumpridas as 44 horas, mas para não prejudicar a produção, pagariam extra com a aprovação da classe.
>
> MOBILIZADOS
> Salientou que, se os empregadores fossem coerentes, não haveria necessidade de mobilização, já que se trata de uma determinação da Carta Magna do País. No entanto, caso o resultado não seja satisfatório, os têxteis vão tentar conquistá-lo, através do processo de luta, que pode ser uma greve. (...)[180]

Haveria motivos para comemorações? Mesmo a introdução do sistema de trinta e seis horas semanais não era um ganho porque punha fim à folga aos domingos (a todo momento ameaçada), limitava o tempo para o almoço e o descanso, gerando insatisfação entre os trabalhadores. [181]

Aqui vemos um exemplo de que reinvindicações amparadas na lei tiveram relevância política naquelas décadas, é o que também examinam as pesquisadoras Regina Lúcia Morel e Wilma Mangabeira (1994) sobre o movimento operário e sindical na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Para as autoras que buscavam analisar como o uso da legislação refletia uma cultura política compartilhada, subentendendo uma linguagem de direitos e significados simbólicos da noção de justiça, observam que as recentes gerações de militantes construíram formas alternativas de utilização das estruturas legais, a lei podia ser vista, portanto, como instrumento de defesa do trabalhador, de igualdade social e reconhecimento público.

Na fábrica Santa Cecília a jornada de quarenta e oito horas semanais se seguia normalmente, uma vez que os patrões eram implacáveis e não atendiam a lei da redução da jornada. Do "chão da fábrica" ao sindicato, iniciou-se, um movimento de resistência que ganha destaque na memória dos operários e operárias, daquele Cotonifício:

---

[180] Jornal **O Povo**, 03/10/1988.

[181] Para ler mais sobre a luta dos trabalhadores da Finobrasa pelo direito ao domingo, ver: GOMES, Francisco Alexandre. **Um Fio da Meada**: experiência e luta dos trabalhadores têxteis em Fortaleza (1987 – 1991). 2012. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

> Então, o sindicato começou a fazer um trabalho, um trabalho com a gente, e a história é que se eu não me engano, não sei se a Constituição foi aprovada dia cinco de outubro. Foi no início de outubro. E então no sábado seguinte, após a [aprovação] da Constituição, era da gente trabalhar só as quarenta e quatro horas. Então [estavam] os trabalhadores naquela ânsia, naquela alegria, achando que nós, sábado!
>
> Foi muito importante pra mobilizar. Então assim, todos estavam mobilizados pra só trabalhar [durante] quatro horas no sábado, após a Constituição de oitenta e oito. Então a gente combinou os turnos, o primeiro entrava de seis [horas] e sairia de dez. Nós, do segundo [turno, entraríamos às] dez e sairia catorze e o terceiro [turno, ficaria trabalhando de] catorze às dezoito, e foi. E todo mundo se mobilizou pra isso, todo muito tava ansioso por isso.[182]

Os primeiros contatos com o mundo sindical aconteceriam para Vera Mariano naquele momento, quando se definiu a tática de trabalhar quatro horas (invés de oito) no sábado; isto após a promulgação da Constituição de 1988. Desse modo, a tática adotada seria: aqueles que trabalhavam das seis às duas, encerrariam suas atividades às dez horas da manhã; a turma de catorze às vinte e duas horas, trabalharia de dez às catorze; e aqueles que trabalhavam das vinte e duas às seis da manhã, entrariam às catorze horas saindo às dezoito. À noite ninguém trabalharia.

Eis o plano que ao ser executado acionou sentimentos de emoção e expectativa entre as operárias. Choravam de alegria, os companheiros de seção se uniram, escapando da fábrica na hora marcada:

> Toda a turma do segundo turno [estava na porta da fábrica]. Estávamos todos parados quando deu dez horas. Nós ficamos todos parados, até de respirar a gente parou, aquele silêncio nosso. Todo mundo de mão dada, sabe, com aquela emoção. E a gente só escutou, as máquinas não pararam, mas nós escutamos os trabalhadores batendo o portão pra abrir, sair. A tática era eles saírem correndo e nós entrar.
>
> E assim, a gente chorou mesmo, foi uma emoção tão grande da gente chorar mesmo, de correr. Os porteiros, nós tínhamos que bater o cartão, não [nos] deixaram entrar. Alguns ainda conseguiram entrar, mas nós, e outros não, fomos barrados. Dali foi a greve.
>
> Pra gente ali iniciou a greve, essa greve durou na Santa Cecília catorze dias. E assim foi, greve de piquete, pesada mesmo. [183]

O sentido da greve é carregado de emoção e alegria, foram muitos momentos dramáticos na fábrica que, vinte e quatro horas por dia, não parava. A memória daquele dia ainda comove Vera Mariano. Em seu depoimento podemos observar alguns elementos do presente, ou pelo menos, da experiência que ela adquiriria posteriormente militando na entidade sindical. Ela compreende que naquele momento o Sindicato teve por tarefa fazer

---

[182] MARIANO, Vera. Entrevista I [nov. 2011]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2011. Arquivo mp3 (100 minutos).

[183] MARIANO, Vera. Entrevista I [nov. 2011]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2011. Arquivo mp3 (100 minutos).

convocatória, organizar um dia para agir; e isto fica muito nítido no vocabulário militante: é o "trabalho", a "tática para mobilizar", a "greve de piquete."

Maria Bezerra também estava presente nesta entrevista e, a todo momento falava com uma voz baixinha[184] no meio do depoimento de Vera Mariano, lembrando-se dos acontecimentos. Naquele sábado, ela faltaria ao trabalho na fábrica Santa Inês porque tinha uma tarefa previamente combinada, iria compor o "pelotão mulher":

> No primeiro dia eu entrei de seis horas, quinze para as seis como a gente combinou, que [era] a combinação de o pessoal entrar e os outros sair. Então eu já estava na porta da fábrica. Neste dia eu não fui trabalhar, eu faltei na Santa Inês porque eu fui, porque eu era pra ser pelotão da frente como mulher, porque a maior parte era mulher. Porque eu estava grávida, e se a polícia interferisse, ela não ia [me] bater porque eu estava grávida. Porque eles batiam mesmo, não tinha jeito não, a gente sabia disso porque a gente já tinha apanhado lá na Santa Inês, porque não!
>
> Eu era o pelotão da frente, porque na frente o guarda não ia me bater, não ia ter coragem de me agredir, e as outras [mulheres que estavam na porta da fábrica] não, não tinha nenhuma grávida! Porque se ele [o policial] me agredisse, eu era da direção do sindicato e tava grávida. Então tinha dois fatores que prejudicava eles bastante. Foi muito bonito, muito bonita aquela entrada Vera, foi uma emoção muito forte, parecia uma criança quando ia ganhar um pirulito.
>
> [Foi] greve de piquete, de peia, de prisão, de tudo o que você possa imaginar. Eu tinha contato, [na Santa Cecília], porque na época eu trabalhava na Santa Inês, inclusive na época eu estava grávida dessa minha filha mais nova, e como eu fazia parte da direção do sindicato, automaticamente eu tinha que estar na porta da fábrica.[185]

Maria Bezerra chegara cedo à porta da fábrica Santa Cecília, acreditando que a repressão seria forte, uma vez que os patrões eram intolerantes[186] e estavam avisados da

---

[184] Segundo Frederico de Castro Neves (2002, p. 56), gestos, formas de expressão, sentimentos e detalhes corporais são aspectos integrantes da *teatralidade* da entrevista, que jamais apreendidas por completo pela "escritura". Para o autor, se a entrevista transformada em texto escrito, parece concentrar todos esses problemas epistemológicos e políticos, "a memória – objeto a ser problematizado – acerca-se do historiador na mesma medida de sua pretensão de conhecimento e o envolve, delimitando contextos de dizibilidade e de visibilidade dos temas com que se pensa vislumbrar o passado. [...] Entretanto, a *teatralidade* presente na entrevista, e jamais integralmente captada na escritura, fornece um contexto de sentido evidentemente fundamental, em que as formas de expressão e os objetos de reflexão podem ganhar significado."

[185] BEZERRA, Maria. Entrevista I [nov. 2011]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2011. Arquivo mp3 (100 minutos).

[186] A repressão policial na qual Maria Bezerra se refere foi notícia no jornal O Povo do dia 23 de outubro de 1987, com a seguinte manchete: "Operários em greve na Unitêxtil entram em choque com militares". Em seguida o periódico tece as seguintes informações: "'Tumulto, confronto entre PM´s e manifestantes, troca de acusações.' Foi o que aconteceu, ontem, às portas da fábrica Unitêxtil – União Industrial Têxtil Sociedade Anônima, situada no bairro Henrique Jorge e que há seis dias se encontra parcialmente paralisada em virtude de uma greve deflagrada na madrugada do último domingo. Ontem, 'piquetes' tentaram impedir a entrada de dissidentes do movimento, terminando por entrarem em choque com homens do Batalhão de Choque PM, chamados pela diretoria da fábrica. O choque entre policiais e operários aconteceu, primeiramente, por volta das 20 horas quando, segundo alguns manifestantes, um grupo de PM´s tomou-lhes algumas faixas. Revoltados, os grevistas lançaram pedras contra o policiamento. 'Era a única forma de nos defendermos das bombas de gás', assegurou um grevista que não quis se identificar.' [...]" As motivações da greve eram várias: fim dos trabalhos

greve. Sabendo que setores como aquele no qual Vera Mariano trabalhava (classificação de tecidos) possuía muitas mulheres, a sindicalista ficaria à frente das operárias, evitando que apanhassem da polícia. Mas sem sucesso. Atos de resistência contra o capital eram vividos com descomunal violência.

Do lado de dentro do Cotonifício a expectativa era de romper amarras. É o que nos conta o operário Cosmos dos Santos ao lembrar que nada ficara de pé: "quando eu cheguei lá tinha uma portinha de madeira, fraquinha, um colega de seção vendo aquilo, foi e derrubou na hora. "Bummm", a portinha abriu. Pronto, saiu todo mundo. Quando a gente chegou aqui fora, [os chefes] tiraram todos os cartões do quadro, não tinha mais cartão e a turma "B" tava toda lá fora. Foi a greve". [187]

O impacto da greve ainda emociona, uma sensação de compartilhamento da experiência, de mudança, de formação de laços de classe; e isso tem força na expressão de Maria Bezerra: "parecia uma criança quando ia ganhar um pirulito". Afinal, não era todo dia que um setor inteiro constituído somente por mulheres, coletivamente se organizava parando a produção para exigir a redução da jornada de trabalho.

Com a luta, os artigos da Constituição Federal de 1988 referentes a redução da jornada foram colocados em prática, a greve na fábrica Santa Cecília somente chegou ao fim quando o empresário Carlos Leite Barbosa apresentou proposta:

> Em nossa categoria temos um problema. Em algumas fábricas, os operários só trabalham 40 horas semanais, é o caso de revezamento 5 por 1, [em] outras fábricas o trabalho é normal, 48 horas. Já negociamos com a Pompeu e Santa Cecília. Na Pompeu, aos sábados só se trabalha 4 horas e na Santa Cecília trabalha-se uma semana normal e a outra, menos um dia.
>
> Para chegarmos a isto, foi difícil, tivemos que lutar, inclusive usar a última arma que foi a greve, e se não fosse o Sindicato e a organização dos trabalhadores, jamais haveríamos de conquistar este direito, mesmo sendo constitucional, e tanto isto é verdade que em outras fábricas ainda estão trabalhando 48 horas. [188]

Existia a lei, mas ela somente foi cumprida com muita luta. Esse era o balanço do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis após intensa pressão sobre os empresários. Na fábrica Santa Cecília o acordo ficou da seguinte forma: a cada dois sábados de trabalho, haveria um dia de folga.

---

aos domingos, liberação do vale-transporte, cessão de equipamentos individuais, respeito à duração da jornada noturna. Ver: jornal **O Povo**, 23 de outubro de 1987.

[187] SANTOS, Cosmos dos. Entrevista I [mar. 2012]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2012. Arquivo mp3 (50 minutos).

[188] Jornal **Fio da Meada**. Ano. No. 9. Ano II. 31 de dezembro de 1988.

Na fábrica Santa Inês, do mesmo grupo empresarial, a jornada continuava do mesmo modo. Em 1989, as negociações prosseguiam como parte da agenda de luta sindical:

> O Sr. Presidente, Antônio Ibiapino da Silva fez a abertura da assembléia agradecendo a presença dos trabalhadores, e que só avança quem unifica e constrói a luta. A palavra foi facultada a quem dela quisesse fazer uso. Neste momento, vários trabalhadores do Grupo Unitêxtil se manifestaram dizendo que o prêmio de produção estava muito baixo e que tinham algumas propostas para a direção do Sindicato levar para os patrões que foram votadas, e que ficou 100% sobre o valor anterior. Outra polêmica foi às 44 horas semanais para a Santa Inês, já que Santa Cecília conseguiu através de muita luta. Os trabalhadores garantem que, seja através de negociação ou luta, eles querem o que lhe é de direito. [189]

No momento em que se reuniam os operários da fábrica Santa Inês em Assembleia, podemos perceber que suas referências eram a experiência na Santa Cecília. Contudo, no exame do processo de luta pela redução da jornada, fica a seguinte indagação: até que ponto isto se concretizava no cotidiano de trabalho? Regra e disciplina eram elementos que prevaleciam na rotina do chão da fábrica. As idas ao banheiro, por exemplo, sinalizam isso, pois havia "um tanto de tempo" para permanecer ali:

> Eles nunca se incomodaram com isso não [de ir ao banheiro]. Eles eram ruim pra não deixar a gente sair das máquina quando ia pro banheiro, e custava muito. Então eles mandavam chamar. Ou quando tavam conversando demais. Neste ponto eles tinham razão, de não deixar a pessoa ficar conversando porque era perigoso. Quando a gente que não tava conversando era perigoso, avalie assim [conversando].
>
> Eles implicavam assim, quando a pessoa era preguiçosa e deixava a máquina lá rodando, só. Tá certo que tinha aquele tanto de ir pro banheiro, que eles não se incomodavam, mas quando custava demais eles mandavam chamar.
>
> Às vezes tinha aqueles, preguiça, que num queria fazer o trabalho, então eles mandavam chamar e brigava mesmo. Porque os dirigentes passavam e viam as máquina parada e não ia chamar a atenção da gente não, ia chamar a atenção deles [dos supervisores]. Algumas ficavam lá, nem ligava, ele, o supervisor, mandava chamar. Ele dizia assim:
>
> [Supervisor]: Dona Teresinha a senhora vai no banheiro?
>
> [Teresinha]: Vou.
>
> [Supervisor]: A senhora viu fulana lá no banheiro?
>
> [Teresinha]: Ah, ficou lá.
>
> [Supervisor]: A senhora não quer voltar pra ir chamar não?
>
> [Teresinha]: Eu não, não vou chamar não.

---

[189] SINDICATO DOS TRABALHADORES TÊXTEIS. **Livro de Ata das Assembleias Ordinárias e Extraordinárias**. Ata de Assembleia Geral ordinária realizada no dia 24 de setembro de 1989.

> A gente num chamava não que elas ficavam com raiva, chamava de puxa saco. Eles vinham, batia na porta do banheiro e mandavam elas irem chamar. Elas ficavam conversando no banheiro e nem ligava.[190]

Eis a disciplina fabril incorporada à percepção da operária. Durante a jornada poderiam ir ao banheiro, contanto que fosse rápido, sem "perder tempo" com conversas e preguiça. A comunicação entre as mulheres durante a produção era proibida porque era "perigoso". Mas fora daquele espaço, no banheiro, também era. Logo o supervisor ia inspecionar a sala de fiação para ver se faltava alguma trabalhadora ao pé da máquina, e quando se encontrava ausente ia chamá-la no banheiro, reclamando. Para não ser advertida Teresinha Alves logo voltava para "sua" máquina. O mesmo não acontecia com outras operárias, como podemos observar no depoimento de Vera Lúcia:

> Quando você tivesse vontade você ia [ao banheiro]. Ia normal, fazia suas necessidades e voltava para o trabalho. Agora tinham pessoas que iam para o banheiro e quase não voltavam. Não podiam ficar no banheiro conversando. Muitas ficavam, mas poder não podia não. Lá tinha norma e todo mundo sabia.
>
> Agora tinham pessoas que iam muitas vezes, assim, e eles viam que a pessoa estava brincando, conversando, e realmente era mesmo. Iam lá para conversar, iam de duas três para conversar no banheiro. Isso não é certo.
>
> Nunca gostei dessas coisas, sempre gostei de andar na linha para ninguém ter que me chamar atenção. De não ter que me defender, porque eu faço meu trabalho direito e se eu saio da linha, o que eu tenho que fazer? Eu tenho mais é que ficar é calada porque eu nunca gostei dessas coisas. Eu sempre gostei de fazer minhas coisas bem certinhas. [191]

Obediência, valores são algumas das características presentes na vida operária. Trabalhando num local permeado de regras, apreendidas desde o primeiro dia na fábrica como revisadora de tecidos, Vera Lúcia reproduzia aquela experiência. Também não queria ser chamada atenção. Quanto àquelas operárias que costumavam conversar no banheiro, resistindo para não retornar ao trabalho, ela diz que não apenas eram chamadas pelo supervisor, mas também punidas:

> Ele [o supervisor] coloca lá no papel que fulano estava batendo papo por horas e horas, até porque o supervisor do setor, ele sentia falta. O gerente também quando passava lá perguntava: "Cadê fulana, não veio hoje não?"
>
> [Alguém]: Não, foi no banheiro.
>
> [Gerente]: Passei aqui faz uns minutos e não vi ninguém.

---

[190] ALVES, Teresa (Teresinha). Entrevista I e II [ago. 2009; set. 2012]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2012. Arquivo mp3 (290 minutos).

[191] MENDES, Vera Lúcia. Entrevista I [nov. 2009]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2009. Arquivo mp3 (90 minutos).

> Então tem que cumprir o horário direitinho. Mas ele [o supervisor, ou gerente] não empatava de ir ao banheiro não. Era normal. [192]

Nos depoimentos de Teresinha e de Vera Lúcia se dá a perceber a cultura do medo, a obediência como virtude, a resignação. Ambas se amparam no discurso da produtividade propagado no ambiente de trabalho. A rápida ida ao banheiro aparece como introjeção da submissão. Desse modo, podemos observar que as operárias conheciam as regras do Cotonifício, apreendidas no cotidiano de trabalho.

"Lá tinha norma e todo mundo sabia", esse dito de Vera Lúcia Mendes repercutia de diversos modos no seu cotidiano na fábrica, e é fruto também da correspondente ideologia de reforço das hierarquias, da rigidez no controle do tempo. São vários os exemplos de regulamentos, normas de conduta, que por vezes nem estão sistematizados num "Manual de Integração", ou algo semelhante. Neste caso, era apreendido no dia a dia do sistema fabril.

Maria Bezerra também observou uma peculiaridade naquela fábrica quando de seus anos de militância junto às mulheres da Santa Cecília. Para irem ao banheiro durante o expediente, as operárias tinham de solicitar ficha aos supervisores, gerando grande constrangimento:

> Na Santa Cecília tinha uma tal de ficha que o cara, ele tinha aquela ficha na mão dele. Pra você ir no banheiro você tinha que passar pelo chefe e dizer assim: eu preciso de uma ficha para ir no banheiro. Aquilo era um constrangimento à mulher.
>
> Se ela tava menstruada, e ela não podia ficar tanto tempo no pé da máquina sem ir no banheiro, se ela fosse no banheiro, na segunda vez que ela fosse, ela tinha que dizer por que que tava indo no banheiro. Então isso era constrangedor. Mas isso era na Santa Cecília, mas na Santa Inês era melhor porque a gente já tinha conseguido dobrar mais alguma coisa. [193]

Lúcia Maria também se refere a este constrangimento: "quando a gente ia ao banheiro a gente tinha que pegar uma ficha e só podia ficar cinco minutos no banheiro. Tinha uma ficha, quando outra pessoa fosse no banheiro você tinha que dar a ficha para outra pessoa."[194]

O uso da ficha, assim como sua distribuição pelo supervisor, era uma forma de reduzir ainda mais o tempo das operárias longe da máquina. Ao solicitarem a permissão do supervisor para irem ao banheiro, constrangiam-se quando precisavam ir novamente; desse

---

[192] MENDES, Vera Lúcia. Entrevista I [nov. 2009]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2009. Arquivo mp3 (90 minutos).

[193] BEZERRA, Maria. Entrevista I [nov. 2011]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2011. Arquivo mp3 (100 minutos).

[194] FEITOSA, Lúcia Maria. Entrevista I [nov. 2011]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2011. Arquivo mp3 (85minutos).

modo, o rodízio de fichas também impedia que várias operárias fossem ao banheiro ao mesmo tempo, minimizando a possibilidade de conversas em pequenos grupos. Na convenção coletiva do ano de 1992, esta seria uma das questões a serem negociadas com os patrões[195], como veremos adiante.

Por outro lado, as "conversas" e a manifestação de "preguiça" no banheiro, como falam as entrevistadas, bem poderiam se constituir possibilidades de respirar, de aliviar o ouvido e a tensão decorrentes dos ruídos, do calor, da monotonia do trabalho repetitivo.

Esses regulamentos sobre a vida operária, principalmente nos dias em que estavam menstruadas, segundo nos conta Maria Bezerra, agudizavam os conflitos ali existentes. Eram naqueles dias que a intimidade era invadida pelo tempo da fábrica que não admitia perder nenhum minuto de produção. Teresa Barbosa percebeu esse controle sobre o tempo de produção quando dos gritos de um supervisor exigindo que trabalhasse:

> O contramestre, ele gritava com a gente. Ele chegava na minha máquina, tava toda direitinha, se ele me visse em pé: "passa, passa, passa"; era aqueles gritos dele. [Ela dizia:] "Nazareno, tá tudo rodando aqui, macho. Tá tudo funcionando, o que é que tu quer mais?" Ele ficava com aqueles gritos e tudo. Ele falava alto, também por causa do barulho. [196]

Neste caso a operária nem se refere a conversas na seção, sua ausência na máquina, ou mesmo descanso. Ela está em pé produzindo fios. Entretanto, o contínuo barulho na seção, e a apropriação do dever-fazer do supervisor fazia-o sempre gritar com as fiandeiras, pressionando-as ao aumento do ritmo de trabalho.

Como observamos na fábrica Santa Cecília, a jornada era intensa e de difícil negociação. Somente a greve conseguiu impor a redução do tempo de trabalho, contudo, jornada e tempo de trabalho são termos diferentes. Como bem analisa Cornelius Castoriadis (1985), "a hora de trabalho" é um elemento de grande contradição no capitalismo, afinal, quantas horas há numa jornada de trabalho, e quanto trabalho há numa jornada? Os métodos de organização científica de trabalho funcionam justamente como tentativa de fornecer essa base "objetiva" de trabalho. Porém, com os problemas e falhas dali decorrentes, o capitalista sempre retoma a coerção sobre o operariado a fim de retirar mais trabalho. É neste sentido que surgem os embates e resistências pela diminuição da jornada:

---

[195] CEARÁ. Tribunal Regional do Trabalho 7ª. Região. **Processo TRT de Dissídio Coletivo, nº. 682/92**. Acórdão 1470.92. Espécie: Dissídio Coletivo de natureza econômica. Suscitante: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem em Fortaleza. Suscitado: Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem em Geral no Estado do Ceará. Tramitação 10.08.92. Relatora: Juíza Laís Maria Rossas Freire; revisora: Juíza Maria Irismar Alves Cidade.

[196] BARBOSA, Teresa. Entrevista I [nov. 2012]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2012. Arquivo mp3 (95 minutos).

> Ora, não há no universo capitalista nenhum critério racional que permita resolver esse conflito. O fato de que o operário "enrole" ou morra de esgotamento em sua máquina não é nem "lógico" nem "ilógico". Somente a correlação de forças entre operários e capital pode decidir sobre o ritmo de trabalho em condições dadas. Toda solução aplicada, portanto, não representa de fato senão um compromisso, uma trégua baseada na correlação de forças existentes no momento. A trégua é, por sua essência, provisória. A correlação de forças muda. O compromisso penosamente definido a partir de um instrumental dado, de determinado tipo de fabricação, etc., se desfaz; nova situação, as antigas normas não têm mais sentido. E o conflito se reacende. (CASTORIADIS: 1985, p. 101)

Para E. P. Thompson (1998, p. 301), a construção da nova disciplina baseada no tempo do relógio e dos novos hábitos advindos do sistema de fábrica, produziram um modo de vida que é produto de um conflito desproporcional, onde o registro histórico "não acusa simplesmente uma mudança tecnológica neutra e inevitável, mas também a exploração e a resistência à exploração; e que os valores resistem a ser perdidos bem como a ser ganhos".

Assim também acontecia na fábrica Santa Cecília. Uma vez acordada a redução em horas da jornada, o trabalho poderia ser convertido em intensidade, ritmo alucinante. Quando analisamos o uso da "ficha" para regular a ida das operárias ao banheiro, este era apenas um exemplo da coerção patronal que visava "mais trabalho". Outros exemplos também podem ser encontrados nas metas para classificação dos tecidos, no índice de produtividade, uma porcentagem inclusive negociada nas convenções coletivas de trabalho para gerar algum aumento salarial para o operariado.

Ao analisar neste capítulo a trajetória das operárias têxteis da fábrica Santa Cecília observei que, se num primeiro momento a "sedução da cidade" foi o que imperou entre mulheres migrantes pobres, no instante seguinte seria o desalento: frustração, humilhação no emprego doméstico restando-lhes a fábrica e suas péssimas condições de trabalho.

Após exames médicos e testes de "aptidão", as trabalhadoras adentraram ao chão da fábrica em funções repetitivas, monótonas e em situação de adoecimento provocado pelo barulho intenso, pela poeira. Sob o peso das hierarquias, viviam sob gritos e ameaças de perda dos "ganhos" de produtividade. A disciplina, as normas, o sofrimento da mutilação, a fome e a desnutrição constituem o sistema fabril. Amparadas na lei e na economia moral, revitalizaram nas lutas a noção de direito, exigindo refeição, redução da jornada e o pagamento da quinzena. No capítulo seguinte, trataremos da experiência de educação sindical das mulheres e incorporação das demandas femininas na agenda de luta sindical bem como a luta por direitos.

CAPÍTULO 3
LUTANDO POR DIREITOS

Viva!
A mulher desta nação
Que vai gerando no ventre
A nova semente da libertação
E vem trazendo no sangue
A semente nova da revolução!
(...)
Operária da cidade
A brutalidade é a lei do patrão
Vão ter que ser destruídas
Tua classe reunida sacode a nação
A causa e a luta é comum
E o povo é só um
Precisa se unir
A força nova da vida
Mesmo perseguida de pé vai sorrir!

(Baião da Nova Mulher) [197]

3.1. *Não basta mais só denunciar, temos que nos organizar!*

Ao abordar as origens do novo sindicalismo, as "greves de massa" de 1979 e 1980, os pontos de identidade e divergência entre as diferentes correntes políticas do movimento sindical neste período bem como o processo de fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Hélio da Costa (2007, p. 607) observa que as greves do ABC imprimiram novo curso no processo de "abertura" política do país. Desde então, os trabalhadores passaram a se organizar em encontros, reunindo militantes do campo e da cidade, surgindo a ideia de construção de um partido de trabalhadores e de uma central única.

Em 1981 acontecia a I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras, na Praia Grande (SP). O contexto é de crise econômica, agravamento do endividamento externo, demissões em massa, desemprego, onde vários sindicatos se encontravam sob intervenção. Tratava-se de um momento na história do país caracterizado pelos economistas como "década perdida". Para Marco Aurélio Garcia (1980, p. 138), do ponto de vista social e político, era uma época "da mobilização e da presença dos trabalhadores e de outros setores na luta por valores e democracia, não só da democracia política, mas da democracia política e social". Naquela Conferência Nacional, foram deliberadas resoluções voltadas ao mundo do trabalho

[197]Opúsculo com várias poesias. Acervo do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis em Fortaleza.

que iam desde questões voltadas à liberdade sindical, saúde e previdência, como conquista de direitos. Constavam também, deliberações sobre o emprego feminino.

Tendo por título: "Direitos da Mulher Trabalhadora" encontramos vários tópicos que visavam trazer à cena pública a problemática da reprodução e da divisão sexual do trabalho, politizando-as: "eliminação de princípios que criem discriminações entre homens e mulheres", "ampliação da licença maternidade", "direito da gestante mudar de função quando necessário", "aposentadoria para mulheres com vinte e cinco anos de trabalho", aprovar um "encontro nacional da mulher trabalhadora", que se realizaria ainda em 1981. [198]

Analisando a participação das mulheres na estrutura sindical no Nordeste do Brasil desde o final dos anos de 1970, Paola Cappellin Giulani (1989, p. 258) ressalta a relação entre mulheres e sindicalismo desde o processo de industrialização no Brasil, quando os movimentos grevistas contaram com a participação de operárias e operários reivindicando direitos fundamentais: redução da jornada, defesa do direito de organização sindical, aumento de salários. [199]

No que trata às organizações de trabalhadores no período da Primeira República, Claudio Batalha (2006, p.165) observa como significativa a presença feminina em ramos como têxtil e vestuário. Contudo, isto não reverberava na composição dos quadros de direção: "as uniões das costureiras, surgidas em 1919, no Rio de Janeiro e na cidade de São Paulo, estão entre as poucas exceções de organizações sindicais compostas e dirigidas por trabalhadoras, e assim mesmo por se tratar de um setor exclusivamente feminino."

Nos anos de 1976 e 1986, a relação feminismo-sindicalismo é retomada, mas sob outras conotações: "a interação entre os sexos fora e dentro das organizações adquirem maior complexidade":

> A novidade está no fato de que nas entidades sindicais, as propostas que visam ampliar as funções e o papel de defesa econômica avançam em direção à defesa dos direitos sociais e políticos, e as propostas de ampliação da participação da base avançam em busca de democratizar internamente a estrutura de representação. (GIULANI: 1989, p. 263)

Um dos momentos estudados por Elizabeth Souza Lobo (1991) para este período é o "Congresso da Mulher Metalúrgica", nomeação que bem poderia lembrar uma construção de caráter feminista. Contudo, fora organizado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São

---

[198] **Resoluções da Primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora** (CONCLAT). Praia Grande (SP). 1981.

[199] Para ler mais sobre a experiência de trabalhadoras no processo de industrialização no Brasil, ver também: PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e Trabalhadoras:** Presença Feminina na Constituição do Sistema Fabril. São Paulo: Paz e Terra, 1981; HAHNER, June E. **Pobreza e Política**: os pobres urbanos no Brasil – 1870/1920. Tradução: Cecy Ramires Maduro. Brasília: Editora UnB, 1996.

Bernardo visando o debate dos rumos da categoria tendo em vista a revogação da lei do trabalho feminino noturno, motivo de possível perda de postos de trabalho para os operários. Em contraste, a presença das mulheres possibilitou o compartilhamento de experiências comuns sobre as dificuldades vividas no cotidiano, debates sobre as condições de trabalho, as múltiplas jornadas – tornando-se demandas a serem incorporadas à agenda de luta sindical. [200]

Durante o Segundo Congresso Nacional da CUT, em 1986, foi aprovada uma resolução com vistas a "implementar uma atuação sindical permanente dirigida a combater as discriminações às trabalhadoras." Nascia a Comissão sobre a Questão da Mulher Trabalhadora" (CNMT) [201], que teria como primeira campanha nacional a luta por Creches:

> Cabe à CUT, como direção do movimento sindical, manter uma política de conscientização e incentivo à participação da mão-de-obra feminina na luta geral da classe trabalhadora. Neste sentido, propomos a criação de uma COMISSÃO DA QUESTÃO DA MULHER TRABALHADORA, subordinada à Secretaria de Política Sindical, a nível nacional e estadual. [...]
>
> Para avançar concretamente na mobilização e incorporação das mulheres à luta geral da classe, é necessário que a CUT assuma de forma prioritária uma bandeira que ataque pontos essenciais da discriminação das mulheres e [que] dificultam sua participação no movimento.
>
> Entendendo que o trabalho doméstico e o cuidado das crianças são fatores geradores dessas dificuldades, propomos que a CUT lance uma campanha específica com o lema CRECHE PARA TODOS, em nível nacional articulada a Campanha Nacional de Luta. [202]

O texto acima foi construído por trabalhadoras das várias partes do país. São militantes e ativistas que identificavam na campanha nacional de luta a necessidade de incorporação dos graves problemas por elas vividos: falta de creches, dupla jornada, desigualdade salarial para a mesma função. O objetivo era trazer à cena das demandas sindicais, em geral com pautas econômicas, reivindicações relativas à reprodução social, vivida pelas mulheres no ambiente doméstico e no mundo do trabalho.

Ângela Maria Carneiro Araújo e Verônica Clemente Ferreira (2000, p. 318), destacam que a criação da CNMT como iniciativa de militantes sindicais e feministas ligadas à CUT e ao PT, foi percebida como "o primeiro passo para a construção de um espaço de

---

[200] Para ler mais sobre o Congresso da Mulher Metalúrgica, ver: SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A Classe Operária Tem Dois Sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo. Editora Brasiliense, 1991. Em especial, o capítulo: "Lutas Operárias e Lutas das Operárias em São Bernardo do Campo".

[201] **Camuflagem e Transparência**: as mulheres no sindicalismo. CUT. Colaboração CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação/Programa "Memória e Acompanhamento do Movimento Operário". Secretaria de Imprensa e Divulgação da CUT. Trata-se de um caderno de reflexão e elaboração acadêmico-política, onde encontramos textos de Paola Cappellin, Eliane Moura da Silva, dentre outros.

[202] Documento de subsídio sobre a questão da mulher trabalhadora: "**Campanha Nacional 'Creche para Todos"'.** CUT/Resoluções do 2º. CONCUT [1986], presente no livro: O Feminismo na Sombra: relações de poder na CUT. Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo – Fortaleza: EUFC, 1998.

atuação feminista que deveria se construir por meio da sensibilização paulatina do conjunto do movimento sindical cutista".

As autoras ressaltam ainda que a atuação da Comissão teve a função questionadora da concepção de classe trabalhadora como coletivo homogêneo e unitário. Desse modo teve grande impacto sobre os dirigentes sindicais, que percebiam a contradição existente entre a entrada das mulheres no mercado de trabalho e nos sindicatos, e a concepção de democracia e igualdade nas entidades.

A CNMT se concretizava, portanto, como ferramenta de destaque histórico na difusão da reflexão feminista sobre a dominação patriarcal, de modo que a abordagem não se voltava apenas à denúncia das discriminações, mas também à reflexão das desigualdades de gênero: "exploração capitalista e formas de dominação patriarcal, segregação ocupacional e desvantagem das mulheres no mercado, divisão sexual no trabalho e no lar." (ARAÚJO; FERREIRA: 2000, p. 318). Em seu papel político:

> A existência da CNMT permitiu a centralização de forças para a ampliação dos espaços de atuação feminina, a articulação das trabalhadoras nos âmbitos estadual e nacional, e o engajamento das sindicalistas em atividades de abrangência nacional, como a mobilização em torno de diversos direitos da mulher que deveriam ser inscritos na Carta Constitucional de 1988. (ARAÚJO; FERREIRA: 2000, p. 319)

Mesmo sem consenso a Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora foi aprovada, contando naquele momento com a participação de profissionais de várias categorias: enfermeiras, bancárias, operárias de fábrica, entre outras. Dali em diante, a CUT "reconhecia a opressão específica das mulheres e a necessidade de a Central implementar uma atuação sindical permanente dirigida a combater as discriminações às trabalhadoras." [203]

O próximo passo seria a formação de comissões regionais e nacionais de mulheres, não apenas para continuar o trabalho político, mas também para ampliá-lo à medida que contasse com a participação dos membros das entidades locais, levando e construindo em suas "bases". Assim aconteceu à CUT- Ceará.

Gema Galgani Esmeraldo (1998) integrante da Comissão de Mulheres da CUT-Ceará, acolhe a proposta de estudar a experiência das lideranças no movimento sindical com vistas à compreensão de seu significado e de seu alcance para as mulheres. Desse modo, procurando compreender o que elas buscavam quando decidiram participar do movimento e quais os obstáculos enfrentados para assumir cargos de direção, procurou conhecer as

---

[203] **Camuflagem e Transparência**: as mulheres no sindicalismo. CUT. Colaboração CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação/Programa "Memória e Acompanhamento do Movimento Operário". Secretaria de Imprensa e Divulgação da CUT.

configurações dos gêneros feminino e masculino no espaço cutista cearense, identificando semelhanças, diferenças e ambiguidades nas práticas das mulheres e dos homens sindicalistas, para tentar desvendar a possível construção da afirmação de uma identidade feminina, de um lugar social no campo político-sindical para as mulheres.

Uma das primeiras percepções da autora foi a ausência, na pauta de reivindicações, das especificidades do trabalho e da condição das mulheres. Para compreender tal fato, passou a examinar o impacto e as relações entre a militância feminina nos anos de 1970 através da luta pela moradia, o movimento pela anistia e o feminismo:

> No Ceará, o movimento feminista estava visibilizado basicamente pela atuação das entidades, a UMC e, posteriormente, pelo COM, que mantinham estreita relação com Associações de Bairros e Grupos de mulheres e de Mães. Mas, essa atuação não se construía numa perspectiva de comunhão em torno dos reais interesses das mulheres dos bairros, portadoras de reivindicações voltadas principalmente para o atendimento de suas funções reprodutivas. Estas mulheres motivaram-se basicamente por lutas de cunho imediatistas, relacionadas ao seu cotidiano doméstico, familiar, ligadas às necessidades de saúde, educação e habitação.
>
> A intensa disputa político-partidária, somada à generalidade do discurso, dificultou a construção de uma concepção teórico-política de cunho feminista, que orientasse e fundamentasse a prática organizativa dos movimentos autônomos de mulheres. Essa lacuna é claramente percebida, quando se analisa a atuação das feministas no interior do movimento sindical e nos espaços de formação da CUT/CE. Não havia qualquer sinal ou manifestação de compreensão da especificidade que a mulher trabalhadora vivenciava no seu mundo do trabalho. A criação da Central, que deveria aglutinar a luta dos trabalhadores cearenses, se deu em torno do discurso da unidade da classe trabalhadora, mesmo contando com a participação de mulheres sindicalistas que militavam e dirigiam a UMC.
>
> A ausência de uma concepção teórica de perspectiva feminista que fundamentasse a ação dessas entidades expressou-se na opção por práticas vanguardistas, sem a devida construção a partir dos interesses das bases. Mantendo um discurso baseado numa matriz teórica marxista, as entidades romperam de forma irrefletida com esses pressupostos teóricos (marxistas), na medida em que procuraram nos seus encontros e congressos, dar visibilidade à diferença do gênero feminino com relação ao masculino, discutindo questões relacionadas ao seu corpo, à sua sexualidade, à sua natureza, emoção, sensibilidade e subjetividade. (ESMERALDO: 1998, p. 55 - 6)

Para Elizabeth Souza-Lobo (1991, p. 267) este período é caracterizado pela mudança na composição da força de trabalho no Brasil: ampliação da presença de mulheres nos postos de trabalho, diversificação dos ramos em que estavam distribuídas, desenvolvimento de novas práticas no movimento operário e sindical, reorganização dos movimentos sociais. Para a autora, a mulher surge neste contexto como sujeito não apenas pela presença nos postos de trabalho, mas também pelo reconhecimento das experiências comuns.

A autora citada examina ainda que a presença das trabalhadoras e de suas demandas na cena política têm raízes no movimento de mulheres nos bairros, e em torno de

reivindicações democráticas buscando direitos elementares associados à alimentação, saúde, e cidadania; articulando-se também às reflexões feministas, que suscitavam questões sobre o lugar das mulheres no espaço público e na vida cotidiana, onde temas como sexualidade, trabalho doméstico, e relações de força homem-mulher ganhavam relevo:

> Movimentos populares de mulheres, correntes feministas e movimento sindical reencontram-se assim, face a face, mas em posição de interlocutores, permitindo, por sua interação, a emergência de uma discussão sobre a classe operária feminina.
>
> [Porém,] a assimetria do discurso reproduz as assimetrias na prática cotidiana do sindicato, centrada prioritariamente nas questões de estratégia geral, e dos operários, emersos em suas formas individuais de resistência. (SOUZA-LOBO: 1991, p. 67-70)

A transversalidade das reivindicações daqueles grupos possibilitaram reflexões e estratégias que relacionavam chão da fábrica, mundo sindical e o cotidiano operário. Assim, a própria elaboração de "reivindicações específicas" estava pautada, em certo sentido, nas demandas heterogêneas da classe operária em sua composição. Em decorrência deste processo, surgiam as comissões sindicais femininas que articulavam o contato entre trabalhadoras e sindicatos bem como a integração individual das operárias mais combativas na estrutura sindical.

Francisca Eugênia do Nascimento, atualmente sindicalista na categoria dos Comerciários em Fortaleza, conta as primeiras experiências militantes com o debate sobre trabalhadoras. Para isto, faz referência ao setor da confecção feminina onde trabalhava nos anos de 1980, apontando os desafios quanto à incorporação das demandas femininas:

> Olha só, em 83-84 quando a gente estava na oposição sindical, em nenhum momento a gente falava das questões específicas da mulher em nosso material. E olha só, era uma fábrica que tinha de três a quatro mil trabalhadoras. A CUT já existia, ia pra porta da fábrica e nos ajudava na oposição porque nós não podíamos aparecer, falar em carro de som, e isso era verdade, podia ser mandada embora. Eu lembro que em nenhum momento a gente tinha reivindicação tipo creche. Se você pegasse nosso material você ia ver denúncia porque [na fábrica] tinham dado alimento estragado, todo mundo naquele dia foi parar na enfermaria; que o sindicato não fazia nada pela gente; que a gente produzia, mas era baixo o salário.
>
> Quando eu vim pra este sindicato aqui [dos comerciários], quando eu mudei de categoria, já tinha umas companheiras da CUT que discutiam gênero. Então já tinha a Comissão de Mulheres da CUT, e como sempre renovava, eu tive um momento na Comissão, acho que foi em 96, foi quando eu estive com a Zélia, a Gema. E então a gente começou a fazer este debate na CUT, tinha várias demandas, tipo: sensibilizar os sindicatos a participar, sensibilizar os companheiros para o debate de gênero, sensibilizar a nós [mulheres] e sensibilizar os companheiros, e ainda é uma tarefa difícil. Fazia grandes oficinas pra gente entender, todo evento da CUT a gente dizia: "tem que fazer o recorte de gênero", "vamos fazer formação, vamos fazer um recorte

> de gênero". Foi então que veio [o debate], as cotas, a participação das mulheres nas direções. Hoje nós lutamos pela paridade. [204]

Francisca Eugênia ao lembrar sua experiência operária na oposição sindical apoiada pela CUT, refere a predominância das reivindicações econômicas numa categoria fundamentalmente feminina como era a do setor de confecção. Tal situação aponta que as demandas específicas das mulheres ainda não haviam sido incorporadas à agenda sindical, politizando as relações de gênero e trabalho.

Posteriormente, participando da Comissão de Mulheres da CUT, Eugênia começaria a ter contato com este novo debate – um momento na história do movimento sindical em Fortaleza onde trabalho, política e concepções feministas se articulam, permeado de polêmicas, afinal, o convencimento não fora amplo.

Em Fortaleza, Gema Esmeraldo (1998) examina que as paralisações nas fábricas de castanhas pelas operárias chamavam atenção das direções sindicais à medida que expressavam sua especificidade nas reivindicações: aumento salarial e condições dignas de trabalho, mas também, creche para deixarem seus filhos enquanto trabalhavam. Em virtude disto, o sindicato da categoria convidaria uma entidade feminista com integrantes filiadas ao Partido Comunista do Brasil para a realização de um trabalho político sobre a temática da mulher, no início dos anos de 1990.

Em entrevista, a autora ressalta que sua participação na Comissão de Mulheres da CUT acontecia junto à formação política. Traçando sua trajetória, referia-se a temporada de trabalho em Alagoas onde iniciou as primeiras leituras sobre mulheres; a vinda para o Ceará, sua experiência em assentamentos rurais com lideranças femininas - iniciando desde então a interação entre teoria e prática na temática da mulher trabalhadora:

> A gente vinha entrevistar aquelas mulheres que vinham para a homologação [no Sindicato dos Comerciários, em Fortaleza], e a maioria era por conta de assédio. Ela vinha fazer a denúncia, ou então ela vinha pedir a demissão porque não conseguia enfrentar sozinha. Esses momentos em que o movimento sindical vai se construindo, e a fala da mulher vai se fortalecendo no sindicato, vai se ampliando para trazer outros temas que não existiam antes, quer dizer, existiam na prática, mas as mulheres não tinham uma interlocução, não encontravam ainda no sindicato um instrumento, o lugar de denúncia. Então, neste processo a gente vai tendo historicamente isso.
>
> Na década de oitenta, a gente vai ter uma formação para as mulheres se reconhecerem que tem um corpo também, diferente, e que este corpo exige o reconhecimento de que é diferente, e que ela é cobrada pela sociedade para desempenhar funções diferentes, e assim, eu acho que é o primeiro momento de

[204] NASCIMENTO, Francisca Eugênia do. Entrevista I [jun. 2011]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2011. Arquivo mp3 (50 minutos).

> descoberta de si, do corpo; que é assim que a sociedade vai vê-la primeiro, como corpo.
>
> E neste processo elas vão lutar por igualdade, mas também reconhecendo as suas diferenças, e aqui elas vão se dirigir a uma pauta de reivindicações como creche, banheiro feminino no local de trabalho, tempo para descanso quando das suas condições, quando estão grávidas, quando menstruam, quando tem criança pequena e precisa levar ao médico. Então elas colam a elas estas funções. E elas levam estas questões para o sindicato, para o sindicato assumir junto ao patronato. Elas passam a ter uma posição que politizam aquilo que parecia ser apenas do mundo doméstico, é o cuidar da criança, levar a criança para escola, para o médico, parecia uma responsabilidade apenas da família, elas dizem não: no momento em que vão para o mercado de trabalho, elas vão levando também essa responsabilidade como sendo não só do "meu âmbito familiar", ela passa a ser também do âmbito do mundo do trabalho. Ou seja, ela politiza esse tema.
>
> E nesse sentido ela vai, digamos, publicizar uma questão que era do núcleo familiar, vai transformar esse tema numa questão pública, politizando essa questão. O que é politizar essa questão: é quando ela tem a compreensão de que ela não é uma reprodutora somente do âmbito familiar, mas também, ela é uma reprodutora da espécie, da sociedade. Esse salto de compreensão faz com que ela passe a entender que o movimento sindical precisa incorporar à sua pauta, essas questões. Eu acho uma sacação, um entendimento, mas que lá nos anos de 1980 ela não incorporava o homem nessa situação, de questionar também o papel do homem no âmbito familiar. Essa discussão do homem compartilhar as tarefas é muito recente. [205]

Para Gema Esmeraldo (1998), a concepção feminina das reivindicações ainda estava atravessada pela categoria "sexo", como um aspecto biológico. Desse modo, a luta pela creche se fundamentava numa representação de papéis atribuída às mulheres, que mesmo ao trabalhar fora de casa, continuava com a responsabilidade com os filhos. Chegando ao mundo sindical, esta percepção é incorporada no sentido de lhes reservar espaços próprios de debate e organização. Porém, não gerava mudanças na estrutura e nas formas de funcionamento do sindicato. Os atributos culturais designados a homens e mulheres bem como seus papéis sociais não eram questionados.

Se as lutas das trabalhadoras se configuravam como parte e produto do "novo sindicalismo", ao final nos anos de 1980, se expressava na criação da Central Única dos Trabalhadores. Marcelo Badaró Mattos (2009, p. 127) aponta uma nova configuração política da CUT nos anos 1990: forte refluxo nas mobilizações se comparado à década anterior, nova experiência no mundo do trabalho decorrente da reestruturação produtiva, permanência de elementos centrais da estrutura sindical corporativista (sindicato único, imposto sindical), as opções políticas das lideranças da CUT (que atribuem caráter de inevitabilidade às transformações na economia, modificação dos estatutos diminuindo o peso da representação das "bases" e oposições nos congressos).

---

[205] ESMERALDO, Gema Galgani. Entrevista I [ago. 2013]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2013. Arquivo mp3 (90 minutos).

Neste contexto seria criada a Secretaria de Assuntos da Mulher no Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, em Fortaleza, filiado a CUT desde o ano de 1987. Anteriormente conforme se efetuavam os processos de luta naquela categoria, as operárias iniciavam sua militância sindical. Para Vera Mariano e Maria Bezerra, muitas delas eram pressionadas para desistirem:

> [Maria Bezerra]: Às vezes era uma, duas, e nem sempre cumpriam o mandato todo porque o marido não deixava, ficava aquela questão, não é Vera, do marido.
>
> [Vera Mariano] A grande maioria de nós que estivemos no sindicato, daquele tempo da greve, nós éramos solteiras, ou mães solteiras. Maria já não tinha mais marido na época.
>
> [Maria Bezerra] Aliás, eu perdi o marido por conta [risos]. Eu era mãe solteira, as meninas eram solteiras sem filhos, a Zélia, a Eneuza. Só a Graça que era casada, mas não tinha negócio de marido mandar na vida dela não.
>
> [Vera Mariano] Era zangada a pequena. Mas eram assim, todas as meninas, todas elas hoje seguiram. Algumas companheiras ficaram, e só cumpriram o mandato, e depois, acabou. Foram pra sua vidinha normal, outras conseguiram ir para além disso.[206]

Na convivência diária com a família, ou no próprio ambiente do trabalho fabril têxtil, estas operárias tiveram na experiência o solo fértil para o recorte de gênero quando da militância sindical. Desse modo, do debate sobre o trabalho feminino, nos Cursos de formação, Encontros, Congressos, surgiram desde então, iniciativas políticas para ampliação dos horizontes:

> A mulher não tinha o direito de ir ao banheiro, elas tinham que ficar se sustentando sem poder ir ao banheiro. Tudo delas era controlado. Elas ganhavam muito pouco, elas não tinham como comprar o absorvente. Elas não poderiam usar um pedaço de tecido que elas produziam.
>
> Então por conta dessas exigências, a falta de condições de trabalho delas, foi que levou a gente a trabalhar esta pasta específica, [onde] a gente organizava elas através de reuniões pequenas, depois levava isso pra assembleia. Na [época da] assembleia da campanha salarial a gente fazia a assembleia das mulheres e assembleia geral. Isso [sobrepunha] a assembleia geral não. É porque na assembleia das mulheres a gente ficava à vontade, a gente podia reivindicar o absorvente, a gente podia reivindicar a farmacinha, eram as questões específicas que elas não tinham coragem de discutir na assembleia geral. A gente aprovava na assembleia geral, e incluía na mesa de negociação com os patrões. [207]

---

[206] BEZERRA, Maria. Entrevista I [nov. 2011]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2011. Arquivo mp3 (100 minutos); MARIANO, Vera. Entrevista I [nov. 2011]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2011. Arquivo mp3 (100 minutos).

[207] GOMES, Zélia. Entrevista I [fev. 2013]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2013. Arquivo mp3 (50 minutos).

Operária da fábrica de tecidos Thomaz Pompeu desde os anos de 1980, Zélia Gomes passaria a integrar a diretoria do Sindicato em 1990, onde até então havia somente uma mulher. [208] Ela ocuparia cargo no conselho fiscal, intervindo também na Secretaria de Assuntos da Mulher. Assim também aconteceria a Eneuza da Costa, Gislene Maria Duarte, Maria das Graças Costa, Maria Bezerra e Vera Mariano.

Zélia Gomes narra as difíceis condições de trabalho nas fábricas têxteis para as mulheres. Eram baixos os salários, grande o controle sobre as idas ao banheiro, inexistindo condições dignas para a realização do trabalho. Estes aspectos, dentre outros, fomentavam um sentimento geral da necessidade de definição de políticas específicas para as operárias, uma vez que as demandas sindicais, em geral, concentravam-se na questão salarial e na redução da jornada de trabalho.

Em virtude disto foram surgindo as Assembleias de Mulheres, reunindo operárias das várias fábricas têxteis em Fortaleza, onde a configuração do debate versava sobre diferenças de papéis assumidos pelos trabalhadores e a ausência de direitos no mundo do trabalho.

Todavia, nem sempre foi possível a regularidade das Assembleias e dos Encontros. As dificuldades cotidianas das longas jornadas, das atividades domésticas e o cuidado com as crianças, além da conjuntura de refluxo das lutas, foram reduzindo a participação das operárias. Em virtude disto, as militantes da Secretaria de Assuntos da Mulher utilizaram de várias estratégias para dar continuidade ao trabalho político:

> Maria Bezerra: Primeiro a gente tentava fazer no sindicato, chamava e procurava ver o horário de cada uma para fazer uma reunião; dava vale transporte. [Mas] era tão poucas [operárias presentes] que mudamos pra porta da fábrica.
>
> Vera Mariano: Ali do lado da fábrica Santa Cecília, a gente fazia uma reuniãozinha de meia hora, trinta e cinco minutos só pra detectar como estavam as coisas, e mesmo assim a participação era muito pouca.
>
> Maria Bezerra: Lembra Vera, que na época tinha a Secretaria da Mulher que era eu, tu (...). Lembra, a gente chegou até a colocar homem.
>
> É porque mais da metade dos trabalhadores tanto da Santa Cecília e da Santa Inês era mulher, então o sindicato sentia aquela necessidade de criar uma colunazinha para as mulheres, e denunciar o *Modess* que não tinha; a gente botava era um pedaço de pano que você tirava da tecelagem. Na hora de você ir pro banheiro, de fazer as necessidades, uma série de coisas que a mulher precisa e que não tinha nada disso.
>
> Então o sindicato sentiu a necessidade de cobrar e colocava naquelas colunazinhas [do jornal Fio da Meada] e cobrava da empresa. Era mais ou menos assim. Eu lembro que teve um tempo que eu e a Vera, a gente lutava de todo jeito pra

[208] BEZERRA, Maria. Entrevista I [nov. 2011]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2011. Arquivo mp3 (100 minutos).

> organizar as mulheres, pra descobrir as coisas que elas passavam lá por dentro, as situações ruins. Tinha vez que a gente conseguia três, quatro mulheres não era Vera. E saíam correndo da fábrica, com pressa pra chegar em casa. [209]

Essas reuniões se iniciaram na sede do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis. Posteriormente, seriam deslocadas para a porta das fábricas. Na Santa Cecília, Maria Bezerra e Vera Mariano aguardavam a saída das operárias, mas percebiam que, cansadas após a extenuante jornada, elas somente almejavam chegar às suas casas, dar alguma atenção aos filhos, "ajeitar alguma coisa que precisasse", tornando inviável longas conversas, com ampla presença operária.

FIGURA 24 - Militância feminina na porta da fábrica Santa Cecília, anos 1990.

Fonte e Acervo da autora

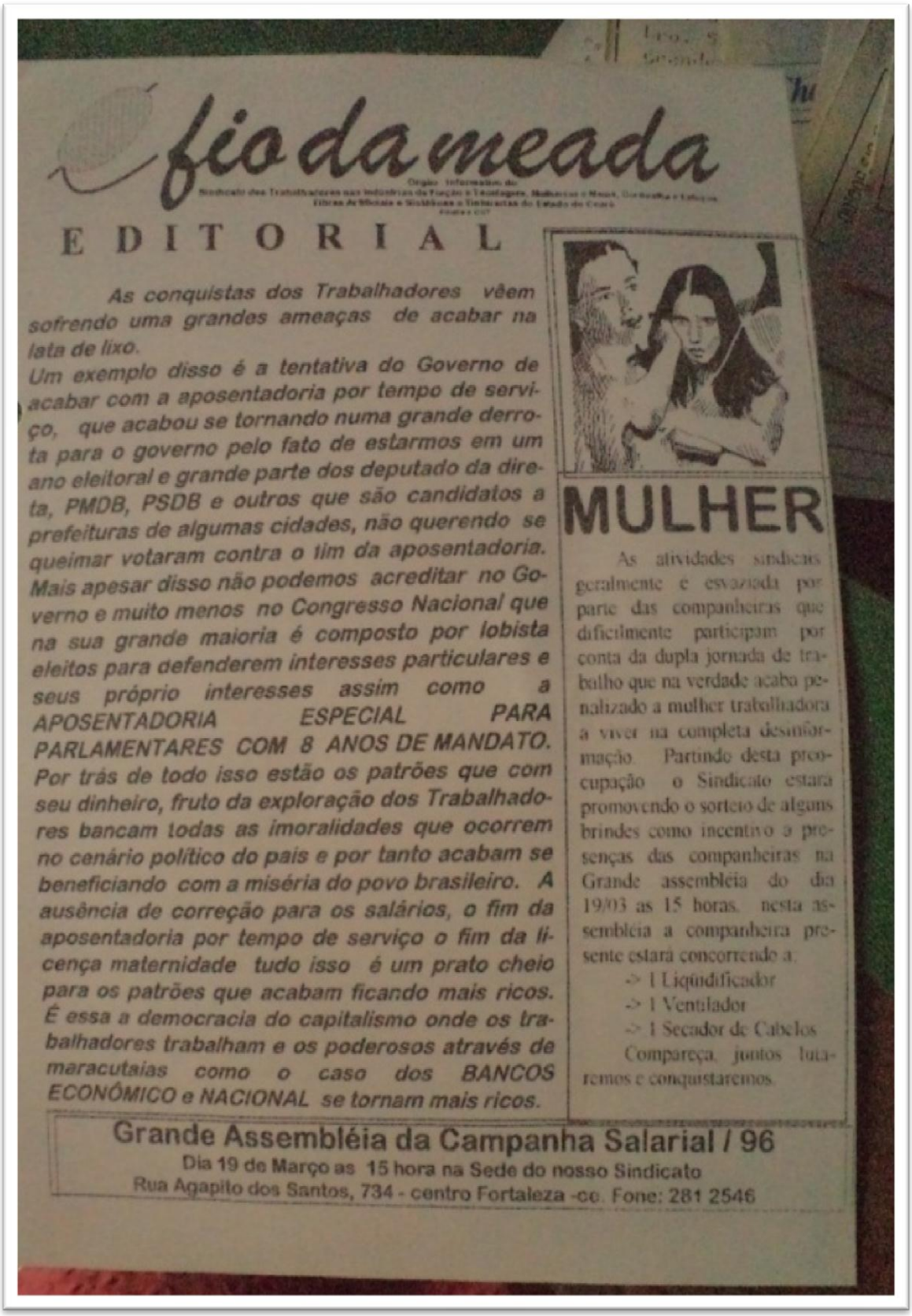
Na imagem temos Vera Mariano sentada sobre a divisória de acesso ao portão de entrada na fábrica Santa Cecília. Ao fundo, vários cartazes colados no portão denunciam o Governo Collor e conclamam à luta sindical. Era noite, e a equipe do sindicato aguardava o momento da troca de turmas para conversar com os companheiros. No caso das militantes da

[209] BEZERRA, Maria. Entrevista I [nov. 2011]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2011. Arquivo mp3 (100 minutos); MARIANO, Vera. Entrevista I [nov. 2011]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2011. Arquivo mp3 (100 minutos).

Secretaria de Assuntos da Mulher, àquele momento também se apresentava como possibilidade de trocar uma ideia, conversar sobre os problemas vividos pelas operárias nas fábricas têxteis, e no coletivo, traduzir as demandas e reivindicações em vista da campanha salarial ou da pauta de negociação.

Este modo militante também indica um tipo de concepção sindical, aquela que tem no local de trabalho o ponto-chave de organização e luta. Tal militância inclusive servia ao fortalecimento da imprensa sindical do período como se observa nos estudos realizados. Aqui é o caso dos panfletos e do jornal “Fio da Meada” que retiram sua matéria dos fatos vividos desde o chão da fábrica. Avulta no período uma imprensa sindical em que a voz dos trabalhadores é expressa via depoimentos e narrativas pessoais.

FIGURA 25 - A mulher trabalhadora na imprensa sindical, 1996.



fio da meada

EDITORIAL

As conquistas dos Trabalhadores vêem sofrendo uma grandes ameaças de acabar na lata de lixo.
Um exemplo disso é a tentativa do Governo de acabar com a aposentadoria por tempo de serviço, que acabou se tornando numa grande derrota para o governo pelo fato de estarmos em um ano eleitoral e grande parte dos deputado da direta, PMDB, PSDB e outros que são candidatos a prefeituras de algumas cidades, não querendo se queimar votaram contra o fim da aposentadoria. Mais apesar disso não podemos acreditar no Governo e muito menos no Congresso Nacional que na sua grande maioria é composto por lobista eleitos para defenderem interesses particulares e seus próprio interesses assim como a APOSENTADORIA ESPECIAL PARA PARLAMENTARES COM 8 ANOS DE MANDATO. Por trás de todo isso estão os patrões que com seu dinheiro, fruto da exploração dos Trabalhadores bancam todas as imoralidades que ocorrem no cenário político do país e por tanto acabam se beneficiando com a miséria do povo brasileiro. A ausência de correção para os salários, o fim da aposentadoria por tempo de serviço o fim da licença maternidade tudo isso é um prato cheio para os patrões que acabam ficando mais ricos. É essa a democracia do capitalismo onde os trabalhadores trabalham e os poderosos através de maracutaias como o caso dos BANCOS ECONÓMICO e NACIONAL se tornam mais ricos.

MULHER

As atividades sindicais geralmente é esvaziada por parte das companheiras que dificilmente participam por conta da dupla jornada de trabalho que na verdade acaba penalizado a mulher trabalhadora a viver na completa desinformação. Partindo desta preocupação o Sindicato estará promovendo o sorteio de alguns brindes como incentivo a presenças das companheiras na Grande assembléia do dia 19/03 as 15 horas. nesta assembléia a companheira presente estará concorrendo a.

-> 1 Liqüidificador
-> 1 Ventilador
-> 1 Secador de Cabelos

Compareça, juntos lutaremos e conquistaremos.

Grande Assembléia da Campanha Salarial / 96
Dia 19 de Março as 15 hora na Sede do nosso Sindicato
Rua Agapito dos Santos, 734 - centro Fortaleza -ce. Fone: 281 2546

Fonte: jornal Fio da Meada

Acervo: Sindicato dos Trabalhadores Têxteis

A escrita no panfleto é curta e direta. Destinava-se à convocatória da Assembleia geral, mesmo sem apontar o centro do debate. Seu editorial faz referência à polêmica construída no Congresso Nacional do fim da aposentadoria por tempo de serviço para o trabalhador, e aposentadoria para deputados que se mantivessem na função durante oito anos.

A análise de conjuntura e a experiência fabril também estão presentes na coluna "Mulher". É apontado que se as operárias continuam a experimentar uma grande desinformação e ausência nas atividades sindicais, uma das desmotivações se encontraria na longa jornada de trabalho e nos afazeres domésticos.

Para Zélia Gomes as atividades de formação, educação e organização política necessitavam, para além do convencimento, a construção de uma estrutura mínima que possibilitasse a participação das mulheres:

> Essa discussão era introduzida em qualquer espaço que eu chegasse. Então, se tinha uma reunião pra discutir a formação dos trabalhadores em geral, então, naturalmente, era nessa secretaria de formação, que lá a gente conseguia aprovar um percentual do dinheiro que entrava no sindicato na época para a formação.
>
> E era exatamente desse dinheiro da formação que era pago, garantido a mobilização das assembleias das mulheres. Por que uma assembleia custa dinheiro. Ela tem o combustível, ela tem o dinheiro pra elaborar o panfleto. Eu precisava, inclusive, de alguns brindes, algum atrativo pra trazer as mulheres, um lanche, quando não tinha o lanche, tinha que trazer o secador de cabelo pra fazer um sorteio.
>
> Não era só o convencimento não, tinha que ter um atrativo. Então fazia esse tipo de sorteio nas assembleias. Ventilador, secador de cabelo, prancha, a gente fazia isso também, enfim o sindicato garantia. Por quê? Porque a gente conseguia aprovar, na discussão da formação, aprovar por conta da importância que a gente dava pro setor. Então o dinheiro que saía pro jornal da categoria, saía pro jornalzinho específico da secretaria de mulheres.
>
> Eram mulheres com filhos, que dependiam da creche, daí a nossa luta por creche. A nossa luta pela creche era pela creche no local de trabalho e a creche no local dos eventos. Então na assembleia teria que ter a creche pra elas deixarem [os filhos]. Entendeu, pra deixar as crianças. Enfim, naquele momento, e acho que em qualquer momento de dificuldade, a estrutura é fundamental. Então para você chamar uma mulher para uma atividade, uma mulher assalariada, dona de casa, é preciso criar estrutura para ela participar. Então eu tentava criar essa estrutura, possibilitar essa estrutura de participação da mulher. Acho que aquela luta que a gente iniciou nos anos noventa, ela hoje permanece. [210]

Em meio aos agudos conflitos referentes à divisão sexual e péssimas condições de trabalho, Zélia Gomes acreditava que ao Sindicato dos Trabalhadores Têxteis caberia a devida incorporação das reivindicações das mulheres trabalhadoras, ampliando sua participação nas atividades sindicais, e criando as condições para uma efetiva militância sindical das mulheres.

---

[210] GOMES, Zélia. Entrevista I [fev. 2013]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2013. Arquivo mp3 (50 minutos).

Tendo em vista que se tratava de mulheres pobres, e geralmente com filhos, o Sindicato também deveria garantir creche, passagem de ônibus, dentre outros, para que elas pudessem participar das atividades. Desse modo, também deveriam existir panfletos e jornais que incorporassem as novas demandas, publicizassem as datas de reunião e assembleia, divulgassem as reivindicações, conquistas e denúncias, funcionando, em concreto, como espaço de compartilhamento de problemas comuns e de ideias sobre o trabalho feminino.

Zélia Gomes defendia nas reuniões internas do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis que os encontros de mulheres deveriam ser vistos também como momentos de formação. Os estudos realizados por Sílvia Maria Manfredi (1996) apontam uma linha de pensamento semelhante. Para a autora, vários eram os espaços de encontro e de aprendizagem dos trabalhadores. Articulando ensinamentos adquiridos a partir da vivência e de um conjunto de práticas e experiências de troca de saberes, reflexão do vivido e sistematização de leituras, se processava uma educação sindical:

> [Exemplo disto são:] congressos de trabalhadores, cursos, seminários, palestras, promovidas por entidades de classe ou outras organizações socioculturais, com o intuito de vincular projetos e propostas político - sindicais e formar quadros organizativos. Caberia ainda incluir entre as atividades de formação sindical aquelas iniciativas de formação político - ideológicas que se destinam a grandes grupos de trabalhadores – a imprensa sindical, programas de rádio e televisão, boletins, revistas, teatro, cinema etc. (MANFREDI: 1996, p. 24)

Para o caso dos anos 1970 e 1990, a autora observa o rompimento e negação do padrão de formação vigentes nos anos 1950-60, caracterizado por práticas educativas essencialmente voltadas para a formação de quadros dirigentes sindicais, alcançando as bases através da imprensa sindical e dos debates propiciados nos encontros e demais experiências organizativas nos locais de trabalho.

Nas “Escolas de Formação” da Central Única dos Trabalhadores (CUT), a partir da segunda metade da década de 1980, foi se constituindo uma pedagogia transformadora em contraponto à educação dominante. Assim, gestada e assumida pelos trabalhadores, a formação estaria ligada às múltiplas dimensões do cotidiano, articulando conhecimento adquirido e saber sistematizado, sem hierarquização entre si. Neste sentido, segundo Manfredi (1994, p. 310), a prioridade metodológica recaía sobre os estudos coletivos, exercitando o pensar e a atitude crítica.

Analisando a experiência de educação sindical em São Bernardo do Campo, São Paulo, entre os anos 1970-90, Kátia Paranhos (2000) observa que as direções sindicais cutistas voltavam atenção especial ao que nomeia “educação dos sentidos” dos trabalhadores,

como se pode observar na combinação dos eixos de comunicação/educação/cultura, fundamentando os planos de formação política e projetos de comunicação, partindo da experiência vivida:

> [São vários os temas] desde a questão do planejamento sindical, da negociação coletiva, da proposta de contrato coletivo, organização por local de trabalho, formação profissional frente às questões postas pela reestruturação produtiva, meio ambiente, globalização, relações de gênero, questão racial, questão do jovem, crianças na rua e assim por diante. Neste sentido, para as lideranças de São Bernardo a formação sindical é um importante meio de organizar a categoria e a própria classe trabalhadora. Por isso, a tríade comunicação-cultura-educação objetiva além de melhorar os salários e condições de trabalho ir além dessa condição buscando também a "educação dos sentidos" dos trabalhadores. (PARANHOS: 2000, p. 152-3)

Para as sindicalistas Vera Mariano e Zélia Gomes, integrantes da Secretaria de Assuntos da Mulher do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, esta foi uma época em que teve oportunidade de participar de vários cursos de formação sindical, fortalecendo sua prática militante. Ela conta que na Central Única dos Trabalhadores, no Ceará, havia uma equipe de formação:

> Vera Mariano: Dentro da CUT se criou uma Secretaria de Mulheres, e lembro que tinha um debate, a Gema já fazia trabalho de formação com a gente na CUT e que juntava aquelas mulheres, a briga por creche, a briga até mesmo para garantir a participação das mulheres dirigentes de sindicato. Como garantir a participação das mulheres? Lembro muito bem que dizia uma sindicalista: "nós somos mulheres, e mães dos homens." O papel da gente em ser mulher, além de sermos mulheres, nós somos a mãe dos homens, que são os donos da história, que reinam na história.
>
> Eu achei tão interessante essa fala, até encontrei uma dirigente sindical esses dias, e a gente lembrava o que essa companheira tinha falado. Nós somos 50% da população de mulher e somos mãe dos outros 50% que são homens, era uma coisa assim. Ela queria dizer assim, nesse sentido de falar do papel da mulher na história. Então a gente lia aquilo, debatia.
>
> Zélia: Eu aprendi tudo isso com a professora Gema, o livro dela, a minha participação nos eventos. Essa identidade eu adquiri na participação. Cursos que eu participei, lembro da professora Gema, da Rossi que hoje é secretária na Prefeitura, enfim, foi com os intelectuais da época que eu adquiri essa consciência. E a consciência de classe também foi na participação.
>
> O sindicato na época investia na questão da formação, ele considera, e eu considero hoje a formação a questão fundamental na vida do ser humano. A pessoa sem formação, sem educação, você não consegue mudar sua condição de vida. Então foi a partir daí, por essa compreensão, que a gente começou a trabalhar essas questões, a lutar pelos direitos específicos da mulher, pra lutar pra melhorar a vida do trabalhador em geral. Foi por isso que eu entrei no sindicato, e hoje me considero ainda lutadora sem mesmo sem estar mais no sindicato.[211]

[211] MARIANO, Vera. Entrevista I [nov. 2011]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2011. Arquivo mp3 (100 minutos); GOMES, Zélia. Entrevista I [fev. 2013]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2013. Arquivo mp3 (50 minutos).

A sindicalista faz referência à articulação entre o saber acadêmico e àquele adquirido na experiência de classe. Gema Esmeraldo, por exemplo, estava à época desenvolvendo sua dissertação de mestrado sobre a experiência feminina nos sindicatos durante este período. Publicada pouco tempo depois, em 1998, "O Feminismo na Sombra: relações de poder na CUT", o estudo analisa o ingresso de trabalhadoras no mundo sindical e as relações de poder entre homens e mulheres no interior da Central.

Essa expressão de educação e formação das sindicalistas no setor têxtil repercutia, em alguma medida, nas conversas (in) formais na porta da fábrica, no processo de composição das diretorias do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, na agenda de reivindicações. Nas cláusulas das convenções coletivas de trabalho, nos jornais Fio da Meada e no panfleto "Espaço da Mulher" [212].

A operária da fábrica Santa Cecília, Maria das Dores Sampaio, conta em entrevista que desconhecia os debates sindicais sobre trabalhadoras. Contudo, lembra com vivacidade da presença de Maria Bezerra no portão de entrada do Cotonifício:

> Conheci. A Maria Bezerra vinha lá e falava era muito. Ela até que ajeitava alguma coisa ali mesmo. Era ela, e o Ibiapino. O Ibiapino fez muita coisa, esse negócio de alimentação foi através dele. Ele trabalhava comigo, o Ibiapino, na tecelagem. Depois ele saiu porque ele fazia parte do sindicato. Ele tinha o negócio de ajudar o funcionário. Mas dessas reuniões sobre mulheres eu não me lembro não. Eu não me lembro de [luta por] creche lá não.[213]

Mesmo não trabalhando naquele Cotonifício, e sim na fábrica Santa Inês, Maria Bezerra se tornou conhecida porque "falava era muito", "ajeitava alguma coisa"; o que em outras palavras, pode-se inferir como um reconhecimento da militância sindical cotidiana na porta de fábrica.

Como pudemos observar, as reflexões acerca do mundo do trabalho feminino pouco a pouco começaram a ser destacadas nos jornais do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis. Na edição de número quatro, o jornal Fio da Meada, na seção "Informações e Denúncias", veicula uma acusação contra os chefes, pela prática de assédio sexual:

---

[212] Maria Célia Paoli (1987) analisa os impressos enquanto produto da cultura operária, espaço onde podiam expressar modos de vida, percepção das condições de trabalho e do lazer. Para E. P. Thompson (1987a, p. 305-321), o radicalismo popular inglês quando da formação da classe operária se traduziu, em certo sentido, em cultura intelectual e consciência política. Tratava-se de um tempo de esforço, autoaperfeiçoamento e autodidatismo; impulso do esclarecimento racional que acontecia à medida que suspeitavam da existência de uma cultura estabelecida que os excluía do poder e do conhecimento. Desse modo: "a capacidade de operar com argumentos abstratos e sucessivos não era absolutamente inata, tinha de ser descoberta à custa de dificuldades quase esmagadoras – a falta de tempo livre, o preço das velas (ou dos óculos), além das carências de formação."

[213] SAMPAIO, Maria das Dores (Dorinha). Entrevista I [fev. 2012]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2012. Arquivo mp3 (50 minutos).

> Em algumas fábricas, temos denúncias de que determinados supervisores usam a autoridade que pensam ter para explorar sexualmente suas companheiras de trabalho. Tais supervisores são tarados e monstros, eles não entendem que a Mulher é um ser humano, tão importante quanto o homem e tem que ser respeitadas. Pedimos às mulheres que foram ameaçadas, para ir ao Sindicato denunciar este abuso. [214]

A denúncia não cita os nomes das fábricas ou dos supervisores, mas aponta a igualdade de importância de homens e mulheres, o companheirismo que deveria haver entre ambos. Em entrevista, Maria Bezerra narra sobre essa problemática do assédio sexual, a perseguição dos chefes, a exploração vivida na fábrica Santa Inês:

> Quando você que trabalha na máquina de produção, você tem que deixar alguém ali enquanto sai, do contrário você passa o dia todinho ali sem fazer xixi. Eu ficava tirando as folgas daquelas colegas enquanto elas iam pro banheiro, de repente eu aprendi a trabalhar. Mas pra você começar a trabalhar, tinha aquela coisa, você tinha que sair com o chefe, se o chefe se interessasse por você, você tinha que ficar com ele, se você não ficasse, você perdia o emprego, e assim ia indo.
>
> Aquilo me irritou bastante. Eu vinha do interior, mas eu sabia que aquela situação não era legal; eu era uma semianalfabeta, mas com aquilo ali eu não me sentia legal. Que coisa legal, eu saía com o chefe e no outro dia eu voltava pro pé da máquina! Eu comecei a ir me irritando, me irritando, e aquilo foi chamando atenção daquela minha irritação, aquilo foi chamando a atenção da empresa, do chefe que tinha lá. Então eu cheguei nos pés do dono.
>
> Uma vez teve uma discussão muito grande com o chefe, então eu cheguei nos pés do dono. Eu perguntei a razão daquilo ali, se eu tinha ido pra lá era pra trabalhar. Isso fazia uns sete meses, e ele disse que era. Eu perguntei pra ele se ele sabia daquela situação, era o doutor Carlos Pinheiro na época. E ele disse que não sabia, e que não gostava daquela situação. Eram os próprios chefes, gerentes, eram os supervisores de seção.
>
> Na Santa Cecília tinha isso também. Ele [o supervisor] não gostou da situação que eu passei pra ele [Carlos Pinheiro], ele [supervisor] foi e me mudou de seção, me botou em uma em que ele me deu cinco máquinas pra eu trabalhar ao mesmo tempo. O chefe não gostou, ele achou que eu passei por cima dele. Por ali já começou a confusão, por tudo ele me suspendia, por tudo ele me castigava, por tudo ele derrubava minha produção, entendeu? Mas eu sempre debatia com ele porque ele sabia que qualquer coisinha que ele fizesse pra mim eu dizia pra ele [para o Carlos Pinheiro].
>
> Eu dizia: "você pode ter certeza de que se você fizer qualquer coisa contra mim, eu vou esperar o seu Carlos sair, e eu vou conversar com ele na hora que ele passar porque eu sei qual é o carro dele". Por conta disso eu fui ficando, fui trabalhando, foi quando o sindicato me fez o convite. A gente pagava um sindicato que não resolvia nada. Quem mais era penalizada era as mulheres.
>
> Então eu peguei um grupo de mulheres, e eu fui naquele sindicato. Quando eu cheguei lá, eu tentei conversar com ele, falar pra ele tudim, que a gente estava sendo assediada, que tinha uma mulher que chorava tanto no pé da máquina que chega dava dó dela, chorava que ficava rouca. Porque ela já tinha acostumado um sujeito. E quando ela se negava, na semana seguinte, ele ia e tirava ela da máquina, deixava ela sem trabalhar porque ela não queria sair com ele. Então, eu peguei esse grupo de mulheres e fomos no sindicato.

[214] Jornal **Fio da Meada**. Órgão de Informação e Divulgação do Sindicato dos Têxteis. Ano II. N.º 4. 1989.

> Só que foi horrível porque no dia seguinte, o cara [do sindicato] foi lá e entregou a gente, disse pro gerente. Eu fiquei como se eu tivesse pedido a cabeça da mulher. Ave Maria, foi muito difícil pra mim porque eu era novata. E eu dizia: "eu vou abandonar isso aqui, vou deixar, vou viver por mim mesmo, e o resto que se dane".
>
> Eu fui ficando, fui ficando, e o pessoal começou a cobrar, cobrar, e eu: "não, não tem mais o que fazer não, porque agora até a minha cabeça vai". Sei que foi duas mulheres pra fora por conta disso. Quando foi um dia, o sindicato me fez o convite através do Ortins, do Ibiapina, e pronto. Foi a partir daí que eu comecei no movimento sindical, daí começou a luta, que foi exatamente quando a gente entrou, que começou a explodir as greves na fábrica.[215]

Em 1987 quando das eleições para o Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Maria Bezerra foi convidada a participar do processo de composição da chapa de oposição sindical que propunha romper com as práticas do período anterior.[216] Ao lado de Antônio Ibiapino, Antônio Ortins Monteiro, dentre outros, era a única mulher ali integrante.

De auxiliar à operária, Maria Bezerra trabalhou em diferentes setores da fábrica Santa Inês porque era considerada "rebelde", negava-se a ceder aos caprichos do chefe, e tinha o salário reduzido. Isto acontecia porque afastada das máquinas, ela e as demais trabalhadoras perdiam as taxas de produtividade que possibilitariam algum adicional no salário. Tudo isso Maria Bezerra via e sentia quando começou a trabalhar na fábrica no início da década de 1980. Sair com o chefe após o expediente, na sua percepção, reafirmava uma relação entre desiguais, com o que tinha completo desacordo.

Naquele momento se iniciava a trajetória de resistência de Maria Bezerra. Ela conversou com colegas de trabalho, explicou o acontecido ao dirigente sindical e ao presidente da fábrica, mas se aborreceu ao não encontrar o apoio que precisava. Procurando o Sindicato dos Trabalhadores Têxteis para denunciar o problema que viviam na fábrica – e imaginando que alguma providência seria tomada pela entidade para pôr fim àquela humilhação – as operárias foram mais penalizadas, com ameaças e demissão de algumas das envolvidas.

O Sindicato da classe dirigido na época por Jonas Augusto Rocha delatou as operárias para seus chefes, gerando transtornos entre elas mesmas que passaram a associar à imagem de Maria Bezerra ao foco dos conflitos. Além das críticas das colegas de seção, passou a ser perseguida pelos chefes, quase desistindo da luta.

---

[215] BEZERRA, Maria. Entrevista I [nov. 2011]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2011. Arquivo mp3 (100 minutos).

[216] Nos dissídios coletivos da primeira década de 1980, observamos que eram tímidas as reivindicações presentes nas convenções coletivas por parte do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, e geralmente tinham por base, o aumento salarial.

Todavia, aquela denúncia e suas consequências possibilitariam que Maria Bezerra ficasse conhecida entre o operariado das outras fábricas têxteis, inclusive pelo grupo que formava chapa de oposição para as eleições sindicais que aconteceriam em 1987. Já no ano de 1990 quando da reeleição, Maria Bezerra receberia significativo número de votos de seus companheiros da fábrica Santa Inês. [217]

Se o assédio sexual era vivido pelas operárias de modo individual, como um problema particular; o compartilhamento deste aspecto, a denúncia e a entrada de Maria Bezerra (uma experiência viva em tal aspecto) no Sindicato dos Trabalhadores Têxteis possibilitaram mudanças: tratava-se de uma questão política, coletiva, incorporada à atuação sindical.

Nos dias seguintes à posse na presidência do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Antônio Ibiapino iria até a fábrica Santa Cecília para denunciar mais um caso de assédio sexual. Após levantamento de várias provas, o sindicalista procurou o dono da fábrica, para apresentar a denuncia do chefe geral do setor de fiação:

> Nós recebíamos muitas denúncias de mulheres, a maior delas, acho que era de assédio sexual. E nós descobrimos alguns, muitos supervisores eram machistas, ignorantes, eram homens rudes mesmo. Tinham o cargo de supervisor porque sabiam como funcionava a fábrica, conheciam todo o regime, não tinham teoria de administração moderna, não tinha isso não.
>
> Então tinham muito essa prática de machismo, que na época tinha muito era cantada, cantavam as mulheres, de sair com as mulheres, eles faziam ameaça, elas cediam, faziam pressão, senão demitia. E teve caso forte demais, foi lá na Santa Cecília. O chefe geral do setor de fiação, Aflaudízio, acho que o nome era esse. Na época acho que ele devia ter uns cinquenta anos. Era um homem muito habilidoso, tinha muita teoria, administrava muito bem a fábrica, e ele desenvolveu um jogo na empresa que toda mulher que trabalhasse na seção, eles faziam a triagem.
>
> Na fiação com o tal de Aflaudízio, só entravam as mulheres mais bonitas, as novas e mais bonitinhas. As meninas e, as senhoras também casadas também. Quando nós começamos o trabalho no sindicato, compramos o carro de som, e também escrevíamos o jornalzinho periódico no meio de tudo isso, os direitos dos trabalhadores, a riqueza, como é que acontecia a exploração, essa questão sobre o machismo, eu não me lembro na época o termo que a gente dizia.
>
> Assim elas foram despertando um pouquinho, criando confiança no sindicato, e muitas passaram a nos procurar, quando dava fé chegava uma no sindicato falando do problema. Eles davam um ultimato, ou saía ou então era demitida, e ele era muito poderoso, era chefe mesmo.
>
> Então era um drama. Algumas saíam com ele mesmo porque gostavam de sair, era uma beleza; outras não gostavam de jeito nenhum, não aceitavam, preferiam ir pra fora; outras às vezes saíam constrangidas, pra não perder, porque tinha filho e tudo. Até que no sindicato elas iam, iam, iam, e [a gente] ia acumulando, reunindo prova e

[217] Na publicação do balanço das eleições de 1990, constavam 190 votos apurados na fábrica Santa Inês, dos quais, 173 foram dirigidos para a chapa que fazia parte Maria Bezerra.

> tudo, e era fácil porque ele não escondia. Um dia eu consegui uma audiência com o doutor Carlos Pinheiro, que era dono e tudo do grupo UNITÊXTIL.
>
> E eu narrei tudo isso, na época com mais detalhe e tudo. O doutor Carlos olhou pra mim e disse assim: "Ibiapino, eu não acredito nisso não. Esse homem trabalha comigo há muitos anos, é um homem da minha inteira confiança, e também, técnico extraordinário e tal, mas eu vou apurar, e quando eu apurar eu tomo as providências".
>
> Quando deu quinze dias, eu cheguei no sindicato, o doutor Carlos tinha mandado ligar lá pro sindicato, ele, marcando uma audiência comigo, foi o contrário. Eu fui na empresa, no horário sugerido, quando eu entrei lá ele disse: "Ibiapino, tudo que você me disse era verdade, e ele já está demitido". Com isso o doutor Carlos ganhou comigo um conceito de dignidade muito grande.[218]

Drama é o termo que Antônio Ibiapino usa para denotar o sentimento das operárias têxteis da fábrica Santa Cecília quando da "cantada", mais precisamente, da chantagem do chefe de seção em busca de favores sexuais. O depoimento do sindicalista lembra a narrativa de Maria Bezerra, quando o chefe se aproveitava da necessidade do emprego para exigir-lhes o que lhes restava de dignidade. Casadas ou solteiras, todas podiam se tornar alvo das perseguições.

Os conflitos nas relações de trabalho se iniciavam desde o processo de recrutamento. Somente as mulheres bonitas seriam aceitas na seção de fiação, mas também eram as mais assediadas. Tal conflito raramente é documentado, descrito. Nas entrevistas que realizei com operárias, somente Maria Bezerra narrou tal fato. Aqui é a situação-limite, quando a própria intimidade é invadida.

Porém, à medida que essa situação vexatória e humilhante é denunciada pelo Sindicato, desde o ano de 1987, vários outros casos emergiram gerando nota no jornal operário Fio da Meada, audiência com empresário, e conclusão de que era preciso algo mais do que a denúncia. Se o machismo e a exploração são características inerentes ao capitalismo, na percepção das sindicalistas, fazia-se necessária sua organização:

> Tendo em vista a necessidade de um informativo exclusivo para a mulher sobre a exploração da mulher de um modo geral, a Sec. Da Mulher usou esse espaço para denunciar todas as arbitrariedades que sofre a mulher trabalhadora, e ao mesmo tempo, denunciar toda a violência que vem sofrendo a mulher trabalhadora no campo, na cidade e em toda sociedade a mulher é discriminada, por isso achamos [que] não basta mais só denunciar, temos que se organizar para que possamos protestar, exigir nossos direitos nas fábricas, na sociedade de um modo geral. É importante nos organizarmos para que possamos tomar conhecimento de direitos que assiste a mulher, e é desconhecido pela mulher. Na oportunidade o machismo

[218] IBIAPINO, Antônio. Entrevista I [mar. 2013]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2013. Arquivo mp3 (80 minutos).

> toma de conta da sociedade. E desse modo a discriminação e a exploração da mulher continua. [219]

Trata-se do editorial de um novo informativo elaborado pelo Sindicato dos Trabalhadores Têxteis: "Espaço da Mulher". Em julho de 1991 era distribuído o primeiro panfleto voltado à discussão da temática da mulher trabalhadora, enfatizando condições de trabalho, reivindicações e conquistas, assim como as convocatórias para as reuniões sindicais.

O panfleto em uma página veicula a coluna "Denúncia", onde é possível observar as situações vividas no cotidiano fabril: proibição das operárias da fábrica Jangadeiro irem ao banheiro; ausência de medicamentos no laboratório, limitação de tempo para o almoço na fábrica Santa Inês. Também informa sobre o "I Seminário da Mulher Trabalhadora Têxtil", onde a temática fora debatida sob o seguinte eixo: "os principais problemas da mulher dentro da fábrica, como dona de casa e na sociedade".[220] Por fim, o panfleto convida a "companheirada" a participar do 1º. Concurso de Poesia dos Trabalhadores Têxteis que aconteceria no dia 07 de setembro de 1991.

O "Espaço da Mulher" tem linguagem simples e direta, e geralmente era escrito por Zélia Gomes. Tecia análise de conjuntura sem perder de vista as relações de trabalho das operárias no interior das fábricas têxteis da capital cearense. Por outro lado, ainda que o panfleto estivesse direcionado às mulheres, não perdia de vista as relações de gênero e classe.

Há também outros dois panfletos, um relativo ao mês de agosto, e o outro a setembro de 1991. No caso deste último, o editorial faz a crítica do capitalismo, dos patrões que se utilizam do jargão "baderna" para desqualificar a luta e organização dos trabalhadores e, por fim, aponta o socialismo como perspectiva:

> Para tudo é preciso organização, inteligência e muita luta. Tivemos um exemplo no último dia 27, quando os trabalhadores se organizaram para receber sua quinzena atrasada paralisando suas máquinas, pois os mesmos já estavam com suas panelas vazias.
>
> Esta é nossa realidade, precisamos fazer uma política para combatermos os poderosos. Quando isso acontece, os patrões agem com muita [s] acusações, falam que é baderna.
>
> Eles sabem que através da organização é possível sua derrubada do poder. Usam os meios de comunicação para fazer o povo sentir medo da política, por quê? Porque somos nós que produzimos a riqueza deste país.

---

[219] Panfleto **Espaço da Mulher**. Órgão de Informação da Sec. Da Mulher. Ano I, no. 1. Sindicato dos Trabalhadores Têxteis – CUT. Julho/91.

[220] Neste seminário foi produzido um relatório não localizado por esta pesquisa no acervo do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis.

> Como se não bastasse, os patrões ainda dificultam a educação e a organização dos trabalhadores. Temos que nos contrapor a estas mentiras, estamos sendo enganados, roubados, e isso não pode continuar.
>
> É este o regime em que vivemos, chamado capitalismo, que tira o direito de uma vida digna, jogando os trabalhadores numa verdadeira miséria; contudo, ainda acreditamos no ideal do Socialismo, pois acreditamos que é este o melhor caminho para todos os povos, o caminho para felicidade. [221]

Nesse projeto de educação sindical, a exploração, a carestia de vida e o autoritarismo dos patrões são denunciados como consequências do sistema destrutivo do capital. Os trabalhadores, homens e mulheres, produtores da riqueza no país são os mais miseráveis. Desse modo, deveriam lutar, primeiramente, pelo direito à organização política.

Naquele panfleto ainda havia um comunicado da Secretaria de Assuntos da Mulher, uma tentativa de tornar contínuos os debates: "Companheiras, iremos retomar nossas reuniões de Mulheres, dia 15 de outubro, às 18 horas na sede do Sindicato, por compreender a necessidade de organização." Tratava-se também de um indicativo do quão difícil era tornar as reuniões periódicas.

No panfleto do mês de agosto de 1991 há uma denúncia sobre a ampliação da jornada sobre os domingos e feriados. Neste caso o editorial é mais extenso, e trata o assunto como um golpe do governo Collor sobre o trabalhador da indústria têxtil:

> Nós trabalhadoras, estamos cada vez mais sendo discriminadas, quando o governo Collor baixa um Decreto-Lei autorizando a indústria têxtil a trabalhar Domingos e feriados religiosos e civis.
>
> Companheiras, esse foi o maior ponta - pé que o governo poderia ter dado [em] nós trabalhadores. Ele escolheu a nossa categoria onde o número de mulheres é equivalente ao número de homens, sendo que em algumas fábricas somos maioria.
>
> Nós precisamos do domingo porque é dia de lazer, e é o único dia que a Mulher tem para cuidar de seus filhos, já que a situação imposta pelo sistema nos obriga a abandoná-los por toda a semana, agora vamos correr o risco de nos prejudicar um dia a mais porque não é só domingo que temos que trabalhar, mas também os feriados civis e religiosos.
>
> Portanto companheiras, é necessária ampla organização em nossa base, porque mais uma vez, os patrões com a ajuda do governo, vem sugar o sangue dos trabalhadores têxteis.
>
> Foi uma grande vitória dos patrões, pois é resultado de três anos de peleja pelo trabalho aos domingos.[222]

---

[221] Panfleto **Espaço da Mulher**. Órgão de Informação da Secretaria de Assuntos da Mulher. Ano I, no. 3. Sindicato dos Trabalhadores Têxteis – CUT. Setembro de 1992.

[222] Panfleto **Espaço da Mulher**. Órgão de Informação da Secretaria de Assuntos da Mulher. Ano I, no. 2. Sindicato dos Trabalhadores Têxteis – CUT. Agosto de 1991.

O discurso ora chama as trabalhadoras, ora os trabalhadores em geral a tomarem conhecimento do conflito atribuído às medidas aprovadas pelos patrões e o Governo Collor que impunham a ampliação do trabalho aos domingos – uma luta histórica da classe operária. A denúncia e o chamado à organização pela Secretaria de Assuntos da Mulher apontavam preocupações, que como podemos observar, não dialogava com a operária para que dividisse as "tarefas de mulher" com o marido, e sim, que mantivesse o direito ao domingo "livre" para a manutenção das funções.

A imposição do trabalho aos domingos, por parte do governo ou dos patrões, podem ser encontrados noutros momentos da história dos trabalhadores e trabalhadoras. Eis o caso da revogação da lei, datada de 1932, que proibia o trabalho noturno de mulheres para atender as indústrias voltadas à exportação. Para Elisabeth Souza-Lobo (1991), até a década de 1970, esta foi a única alteração na legislação referente ao trabalho feminino no Brasil:

> Ao contrário de outros países, onde a entrada das mulheres no mercado de trabalho é quase sempre acompanhada de medidas sociais, o patronato e o governo do Brasil na época não adotaram medidas estratégicas, os equipamentos coletivos não foram desenvolvidos e as condições de trabalho das mulheres não foram mudadas (SOUZA-LOBO: 1991, p. 64).

Não era a primeira vez que os patrões da indústria têxtil tentavam impor o trabalho aos domingos, situação que "[vinha] sugar [ainda mais] o sangue dos trabalhadores têxteis". Em Fortaleza, Francisco Alexandre Gomes (2012) analisa a retirada da folga aos domingos como "elemento catalisador de intensos conflitos entre patrões e operários", sendo considerado um dos principais motivos para a paralisação que ocorrera no ano de 1988:

> A greve foi deflagrada no dia 03 de maio. Aderiram ao movimento, os operários das fábricas Santa Inês, Santa Cecília, Ceará Têxtil e Finobrasa. Destas, somente na Finobrasa, paralisaram praticamente todos os trabalhadores do setor produtivo, ou seja, algo próximo de 1.800 operários. Já entre os que trabalhavam no escritório e em serviços de apoio – como segurança, limpeza e manutenção -, não houve adesão ao movimento, exceto uns poucos eletricistas, mecânicos e laboratoristas. Pela primeira vez, trabalhadores e empresa vivenciaram uma situação de conflito aberto. (GOMES, Francisco: 2012, p. 169)

Por outro lado, ainda na segunda edição daquele panfleto, temos a divulgação das primeiras lutas pelo direito ao trabalho, onde se reivindicava melhores condições, em especial para as operárias grávidas. Consultas médicas durante a gravidez e estabilidade após o fim da licença foram alguns aspectos destacados:

> Todas as empregadas no período de gestação terão direito a 01 dia de folga por mês, remunerado pelo empregador, ou seja, sem qualquer desconto em seu salário, para realização de exame Pré-Natal com posterior comprovação médica, ou seja, atestado médico.

> Serão abonadas ainda as faltas decorrentes de atendimento médico de URGÊNCIA devidamente justificada por atestado médico.
>
> A empregada terá uma estabilidade no emprego de 30 dias, contando a partir do término da licença maternidade.
>
> Fica garantida a Mulher Gestante; o direito [de] ser transferida de setor quando necessário ou por recomendação médica. [223]

Entre o que a legislação trabalhista ditava e as conquistas advindas das negociações com os empresários têxteis, alguns pontos que começavam a ser divulgados sobre os direitos das mulheres. Contudo, trabalhar grávida numa fábrica têxtil nos anos de 1980, era vivido desse modo:

> Vera Mariano: Bem, quando eu entrei lá minha filha já tinha nove meses. Pelo que me lembro, elas permaneciam [trabalhando no mesmo setor]. Eu passei pouco tempo lá na fábrica, mas pelo que me lembre não havia mudança de função. Elas permaneciam. No caso da Maria [Bezerra], ela trabalhou na fábrica até o dia de parir.
>
> Maria Bezerra: Ora, tinha mulher que praticamente paria no pé da máquina.
>
> Lúcia: Elas tiravam licença de três meses quando iam ter filho, com três meses voltavam. No retorno eles botavam pra fora. Lá se ficasse grávida eles botavam pra fora, era rua. Lá, até a hora [da operária] ter o menino trabalhava, não tinha esse negócio não. Pra ter direito aos três meses com o filho depois que nascia tinha que ficar trabalhando na fábrica até o último dia.[224]

Trabalhar na mesma máquina em ritmo alucinante de produção com reduzidas possibilidades de ir ao banheiro e correndo o risco de demissão, era o que as operárias viviam quando engravidavam. É difícil imaginar que a cada mês de gestação, quando o corpo ficava mais pesado, sonolento, exigindo constantes idas ao banheiro, e maiores cuidados, em nada mudava o tratamento para com as mulheres grávidas.

Para contrapor-se à demissão após o retorno da licença maternidade e às complicações na gravidez - quando o corpo exigia repouso, a operária Rosa Maria da Silva produzia intensamente nos dias de retorno ao trabalho:

> Toda vida eu sofri pra ter filho, eu não tinha tendência pra ter filho. Fiz um tratamento de três anos no SESI, nessa época tinha o SESI ali perto com convênio com a fábrica; eu fiz um tratamento de três meses seguidos. Toda semana eu ia lá, com a doutora que faz a prevenção, que me acompanhava. Ela passou dois remédios pra mim, no segundo vidro de remédio que eu tomava eu engravidei, mas foi nove

---

[223] Panfleto **Espaço da Mulher**. Órgão de Informação da Secretaria de Assuntos da Mulher. Ano I, no. 2. Sindicato dos Trabalhadores Têxteis – CUT. Agosto de 1991.

[224] FEITOSA, Lúcia Maria. Entrevista I [nov. 2011]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2011. Arquivo mp3 (85minutos); BEZERRA, Maria. Entrevista I [nov. 2011]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2011. Arquivo mp3 (100 minutos); MARIANO, Vera. Entrevista I [nov. 2011]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2011. Arquivo mp3 (100 minutos).

> meses de sofrimento, só vivia menstruando, tava no trabalho trabalhando, quando dava fé eu menstruava, e vinha pra casa.
>
> Não tinha cólica, não tinha nada, quando dava fé tava descendo nas pernas. Bastava qualquer esforçozinho, puxando o pano, ajeitando o rolo, bastava qualquer esforço. Tinha que ficar deitada na cama com as pernas pra cima, ali pronto, a menstruação sumia, e no outro dia eu ia trabalhar. Era poucos instantes, bastava eu colocar as pernas pra cima e sumia. Um sofrimento, nove meses de sofrimento.
>
> Eu tava em tratamento, mas nunca descobriram. Diz a doutora que meu útero era muito baixo, e não era pra eu ter forçado a gravidez, eu tomei remédio pra ter o filho, entendeu. Eu tinha tido meu filho, fui cuidar do meu filho, e pronto, fiquei, não trabalhei mais. Tive ainda uma menina, um casal. E pronto, eu passei quatro anos sem tomar remédio, passei quatro anos, fiquei grávida da menina, já no da menina eu não senti nada. O menino foi cesariano, a menina foi cesariana, nessa ligou.
>
> Eu dava muita produção. Eu era uma pessoa que não dava problema a firma porque quando eu ia trabalhar porque tava boa, eu recompensava a produção passada, eu era uma das melhores revisoras lá, todo mundo dizia. Nunca dei problema de jeito nenhum. Só faltava mesmo porque eu sentia que não aguentava mais, passava no SESI e pegava logo o atestado. Do meu menino eu trabalhei até oito meses porque eu não aguentava mais. Meu supervisor dizia: olha Rosa, você tem direito a quatro meses, você tire logo antes do tempo. Foi mesmo, tirei, eu melhorei foi muito.[225]

Rosa Maria narra o processo de gravidez do seu primeiro filho quando trabalhava no setor atualmente conhecido por "controle de qualidade". Na fábrica examinava milhares de metros de tecidos por dia como uma máquina, passando a ter constantes hemorragias no meio da jornada. É inegável que à medida que intensificava o ritmo de trabalho, aumentava o sofrimento durante a gravidez, seguindo-se assim até seu limite, quando não aguentava mais. Neste transcurso, não podemos perder de vista a luta surda para evitar a demissão.

Segundo a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), gravidez não é motivo para demissão, e mais, quando a mãe e criança têm a saúde exposta a riscos, a trabalhadora deve ser transferida de função. Aponta também que as especificidades de cada categoria podem ser negociadas (sem prejuízo) nas convenções coletivas, experiência vivida no setor têxtil em Fortaleza:

> I - Os empregadores se comprometem a conceder às Empregadas gestantes, 01 (um) dia remunerado de folga, mensalmente, para que as mesmas possam se submeter a exames pré-natais, de conformidade com as necessidades de cada uma, desde que apresentem Atestado Médico para tal fim.
>
> II - Os empregadores se comprometem a conceder garantia no emprego às Empregadas, quando do seu retorno da licença maternidade, por um período nunca inferior a 60 (sessenta) dias, desde que contem, no mínimo com 02 (dois) anos de trabalho na Empresa e tenha entre uma gestação e outra, um período de 02 (dois) anos.[226]

---

[225] SILVA, Rosa Maria da. Entrevista I [jan. 2013]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2013. Arquivo mp3 (90 minutos).

[226] Refiro-me aos vários dissídios coletivos da categoria têxtil durante os anos de 1980.

Tais medidas não se encontravam na legislação. Entretanto, apareciam nas cláusulas das convenções coletivas de trabalho desde o início da década de 1980. Desse modo, à medida que podia garantir saúde às operárias e seus filhos, ampliava o tempo no emprego no caso de demissão após o fim da licença maternidade.

Dos anos de 1990 em diante, também observei nas campanhas salariais e nas convenções coletivas, a tentativa sindical de ampliar os direitos das mulheres, em especial daquelas que se encontravam grávidas, ou no período pós – parto:

> I - Serão garantidos emprego e salário às empregadas gestantes desde a gravidez até 365 dias após o término do afastamento legal além do aviso prévio da CLT ou desta convenção.
>
> II - A empregada gestante, inclusive no contrato de experiência não poderá ser despedida, sendo considerada rescisão indireta com o pagamento de todas as verbas indenitárias legais e convencionais a pedidos de demissões viciadas ou situações em que a empregada gestante e lactante por motivos de relevâncias ou médicas não puderem prosseguir com seus serviços.
>
> III - Fica garantida à gestante direito de ser transferida de setor se necessário, e quando ela requerida, a fim de que desempenhem funções compatíveis com seu estado, sendo-lhe vedado carregar pesos e permanecer em ambiente que contenham produtos prejudiciais à saúde.
>
> IV - Nos três meses que antecederam a licença pré - parto as empresas permitirão, sem prejuízo dos salários, que a gestante entre uma hora mais tarde e saia uma hora mais cedo para evitar os horários de pique da condução.
>
> V - Em caso de aborto não criminoso, a mulher terá repouso remunerado de seis semanas.
>
> VI - Durante todo o período de gravidez e até 180 (cento e oitenta) dias após o parto da esposa ou companheira do empregado, será assegurado ao mesmo garantia de emprego e - ou salário, bem como assistência médica.
>
> VII - Cláusula quinquagésima sexta:
>
> a) Todas as empresas com mais de 15 mulheres manterão creches em suas dependências, concedendo este benefício às suas empregadas a partir do licenciamento compulsório e aos empregados que tenham filhos com idade anterior ao período de escolaridade;
>
> b) As empresas que não mantêm creche em suas dependências custearão as despesas com creches efetuadas por suas empregadas, a partir do término do licenciamento compulsório, até a criança atingir a idade escolar, beneficiado da mesma forma os empregados que possuam filhos dentro desde limite de idade;
>
> c) Em ambos os casos, as creches deverão ser por período integral e em horário compatível com o período em que o empregado ficar a disposição da empresa;
>
> d) O valor do custódio da creche não integrará a remuneração para quaisquer efeitos legais;
>
> e) Em caso de parto múltiplo, o custeio devido será em relação a cada filho individualmente;

> f) Na hipótese de adoção o custeio será a partir da data da comprovação da mesma;
>
> g) As empresas fornecerão a pedido do Sindicato, informações relativas a instalações e funcionamento da creche, e ainda, garantir o livre acesso de representante do Sindicato ao local da creche;
>
> h) No caso das empresas que mantenham convênios para atender os requisitos dos parágrafos 1 e 2 do artigo 389 da CLT deverão estas comprovar perante o Sindicato dos Trabalhadores que as creches conveniadas possuem berçários com número de berços e leitos capaz de atender as reservas feitas pela empresa, bem como horário de funcionamento capaz de atender a todos os turnos de trabalho;
>
> i) Tal comprovação se fará mediante o fornecimento para o Sindicato dos Trabalhadores, da relação de fábricas que a creche atende o número de leitos disponíveis, e o horário de seu funcionamento;
>
> j) A falta de tal comprovação acarretará a nulidade do convênio para os efeitos legais;
>
> k) Às lactantes serão concedidos 2 (dois) intervalos especiais de que possam amamentar seus filhos até os 6 (seis) meses de idade. As empresas adotarão as medidas necessárias para viabilizar aleitamento, como transporte e outras;
>
> VIII - Serão concedidos 07 (SETE) dias de licença remunerada aos funcionários imediatamente posterior ao nascimento do filho.
> IX - Será abonada a falta da mãe, no caso de consulta médica a filhos de até 12 (doze) anos de idade ou inválidos mediante comprovação médica.
>
> X - Durante o período de gestação a empregada terá direito a um dia por mês de ausência justificada ao trabalho, devidamente remunerada e sem qualquer prejuízo a fim de realizar exame pré-natal desde que haja comprovação médica.
>
> XI - Em caso de perseguição e exploração sexual por parte de contramestre ou supervisor sendo devidamente comprovado, a empresa se obriga a demitir este e por justa causa.[227]

A agenda de reivindicações femininas coincide no tempo aos objetivos do projeto de educação sindical da Secretaria de Mulheres. Dentre os vários itens presentes na convenção coletiva a ser decidida pela Justiça do Trabalho naquele ano, percebo vários objetivos, dentre eles: o direito ao emprego e salário, e à qualidade de vida; expressas neste último caso, nas tentativas de transferir as operárias grávidas de setor, de evitar que elas apanhassem ônibus lotados, de repouso após uma situação de aborto, de reduzirem as preocupações com as crianças através da criação de creches pela fábrica, tempo para amamentá-las e para levá-las ao médico quando doentes.

A atuação do Estado aconteceria através da sentença do juiz Manoel Arízio de Castro, do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), contudo, somente aprovaria as cláusulas

---

[227] CEARÁ. Tribunal Regional do Trabalho 7ª. Região. **Processo TRT de Dissídio Coletivo, nº. 826/90**. Espécie: Dissídio Coletivo de natureza econômica. Suscitante: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem em Fortaleza. Suscitado: Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem em Geral no Estado do Ceará. Arquivado em 06/03/1991. Relator: José Ronald Cavalcante Soares. Revisor: Euclides Martins de Lima.

acima, IX e X, ou seja, as operárias manteriam o direito ao pré-natal sem desconto de salário, e passariam a acompanhar os filhos quando das consultas médicas. Eis a justificativa do magistrado sobre sua sentença:

> A solução do dissídio coletivo será a consequência criteriosa e analítica das situações expressas no processo, tendo em vista a harmonização das categorias profissional e econômica e o interesse do Estado, como mentor da política econômica nacional.
>
> Além disso, há de se ressaltar que se exclua da sentença normativa aquelas cláusulas que não têm respaldo legal, como também as que pertinem à matéria já regulada pelas regras jurídicas em vigor.
>
> De observar-se ainda que, imerecem homologação as cláusulas que não se ajustam a jurisprudência iterativa dos Tribunais, mas hão de persistir aquelas que proclamam situações já cristalizadas em virtude de conquistas anteriores.[228]

Partindo deste ponto de vista, o costume e a lei determinariam as relações de trabalho das operárias no ambiente fabril. Contudo, seu argumento entra em contradição à medida que aprova uma cláusula nova (sobre as mães acompanharem os filhos em consulta), o que leva a seguinte reflexão: o papel da convenção coletiva de trabalho não seria negociar as especificidades de cada categoria?

Para José Marcelo Marques Ferreira Filho (2010, p. 244), a Justiça do Trabalho não é um elemento exterior ao sistema tradicional de dominação. Embora um processo não seja um retrato da realidade, mas apenas a "realidade" contada por partes opostas, e embora contenha um relato que em muitos casos realça as decisões de uns, e as virtudes de outros, é uma fonte valiosa para os estudos da história social.

Assim também analisa Fernando Teixeira da Silva (2008, p. 166). Para o autor, a Justiça do Trabalho significa, no "marco simbólico da representação do poder", a tentativa de criar entre os trabalhadores uma imagem protetora do Estado. Assim, não poderia ser invariavelmente arbitrária, desrespeitar formas legais instituídas ou apenas reforçar ideais de consenso.

No ano seguinte àquele processo, em 1991, não haveria dissídio coletivo. Contudo, em 1992, a Justiça do Trabalho mais uma vez voltaria a intervir sobre as relações de trabalho no setor têxtil. As reivindicações femininas, por outro lado, imprimiriam novamente suas demandas nas negociações:

---

[228] CEARÁ. Tribunal Regional do Trabalho 7ª. Região. **Processo TRT de Dissídio Coletivo, nº. 826/90**. Espécie: Dissídio Coletivo de natureza econômica. Suscitante: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem em Fortaleza. Suscitado: Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem em Geral no Estado do Ceará. Arquivado em 06/03/1991. Relator: José Ronald Cavalcante Soares. Revisor: Euclides Martins de Lima.

Item: Do atestado médico
Cláusula décima quinta – Será abonada a falta da mãe, no caso de consulta médica de filhos de até 12 (doze) anos de idade ou inválidos mediante comprovação do médico.

Item: Da estabilidade da gestante:
Cláusula 22 – Fica assegurada a empregada gestante estabilidade no emprego por 60 (sessenta) dias a partir do término da licença maternidade.

Parág. 1 – Fica garantido a gestante o direito de ser transferida do setor se for necessário, e quando por ela requerido a fim de que desempenhe função compatível com seu estado sendo vedado carregar pesos e permanecer em locais prejudiciais a sua saúde;
Parág. 2 – Em caso de aborto não criminoso a mulher terá direito a repouso remunerado de seis semanas.

Item Jornada da Mulher –
Cláusula 23 – Fica garantida à empregada que tiver filhos até 12 (doze) meses o direito de iniciar a jornada de trabalho de 1 (uma) hora após o início da jornada para os demais funcionários.
Parág. Único – Fica proibido o trabalho em horas extraordinárias para mulheres grávidas ou que amamentem ou que tenham filhos de 1 (um) a 14 (quatorze) anos.

Item: Farmácias Setoriais
Cláusula 24 – As empresas ficam obrigadas a manterem em cada setor pequena farmácia com analgésicos, não sendo preciso a empregada solicitar permissão da chefia para dirigir-se a dita farmácia.

Parág. Único- As empresas ficam obrigadas a manterem nas farmácias setoriais quantidade de absorventes em razão de um pacote semanal para cada empregada do setor.

Item: Da liberdade da mulher
Cláusula 25 – As empresas ficarão obrigadas a dispensar as mulheres do cumprimento de normas que venham humilhar as mesmas.
Parágrafo primeiro- Ficam proibidas as revistas as bolsas e as vestimentas das mulheres;
Parág. segundo – fica proibido o uso de fichas ou autorização para ter acesso aos banheiros.

Item: Da Ausência Justificada da Gestante
Cláusula 36- Durante o período de gestação, a empregada terá direito a 2 (dois) dois dias por mês de ausência justificada ao trabalho devidamente remunerado e sem qualquer prejuízo a fim de realizar exame pré-natal desde que o comprove com a apresentação do competente atestado médico.

Item: Do abono de falta para levar filho ao médico
Cláusula 38ª. Fica assegurado aos empregados têxteis a ausência remunerada de 1 (um) dia por trimestre para levar filho menor ou dependente previdenciário ao médico, desde que seja apresentado atestado médico.

Item: Da Creche
Cláusula 40ª. As empresas instalarão em suas dependências creches destinadas a guarda de crianças em idade de amamentação quando existentes na empresa mais de 30 (trinta) mulheres maiores de 16 (dezesseis) anos sendo facultado o convênio. [229]

[229] CEARÁ. Tribunal Regional do Trabalho 7ª. Região. **Processo TRT de Dissídio Coletivo, nº. 682/92**. Acórdão 1470.92. Espécie: Dissídio Coletivo de natureza econômica. Suscitante: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem em Fortaleza. Suscitado: Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem

Tais reivindicações têm por base a convenção coletiva do ano anterior, 1990. Neste caso aparecem organizadas em itens configurando grandes temas, dos quais, “A Liberdade da Mulher” e “Farmácias Setoriais” são os destaques; visam por em questão a humilhação cotidiana das operárias no processo de trabalho.

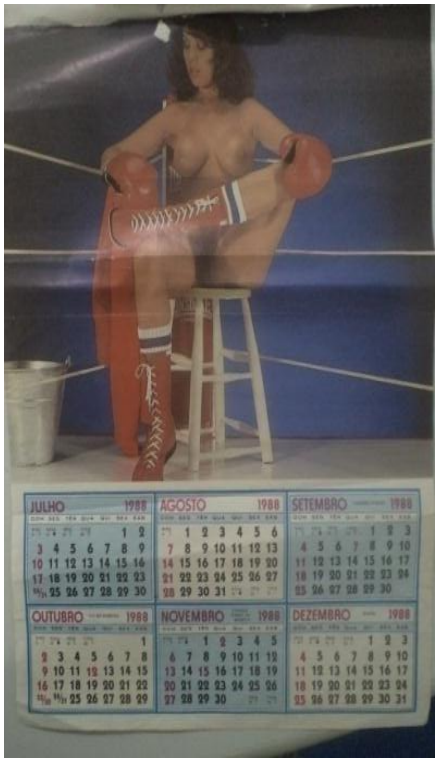
Compreender o significado das reivindicações femininas nas convenções coletivas, anteriormente voltadas quase exclusivamente às demandas salariais e jornada de trabalho, é ter em vista a luta das operárias pela incorporação e politização de suas demandas no mundo fabril. É também compreender que papéis anteriormente assumidos pelas trabalhadoras pobres em suas casas requerem atuação política e social à medida que ganham significado particular neste período de ingresso massivo de mulheres no mercado de trabalho.

Em contraste com estas questões, apresenta-se aqui um registro documental do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, sob a direção de Jonas Augusto Rocha. Afora as cláusulas sobre o direito à estabilidade pós-parto e folga remunerada para exame pré-natal, como vimos anteriormente, em mais nada havia referência à melhoria nas suas condições de trabalho. Pelo contrário, predominava a reprodução do machismo e a opressão à mulher, mesmo entre os “brindes” distribuídos à categoria a cada final de ano. É o que se vê, por exemplo, nas figuras seguintes, antecipando os anos de 1988 e 1989, reproduzindo a conhecida fórmula dos calendários acompanhados da exposição do corpo feminino:

---

em Geral no Estado do Ceará. Tramitação 10.08.92. Relatora: Juíza Laís Maria Rossas Freire; revisora: Juíza Maria Irismar Alves Cidade.

FIGURA 26 - Representação da mulher em calendário para os anos de 1988 e 1989.



Fonte e Acervo da autora

Como de seu costume, o presidente que assumia o Sindicato dos Trabalhadores Têxteis em 1987, Antônio Ibiapino, guardava documentos que considerava relevantes, assim também fazendo com os calendários, uma espécie de memória da conduta sindical. Em contraste, temos a seguir o "trabalho de memória" noutro registro, o da cultura socialista, e das datas magnas da luta social, como no oito de março, em reverência à luta das mulheres:

> ÀS COMPANHEIRAS MULHERES
> Sabemos que grande parte da nossa categoria é composta por Mulheres, as quais, por assumirem tal condição, são duplamente exploradas, pois cumprem dupla jornada de trabalho. Em casa e na fábrica. Por assumirem tal condição, são submetidas a situações de trabalho piores do que o restante da categoria.
>
> No estado de gestação as mulheres são discriminadas, sendo muitas vezes demitidas pelos patrões, quando estes tomam conhecimento de sua gravidez.
>
> Esta realidade é uma constatação frequente que ocorre nas fábricas, por isso o Sindicato juntamente com as companheiras, devem lutar juntos por melhores condições de vida e trabalho pertinentes à realidade da mulher.
>
> Participe das comemorações do dia 8 de março – Dia Internacional das Mulheres. [230]

Neste panfleto há a marcação da diferença seja no que trata ao trabalho feminino, seja quanto à nova concepção e prática sindical, reforçando a participação no oito de março na cidade.

Reafirmavam-se, portanto, a data e a memória da longa trajetória de luta das mulheres. Desse modo, a incorporação das reivindicações femininas e a criação de uma Secretaria de Mulheres possibilitam reflexões sobre a politização do cotidiano, quando anteriormente os conflitos vividos ficavam restritos à operária, seja em âmbito individual, ou mesmo do mundo privado.

3.2. *Deixe pelo menos eu receber os meus direitos!*

> Quando eu me aposentei, foi na quarta-feira. Quando foi no outro dia eu fui lá [na fábrica] pra dar baixa na carteira, eu fui falar com a assistente social, e ela já veio me cobrar a casa:
>
> "Peraí, eu terminei de trabalhar ontem e vocês já querem, já tão pedindo a casa! A senhora não se preocupe não, que eu não quero a casa porque ela não é minha, apesar de eu ter botado tudo de bom na casa, mas não vem ao caso. Eu entrego a casa porque eu não quero a casa pra mim não, ela não é minha não, eu não quero o que é dos outros não. Mas deixe pelo menos eu receber os meus direitos!"
>
> Eu ainda recebi alguma coisa? Que nada. A empresa passou sete anos sem depositar o Fundo de Garantia da gente, eu perdi sete anos. E pra receber o resto eu tive que

[230] Panfleto **Fio da Meada**. Ano I, no. 3, 1988.

> colocar na Justiça. O advogado da empresa veio aqui fazer acordo, e eu disse: faço não!
>
> Esse dinheiro que eu ia receber era exatamente pra comprar a casa porque o dono da empresa parece que tava com um câncer no nariz, ele chamou os filhos dele que tavam cuidando [dos negócios], e disse: "olha, peguem aquelas casas e vendam aos operários, agora se o operário que tá lá não tem condição, você pode vender a outra pessoa!"
>
> Eu já tava na casa, eu ia ficar na casa. [231]

Era uma quinta-feira do ano de 1990 quando a operária Teresinha Alves voltava à fábrica Santa Cecília para receber sua carteira profissional e, pensava ela, seus direitos. A paz e o sossego almejados a partir do dia da aposentadoria, após mais de vinte anos na função de fiandeira, não se concretizariam imediatamente.

Descobrindo que seus direitos não foram depositados, e sim, que deveriam ser negociados com os advogados dos patrões, e que a casa de vila operária onde morava era exigida de imediato, resolveu pensar um pouco mais no que deveria fazer.

Chama atenção o modo como Teresinha percebe aquela circunstância: não queria aquilo que não era seu, uma vez que a casa onde morava não lhe pertencia. Porém, havia uma dívida em questão, e enquanto não era paga, permaneceria na casa da vila operária.

Em "A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés", José Sérgio Leite Lopes (1988) analisa uma experiência de cidade-fábrica, em Pernambuco. No momento em que se travavam lutas sindicais pelo direito à cidade e pelo espaço público, contexto de mais um processo de modernização da Companhia de Tecidos Paulista (CTP), inúmeros trabalhadores seriam demitidos e prejudicados nos direitos trabalhistas. Para recebê-los integralmente, vários processos foram abertos na Justiça do Trabalho, prevalecendo acordos individuais entre a administração da fábrica e os operários:

> Se acordos propostos pela *companhia* fazem os operários perderem quase a metade do que teriam direito como indenização por sua longa vida no trabalho fabril, resta o consolo da permanência na casa, no bairro e em um modo de vida ali construído, resta a apropriação de "direito" de uma vila operária da qual estes trabalhadores são depositários da história e das tradições. E se os velhos operários adoentados, com bem mais que 30 anos de trabalho, têm menos força diante da CTP para conseguir acordos melhores e para arrancar mais do que apenas a casa em que já moravam; outros operários, geralmente *operários de questão* comprovados, ainda em pleno gozo de saúde, alcançam melhores acordos com a empresa e *escolhem* uma casa melhor para morarem ou mesmo duas casas. (LOPES, José Sérgio: 1988, p. 574)

Ao contrário desses acordos promovidos pela CTP onde era possível permutar os direitos trabalhistas pela casa onde os operários moravam, na fábrica Santa Cecília isso não

---

[231] ALVES, Teresa (Teresinha). Entrevista I e II [ago. 2009; set. 2012]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2012. Arquivo mp3 (290 minutos).

acontecia. Além da ausência do depósito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o que se seguiam eram propostas rebaixadas de acordo e venda da casa de vila operária para seus moradores. Dessa forma, àqueles que almejassem tal moradia, precisavam dispor de condições de compra, caso contrário, teriam de enfrentar constantes constrangimentos. Observa-se aqui o quanto de sucessivas fraudes dos empresários:

> Então botaram um corretor, e esse corretor vivia aqui enchendo o meu saco porque o dinheiro não saía. "É porque eu vou vender a sua casa pra outra pessoa!"
>
> "O senhor não vai fazer isso não, o senhor não é nem doido de pegar essa casa e vender a ninguém!"
>
> Eu quase que brigava com ele. "Porque faz tanto tempo que eu moro aqui, e o dinheiro ainda não saiu, então o senhor quer vender minha casa! Não vende não! E eu não quero nem conversa com você não. Faça o favor de sair e só venha aqui quando for pra receber o dinheiro da casa, porque se Deus quiser, eu vou receber."[232]

Desde que começou a morar naquela pequena casa da Vila Santa Inês, Teresinha passou a empregar todo complemento salarial extra, de férias e décimo terceiro na reforma de "sua" casa, criando dessa forma vínculo, apego, identificação. No depoimento da operária, a referência à casa sempre acontece de forma ambígua; ora ela é associada a um bem próprio, ora como pertencente ao patrão-proprietário, apontando certa apropriação daquele espaço.

Em virtude de variados fatores, dentre eles, a doença do empresário Carlos Leite Barbosa, a falência do Cotonifício, o processo de modernização da fábrica Santa Inês e o encerramento da relação trabalho- moradia; as casas de vila operária seriam vendidas. Tomando conhecimento do fato, Teresinha almejou comprar a casa, daí o embate com o corretor a serviço da empresa, pois se não recebera os direitos trabalhistas, como poderia adquirir a casa? Além do que, desocupar o imóvel era uma flagrante burla de direitos adquiridos.

A presença do corretor de imóveis causava mal-estar não somente a Teresinha, mas a todos os demais moradores da Vila Operária. Era tempo de aposentadoria para uns, e processo de transferência para a fábrica Santa Inês para outros. Todavia, também encontramos entre os moradores a busca por novo emprego. Em comum, viviam o constante temor de perderem a morada, e o pior, sem sinal algum de respeito aos direitos trabalhistas:

> Tinha o rapaz que vendia as casas, o nome dele era Paulo, corretor. E um dia ele vendeu essa casa [onde Lúcia e José Maria moravam] pro Seu Magalhães. Ele veio olhar a casa, [mas] eu disse: "olha, a firma não pagou meu marido e nós não vamos sair daqui. Nós vamos comprar essa casa.".

---

[232] ALVES, Teresa (Teresinha). Entrevista I e II [ago. 2009; set. 2012]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2012. Arquivo mp3 (290 minutos).

> A gente já morava aqui, e na hora da venda, a preferência era pra quem já morava aqui. Ou morava, ou desocupava. Teve esse corretor, Paulo, que ele foi e colocou uma mulher que morava ali, Edileuza o nome dela, esse corretor Paulo, botou foi a mulher no meio da rua, e a firma devendo o marido dela[233].
>
> O dono era uma pessoa maravilhosa, quando ele tava vivo a firma era uma bênção. Depois o gerente, o filho que não entendiam nada, não resolveram, enrolavam. Pra você ter ideia, eles vendiam a mesma casa pra três pessoas, uma casa só. Pegavam, vendiam pra uma pessoa, depois vendiam pra outra.
>
> Teve um dia que ele veio aqui e disse que, ou o Zé Maria comprava a casa ou desocupava. Então o Zé Maria pegou vendeu a outra casa. Essa casa era três e seiscentos, o Zé Maria pegou três mil, e ficou pagando os seiscentos, pagando parcelado, mas a empresa ainda tava devendo ele ainda.
>
> O Fundo de Garantia ele colocou na Justiça, foi cinco anos pra ele receber. E hoje ainda a firma ainda deve a ele.[234]

Chama atenção o modo como a operária interpretava o processo de reestruturação das fábricas do grupo UNITÊXTIL. Após o fechamento das outras três instalações fabris, chegava o momento da Santa Cecília, e assim, não mais interessava aos patrões manter o modelo fábrica-vila operária.

Em meio a todos estes aspectos, os moradores associam o fechamento do Cotonifício ao "desconhecimento do ofício" por parte do herdeiro, Fábio Leite Barbosa. Contudo, o que estava em jogo era: como retirar os trabalhadores das vilas, ou como conseguir que eles comprassem a casa sem terem recebido os direitos trabalhistas. O método utilizado pelos patões seria a pressão sobre as famílias operárias.

Dia a dia tendo que conviver com a presença do corretor batendo à porta, alguns trabalhadores acabaram se apressando, como aconteceu a José Maria Feitosa quando vendeu um imóvel que tinha noutro bairro; à Vera Lúcia, que recebendo acordo rebaixado, utilizou-se de um terreno da mãe para a compra da casa:

> Começaram a vender [as casas de vila operária], foi quando depois eu consegui essa. Eu comprei logo, não quis nem saber, fiquei zerada. Eu fiz acordo, comprei a casa, ainda faltou 400 reais, minha mãe inteirou e eu comprei a casa.
>
> Ela [a fábrica Santa Cecília] ajudou a muita gente, ela foi uma mãe. Não existe mais isso hoje. Essas casas aqui eram tudo dela, e ela vendeu a preço de banana para cada funcionário. Essa minha aqui, eu ainda comprei a três mil, tem gente que comprou por quinhentos. Bem baratinho. E como eles não precisavam mesmo, venderam para todo mundo. Pronto, todo mundo comprou.
>
> Alguns ainda reformaram, colocaram área. Eu só sei que ela foi muito boa para todo mundo. Não entendo como tem gente que fala mal da fábrica, eles deram um chão, todo mundo pôde comprar a sua casinha.

---

[233] Não encontrei nenhuma referência a este caso nos jornais.

[234] FEITOSA, Lúcia Maria. Entrevista I [nov. 2011]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2011. Arquivo mp3 (85minutos).

> Mulher, para tu ter uma ideia, eles faziam até parcelado para descontar na folha para quem não tinha saldo para comprar como, por exemplo, pessoas que tinham pouco dinheiro, não iam poder comprar. Eles faziam parcelado o restante, faziam de tudo. Eu não parcelei não, porque minha mãe me deu um terreno em Majorlândia e eu vendi para ele mesmo, o Sebastião que era o gerente. Depois ele me deu o restante que faltava e pronto. Ela foi como uma mãe, uma mãe, uma mãe mesmo.[235]

Num momento de incertezas como aquele (de rescisão de contrato, novo trabalho em outra fábrica e a volta a moradia de aluguel), Vera Lúcia não arriscou, ficou "zerada", mas comprou a casa de vila operária onde morava. O dinheiro, em parte veio do "acordo" proposto pelo advogado do Cotonifício, mas como era insuficiente, completou com o dinheiro adquirido na venda de um terreno.

Como podemos observar neste processo, a introjeção da ideologia paternalista no depoimento da operária onde, neste caso, a alusão à fábrica, aos gerentes e aos próprios patrões tem referência no ideário de família. Conforme este pensamento, era a Santa Cecília que ajudava, parcelava, e como uma boa mãe, facilitava a aquisição da moradia para a operária. Sobre este aspecto, Margareth Rago (1985, p. 34) examina que "a imagem da família, utilizada [pelos patrões] para pensar a fábrica, cumpre função explícita de negar a existência do conflito capital/trabalho, seguindo a idéia de uma harmoniosa cooperação entre pessoas identificadas."

Tal pensamento era cotidianamente difundido pelos patrões no início da industrialização no Brasil, e como podemos observar, os empresários da fábrica Santa Cecília mantiveram algumas das suas características. Desse modo, a ausência das atribuições do Estado, possibilitava aos empresários assumirem papéis que por vezes são percebidos pela classe como atos de bondade do patrão.

Porém, subjacente a essa imagem assumida pelos empresários, encontramos para o caso da fábrica Santa Cecília, medidas que visavam a ampliação dos lucros quando do não pagamento integral dos direitos trabalhistas, venda das casas de vila operária; continuidade do uso daquela força de trabalho noutra unidade fabril. Para o caso da operária Maria das Dores Sampaio, ao fazer "acordo" com a fábrica, completaria o valor pedido pela casa com o dinheirinho que guardava na poupança da Caixa Econômica Federal:

> O dono liberou pra vender as casa [para] o funcionário que quisesse comprar as casas. As minhas contas eu comprei a casa, mas não deu não, eu ainda tive que inteirar. O dono foi um anjo pra mim. No dia que eu fui lá pra resolver o negócio da casa, minhas contas não davam. Fui ver a minha poupança, e se eu tivesse tirado naquele dia eu ia perder juros, entendeu. Porque tava fora do dia dos juros da

[235] MENDES, Vera Lúcia. Entrevista I [nov. 2009]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2009. Arquivo mp3 (90 minutos).

> poupança. Então eu fui conversar com o doutor Fábio, [e] ele perguntou se me interessava comprar a casa.
>
> "É o que eu mais quero, doutor Fábio. Só que o dinheiro das minhas contas não vai dar pra eu pagar. Eu tenho um dinheiro na poupança, mas se eu tirar hoje não vai dar pra pegar os juros do mês." Então ele foi e perguntou:
>
> "Quando é que completa o mês da poupança?"
>
> Eu disse.
>
> "Você dá o que você já tem e daqui a um mês, quando completar a poupança, você dá o que falta. Você já está na casa, é uma funcionária que já trabalhou muito tempo."
>
> "Tá certo". Graças a Deus. Foi uma bênção, demais, demais. Pronto, eu paguei a meia parte, e dali um mês, fui, tirei o dinheiro. Acho que naquele tempo era o cruzeiro, sei lá. Então eu fui, paguei a escritura, levei pro cartório. Pronto, não tenho nada a dizer do meu trabalho não. Meu Deus, a gente não precisar pagar aluguel, Ave Maria. [236]

A operária demitida com o fechamento da fábrica foi pessoalmente negociar com o patrão o futuro da sua moradia de vila operária. A ideia era juntar o valor recebido da rescisão de contrato com as economias guardadas no banco, efetuando pagamento da casa em duas parcelas, onde nesta segunda, utilizaria o dinheirinho da poupança que à época rendia algum juro.

Ter casa própria, e livrar-se do aluguel era um alívio para as operárias. No que trata a este aspecto da moradia, Carlos Alberto Cerqueira Lemos (1978, p. 183) examina para o caso de São Paulo, nos anos de 1970, que o sonho da casa própria para o operário não se traduzia na ideia de ser "dono" de alguma coisa, adquirir "um bem de raiz", um capital que possa deixar para a família, ou um "patrimônio". E sim que "ele procura a casa própria porque ela é o meio mais barato de se morar".

As operárias da fábrica Santa Cecília além de pagarem uma taxa que vinha descontada todos os meses em seu salário, tinham sempre que desembolsar algum dinheiro para manutenção e reparos da casa:

> Quando eu cheguei aqui, Deus tem misericórdia da casa. Foi uma luta pra ela ser o que ela é hoje. Tinha tanto cupim. Ali na cozinha, ali no quarto tinha tanta goteira. Quando chovia, chovia mais dentro do que fora. Tinha só um cantinho da cama que eu deitava, que não tinha goteira, e por causa disso eu me acostumei, e só durmo bem na beirinha da cama. Se eu fosse pessoa que quando dorme se mexe muito, eu já teria levado não sei quantas quedas da cama, mas do jeito que eu me deito, eu fico, e acordo do mesmo jeito. Mas senão. Eu não me acostumo a dormir no meio da cama, só durmo na beirinha da cama.

---

[236] SAMPAIO, Maria das Dores (Dorinha). Entrevista I [fev. 2012]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2012. Arquivo mp3 (50 minutos).

> E quando chovia, aquela chuva forte começava: é santo, socorro, Jesus; é santo, socorro, Jesus; até a chuva parar porque era aquele medo que tudo caísse porque estava muito deteriorado, a casa. E o chão, era aquele tijolo antigo, vermelho, porque antigamente só quem podia botar mosaico, era mosaico. Hoje em dia é cerâmica, como você vê tá toda na cerâmica agora.
>
> E a mulher que morava [aqui], ela tinha criança. Armava a rede, e aqui no canto tinha um buraco, e a criança mijava bem ali, dentro do buraco, não tinha quem aguentasse. Foi uma luta. Isso aqui, parece que quando a criatura saiu daqui ela tirou o terraço que ninguém podia nem pisar.
>
> Todo dinheiro de décimo meu e da minha irmã, que morou algum tempo comigo, ela faleceu tá com três anos, quase três anos e meio. E ela também trabalhava lá [na Santa Cecília]. Então todo dinheiro de férias que tinha, de décimo, a gente colocava aqui nessa casa. Só que a casa não era minha, [mas] tinha que morar. Só porque a casa não era minha, eu não ia fazer nenhum benefício na casa?
>
> Na época a gente só pagava uma taxa, eu nem me lembro quanto a gente pagava. Eles diziam que a taxa, era pra quando fosse fim do ano eles ajeitarem a casa tudim, mas antigamente sim, depois não, se a gente quisesse mesmo. Mas eu pagava a taxa, e se a gente quisesse ver a casa limpa, a gente pintava. Todo dinheiro de férias, de décimo, meu e da minha irmã, a gente botava aqui. Então nós botamos aqui o terraço que você tá vendo, não era telha.[237]

Temendo que o teto caísse sobre sua cabeça, e para ter um pouco de sossego em dias de chuva, Teresinha empregava todo ganho salarial "extra" na casa de vila operária. Mas como não o faria se dormia e acordava todos os dias naquele espaço?! Após muitos anos de morada foi se constituindo também algum apego à casa; afinal, ali vivia, recebia seus colegas de trabalho, da igreja, os parentes; viveria bons e maus momentos da vida, as dificuldades, as preocupações, a rotina fabril. Tomando conhecimento da venda dos imóveis, logo ela cogitaria sua compra.

Contudo, ao contrário das operárias citadas, Teresinha Alves não possuía bens, poupança, e nem familiares com melhor situação financeira que pudessem ajudá-la. O dinheiro tinha de vir (integralmente) da reclamação dos direitos, ingressando com uma ação na Justiça do Trabalho.

Neste percurso os inconvenientes seriam vários: as ameaças do corretor, as cobranças das assistentes sociais, o medo do despejo, a lentidão da justiça. Foram vários meses para que (quase) tudo fosse resolvido, e hoje a operária se encontra aposentada, morando na pequena casa de vila que ainda se chama Santa Inês, porém, não mais pertence à família Leite Barbosa.

Através dos depoimentos, percebi ser comum o ajuizamento de ações trabalhistas contra a fábrica Santa Cecília, mesmo entre aqueles que tiveram vaga no outro Cotonifício,

---

[237] ALVES, Teresa (Teresinha). Entrevista I e II [ago. 2009; set. 2012]. Entrevistadora: Jormana Maria P. Araújo. Fortaleza, 2012. Arquivo mp3 (290 minutos).

que em pouco tempo se chamaria apenas UNITÊXTIL. Em razão disto, passei a analisar os processos individuais existentes no Tribunal Regional do Trabalho, e entre 1992 e 1993. São centenas de processos e é o que demonstra a tabela seguinte:

TABELA 5 - Processos na Justiça do Trabalho contra a UNITÊXTIL.

	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	Total
Homens	3	8	81	124	167	315	99	92	153	64	53	31	32	1222
Mulheres	1	3	12	31	55	90	40	16	45	14	6	2	5	320
Total	4	11	93	155	222	405	139	108	198	78	59	33	37	**1542**

Fonte: Tribunal Regional do Trabalho, 7ª. Região. Processos individuais.

A tabela acima foi construída tendo por referência a pesquisa realizada no TRT, onde constavam nome da empresa (UNITÊXTIL), nome do reclamante (Ministério Público, Procuradoria Regional do Trabalho, Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, União Federal – Fazenda Nacional, além de centenas de trabalhadoras e trabalhadores) e número do processo de cada um deles, entre os anos de 1988 a 2000.

Dentre eles, encontrei alguns suscitantes que já havia entrevistado no bairro Montese, percebendo também que era comum a existência de mais de um processo por reclamante. A opção inicial para análise neste trabalho, foram os processos mais antigos, 1988-1993, descobrindo em seguida que somente aqueles com data à partir de 1992 se encontravam no Arquivo do TRT-Ceará, pois ainda estavam tramitando. Os anteriores já haviam sido "descartados".[238]

Na tabela acima ainda podemos observar que entre 1991 e 1993 houve grande número de entrada de processos, indicativo de que parte do operariado da fábrica Santa Cecília recorreu à Justiça do Trabalho exatamente durante os anos de demissão. Tratava-se de uma busca por direitos trabalhistas devidos.

Observamos também que a listagem dos processos não esclarece de qual fábrica se trata, uma vez que a reclamada é sempre a empresa UNITÊXTIL. Contudo, em vista do período e das circunstâncias, é possível que muitos dos suscitantes sejam da fábrica Santa Cecília. Para averiguar tal hipótese, selecionei dez processos individuais de trabalhadoras que

[238] Sobre a política de preservação de processos judiciais, ver: SILVA, Fernando Teixeira da. Nem Crematório de Fontes nem Museu de Curiosidades: por que preservar os documentos da Justiça do Trabalho. In: Flavio M. Heinz; Marluza Marques Arraes (orgs.). **A História e seus Conflitos**: conferências do XXIV Simpósio Nacional de História da ANPUH. São Leopoldo: Oikos, 2008.

apareciam na listagem do TRT – Ceará, todos datados de 1992, cujo endereço refere à fábrica Santa Inês. Eis o caso de Maria da Silva:[239]

> MARIA DA SILVA, JOÃO CARNEIRO, por seu adv. infra-assinado, todos devidamente qualificados nos inclusos instrumentos de procs., vêm mui respeitosamente, perante V. Exa. apresentar RECLAMAÇÃO TRABALHISTA contra UNIÃO INDUSTRIAL TÊXTIL S/A – UNITÊXTIL, sita na Av. Audízio Pinheiro [Henrique Jorge], 298, o que faz pelas razões de fato e de dir. a seguir expostas:
>
> 1- Os reclamantes foram admitidos, respectivamente, em 25.08.80 e 12.09.89, tendo sido ambos demitidos injustamente, percebendo o salário mínimo mensal;
> 2- A reclamada não pagou os direitos rescisórios dos reclamantes, causando-lhes graves transtornos pessoais e familiares;
> 3- A promovida nunca depositou o FGTS dos rectes;
> 4- Os rectes. têm férias vencidas e saldo de sal.;
> 5- Os rectes. foram demitidos em datas abaixo indicadas.
>
> ANTE O EXPOSTO, requer o pagamento dos direitos rescisórios e do FGTS, tudo conforme discriminação a seguir:
> Maria da Silva
> Demissão: 26.04.92
> - Aviso prévio .....Cr$ 230.000,00
> - 13º. sal. prop. (4/12).....76.666,00
> - Férias vencidas 230.000,00
> -Férias prop. (8/12) 153.333,00
> -1/3 s/ férias 127.777,00
> - Saldo de salário (30 dias) 230.000,00
> - FGTS do período trabalhado.....2.815.200,00
> -FGTS 40% 1.126.080,00
> - FGTS s/ 13º sal….....6.133,00
> - Multa resc., art. 477,§8º., da CLT 230.000,00
> - Multa resc.,cláus. 20, §2º., da Convenção Col.....253.00,00
> TOTAL 5.478.189,00[240]

Neste caso, Maria da Silva é apontada nos autos como reclamante principal. A ação é coletiva, também fazendo parte dela o operário João Carneiro. Em todo o processo, com doze páginas, existe a menção de que sua profissão era operária têxtil, ainda que não haja referência em qual fábrica daquele grupo empresarial trabalhava, nem sua função. Também consta seu endereço: Rua Zacarias Gondim (sem identificação de número) - àquele mesmo da localização da fábrica Santa Cecília, onde era moradora de vila operária (no seu extrato de pagamento, incorporado ao processo, consta desconto de Cr$ 14.405,60, descriminado como "taxa de conservação vila").[241] Estas características levam a crer não apenas que Maria da

[239] Por exigência do Tribunal Regional do Trabalho, e em virtude de se tratar de processo de passado recente, utilizo nomes fictícios.

[240] CEARÁ. **Processo Trabalhista de no. 1290/92**, presente no acervo do Fórum Autran Nunes (Centro), sob guarda do Tribunal Regional do Trabalho. Enfatizo aqui dados referentes à Maria da Silva.

[241] Na Rua Zacarias Gondim existia a vila operária São Carlos, e segundo Núbia Carneiro (1980, p. 19): "[...] 90% das casas da empresa estão ocupadas por empregados da fábrica Santa Cecília devido ao fato desta ter maior número de empregados e está situada na mesma área das vilas."

Silva morava no Montese, como trabalhava ali, na Santa Cecília; e não no Henrique Jorge, onde se localizava a fábrica Santa Inês, e o escritório da UNITÊXTIL. [242]

Maria da Silva trabalhou durante doze anos, e em todo este tempo nunca foi depositado o FGTS, embora os descontos tivessem sido feitos sobre seu salário (como consta no seu contracheque em anexo ao processo). Aqui também podemos encontrar várias outras dívidas a serem liquidadas pelos patrões, tais como: aviso prévio, décimo terceiro, férias, multas por demissão sem justa causa.

Na audiência realizada no dia 02 de outubro de 1992, às 8:00, na Junta de Conciliação e Julgamento (localizada na Avenida Duque de Caxias, Centro) fizeram-se presentes além dos operários Maria da Silva e João Carneiro, um representante da UNITÊXTIL, assim como os respectivos advogados e os juízes - Silvio de Albuquerque Mota (Juiz do Trabalho), José da Silveira Jereissati (Juiz Classista dos Empregadores) e Hilário Bento de Menezes (Juiz Classista dos Empregados).

Naquele momento é avisado pelo representante patronal que o depósito do FGTS havia sido efetuado, tornando-se centro do debate os demais direitos:

> Maria da Silva e UNITÊXTIL – UNIÃO IND. TÊXTIL S/A, entraram em acordo mediante o qual a reclamada paga ao reclamante CR$ 5.700.000,00, pondo fim a demanda do dia 15/10/92 com liberação do FGTS, Código 01.
>
> Não se verificando o pagamento no prazo ajustado fica a reclamada compelida a pagar, também (ilegível)% sobre o total deste acordo a título de clausula penal.
>
> A EMPRESA PAGARÁ AOS RECLAMANTES, NO DIA 15.10.92, MARIA DA SILVA – CR$ 3.200.000,00
> JOÃO CARNEIRO – CR$ 2.500.000, 00
>
> A RECLAMADA LIBERARA FGTS DOS RECLAMANTES, JÁ DEPOSITADO.[243]

Uma média de seis meses foi o tempo entre a demissão da operária e a primeira audiência, um longo tempo de espera para quem já era tão despossuído. O depósito do FGTS efetuado ao período da audiência demonstra que os empresários tiveram que fazê-lo – contudo, após vários moradores das vilas terem efetuado a compra da casa. Quanto aos demais direitos, as partes chegaram ao acordo que seria assinado na próxima audiência, dia 15 do mesmo mês de outubro, o documento "Termo de Pagamento e Quitação".

---

[242] As assembleias entre os empresários do grupo, segundo conta a documentação entregue na Junta Comercial do Estado do Ceará (JUCEC), aconteciam no escritório localizado no mesmo endereço da fábrica Santa Inês.

[243] CEARÁ. **Processo Trabalhista de no. 1290/92**, presente no acervo do Fórum Autran Nunes (Centro), sob guarda do Tribunal Regional do Trabalho.

O processo judicial como parte integrante da legislação era uma ferramenta de luta para as operárias na conquista dos direitos. A própria existência da lei, como se pode perceber, abrangia ambas as partes envolvidas no contrato de trabalho.

No que trata ao estudo da legislação, em especial a origem, os significados e as práticas da Lei Negra na Inglaterra durante o século XIX, E. P. Thompson (1987b) compreende que se trata de "uma mediação específica e um terreno de oposição de classes e não um simples instrumento ideológico a serviço da dominação da classe dominante". [244]

Nesta compreensão da lei como campo de disputas, Adriano Luiz Duarte (2010) conecta a esta noção os conceitos de cultura e experiência, observando-a como desdobramento de práticas sociais:

> Para o reconhecimento público de sua legitimidade, e para que ela, portanto, desempenhasse um papel hegemônico, era necessário, no mínimo, um corpo de regras e procedimentos que aplicassem critérios lógicos e referidos a padrões de igualdade e de universalidade ao alcance de todos, senhores e caçadores. Isso tornava o exercício da dominação um instrumento limitado pela própria retórica legal. (DUARTE: 2010, p. 181)

Desse modo, a produção teórica e historiográfica do inglês E. P. Thompson é referência aos pesquisadores brasileiros sobre o "Domínio da Lei", possibilitando novas perspectivas de estudos de história social, à medida que cresce o interesse e a necessidade de problematizar o papel desempenhado pela lei e pelo direito no exercício de formas peculiares de dominação. (Fortes: 1995, 96).

No que trata ao uso de fontes e metodologia do judiciário, Benito Schmidt (2010, p. 32) chama atenção sobre a atual história social do trabalho no Brasil: "justiça, leis e direitos não significam apenas mecanismo de dominação de classe, embora também o sejam, mas igualmente campos de conflito onde se travam importantes batalhas entre dominantes e dominados, um âmbito da luta de classes sem fim." [245]

Ao analisar as negociações e conflitos entre trabalhadores e empregadores dos setores têxtil e metalúrgico na cidade de São Paulo, perante a Justiça do Trabalho, Larissa Corrêa (2007) tem como principal ferramenta documental os processos trabalhistas (os de caráter individual e coletivo), observando-os como recurso fartamente utilizado pelos trabalhadores desde a década de 1950:

---

[244] THOMPSON, E P. **Senhores e Caçadores**: o domínio da lei. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1987b.

[245] Ler também: FRENCH, John D. **Afogados em Leis**: A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros. Tradução: Paulo Fontes. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002; MENDONÇA, Joseli M.N. Em Busca de uma Justiça Própria – trabalhadores e suas demandas na Primeira República. In: Benito Bisso Schimidt (org.). **Trabalhadores, Justiça e Direitos no Brasil**: pesquisa histórica e preservação de fontes. São Leopoldo: Oikos, 2010.

> Recentemente os processos trabalhistas chamaram a atenção dos pesquisadores. Um dos motivos deve-se à idéia, bastante difundida nos anos de 1960 e 1970, [na qual] consideravam a JT uma instituição a serviço da burguesia industrial, afundada em procedimentos burocráticos e manipulada pelo Estado, seja por ter sido considerada uma "justiça menor", ou, ainda, por se ter a idéia de que as leis trabalhistas eram vistas com deboche pela classe patronal.
>
> A CLT, embora fosse considerada "uma das legislações mais adiantadas do mundo", era criticada ora pelos empregadores - por apresentar excesso de "detalhes" -, ora pelos trabalhadores - por não abordar aspectos importantes expressos nas relações de trabalho. Essas críticas acabaram influenciando os pesquisadores das décadas de 1970, levando-os a ignorar o papel da JT nas relações de trabalho. Esses argumentos permaneceram estáticos ao longo das décadas e talvez expliquem o fato de a maior parte da documentação produzida pelos tribunais trabalhistas ainda não ter sido utilizada para pesquisa.
>
> Assim, as leis e o direito, instrumentalizados por meio da Justiça do Trabalho, constituíram uma força motriz importante na mobilização e organização da classe trabalhadora na luta por direitos, imprimindo, aos conflitos trabalhistas, um caráter publico, com dimensões políticas até então inimagináveis. (CORRÊA: 2007, p. 14-15)

Para Maria Sângela Silva (2012) que analisa a luta dos trabalhadores cearenses, (tais como têxteis, bancários, motoristas de transporte coletivo, taxistas, ferroviários, trabalhadores do porto) durante os anos de 1946 e 1954, a Justiça do Trabalho é várias vezes acionada pelos trabalhadores como um meio de pressão para a conquista dos direitos, dentre eles, o aumento salarial.

No que trata as operárias têxteis da fábrica Santa Cecília ao final de 1980 e início de 1990, podemos observar que a Justiça do Trabalho foi fartamente utilizada como recurso para o recebimento integral dos direitos, dentre eles, o Fundo de Garantia, possibilitando a compra da moradia. Por outro lado, encontramos nesta experiência uma ação política que longe de ser individual, adquiriu um caráter coletivo entre os operários e operárias do Cotonifício.

Articuladas ou não ao Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, as operárias figuraram na cena da história em sua especificidade, trazendo ao âmbito público algumas das dificuldades e dos desafios da experiência vivida: seja no campo da cultura e do cotidiano, do trabalho e das lutas sindicais, elas iluminaram a percepção da luta por direitos no sistema de fábrica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> Que alegria, entrar na fábrica com a autorização sorridente de um operário que vigiava a porta. Alegria de encontrar tantos sorrisos, tantas palavras de acolhimento fraterno. Como a gente se sente entre colegas nessas oficinas em que quando eu entrava lá, cada um se sentia tão só, atrás de sua máquina! Alegria de ouvir, em vez do barulho impiedoso das máquinas, símbolo tão patente da necessidade dura que nos dobrava; música, cantos e risos. Passeando entre essas máquinas às quais durante tantas e tantas horas foi dado o melhor da substância vital; e elas se calam, não cortam mais dedos, não fazem mais mal. Alegria de passar de cabeça alta diante dos chefes. Deixamos, por fim, de ter que lutar a cada instante para conservar a dignidade aos próprios olhos, contra uma tendência quase invencível de se submeter de corpo e alma. (...) Alegria de viver entre estas máquinas mudas no ritmo da vida humana – o ritmo que corresponde à respiração, às batidas do coração, aos movimentos naturais – e não na cadência imposta pelo cronometrista. É claro que esta vida dura vai recomeçar dentro de alguns dias. Mas ninguém pensa nisso, como os soldados de licença durante a guerra. Além do que, aconteça o que acontecer depois, sempre houve isto, agora. Finalmente, pela primeira vez, e para sempre, haverá em torno destas máquinas pesadas outras lembranças flutuando, e não só as do silêncio, da opressão, da submissão. Lembranças que põem um pouco de orgulho no coração, que deixarão um pouco de calor humano em cima de todo esse metal. (Simone Weill)

Articulando os fios da história e da memória das operárias têxteis da fábrica Santa Cecília, em Fortaleza, esta pesquisa tentou recuperar dimensões do vivido e as experiências no mundo do trabalho. Em destaque, a cultura operária, as relações de trabalho e a luta por direitos no período. De modo simultâneo, este estudo procurou compreender a experiência das mulheres trabalhadoras tendo em vista as relações de poder, de opressão e exploração, de lutas e resistências, bem como seu fazer-se enquanto sujeito político.

Ao longo desta investigação, foram elaborados vários questionamentos e considerações acerca da presença feminina entre o operariado fabril têxtil em Fortaleza. Percebeu-se, por exemplo, que muitas operárias migram do interior do Ceará, tendo por primeira ocupação na cidade capital, o emprego doméstico, quando as desventuras de um cotidiano atravessado pelos maus tratos e a ausência de direitos, vislumbra no horizonte fabril um lugar melhor. Trabalhando nas fábricas, o impacto negativo acontecia desde o processo de seleção, quando eram exigidos exames admissionais como teste de gravidez e de agilidade

para os trabalhos de fiação, tecelagem e controle de qualidade, em geral, realizados por mulheres.

Enfrentando a rigidez das normas internas do cotidiano fabril, são acompanhadas pelo olhar atento dos supervisores e contramestres que dificultam as conversas entre si, regulam de modo constrangedor a ida ao banheiro, proíbem a ingestão de alimentos no espaço de trabalho e requerem atenção plena ao funcionamento das máquinas que não podiam parar. As condições de trabalho no Cotonifício são difíceis e atordoam a cabeça. Muitos são os casos de mutilação e perda da audição; aprendem desde logo a tapar o ouvido com os chumaços de pano inservível e a cobrir bem o cabelo, pois a máquina pode arrancá-los de supetão. Outra vez, graças à blusa que fica presa à engrenagem da máquina salvam a mão ou um braço que podia ser engolido. Na fábrica Santa Cecília, velhas e novas máquinas no grande galpão produzem um barulho ensurdecedor e no ambiente fabril reina um ajuntamento de poeira dos fios e um calor infernal. A poeira e os felpos entram pelos poros, pelo nariz, chegam ao pulmão, produzindo as doenças respiratórias. Ao fim de cada jornada estão irreconhecíveis de tanto fio e pó entranhado. Ao fim da vida útil para o capital tem o pulmão adoecido e a saúde combalida.

Alguma das imensas máquinas de controle da qualidade dos fios tem uma luz muito forte que requer olhos fixos e atentos à rugosidade dos panos e a qualidade dos fios para exportação. O olho não aguenta a rotina de verificação de cinco, seis mil metros de panos e fios, e a vista pede óculos cada vez mais fortes; algumas ficam quase cegas depois de continuada exposição a uma luz tão forte e à exigência de produtividade cada vez maior. Enquanto isto, a perícia da Delegacia Regional do Trabalho somente registra que o lugar de trabalho é insalubridade e tem certa periculosidade; a perda da saúde como se verifica dos laudos é compensada por alguns trocados, a que o eufemismo do capital chama de adicional ao salário-base. E nada de alterar o tempo e a arquitetura fabril.

A “sedução da cidade” vivida pelas trabalhadoras se converte logo em frustração, mas continuavam a pelejar. Segregadas na cidade, o bairro fabril se constituía também em espaço de fugaz sociabilidade, de alguma camaradagem em busca de um convívio em que se reconheça face aos costumes que persistem, e à cultura da solidariedade. Ganham relevo em suas memórias, bodegas, bares e outros pequenos comércios onde viviam relações de confiança na compra do fiado, na anotação da caderneta e na paga a cada quinzena recebida do trabalho no Cotonifício.

Ao lado dos familiares ou dos companheiros de trabalho, alguma diversão e fruição do tempo “livre” acontecia quase sempre nos espaços agregados à fábrica. No Clube

Cotó, no jogo de futebol, no boteco, nas conversas ao pé do balcão, nos piqueniques, nas datas comemorativas ou nas “festas da firma”. Algumas vezes as operárias saíam do bairro onde moravam para uma ida ao Centro, às compras; ou para ver o mar num dia de piquenique, ou ao estádio torcer pelo time da fábrica. O pouco tempo de tempo de descanso, em parte, é articulado à disciplina industrial, mas é também apropriado desde os costumes que tinham em comum a camaradagem que se vai fazendo ou na partilha de experiências de fruição dos momentos em que as “turmas” se uniam e se cotizavam para o piquenique na praia, um dia no balneário, ou para uma confraternização de Natal e de Ano Bom.

Para se livrar do aluguel que come uma fatia grande do pequeno salário, e do desalento da falta de condições nas periferias muito ao longe da cidade capital, diminuindo o tempo do curto descanso, a morada na casa de vila operária se tornava uma promessa de vida melhor para aquelas mulheres pobres. Em reduzido número se comparada a quantidade de trabalhadores no Cotonifício, várias táticas foram utilizadas para conseguir uma casa na vila da fábrica.

Desse modo, no contexto de “redemocratização”, de reivindicação pela moradia, contra a carestia de vida e as longas jornadas de trabalho, a militância sindical feminina entra em cena exigindo a incorporação de suas demandas no mundo do trabalho. No setor têxtil, a luta por direitos ganhava destaque nas negociações coletivas com os patrões.

Para o processo de pesquisa e de formação no campo da história social, esta Dissertação possibilitou ampliar conhecimentos sobre a experiência das operárias têxteis numa perspectiva histórica, articulando experiências de mulheres comuns e de militantes ativistas sindicais, experimentando procedimentos democráticos de diálogo, leitura e análise das fontes orais, e demais documentos, acontecendo o mesmo para a literatura historiográfica; propiciando também uma aprendizagem na escrita da história.

Na tentativa de conclusão deste estudo, várias possibilidades de investigação afloraram ao longo da pesquisa. Ao examinar a experiência das operárias têxteis da fábrica Santa Cecília, parece relevante ampliar a análise acerca do tempo e das formas de lazer operário no SESI e nos campos de várzea, os campeonatos entre times da indústria, as rivalidades e solidariedades, a disciplina, o adestramento do corpo bem como os processos de resistência ao sistema de fábrica; as modalidades esportivas com as quais as operárias se identificavam, dentre outros.

No que trata ao fim dos anos de 1980 são válidos ainda estudos que continuem a percorrer o caminho das greves num momento em que várias fábricas têxteis encerraram suas atividades. Temos, por exemplo, na Thomaz Pompeu, forte mobilização com ocupação de

fábrica que ganhava destaque na imprensa nacional de forma pejorativa, chamando-os de "terroristas"; na fábrica Santa Lúcia os trabalhadores conseguem espaço em programas radiofônicos, onde suas denúncias são escutadas na cidade. Na fábrica Santa Teresa os trabalhadores vem de Aracati à Fortaleza exigir a reabertura do Cotonifício ao Governador Tasso Jereissati e ao grupo executivo da UNITÊXTIL. A repercussão disto entre os trabalhadores bem como o processo de politização são aspectos que podem contribuir para a compreensão da conjuntura das lutas por direitos no Ceará. Considerando os limites deste estudo, essas questões foram tratadas de forma tangencial.

No que trata as fontes destaco as ricas possibilidades de estudo com depoimentos orais e com documentos judiciais. No primeiro caso, temos vários ativistas que iniciaram suas trajetórias ao final dos anos de 1970 e início de 1980 com os quais podemos ter mais fácil acesso para entrevistas, pois muitos continuam na sina da militância política. Para o caso daquelas que nunca estiveram filiados a partidos ou organizações de esquerda, buscar as moradias de vila operária pode ser um bom caminho para iniciar uma pesquisa.

No que trata as fontes judiciais, um grande volume de processos no Arquivo do Tribunal Regional do Trabalho da Sétima Região, em Fortaleza, podem não apenas oferecer excelentes pistas sobre as condições de trabalho e as resistências dos trabalhadores no cotidiano fabril, como ainda observar, como anotado em James Scott (1990), o "discurso público" dos patrões em seu verbo classista e dos magistrados em seus torneios retóricos acerca dos direitos denegados. Como vimos nos dissídios coletivos do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, constam documentos de tipologia variada em anexo: atas de assembleia e de posse dos membros do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, listas de presença nas Assembleias da categoria, petições, reclamações trabalhistas. Além disto, processos individuais e coletivos podem indicar o contexto e as circunstancias que fazem surgir novas reivindicações para velhas opressões e explorações da ordem do capital.

Na memória do trabalho, ou dos trabalhadores e trabalhadoras, há muito que recuperar para o estudo da história social. Desse modo, essa Dissertação tentou contribuir, bem vistas as limitações de tempo e de abrangência do estudo, com o campo de estudos das experiências desde os de baixo, como em Edward Thompson (2001), enfatizando as ações dos sujeitos, a palavra das mulheres, a alegria e a emoção de parar as máquinas e ver a Greve, apontando as contraprovas factuais da opressão vivida, e as estratégias de luta e resistência ao examinar a classe como processo histórico, em suas diferenças internas construindo experiências igualmente diversificadas.

REFERÊNCIAS

INSTITUIÇÕES E LOCAIS DE PESQUISA

Arquivo da Central Única dos Trabalhadores/CE – Fortaleza;

Arquivo do Tribunal Regional do Trabalho da Sétima Região – Fortaleza;

Biblioteca Aderbal Nunes Freire (BANF –TRT 7ª. Região) – Fortaleza;

Biblioteca de Ciências e Tecnologia, Universidade Federal do Ceará (BCT – UFC) – Fortaleza;

Biblioteca de Humanidades, Universidade Federal do Ceará (BCH-UFC) – Fortaleza;

Biblioteca do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT – CE) – Fortaleza;

Biblioteca Inspiração Nordestina, Banco do Nordeste do Brasil (BIN - BNB) – Fortaleza;

Biblioteca Liberal de Castro, Universidade Federal do Ceará (Arquitetura e Urbanismo) – Fortaleza;

Biblioteca Professor Antônio Martins Filho, Universidade Federal do Ceará (BPAMF - UECE) – Fortaleza;

Biblioteca Pública do Ceará – Fortaleza (Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel – BPGMP) – Fortaleza;

Biblioteca Pública Municipal Dolor Barreira (BPMDB) – Fortaleza;

Biblioteca Universitária, Universidade Federal do Ceará (BU – UFC) – Fortaleza;

Centro de Conhecimento, Editoração, Documentação Informação e Pesquisa (CEDIP – FIEC) – Fortaleza;

Instituto do Movimento Operário (IMO) – Fortaleza;

Junta Comercial do Estado do Ceará (JUCEC) – Fortaleza;

Memorial da Justiça do Trabalho no Ceará (MJT – CE) – Fortaleza;

Plebeu Gabinete de Leitura – Fortaleza (PGL);

Sindicato dos Trabalhadores em Fiação e Tecelagem Têxteis – Fortaleza.

SITES DE PESQUISA

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm

www.cut.org.br

www.cutceara.org.br

MEMÓRIA ORAL

Adolfo Rodrigues, 62 anos. Nasceu em Aracati, Ceará, e aos 18 anos começou a trabalhar na fábrica Santa Teresa, migrando posteriormente para Fortaleza. Na capital se empregaria na fábrica Santa Cecília. Foi militante sindical no Sindicato dos Trabalhadores Têxteis até o início do ano de 1987. É morador em casa de vila operária, no Montese, onde aconteceu a entrevista realizada por Jormana Maria Pereira Araújo, no primeiro semestre de 2013, com duração de 90 minutos.

Alberto Cidade, 59 anos. É natural de Nova Olinda, Ceará. Migrou para Fortaleza a fim de estudos e trabalho. Após curso técnico, emprega-se na fábrica Santa Cecília na função de eletricista permanecendo ali até se aposentar. Na atualidade continua a prestar serviços à UNITÊXTIL. É morador em casa de vila operária no Montese, onde aconteceu a entrevista realizada por Jormana Maria Pereira Araújo, no primeiro semestre de 2012, com duração de 95 minutos.

Antônio Ibiapino, 57 anos. Começou a trabalhar à noite na tecelagem da fábrica Santa Cecília aos 18 anos, onde a cada final de jornada seguia para a escola, num bairro vizinho, para concluir os estudos. Em 1987, assume a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, onde se tornou referência como ativista político; e também era quem escrevia no jornal Fio da Meada. Entrevista realizada por Jormana Maria Pereira Araújo, em seu local de trabalho, no primeiro semestre de 2013, com duração de 80 minutos.

Claudemir de Sousa, 56 anos. Começou a trabalhar na fábrica Santa Cecília aos 16 anos. Atualmente cumpre mandato no Sindicato dos Trabalhadores Têxteis. Foi morador em casa de vila operária no Montese, e atualmente reside no bairro Aeroporto. Entrevista realizada por Jormana Maria Pereira Araújo, no segundo semestre de 2012, em sua casa, com duração de 90 minutos.

Cosmos dos Santos, 40 anos. Começou a trabalhar na Santa Cecília aos 17 anos, e com o fechamento daquela unidade fabril, empregou-se na Têxtil Bezerra de Menezes. Atualmente cumpre mandato no Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, e continua a morar em casa de vila operária no Montese, onde aconteceu a entrevista realizada por Jormana Maria Pereira Araújo, no primeiro semestre de 2012, com duração de 50 minutos.

Efigênia de Souza, 55 anos. Começou a trabalhar na fábrica Santa Cecília aos 20 anos. Foi operária na fiação até o ano de 1993, quando se aposentou. Mora no Montese. Entrevista realizada por Jormana Maria Pereira Araújo, no primeiro semestre de 2012, com duração de 95 minutos.

Elisa Sales, 64 anos. Trabalhou na bodega do Sr. Juarez, seu pai, até o encerramento das atividades da fábrica Santa Cecília. Entrevista realizada na casa da operária Teresa Barbosa, no segundo semestre de 2012, com duração de 95 minutos.

Ely Pereira, 57 anos. Trabalhou na fábrica Santa Cecília nos anos de 1970 juntamente com os pais, morando temporariamente na vila operária. Posteriormente se mudou para uma casa próxima da Avenida dos Expedicionários onde mora atualmente. Em pouco menos de 10 anos de trabalho na fiação foi compulsoriamente aposentado em virtude da aquisição de uma doença neurológica. Parente da minha família, foi-me apresentado pela minha mãe no ano de 2011, quando estive em sua casa entrevistando-o por volta de 80 minutos.

Francisca Eugênia do Nascimento, 49 anos. Aos 15 anos começou a trabalhar em fábrica de confecção, época que militava na Juventude Operária Católica (JOC), fazendo parte do movimento de oposição sindical. Anos mais tarde mudaria de categoria se tornando comerciária, militante sindical e membro da Comissão das Mulheres da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Atualmente reside no município de Caucaia. A entrevista ocorreu no Sindicato dos Comerciários de Fortaleza, no primeiro semestre de 2011, com duração de 50 minutos.

Francisco de Sousa (Chico), 74 anos. Começou a trabalhar na fábrica Santa Cecília aos 19 anos. Foi operário na tecelagem, época em que frequentava o Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, mas não se filiava em virtude da repressão da ditadura militar. Mora atualmente no bairro Aeroporto, onde aconteceu a entrevista, realizada por Jormana Maria Pereira Araújo no segundo semestre de 2012, com duração de 90 minutos.

Gema Galgani Esmeraldo, 53 anos. É professora do curso de Economia Doméstica da Universidade Federal do Ceará (UFC), onde coordena o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente; é membro da direção do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Estado do Ceará. Nos anos 1990 foi militante da CUT, responsável

pela formação política de mulheres dirigentes sindicais, atuando em sindicatos, tais como: comerciários, têxtil, bancários; dentre outros. A entrevista realizada por Jormana Maria Pereira Araújo aconteceu na UFC, em agosto de 2013, com 90 minutos de duração.

José Maria Feitosa, 56 anos. Começou a trabalhar na fábrica Santa Cecília aos 18 anos. Foi operário e supervisor no setor de classificação de tecidos. É morador em casa de vila operária no Montese, onde aconteceu a entrevista realizada por Jormana Maria Pereira Araújo, no primeiro semestre de 2011, com duração de 55 minutos.

José Ramos, 48 anos. Começou a trabalhar na fábrica Santa Cecília aos 17 anos. Foi operário e supervisor da fiação. É morador em casa de vila operária no Montese, onde aconteceu a entrevista realizada por Jormana Maria Pereira Araújo no primeiro semestre de 2013, com duração de 80 minutos.

Lúcia Maria Feitosa, 47 anos. Começou a trabalhar na fábrica Santa Cecília aos 22 anos. Foi operária no setor de classificação de tecidos. É moradora em casa de vila operária no Montese, onde aconteceu a entrevista realizada por Jormana Maria Pereira Araújo no segundo semestre de 2011, com duração de 85 minutos.

Maria Bezerra, 58 anos. Começou a trabalhar na fábrica Santa Inês anos 22 anos. Foi operária na fiação e tecelagem, assumindo o Sindicato dos Trabalhadores Têxteis no início do ano de 1987, e a Secretaria de Assuntos da Mulher em 1990. Mora no Presidente Vargas. Entrevista realizada por Jormana Maria Pereira Araújo, no segundo semestre de 2011, na casa de Vera Mariano, com duração de 100 minutos.

Maria das Dores Sampaio (Dorinha), 56 anos. Começou a trabalhar na fábrica Santa Cecília aos 23 anos. Foi operária na tecelagem. É moradora em casa de vila operária no Montese. Entrevista realizada por Jormana Maria Pereira Araújo, no primeiro semestre de 2012, com duração de 50 minutos.

Maria das Graças de Sousa, 71 anos. Começou a trabalhar na fábrica Santa Cecília aos 20 anos. Foi operária e contramestre no setor de tecelagem. Foi moradora em casa de vila operária no Montese, e atualmente reside no bairro Aeroporto, onde aconteceu a entrevista

realizada por Jormana Maria Pereira Araújo no segundo semestre de 2012, com duração de 90 minutos.

Maria de Lourdes Pereira, 72 anos. Começou a trabalhar na fábrica Santa Cecília, próximo dos 40 anos, na função de limpeza dos escritórios do Cotonifício. Mora em casa de vila operária, no Montese, onde foi entrevistada por Jormana Maria Pereira Araújo no primeiro semestre de 2013, com duração de 50 minutos.

Miriam Barbosa, 74 anos. Começou a trabalhar na fábrica Santa Cecília aos 19 anos. Foi operária na tecelagem. Mora no bairro Montese. Entrevista realizada por Jormana Maria Pereira Araújo no segundo semestre de 2012, com duração de 95 minutos.

Olegário da Silva, 52 anos. Começou a trabalhar na fábrica Santa Cecília anos 19 anos. Trabalhava no laboratório manuseando tintas. É morador em casa de vila operária no Montese, onde aconteceu a entrevista realizada por Jormana Maria Pereira Araújo no primeiro semestre de 2013, com duração de 45 minutos.

Raimundo Ferreira (Bigode), 54 anos. Começou a trabalhar na fábrica Santa Cecília aos 23 anos. Foi operário no Cotonifício e garçom no clube Cotó. É morador em casa de vila operária no Montese, onde aconteceu a entrevista realizada por Jormana Maria Pereira Araújo no primeiro semestre de 2013, com duração de 80 minutos.

Raimundo Ximenes, 75 anos. Dentista aposentado, memorialista e morador no Montese. Dedicou-se a escrever as memórias do bairro, incentivando a escrita de jornais que surgiam sob iniciativa dos pequenos comerciantes locais. Entrevista com duração de 70 minutos.

Rosa Maria da Silva, 49 anos. Começou a trabalhar na fábrica Santa Cecília aos 17 anos. Foi operária no setor de classificação de tecidos. É moradora em casa de vila operária no Montese, onde aconteceu a entrevista realizada por Jormana Maria Pereira Araújo no primeiro semestre de 2013, com duração de 90 minutos.

Teresa Alves (Teresinha), 60 anos. Começou a trabalhar na fábrica Santa Cecília aos 17 anos. Foi operária na fiação. É moradora em casa de vila operária no Montese. Entrevista realizada

por Jormana Maria Pereira Araújo, em dois momentos, em 2009 e 2012, com duração de 290 minutos.

Teresa Barbosa, 47 anos. Começou a trabalhar na fábrica Santa Cecília aos 17 anos. Foi operária na fiação em dois momentos, no final dos anos 1970 e final de 1980. É moradora no bairro Montese. Entrevista realizada por Jormana Maria Pereira Araújo no segundo semestre de 2012, com duração de 95 minutos.

Vera Lúcia Mendes, 48 anos. Começou a trabalhar na fábrica Santa Teresa, em Acarati com 18 anos. Próximo do fechamento do Cotonifício migraria para Fortaleza, empregando-se na Santa Cecília. Foi operária no setor de classificação de tecidos. Com o fechamento da fábrica, passaria alguns meses trabalhando na Santa Inês. É moradora em casa de vila operária no Montese. Entrevista realizada por Jormana Maria Pereira Araújo, em 2009, com duração de 90 minutos.

Vera Mariano, 49 anos. Começou a trabalhar na fábrica Santa Cecília aos 22 anos. Militante sindical desde 1988, assumia a Secretaria de Assuntos da Mulher, do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, em 1990. É moradora no bairro Granja Portugal. Entrevista realizada por Jormana Maria Pereira Araújo, no segundo semestre de 2011, com duração de 100 minutos.

Zélia Gomes, 47 anos. Começou a trabalhar na fábrica Thomaz Pompeu aos 19 anos. Militante sindical, em 1990 assumia a Secretaria de Assuntos da Mulher, do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis. Mora atualmente em Maracanaú. Entrevista realizada por Jormana Maria Pereira Araújo no primeiro semestre de 2013, na Universidade Federal do Ceará, com duração de 50 minutos.

PERIÓDICOS CONSULTADOS

Jornais

Diário do Nordeste (1980 - 1993)

Fio da Meada (Fortaleza/CE - 1987 – 1997)

Jornal da FIEC (Fortaleza/CE - 1992-1993)

Jornal do Dorian (Fortaleza/CE - 1987)

Notícias do Bairro Grande Montese (1987)

O Povo (Fortaleza/CE - 1980 - 1993)

Panfletos

Fio da Meada (Fortaleza/CE – 1987 – 1993)

Espaço da Mulher (Fortaleza/CE – 1991 - 1992)

PESQUISAS

A Mulher no Mercado de Trabalho: perfil sócio - econômico. Inácio José Bessa Pires (org.). Fortaleza – Ceará: SINE/CE, 1995.

As Migrações para Fortaleza. Governo do Estado do Ceará. Publicação do Departamento de Imprensa Oficial, da Secretaria de Administração de Fortaleza, Ceará. Pesquisa encomendada ao Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1967.

Camuflagem e Transparência: as mulheres no sindicalismo. CUT. Colaboração CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação/Programa "Memória e Acompanhamento do Movimento Operário". Secretaria de Imprensa e Divulgação da CUT. 1994.

Ceará. Sistema Nacional de Emprego. Alguns Aspectos da Ocupação e da Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho de Fortaleza. Fortaleza, SINE/CE, 1990.

Censo Demográfico de Fortaleza e Bairros. IBGE-DEGE/CE – SEDODI, 1980.

Competitividade da Indústria Têxtil do Nordeste. Banco do Nordeste do Brasil. Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE. Fortaleza, 1997.

Força de Trabalho Feminina no Município de Fortaleza: caracterização geral. Fortaleza. SINE/CE, 1985.

Relatório Mensal de Atendimento das Atividades Sociais – Lazer. Serviço Social da Indústria – DR/ Ceará. Sistema de Controle Estatístico – DITEC – S.O.C. Campo de Atuação – Cooperação e Assistência, mês: outubro. Data: 10/11/97.

Relatório Mensal de Atendimento, Prática Esportiva – Lazer (SESI Parangaba). Serviço Social da Indústria – DR/ Ceará. Sistema de Controle Estatístico – DITEC – S.O.C. Campo de Atuação – Cooperação e Assistência, mês: junho. Data: 30/06/97.

SENAI. **Relatório da Pesquisa sobre Inovações Técnicas na Indústria Têxtil.** Fortaleza: Departamento Regional do Ceará, 1987.

Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor: pesquisa de orçamentos familiares. IBGE, 1989.

ANUÁRIOS, CADASTROS E RECENSEAMENTO INDUSTRIAIS

Anuário do Estado do Ceará. Francisco José Lustosa da Costa; Dorian Sampaio (orgs.). Fortaleza: Stylus Editora. (várias edições)

Cadastro Industrial do Ceará. Fortaleza, 1980 a 1990 (várias edições). CEARÁ. Secretaria de Indústria e Comércio.

Censo Industrial: dados gerais. **IX Recenseamento Geral do Brasil – 1980**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro: IBGE, 1984.

RESOLUÇÕES DE CONGRESSOS

Campanha Nacional "Creche para Todos". CUT/Resoluções do 2º. CONCUT [1986].

Resoluções da Primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT). Praia Grande (SP). 1981.

Resoluções do 3º. Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores – CUT. Belo Horizonte/ MG. 7 a 11 de setembro de 1988.

OUTRAS FONTES

Atas de Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias (exemplares variados entre 1987 e 1993), Atas de Apuração de Eleições, Atas de Distribuição de Cargos, Ofícios, Estatuto, Relatórios, Boletins, Folhetins de Campanhas Salariais – do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis; Fotografias, Plano Diretor (anos 1960 e 1980).

LIVROS

LIMA, Luiz Cruz. **A Indústria na Zona Francisco Sá**. Colaboração ao Instituto de Geociência da Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza: [*s.n.*]. 1971. 120p.

LIMA, Maia Esther Russo; FEITOSA, Valéria Chaves dos Santos Petri (org.). **Inventário de Reclamações**: fundo Tribunal Regional do Trabalho da 7ª. Região (1938 – 1994). Tribunal Regional do Trabalho da 7ª. Região, Divisão de Documentação, Núcleo do Memorial da Justiça do Trabalho do Ceará. Fortaleza: TRT 7ª. Região, 2012.

ROSA, Antônio Lisboa da. et al. **A Indústria Têxtil Cearense**: um estudo sobre a competitividade. Fortaleza: FIEC, 1994.

SILVA, Antônio Ibiapino da. **Para Onde Vais?** Fortaleza: Edigraff Editora, s/d.

VIANA, Fernando Luiz Emerenciano. **Documentos do ETENE** – Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste. A Indústria Têxtil e de Confecções no Nordeste: características, desafios e oportunidades. Fortaleza: Banco do Nordeste do brasil. Série Documentos do ETENE, no. 06, 2005.

XIMENES, Raimundo Nonato. **De Pirocaia a Montese:** fragmentos históricos. Fortaleza: Raimundo Nonato Ximenes, 2004.

_____. **Montese:** crônicas e memórias. Fortaleza (CE): Raimundo Nonato Ximenes, 1998.

MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES E TESES

ALMEIDA, Jane Cristina Malaquias. **Um Perfil do Serviço Social da Unitêxtil a partir dos agentes de reconhecimento.** 1985. Monografia de graduação. Universidade Estadual do Ceará (UECE), Curso de Serviço Social, Fortaleza, 1985.

AMÓRA, Zenilde Baima. **As Transformações da Indústria de Fortaleza face à Política de Industrialização do Nordeste.** 1978. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.

ANDRADE, Margarida Júlia Farias de Salles. **Onde Moram os Operários...**: vilas operárias em Fortaleza (1920-1945). 1990. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1990.

ARAÚJO, Jormana Maria Pereira. **Conflito e Acomodação**: as operárias têxteis e a fábrica Santa Cecília em Fortaleza (1985-1990). 2010. Monografia de graduação. Universidade Estadual do Ceará (UECE), Curso de História, Fortaleza, 2010.

BARROS, Luciana Ximenes. **Nas Trilhas de um Guerreiro**: trajetória, visão de mundo e prática política de um trabalhador. 2011. Dissertação (Mestrado em História e Culturas), Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

CARNEIRO, Núbia Guedêlha. **O Serviço Social atuando junto a unidade fabril Santa Cecília:** Relatório sobre a experiência do trabalho de estágio de campo. 1980. Monografia de graduação. Universidade Estadual do Ceará, Curso de Serviço Social, Fortaleza, 1980.

CORRÊA, Larissa Rosa. **Trabalhadores têxteis e metalúrgicos a caminho da Justiça do Trabalho:** leis e direitos na cidade de São Paulo (1953 a 1964). 2007. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

COSTA, Marcos Antônio Bezerra. **Espaço e Trabalho na Indústria Têxtil Cearense.** 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2005.

FARIAS, Zaira Ary. **Trabalho Doméstico e Emprego Doméstico**: duas faces do 'cativeiro' feminino – donas de casa e empregadas domésticas em Fortaleza, 1979. 1980. Dissertação (Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1980.

FERNANDES, Joana D´Arc Cavalcante. **O Serviço Social como Processo de Ajustamento nos Problemas Sociais da Unitêxtil S/A**. 1978. Monografia de graduação. Universidade Estadual do Ceará, Curso de Serviço Social, Fortaleza, 1978.

FILHO, José Círio Pereira. **Educação e Movimento Sindical**: uma análise da política de formação da Central Única dos Trabalhadores no Ceará (1989 – 1991). 1994. Dissertação (Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1994.

FILHO, Zózimo Farias. **Adequabilidade da Força de Trabalho ao Processo de Produção Têxtil Cearense**: uma qualificação da empresa para a empresa. 1990. Dissertação (Mestrado em Economia), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1990.

GOMES, Francisco Alexandre. **Um Fio da Meada**: experiência e luta dos trabalhadores têxteis em Fortaleza (1987 – 1991). 2012. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

LIMA, Ana Cristina Pereira. **“Obreiros Pacíficos”**: o círculo de operários e trabalhadores católicos São José (Fortaleza, 1915-19310). 2009. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

LOPES, Cláudia Mercedes Rodrigues. **O Serviço Social na Dinâmica Empresarial**: uma experiência como estagiária na fábrica Santa Lúcia – Grupo UNITÊXTIL. 1985. Monografia de graduação. Universidade Estadual do Ceará, Curso de Serviço Social, Fortaleza, 1985.

MARIANO, Andreyson Silva. **Uma Esquerda em Silêncio**: Militantes Trotiskistas de Fortaleza no período de 1963-1970. 2011. Dissertação (Mestrado em História e Culturas), Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

NÓBREGA, Yuri Holanda. **Operários em Construção**: as experiências sindicais dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza entre as décadas de 1970 e 1980. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

OLIVEIRA, Maria Evânia. **A Greve dos Têxteis em Maio/88 e sua Repercussão no Plano da Consciência do Operariado**. 1989. Monografia de graduação. Universidade Estadual do Ceará, Curso de Serviço Social, Fortaleza, 1989.

PAIXÃO, Neli Ramos. **Ao Soar do Apito da Fábrica**: idas e vindas de operárias (os) têxteis em Valença – Bahia (1950-1980). 2006. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

PARENTE, Eduardo Oliveira. **Operários em Movimento**: a trajetória de luta dos trabalhadores da Ceará Light (Fortaleza – 1917-1932). 2008. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

PINTO, Rodrigo Márcio Souza. **Do Passeio Público à Ferrovia**: o futebol proletário em Fortaleza (1904 – 1945). 2007. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

SANTOS, Bárbara Cacau dos. "**Trabalhadores Cearenses, uni-vos!"**: o Pacto de unidade Sindical em Fortaleza (1957-1964). 2009. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

SILVA, Maria Sângela de Sousa Santos. **A Justiça do Trabalho e os Trabalhadores em Fortaleza (1946-1954)**. 2012. Tese (Doutorado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

VALE, Eltern Campina. **Tecendo Fios, Fazendo História:** a atuação operária na cidade – fábrica Rio Tinto (Paraíba, 1959 – 1964). 2008. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

VIANA, Carlos Negreiros. **A Indústria Têxtil de Algodão no Ceará**: uma experiência de industrialização fora do centro-sul (1881-1973). 1980. Dissertação (Mestrado em Economia), Universidade de Brasília, Fortaleza, 1980.

PROCESSOS

Delegacia Regional do Trabalho (DRT/CE)

Processo DRT/CE, no. 24170.005535/84; Processo DRT/CE, 24.170.006452/86; Processo DRT/CE, no. 24170.009309/90.

Justiça do Trabalho

Processo TRT7, no.175/80; Processo TRT7, no. 332/81; Processo TRT7, no. 370/82; Processo TRT7, no. 212/83; Processo TRT7, no. 556/84; Processo TRT7, no. 739/85; Processo TRT7, no. 350/86; Processo TRT7, no. 419/89; Processo TRT7, no. 826/90; Processo TRT7, no. 966/91; Processo TRT7, no. 682/92; Processo TRT7, no. 1290/92.

LEIS

BRASIL. **CLT**: decreto-lei 5.452/1943, ver:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm
BRASIL. **Constituição de 1988**, ver:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm
BRASIL. Emenda Constitucional 66/2012, ver:

http://www.jusbrasil.com.br/noticias/100417783/pec-proposta-de-emenda-constitucional-n-66-2012/relacionadas/

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Alice Rangel de Paiva e al. **O Trabalhador Carioca**: estudos sobre trabalhadores urbanos do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CJ Editora, 1995.

ALBERTI, Verena. Fontes Orais: histórias dentro da história. In: Carla Bassanezi Pinsky (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

ALENCAR, Edigar de. **Fortaleza de Ontem e Anteontem.** Fortaleza: Edições UFC/PMF, 1980.

ALMEIDA, Anna Beatriz de Sá. As Parcelas (In) visíveis da saúde do anônimo trabalhador: falas operárias sobre trabalho, saúde e doença (1820 – 1920). **Revista Trabalho, Educação e Saúde**. Rio de Janeiro, v 4, n 2, p. 9-18. 2006.

ALMEIDA, Nilton Melo. **Rebeldes pelos Caminhos de Ferro**: os ferroviários na cartografia de Fortaleza. Fortaleza: SECULT/CE. 2012.

ALMEIDA, Paulo Roberto de; KOURY, Yara Aun. História Oral e Memórias (Entrevistas). Revista **História & Perspectiva**, Uberlândia, p. 25-54, jul. - dez. 2001, jan. – jul. 2002.

ALVIM, Rosilene. **A Sedução da Cidade**: os operários – camponeses e a fábrica dos Lundgren. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

_____; LOPES, José Sérgio Leite. Famílias Operárias, Famílias de Operárias. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. ANPOCS, n 14, ano 5, p. 7-17, out. 1990.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

AMÓRA, Zenilde Baima. Aspectos Históricos da Indústria no Ceará. In: Simone de Souza (coord.). **História do Ceará.** Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.

ANTUNES, Ricardo. **A Rebeldia do Trabalho:** o confronto operário no ABC Paulista: as greves de 1970/1980. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.

_____. **O Novo Sindicalismo no Brasil.** 2ª. edição. São Paulo: Ars Poetica, 1995.

AQUINO, Estela Maria L. de; MENEZES, Greice Maria de S.; MARINHO, Fátima B. Mulher. Saúde e Trabalho no Brasil: desafios para um novo agir. **Cadernos de Saúde Pública.** Rio de Janeiro, v. 11, n 2, p. 281-290, 1995.

ARAGÃO, Elisabeth Fiúza. **O Fiar e o Tecer:** 120 anos da indústria têxtil no Ceará. Fortaleza: Federação das Indústrias do Estado do Ceará. 2002.

_____. **Relações de Trabalho na Indústria de Fortaleza.** Fortaleza: UFC, v. 2, 1983.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; FERREIRA, Verônica Clemente. Sindicalismo e Relações de Gênero no Contexto da Reestruturação Produtiva. **Trabalho e Gênero**: mudanças, permanências e desafios. Maria Isabel Baltar da Rocha (org.). São Paulo: Editora 34; ABEP, NEPO/UNICAMP, CEDEPLAR/UFMG. 2000.

BATALHA, Claudio H. M. A Historiografia da Classe Operária no Brasil: trajetórias e tendências. In: Marcos Cezar de Freitas (org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. Formação da Classe Operária e Projetos de Identidade Coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano**: o tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. 2. ed. v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

BERNAL, Maria Cleide Carlos. A Nova Configuração Territorial do Nordeste: desigualdade e fragmentação. **Cadernos Logepa.** João Pessoa, v 4, n 1, pp. 26-38, 2005.

BIAVASCHI, Magda; LÜBBE, Anita; MIRANDA, Maria Guilhermina. **Memória e Preservação de Documentos**: direitos do cidadão. São Paulo: LTr, 2007.

BLAY, Eva Alterman. Dormitórios e Vilas Operárias: o trabalhador no espaço urbano brasileiro. In: Licia do Prado Valadares (org.). **Habitação em Questão**. 2ª. edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. **Eu Não Tenho Onde Morar:** vilas operárias na cidade de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1985.

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou o Ofício do Historiador.** Tradução: André Telles, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2002.

BOSI, Ecléia. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. 3ª. edição. São Paulo Companhia das Letras, 1994.

BRAGA, Elza Maria Franco. **Os Labirintos da Habitação Popular**: conjunturas, programas e atores. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995.

BRUSCHINI, Maria Cristina A. Gênero e Trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/95). In: Maria Isabel Baltar da Rocha (org.). **Trabalho e Gênero**: mudanças, permanências e desafios. São Paulo: Editora 34; ABEP, NEPO/UNICAMP, CEDEPLAR/UFMG. 2000.

_____. Mulher e Trabalho: uma avaliação da Década da Mulher (1975-1985). In: Nanci Valadares de Carvalho (org.). **A Condição Feminina**. São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais, 1988.

_____; COSTA, Albertina de Oliveira. **Rebeldia e Submissão**: estudos sobre a condição feminina. Revista dos Tribunais. Fundação Carlos Chagas, 1989.

_____. ROSEMBERG, Fúlvia. Mulher e Trabalho. **Trabalhadoras do Brasil.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

CAIXETA, Maria Cristina D.; DINIZ, Ana Maria M.; CAMPANTE, Rubens Goyatá (orgs.). Cidadania: o trabalho da memória. **IV Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho**. São Paulo: LTr. 2010.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **Sindicatos, Trabalhadores e a Coqueluche Neoliberal**: a era Vargas acabou? Rio de Janeiro: Editora Getúlio Vargas, 1999.

CARLOS, Ana Fani. **Espaço e Indústria.** 5ª. Edição. São Paulo: Contexto, 1992.

CARVALHO, Gilmar de. **Publicidade em Cordel**: o mote do consumo. São Paulo: Annablume, 2002.

CASIMIRO, Liana. Mercado de Trabalho, Condições de Vida e Relações de Poder na Região Metropolitana de Fortaleza. **Revista Espaço & Debates**. Revista de Estudos Regionais e Urbanos, ano 7, p. 26-52, 1987.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Experiência do Movimento Operário.** Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Editora Brasiliense, 1985.

CASTRO, Harleyne Sá da Silveira; FILHA, Edite Castro Rodrigues. **Montese e Aerolândia**: uma integração comunitária. Fortaleza: EdUECE, 1977.

CAVALCANTI; Clóvis; DUARTE, Renato. **À Procura de Espaço na Economia Urbana:** o setor informal de Fortaleza. Recife, SUDENE/FUNDAJ; Brasília. M.T., 1980.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos AEL**: trabalhadores, leis e direitos. Campinas, v 14, n 26, p. 11-46, 2009.

CHAUÍ, Marilena. Sujeitos Sociais e Aporias do Tempo. In: Maria Célia Paoli (org.). **Diálogos com Marilena Chauí**. São Paulo: Editora Barcarolla, Discurso Editorial, 2011.

COELHO, Elaine D´Ávila e Marilena Teixeira. Estratégia e Negociação Coletiva. In: Paulo Fontes (org.). **A Química da Cidadania**: sindicato dos químicos e plásticos de São Paulo: 20 anos de luta, democracia e conquistas. Editora Viramundo, São Paulo, 2002.

CORREIA, Telma de Barros. **Pedra**: plano e cotidiano operário no sertão. Campinas, SP: Papirus, 1998.

COSTA, Hélio da. **O Novo Sindicalismo e a CUT**: entre continuidades e rupturas. In: Jorge Ferreira; Daniel Aarão Reis (orgs.). Revolução e Democracia (1964...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

COSTA, Maria Regina da. **As Vítimas do Capital:** os acidentados do trabalho. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

COSTA, Suely Gomes. Gênero e História. In: Martha Abreu e Rachel Soihet (orgs.). **Ensino de História**: conceitos, temática e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

DECCA, Edgar Salvadori de. E. P. Thompson: tempo e lazer nas sociedades modernas. In: Heloisa Turini Bruhns (org.). **Lazer e Ciências Sociais**: diálogos pertinentes. São Paulo: Chronos, 2002.

_____. Novos Sujeitos Entram em Cena. In: Maria Célia Paoli (org.). **Diálogos com Marilena Chauí**. São Paulo: Editora Barcarolla: Discurso Editorial, 2011.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **A Vida Fora das Fábricas**: cotidiano operário em São Paulo. 1920-1934. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DEJOURS, Christophe. **A Loucura do Trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez, 1998.

DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil** (apresentação). São Paulo: Contexto/UNESP, 1997.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Cotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DUARTE, Adriano Luiz. Lei, Justiça e Direito: algumas sugestões de leitura da obra de E. P. Thompson. **Revista de Sociologia e Política,** Curitiba, v 18, n 36, p. 175-186, jun. 2010.

_____. Os Sentidos da Comunidade: notas para um estudo sobre bairros operários e identidade social. **Revista Trajetos**, Fortaleza, v 1, n 2, p. 103-114. 2002.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. Escrever a História das Mulheres. In: _____; _____. (direção). **História das Mulheres no Ocidente**: do Renascimento à Idade Moderna. Tradução: Alda Maria Durães e al., v. 3. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. **O Feminismo na Sombra**: relações de poder na CUT. Fortaleza: EUFC, 1998.

FARGE, Arlette; DAVIS, Natalie Zemon. (Introdução). In: _____; _____. **História das Mulheres no Ocidente**: do Renascimento à Idade Moderna. Tradução: Alda Maria Durães e al., v. 3. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

FERRERAS, Norberto O. História e Trabalho: entre a renovação e a nostalgia. **Revista Trajetos**. Fortaleza, v.1, n 2, p. 51-67, 2002.

FILHO, José Marcelo Marques Ferreira. Entre "Direitos" e "Justiça": os trabalhadores do açúcar frente à Junta de Conciliação e Julgamento de Escada/PE (1963-1969). In: Christiane Rufino Dabat; Maria do Socorro de Abreu e Lima (orgs.). **Cadernos de História**: oficina de história: trabalhadores em sociedades açucareiras. Recife: Editora Universitária da UFPE, ano 6, n 6, p. 75-83, 2009.

FONTES, Paulo. **Um Nordeste em São Paulo**: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

FORTES, Alexandre. O Direito na obra de E. P. Thompson. **Revista História Social.** Campinas, n 2, p. 89-111, 1995.

FRENCH, John D. **Afogados em Leis**: A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros. Tradução: Paulo Fontes. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

GARCIA, Marco Aurélio. Movimentos Sociais e Intelectuais na Construção da Democracia Brasileira nos anos 1980. In: Maria Célia Paoli (org.). **Diálogos com Marilena Chauí**. São Paulo: Editora Barcarolla: Discurso Editorial, 2011.

GIULANI, Paola Cappellin. Os Movimentos de Trabalhadoras e a Sociedade Brasileira. In: Mary Del Priore (org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/UNESP, 1997.

_____. Silenciosas e Combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sindical do Nordeste, 1976/1986. In: Albertina de Oliveira Costa; Cristina Bruschini (orgs.). **Rebeldia e Submissão**: estudos sobre condição feminina. São Paulo: Vértice Editora. Revista dos Tribunais: Fundação Carlos Chagas, 1989.

GOMES, Ângela de Castro. **Velhos Militantes**: depoimentos de Elvira Boni, João Lopes, Eduardo Xavier, Hilcar Leite. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1988.

GOMES, Christianne; PINTO, Leila. In: Christianne Gomes, Esperanza Osorio, Leila Pinto, Rodrigo Elizalde (orgs.). **Lazer na América Latina/Tiempo Libre, Ócio y Recreación em Latinoamérica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

GOTTDIENNER, Mark. **A Produção Social do Espaço Urbano.** Tradução: Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

HAHNER, June E. **Pobreza e Política**: os pobres urbanos no Brasil – 1870/1920. Tradução: Cecy Ramires Maduro. Brasília: Editora UnB, 1996.

HOGGART, Richard. **As Utilizações da Cultura**. Tradução de Maia do Carmo Cary. Lisboa: Presença, v. 1, 1975.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. Fortaleza: cultura e lazer (1945 – 1960). In: Simone de Sousa et al. (orgs.). **Uma Nova História do Ceará**. 4ª. edição revisada e atualizada. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

_____. O Lazer no Cotidiano do Recife do Pós – Guerra. **Revista Trajetos,** Fortaleza, v 4, n7, pp. 35-45, 2006.

_____. **Verso e Reverso do Perfil Urbano de Fortaleza** (1945-1960). São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000.

KOLLONTAI, Alexandra. **A Nova Mulher e a Moral Sexual.** Tradução: Roberto Goldkorn. São Paulo: Global Editora, 1979.

LALOIRE, Marcel. As Fontes do Direito do Trabalho. Tradução de Maria de Fátima Serdas Nunes. **Revista Análise Social**. Lisboa, v 1, n 1, p. 67-74, jan, 1963.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Tradução: Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____. **O Direito à Cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, Miriam Moreira. **Retratos de Família**: leitura da fotografia histórica. 3ª. edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **Cozinhas, etc**: um estudo sobre as zonas de serviço da Casa Paulista. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

LINEBAUGH, Peter e REDIKER, Marcus. **A Hidra de Muitas Cabeças**: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LOPES, José Carlos Cacau. **A Voz do Dono e o Dono da Voz**: trabalho, saúde e cidadania no cotidiano fabril. São Paulo: HUCITEC, 2000.

LOPES, José Sérgio Leite. **A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés**. Editora Marco Zero, Editora da Universidade de Brasília, MCT/CNPQ. 1988.

_____. Classe, Etnicidade e Cor na Formação do Futebol Brasileiro. In: Claudio H. M. Batalha, Fernando Teixeira da Silva e Alexandre Fortes (orgs.). **Culturas de Classe**: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

_____. Fábrica e Vila Operária: considerações sobre uma forma de servidão burguesa. In: José Sérgio Leite Lopes et al. **Mudança Social no Nordeste**: a reprodução da subordinação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MANFREDI, Sílvia Maria. Educação Sindical no Brasil nas décadas de setenta e oitenta: a construção de um modelo próprio. In: OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de et al. (orgs.) **O Mundo do Trabalho**: crise e mudança no final do século. 1ª. edição. São Paulo: Editora Scritta. 1994.

_____. **Formação Sindical no Brasil**: história de uma prática cultural. São Paulo, Escrituras Editora, 1996.

MANGABEIRA, Wilma. **Os Dilemas do Novo Sindicalismo**: democracia e política em Volta Redonda. Rio de Janeiro: Relume – Dumará: ANPOCS, 1993.

MARTINS, José de Souza. A Aparição do Demônio na Fábrica, no Meio da Produção. **Tempo Social,** São Paulo, v 1, n 2, p. 1-29, 1993.

_____. **Conde Matarazzo**: o empresário e a empresa: estudo de sociologia do desenvolvimento. 2ª. edição. São Paulo: HUCITEC, 1976.

MARQUES, José; STAMPA, Inez Terezinha. **Arquivos do Mundo dos Trabalhadores**: coletânea do 2º. Seminário Internacional 'o mundo dos trabalhadores e seus arquivos: memória e resistência'. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2012.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Possibilidades de Diálogo: classe e gênero. **Revista História Social**, Campinas, v 4, n 5, p. 135-156, 1997/1998.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravizados e Livres:** experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

_____. **Novos e Velhos Sindicalismos:** Rio de Janeiro (1955/1988). Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

_____. **Trabalhadores e Sindicatos no Brasil.** 1ª. edição. São Paulo Expressão Popular, 2009.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Trama e Poder**: trajetória e polêmica em torno das indústrias de sacaria para o café (São Paulo, 1888-1934). 2ª. edição. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.

MENDONÇA, Joseli M.N. Em Busca de uma Justiça Própria – trabalhadores e suas demandas na Primeira República. In: Benito Bisso Schimidt (org.). **Trabalhadores, Justiça e Direitos no Brasil**: pesquisa histórica e preservação de fontes. São Leopoldo: Oikos, 2010.

MESQUITA, Vianney; CARVALHO, Gilmar. **Estudos de Comunicação no Ceará.** Fortaleza: Edições Ágora, 1985.

MIGUEL, Raquel de Barros; RIAL, Carmen. Lazer: "programa de mulher". In: Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro (orgs.). **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **A Cultura popular Revisitada**. 3ª. edição. São Paulo: Contexto, 1994.

_____. História e Memória: combates pela história. **História Oral**. Rio de Janeiro, v 10, n 1, p. 27-42, jan. – dez, 2006.

MOREL, Regina Lúcia M.; MANGABEIRA, Wilma. "Velho" e "Novo" Sindicalismo e Uso da Justiça do Trabalho: um estudo comparativo com trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional. **Dados**, Rio de Janeiro, v 37, n 1, p. 103-124, 1994.

MÜLLER, Geraldo. Fome: o não-direito do não-cidadão. In: Maria de Lourdes M. Covre (org.). **A Cidadania que Não Temos.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio. Além de Fábricas e Senzalas: uma história social do trabalho. **Tempo Social**, São Paulo, v 18, n 1, p. 217 – 240, 2006.

NEVES, Frederico de Castro Neves. As Mil Voltas do "Seu" Muriçoca: migração e paternalismo no relato de um narrador exemplar. **Revista Trajetos.** Fortaleza, v 2, n 3, p. 55-70, 2002.

_____. **A Multidão e a História**: saques e outras ações de massa no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

NEVES, Magda Maria Bello de Almeida. Dominação e Resistência no Cotidiano do Trabalho Fabril. **Relações de Trabalho & Relações de Poder**: mudanças e permanências. Fortaleza: Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais (NEPS), Universidade Federal do Ceará. 1986.

NOBRE Geraldo. **O Processo Histórico de Industrialização do Ceará**. 2ª. Edição revista e ampliada. Fortaleza: FIEC, 2001.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **O Trabalho Duplicado**: a divisão sexual do trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. Corpos Saudáveis e Corpos Doentes na Nova Organização Social do Trabalho. P. 237-254. In: Maria Isabel Baltar da Rocha (org.). **Trabalho e Gênero**: mudanças, permanências e desafios. São Paulo: Editora 34; ABEP, NEPO/UNICAMP, CEDEPLAR/UFMG. 2000.

PAOLI, Maria Célia. Os Trabalhadores Urbanos na Fala dos Outros: tempo, espaço e classe na história operária. In: José Sérgio Leite Lopes (coord.). **Trabalho e Gênero**: mudanças, permanências e desafios. UFRJ – Museu Nacional: Marco Zero – Proed. Editora UFRJ. 1987.

PARANHOS, Kátia Rodrigues. Outras Palavras: educação sindical em São Bernardo nos anos 70/90. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v 5, n 9, p. 1-17, jul., 2000.

PEDRO, Joana Maria. Relações de Gênero como Categoria Transversal na Historiografia Contemporânea. **Revista TOPOI**, Rio de Janeiro, v 12, n 22, p. 270-283, jan. – jun, 2011.

_____. Traduzindo o Debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **Revista História,** São Paulo, v 24, n 1, p. 77 – 98, 2005.

PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e Trabalhadoras**: presença feminina na constituição do sistema fabril. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

PEREIRA, Vera Maria Candido. **O Coração da Fábrica**: estudo de caso entre operários têxteis. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

PERROT, Michelle. **As Mulheres ou os Silêncios da História**. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005.

_____. **História dos Quartos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

_____. **Minha História das Mulheres.** Tradução de Ângela M.S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **Os Excluídos da História**: operários, mulheres e prisioneiros; tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. Práticas da Memória Feminina. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v 9, n 18, p. 9-18, ago./set., 1989.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Memórias de Porto Alegre**: espaços e vivências. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1999.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Levantamento da Produção Bibliográfica e de Outros Resultados de Investigação sobre a História Operária e trabalho Urbano fora do Eixo Rio-São Paulo. **Cadernos AEL**, São Paulo, v 14, n 26, p. 255-345, 2009.

PONTES, Albertina Mirtes. **A Cidade dos Clubes**: modernidade e “glamour” na Fortaleza de 1950-1970. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005.

PORTELLI, Alessandro. As Fronteiras da Memória: o massacre das Fossas Ardeatinas. História, mito, rituais e símbolos. **História & Perspectiva,** Uberlândia, p. 9-26. jul./ dez. 2001, jan./ jul. 2002.

_____. Forma e Significado na História Oral: a pesquisa como um experimento de igualdade. Tradução: Maria Therezinha Janine Ribeiro. Revisão: Déa Ribeiro Fenelon. **Projeto História**. São Paulo, 14, p. 7-24, fev. 1997a.

_____. O Massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaína Amado; Marieta de Moraes Ferreira (orgs.). **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. O que Faz a História Oral Diferente. **Projeto História**. São Paulo, v 14, p. 25-38, fev., 1997b.

_____. Terni em Greve. In: Rinaldo José Verussa (org.). **Mundos dos Trabalhadores, Lutas e Projetos**: temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea. Cascavel: EDUNIOESTE, 2009.

_____. Sonhos Ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. Tradução: Maria Therezinha Janine Ribeiro. **Projeto História,** São Paulo, v 10, p. 41-59. dez, 1993.

_____. Tentando Aprender um Pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História,** São Paulo, v 15, p. 13-33. abril, 1997c.

RAGO, Luzia Margareth. **Do Cabaré ao Lar**: a utopia da cidade disciplinar. Brasil – 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RALLE, Michel. A Festa Militante: o espaço festivo dos operários diante da identidade social (Espanha, 1850-1920). In: Claudio H. M. Batalha, Fernando Teixeira da Silva e Alexandre Fortes. **Culturas de Classe**: identidade e diversidade na formação do operariado (orgs.). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

RAMALHO, José Ricardo. **Estado – Patrão e a Luta Operária**: o caso FNL. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **Condições de Trabalho na Indústria Têxtil Paulista (1870 – 1930).** São Paulo: Editora HUCITEC, Editora da UNICAMP. 1988.

RODRIGUES, Jessita. **A Mulher Operária**: um estudo sobre as tecelãs. São Paulo, Editora HUCITEC, 1978.

RORIGUES, Patrícia Ferreira; ÁLVARO, Alex Leandro Teixeira; RONDINA, Regina. Sofrimento no Trabalho na Visão de Dejours. **Revista Científica Eletrônica de Psicologia**, São Paulo, v 4, n 7, nov, 2006.

ROLNIK, Raquel. **O que é Cidade?** 2ª. edição. Editora Brasiliense. Coleção Primeiros Passos. 1988.

ROY, Lise. **O Modo de Ser Trabalhadora na Reestruturação Produtiva**. Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 1999.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A Mulher na Sociedade de Classes**: mito e realidade. Petrópolis, Editora Vozes. 2ª. edição. 1979.

_____. Conceituando o Gênero. In: Heleieth Iara Bongiovani Saffioti; Mônica Muñoz Vargas (orgs.). **A Mulher Brasileira é Assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: NIPAS, Brasília/DF, UNICEF, 1994.

SALE, Kirkpatrick. **Inimigos do futuro:** a guerra dos luditas contra a revolução industrial e o desemprego: lições para o presente. Tradução Valéria Rodrigues. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SALES, Telma Bessa. Tecelões de histórias: trabalhadores têxteis e a greve de 23 dias. In: **XXV Simpósio Nacional de História** – Anpuh, v 1, 2009. Fortaleza. Anais da Associação Nacional de História. Fortaleza: UFC, 2009, 1-20. 1 CD-ROM.

SALVATICI, Silvia. Memórias de Gênero: reflexão sobre a história oral das mulheres. Tradução: Luiz Antonio Rodrigues Ribeiro Campos. **História Oral**, São Paulo, v 8, n 1, p. 29-42, jan-jun., 2005.

SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores em Movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990. In: Jorge Ferreira; Lucília de Almeida Neves Delgado (orgs.). **O Brasil Republicano**: O tempo da ditadura, Regime Militar e Movimentos Sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro, v. 04, 2003.

SAYAD, Abdemaleck. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. Tradução: Cristina Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SCHMIDT, Benito Bisso. Trabalho, Justiça e Direitos: perspectivas historiográficas. In: Benito Bisso SCHMIDT (org.). **Trabalhadores, Justiça e Direitos no Brasil**: pesquisa histórica e preservação de fontes. São Leopoldo: Oikos, 2010.

SCOTT, James C. **Los Dominados y el Arte de la Resistencia.** Tradução: Jorge Aguilar Mora. Txalaparta: Editores Independentes, 1990.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Cadernos Pagu**, Campinas, v 11, p. 67-75, 1998.

SECRETO, María Verónica. Ceará: a fábrica de trabalhadores: emigração subsidiada no final do século XIX. **Revista Trajetos**, Fortaleza, v 2, n 4, p. 47-65, 2003.

SILVA, Cristiane Bereta da; ASSIS, Glaucia de Oliveira; KAMITA, Rosana C. **Gênero em Movimento**: novos olhares, muitos olhares. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007.

SILVA, Fernando Teixeira da. Nem Crematório de Fontes nem Museu de Curiosidades: por que preservar os documentos da Justiça do Trabalho. In: Flavio M. Heinz; Marluza Marques Arraes (orgs.). **A História e seus Conflitos**: conferências do XXIV Simpósio Nacional de História da ANPUH. São Leopoldo: Oikos, 2008.

SILVA, Flávio Marcus da. **Subsistência e Poder**: a política de abastecimento alimentar nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

SILVA, José Borzacchiello da. A Cidade Contemporânea no Ceará. In: Simone de Sousa et al. (orgs.). **Uma Nova História do Ceará**. 4ª. edição revisada e atualizada. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

_____. **Quando os Incomodados Não se Retiram:** uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza. Fortaleza: Multigraf Editora, 1992.

SILVA, Luís Antônio Machado da. Notas sobre os Pequenos Estabelecimentos Comerciais. In: José Sérgio Leite Lopes et al. **Mudança Social no Nordeste**: a reprodução da subordinação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. História Social do Trabalho e História das Mulheres: percursos da historiografia brasileira. **Historien,** Petrolina, v 2, jan. - mar. 84-102, 2010.

SIQUEIRA, Deis E.; POTENGY, Gisélia F.; CAPPELIN; Paola. **Relações de Trabalho, relações de Poder.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

SIQUEIRA, Uassyr. Clubes recreativos: organização para o lazer. In: Elciene Azevedo e al. **Trabalhadores na Cidade**: cotidiano e cultura no Rio de janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

SOIHET, Rachel. História, Mulheres e Gênero: contribuições para um debate. In: Neuma Aguiar (org.). **Gênero e Ciências Humanas:** desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos. 1997.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A Classe Operária Tem Dois Sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo. Editora Brasiliense, 1991.

_____. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Tradução Renato Bussatto Neto; Cláudia Rocha de Almeida. Volumes I, II e III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a.

_____. **A Miséria da Teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos**. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

_____. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Senhores e Caçadores**: o domínio da lei. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1987b.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado**: história oral. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TILLY, Louise. Gênero, História das Mulheres e História Social. **Cadernos Pagu**: desacordos, desamores e diferenças, Campinas, v 3, p. 29-62, 1994.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo; BONDUKI, Nabil Georges. Política Habitacional e a Luta pelo Direito à Habitação. In: Maria de Lourdes M. Covre (org.). **A Cidadania que Não Temos.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

VIANNA, **Luiz Werneck. Liberalismo e Sindicato no Brasil**. 3ª. edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

VILELA, Rodolfo Andrade Gouveia. Negociação Coletiva e Saúde do Trabalhador: o acordo das prensas injetoras. In: Paulo Fontes (org.). **A Química da Cidadania**: sindicato dos químicos e plásticos de São Paulo: 20 anos de luta, democracia e conquistas. Editora Viramundo, São Paulo, 2002.

WEID, Elisabeth Von Der; BASTOS, Ana Martha Rodrigues. **O Fio da Meada**: estratégia de expansão de uma indústria têxtil. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, Confederação Nacional da Indústria, 1986.

WEIL, Simone. **A Condição Operária e Outros Estudos Sobre a Opressão**. In: Ecléia Bosi (org.). Tradução: Therezinha G.G. Langlada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

WEINSTEIN, Bárbara. **(Re) Formação da Classe Trabalhadora no Brasil (1920-1964)**. Tradução: Luciano Vieira Machado. São Paulo: Cortez: CDAPH – IFAN – Universidade São Francisco, 2000.

WOLFF, Cristina Scheibe; FÁVERI, Marlene de; RAMOS, Tânia Regina Oliveira. **Leituras em Rede:** gênero e preconceito. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007.